



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MAZAGÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA

MAZAGÃO – AP
2024



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MAZAGÃO**

EQUIPE GESTORA

Reitor - Júlio César Sá de Oliveira

Vice Reitora - Ana Cristina de Paula Maués Soares

Pró-Reitor de Ensino de Graduação (PROGRAD) – Dr. Christiano Ricardo dos Santos

Pró-Reitor de Administração (PROAD) - Me. Seloniel Barroso dos Reis

Pró-Reitora de Planejamento (PROPLAN) - Dra. Simone de Almeida Delphim Leal

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG) - Dr. Carlos Eduardo Costa de Campos

Pró-Reitor de Extensão de Ações Comunitárias (PROEAC) - Dr. Robert Ronald Maguiña Zamora

Pró-Reitor de Gestão de Pessoas (PROGEP) - Ma. Emanuelle Silva Barbosa

Pró-Reitor de Cooperação Interinstitucional (PROCRI) - Me. José Caldeira Gemaque Neto

Divisão de Currículos e Programas (DCP) - Ma. Kelly de Cássia Barradas da Silva

Coordenadora de Ensino de Graduação – Ma. Huana da Silva Furtado

Coordenador de *Campus* – Me. Demóstenes Arabutan Travassos da Silva

Coordenador de Curso – Dr. Galdino Xavier de Paula Filho

Vice-coordenadora de Curso – Dra. Rosimeire Lopes da Trindade

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Galdino Xavier de Paula Filho - Presidente

Ricardo Marcelo dos Anjos Ferreira - Vice-presidente

Débora Mate Mendes

Elizabeth Machado Barbosa

Kalyne Sonale Arruda de Brito

Mellissa Sousa Sobrinho

Rosimeire Lopes da Trindade

SUMÁRIO

1 INSTITUIÇÃO	7
1.1 PERFIL E MISSÃO DA UNIFAP	7
1.2 DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO	7
1.3 BREVE HISTÓRICO DA UNIFAP	10
2 JUSTIFICATIVA DE CRIAÇÃO DO CURSO	14
3 FUNDAMENTOS LEGAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO	17
4 RESOLUÇÕES INTERNAS	19
5 CONTEXTUALIZAÇÃO DE CRIAÇÃO DO CURSO	20
6 ATUALIZAÇÃO DO PPC DO CURSO	22
7 OBJETIVOS DO CURSO	23
7.1 GERAL	23
7.2 ESPECÍFICOS	23
7.3 PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO	25
7.3.1. Acompanhamento da atuação do egresso	26
7.4 ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	24
7.5 DADOS DO CURSO	27
7.6 ESTRUTURA CURRICULAR	27
7.6.1 Detalhamento da matriz curricular por Núcleo conforme Res. CNE/CP N.º 04/2024	31
7.7 MATRIZ SEMESTRALIZADA	38
7.7.1 Disciplinas Optativas	42
7.8 FLUXOGRAMA	45
7.9 METODOLOGIA DE ENSINO	46
7.9.1 Alternância pedagógica	46
7.9.2 Atualização de metodologias e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs	49
7.9.3 Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução	50
7.9.4 Estratégias para alcançar as metas	50
7.9.5 Etapas	51
7.9.6 Indicadores	51
7.10 APOIO PEDAGÓGICO DISCENTE	51
7.10.1 Programas especiais de apoio à formação discente	52
7.10.2 Temas Transversais	52
7.11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO	55
7.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	56
7.13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	57
7.14 PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO	57
7.15 ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO	58
7.16 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM	59
7.17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	60
7.18 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO	60
8 CORPO DOCENTE	61
8.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	61
8.2 COORDENAÇÃO DE CURSO	61
8.3 CORPO DOCENTE EFETIVO DO CURSO	61
8.3.1 Funcionamento do Colegiado do Curso	62
8.4 CORPO TÉCNICO DO CURSO	62
9 POLÍTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO	63
9.1 PESQUISA	63
9.2 EXTENSÃO	64

9.2.1	Metas a serem alcançadas	6.
9.2.2	Estratégia para alcançar a meta	66
9.2.3	Etapas	66
9.2.4	Indicadores	66
10	INFRAESTRUTURA	67
11	DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS COM BASE NO USO PEDAGÓGICO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO	68
12	COMPROMISSO SOCIAL DO CURSO E POLÍTICAS DE ACESSO	68
12.1	CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	68
12.2	CRITÉRIO DE PRIORIDADE	68
12.3	POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UNIFAP (PAAF)	68
12.4	POLÍTICAS DE INCLUSÃO	70
13	POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO	70
13.1	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL	70
13.2	METAS A SEREM ALCANÇADAS	71
13.3	ESTRATÉGIA PARA ALCANÇAR A META	71
14	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
15	APÊNDICES	77
	APÊNDICE 01 - EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS	78
	APÊNDICE 02 - NORMA DE ESTÁGIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA	136
	APÊNDICE 03 - REGULAMENTO PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA	149
	APÊNDICE 04 - NORMATIVA INTERNA PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	158
	APÊNDICE 05 - DOCUMENTO ORIENTADOR DE PRÁTICA PEDAGÓGICA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA	167
	APÊNDICE 06 - REGULAMENTO INTERNO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO	171
	APÊNDICE 07 - NORMATIVAS DE FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA	176
	APÊNDICE 08 - NORMATIVAS DE FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE ENSINO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA	178
	APÊNDICE 09 - NORMATIVAS DE FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE ENTOMOLOGIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA	180
	APÊNDICE 10 - NORMATIVAS DE FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE AGROECOLOGIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA	186
	APÊNDICE 11 - NORMATIVAS DE FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO FLOREM DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA	190
	APÊNDICE 12 - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA	194

1 INSTITUIÇÃO

Nome: Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

Base legal: Endereço: Rodovia Josmar Chaves Pinto, km 02 - Bairro Universidade - CEP:68.902-280- TEL: (96) 3312-1705 - Macapá- AP, criada através do Decreto 98.997 de 2 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União 01 de 5 de março de 1990.

1.1 PERFIL E MISSÃO DA UNIFAP

O perfil da UNIFAP caracteriza-se por uma instituição originada de um *campus* avançado da Universidade Federal do Pará (UFPA), com seus cursos sendo implantados gradativamente. O ano de sua fundação oficial remonta a 1990, o que a caracteriza como uma universidade jovem que possui apenas 34 (trinta e quatro) anos de existência, sendo já considerada como a mais importante instituição de ensino superior do Amapá. Daí se desdobra sua missão, conforme descrito em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), “*Construir e compartilhar saberes e práticas de forma inovadora, com qualidade, nas ações de ensino, pesquisa e extensão, contribuindo com o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica*” (UNIFAP, 2019).

1.2 DADOS SOCIOECONÔMICOS DA REGIÃO:

O Estado do Amapá, localizado na Região Norte, possui uma superfície territorial de 143.453,7 km², correspondendo a 1,67% do território nacional e a 3,7% da área da Região Norte. Situado no extremo norte do país, limita-se ao Sul e a Oeste com o estado do Pará e a Leste com o oceano Atlântico ao Norte faz fronteira com a Guiana Francesa e a Noroeste com o Suriname. Concentra uma grande diversidade em ambientes naturais, fazendo parte de dois grandes domínios geográficos: o amazônico e o oceânico, o que lhe atribui características muito particulares quanto à formação e à estruturação de seus ambientes naturais (Filocreão, 2002; IBGE, 2023).

Do ponto de vista do relevo, o Estado é dividido em duas grandes regiões: uma interna, de relevo suavemente ondulado, com alturas médias entre 100 e 200 metros, mas que podem atingir extremos de 500 metros, constituída por rochas cristalinas metamórficas e cobertas de floresta densa, e outra região, costeira de planície, que se estende até o Atlântico, ao leste, e até o rio Amazonas, ao sul. A cobertura vegetal do Estado apresenta dois padrões principais: as formações florestadas, com florestas densas de terra firme, florestas de várzea e manguezais, e formações campestres, com cerrados e campos de várzea inundáveis ou aluviais. A floresta de terra firme é o ecossistema de maior representatividade, ocupando mais de 70% da superfície do Estado (IBGE, 2023).

Nesse cenário geopolítico o Amapá se caracteriza como um estado em que há casos de

violência institucionalizada, onde o conflito pela terra é realizado por agentes que atuam em disputa de recursos naturais, sendo alguns fazendeiros, madeireiros, mineradoras, e pelo estado, sendo os posseiros a parte mais sensível desse processo, pois ficam à margem do processo e sujeitos às mais diversas pressões. Os conflitos se estendem aos quilombolas, indígenas e assentados da reforma agrária, de modo que, a forma equivocada e ineficiente de ordenar o território é uma das causas dos conflitos estabelecidos no estado (Chelala; Chelala, 2022).

A estrutura fundiária do Amapá surgiu com a criação do Território Federal do Amapá em 1943, caracterizado por um povoamento com pequenas ilhas, vazios demográficos e ocupação dependente das condições hidrográficas. Esse cenário muda a partir da era da ICOMI¹/Bethlem Steel que promoveu profundas mudanças no modo de vida do camponês, culminando com a chegada em março de 1967 do bilionário americano Daniel Keith Ludwig, onde a política nacional e local foram favoráveis à formação de grandes latifúndios, através do Decreto Lei 1.164/71² (terras devolutas situadas em rodovias federais), combinado a Lei 2.597/55³ que versava sobre a faixa de fronteira com os países vizinhos, que incorporou 90% das terras do Amapá aos bens da União.

Para isso foram criados arranjos fundiários como o Projeto Fundiário do Amapá em 1973 em que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) promoveu ações que, de um lado legalizaram muitas parcelas de terras, porém de outro lado ensejaram a legitimação de grandes propriedades, sendo que em muitas delas o processo ocorreu de forma irregular, como por exemplo, o processo de alienação de terras públicas do Amapá pela Concorrência Pública N.º 01/78/INCRA/DF que trazia um detalhe relevante: cada empresa poderia concorrer a uma única parcela de terra, porém o grupo Cia. Auxiliar de Empresas de Mineração (CAEMI) forjou a participação das empresas do grupo, como: ICOMI, Amapá Florestal e Celulose S.A. (AMCEL), etc, sendo firmado junto ao INCRA um contrato de compra e venda das terras com as empresas do grupo que em 1984 passaram a ser controladas exclusivamente pela AMCEL, que passou a ser proprietária de um imóvel rural de 155.577 ha que ao serem demarcadas aumentaram em 11%, chegando a 171.987 ha (Oliveira; Mathis, 2017).

Tem-se, ainda, dois outros projetos: o do Distrito Agropecuário do Amapá, abrangendo uma área de 600.000 ha, que visava atender atividades de horticultura, agricultura, pecuária etc., com propriedade de terras cuja dimensão variava de 100 a 15.000 ha, objetivando elevar o potencial agrícola e de abastecimento do estado através da ocupação do território pelo viés da

¹ Indústria e Comércio de Minérios S.A.

² Revogado pelo Decreto Lei N.º 2.375, de 24 de novembro de 1987.

³ Revogado pela Lei N.º 6.634, de 02 de maio de 1979.

concentração de áreas em determinadas companhias, que resultou na conversão da floresta em pastagem para o gado (Oliveira; Mathis, 2017).

O outro projeto a ser destacado seria o Distrito Florestal do Amapá, situado na porção central do estado, planejado para o cultivo de pinus pela AMCEL, criada em 1976, imobilizando cerca de 1,5 milhões de hectares de terras públicas para a implantação do projeto da empresa, o que caracteriza a apropriação das terras do Amapá pelo grande capital, haja vista que na década de 1980, as propriedades dos latifundiários do Amapá figuravam entre os 20 maiores latifúndios do Brasil, sendo que a União controlava, influenciava e decidia os rumos da distribuição e tomada de decisões sobre estas terras, controlando cerca de 80% das terras públicas do estado, através de órgãos federais como Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais não Renováveis (IBAMA), INCRA, Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Em 2022, o governo federal, fez a devolução de parte das terras pertencentes à União para o estado, e a partir de então, espera-se que o governo estadual tenha maior gerência sobre o território, que possibilite a implementação de uma política voltada para a soberania dos amapaenses, promovendo o uso destas áreas de forma planejada, visando a implantação de unidades produtivas, industriais e de crescimento planejado das cidades.

A insegurança de muitos cidadãos amapaenses no aspecto fundiário, bem como a segregação de muitos destes espaços tem feito com que o estado apresente uma população predominantemente urbana, com elevada concentração na região Metropolitana (Macapá, Santana e Mazagão), e nas principais pólos regionais do estado (Oiapoque, Laranjal do Jari, Serra do Navio) (IBGE, 2023).

A economia do Amapá é diretamente dependente dos recursos naturais, caracteriza-se pela exploração de matérias-primas, produtos primários e semielaborados. Uma vez terminada a exploração de manganês na Serra do Navio, o cavaco de pinus, produzido por uma empresa multinacional, representa mais de 50% da exportação total, seguido em importância pelo palmito de açaí e pelo pescado (Chelala; Chelala, 2022). O setor primário é caracterizado por baixo nível tecnológico, crédito restrito e por contingente populacional reduzido. O extrativismo vegetal (castanha, borracha e açaí) encontra-se em franca expansão em virtude do apoio de políticas governamentais. O setor secundário está concentrado nas atividades do extrativismo mineral, da construção civil e da indústria de transformação e tem sua capacidade de expansão limitada pela oferta de energia e por outras deficiências em infraestrutura. Excluindo-se algumas grandes empresas, predominam a informalidade e o baixo nível de utilização tecnológica. O setor terciário, incluída a administração pública, é o mais representativo da economia amapaense.

A dinâmica do estado insere-se nos modelos de desenvolvimento implementados na região

amazônica que são, de maneira geral, baseados no extrativismo (Filocreão, 2002). Torna-se indispensável promover e estimular o desenvolvimento destes segmentos como estratégias de desenvolvimento regional sustentável. Para tanto, é preciso atrelá-los às potencialidades existentes na região, implementando atividades que atendam ao desenvolvimento econômico, promovam meios de subsistência às famílias e, ao mesmo tempo, se preocupem para o complexo paradoxo ‘desenvolvimento x conservação’ (Costabeber; Moyano, 2000).

Havia a expectativa para uma elevação média anual do PIB do estado de 1,1% até 2020. Uma vez que vem ocorrendo diminuição deste índice nos últimos anos. De 2003 a 2008, por exemplo, a economia amapaense teve saldo de 6%. Nos cinco anos seguintes, de 2009 a 2014, registrou-se percentual de 3,3%. Estimava-se que até 2020, o PIB amapaense chegaria a R\$ 18,1 bilhões, caso mantivesse a média de 1,1% de crescimento ao ano, contudo estes dados foram afetados por alguns fatores como a pandemia da Covid 19, a diminuição da produção industrial em laranjal do Jari. Mesmo com a expectativa de aumento do PIB, a tendência é de que o Amapá tenha diminuição na participação do PIB da região Norte, uma vez que alguns vizinhos têm apresentado nos últimos anos, melhores índices de crescimento econômico (SEPLAN, 2021).

Na projeção do Produto Interno Bruto do estado, observa-se que predomina os investimentos nos setores siderúrgico e portuário, de modo que, as cidades que mais atraem recursos são Macapá e Santana, que abrangem a Área de Livre Comércio.

A China é o principal destino dos produtos amapaenses de exportação. Em 2014, o país asiático recebeu 69,5% dos embarques que saíram do estado. A maior parte das cargas é composta por minério de ferro. Por outro lado, a China também foi o maior exportador para o Amapá, sendo que o ferro beneficiado compõe a maior parte da mercadoria comprada do mercado chinês.

1.3 BREVE HISTÓRICO DA UNIFAP

A UNIFAP, *campus* Marco Zero, iniciou suas atividades nos anos 1970, mas como um Núcleo Avançado de Ensino, vinculado à UFPA, sediada em Belém-PA. A partir de 1990 é que foi criada a UNIFAP, por meio do Decreto Federal N.º 98.977, de 2 de março de 1990. Outros passos legais se deram com a aprovação de seu estatuto, por meio da Portaria Ministerial N.º 868/90 (com base no Parecer N.º 649/90-SESU, aprovado em 9 de agosto de 1990 e publicado na Documenta MRC N.º 35), tornando-a uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União (UNIFAP, 2019).

A UNIFAP oferece 53 (cinquenta e três) opções de cursos de graduação, presenciais e a distância, distribuídas nos 4 (quatro) Campi, assim como, 05 (cinco) Cursos de Doutorado, 14 (quatorze) Cursos de Mestrado e 20 (vinte) Cursos de Especialização *lato sensu* dentre esses 10

(dez) no formato presencial e 10 (dez) no formato a distância. No *campus* do Mazagão, que surgiu com a implantação do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) em 2009, a UNIFAP pretende consolidar sua política de educação do campo, tornando-o um centro de referência no Amapá, no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão em ciências agrárias para atender às populações do campo e às demandas do estado especificamente nessa área.

É importante frisar que a UNIFAP constitui um conjunto de Instituições Públicas de Ensino Superior que integram o PROCAMPO, que apoiam a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, voltados especificamente para a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. O PROCAMPO é uma iniciativa do Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECADI), em cumprimento às suas atribuições de responder pela formulação de políticas públicas de combate às desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações rurais e valorização da diversidade nas políticas educacionais.

A UNIFAP, em seu PDI (2020-2026), apresenta objetivos operacionais, indicadores e metas necessários a serem explicitados neste PPC (Quadro 1).

Quadro 1 - Objetivos Estratégicos, indicadores e metas da UNIFAP (2020-2026): Sociedade

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	INDICADOR	METAS					Total (ano base 2019)
		2020	2021	2022	2023	2024	
Contribuir com o avanço científico e tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região amazônica Promover formação cidadã e profissional para fomentar a integração com a sociedade.	Pedidos de Ativos relacionados à propriedade intelectual (INPI ou Instituições Internacionais) - patentes, registros de softwares, indicações geográficas, etc	2	4	4	5	5	2
	Aumento do nº de titulados em Programas/Cursos de Pós-Graduação	5%	10%	15%	20%	25%	100%
	Ampliar o nº de programas/Cursos de pós-graduação	0	2	2	2	2	17
	Curso de graduação implantado	0	5	1	2	2	0
Promover a internacionalização e a cooperação Interinstitucional. Incentivar intercâmbio e mobilidade acadêmica.	Parcerias Internacionais	20%	20%	30%	30%	40%	35%
	Alunos da UNIFAP em intercâmbio ou mobilidade internacional (out)	5%	10%	15%	20%	25%	9
	Alunos da UNIFAP em mobilidade nacional (out)	15%	20%	25%	25%	30%	14
Consolidar as ações de ensino, pesquisa e extensão contextualizadas às realidades locais	Ampliar as Parcerias de Colaboração para Apoio a Pesquisa e Pós-Graduação com órgãos de fomentos como FAPEAP, SETEC, FINEP, CNPq, etc.;	4	4	5	5	5	3
	Ampliar o número de bolsas de IC em várias modalidades (PROBIC, PIBIC e PIBITI) e fortalecer o Programa Voluntário de IC	10%	20%	30%	40%	50%	117

Fonte: UNIFAP (2019)

O PDI da UNIFAP elaborado para o período de 2020 a 2026 visa orientar, acompanhar e

direcionar em médio e longo prazo as ações relacionadas com as atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão, de modo que, estas atividades sejam desenvolvidas de forma concomitante, integradas a outros projetos de desenvolvimento em curso na região, no estado e nos municípios, tendo a sociedade civil e demais instituições como os principais parceiros. Contudo, conforme estabelece o texto do PDI, trata-se de um instrumento político, filosófico e teórico metodológico que orienta a dinâmica institucional, relacionado com a gestão dos recursos humanos, estrutural e patrimonial da instituição. O PDI resulta de esforços que visam direcionar a UNIFAP para a inserção regional, vocação, missão, visão e objetivos gerais e específicos da Instituição; de modo que a UNIFAP atualiza constantemente o respectivo planejamento para estar alinhada à legislação educacional vigente, bem como as constantes mudanças e inovações que acontecem (UNIFAP, 2019). Abaixo, consta a relação nominal dos vinte e oito (28) objetivos estratégicos para o PDI 2020-2026:

1. Contribuir com o avanço científico e tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região amazônica;
2. Promover formação cidadã e profissional para fomentar a integração com a sociedade;
3. Impulsionar a gestão universitária democrática por meio das ações de ensino, pesquisa e extensão;
4. Aprimorar as políticas de acessibilidade e inclusão social;
5. Implementar políticas de avaliação dos cursos de graduação e pós-graduação;
6. Implementar políticas de atualização curricular;
7. Promover o uso de tecnologias e metodologias inovadoras no processo de ensino aprendizagem;
8. Otimizar o uso de espaços, materiais e equipamentos para elevar a qualidade do ensino;
9. Fortalecer a assistência estudantil e proporcionar condições de permanência aos discentes na Universidade;
10. Promover a integração da universidade com a sociedade;
11. Impulsionar a extensão universitária para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;
12. Estimular a participação de técnicos administrativos em programas de pós-graduação;
13. Fortalecer os programas de pós-graduação;
14. Incentivar a pesquisa científica e a inovação tecnológica;
15. Consolidar as ações de ensino, pesquisa e extensão contextualizadas às realidades locais;
16. Estabelecer mecanismos para a efetivação da autonomia acadêmica, administrativa e financeira;

17. Promover a internacionalização e a cooperação Interinstitucional;
18. Incentivar intercâmbio e mobilidade acadêmica;
19. Implementar mecanismos e práticas de governança pública a partir do planejamento integrado;
20. Adequar a estrutura organizacional da Universidade;
21. Institucionalizar e fortalecer políticas e práticas de gestão de pessoas;
22. Implementar ações inovadoras de gestão de pessoas;
23. Fortalecer a governança de T.I.;
24. Fortalecer ações de planejamento, com vistas à definição da política de infraestrutura;
25. Priorizar ações de infraestrutura de acordo com o planejamento estratégico;
26. Criar e implementar políticas de captação de recursos;
27. Implantar políticas de economicidade e otimização no uso dos recursos;
28. Priorizar a alocação de recursos por meio de iniciativas estratégicas.

2 JUSTIFICATIVA DE CRIAÇÃO DO CURSO

O município de Mazagão-AP foi criado pela Lei N.º 226, em 28 de novembro de 1890 e localizado ao sul do estado (Mesorregião Sul), possui três distritos: Mazagão, Carvão e Mazagão Velho, limita-se com os municípios: Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapari, Laranjal do Jari e Vitória do Jari, possuindo cerca de 21.918 habitantes. Sua economia no setor primário está representada pela criação de gado bovino, bubalino, suíno, caprino e equino; avicultura e pesca. São relevantes também as culturas de: feijão, milho, batata-doce, banana, arroz, café, cana-de-açúcar, cacau, coco-da-baía, laranja, fumo, abacaxi, mandioca e pimenta do reino.

No setor extrativista são importantes a cultura da castanha-do-Brasil, a extração de madeira para a fabricação do carvão e de móveis e, ainda, a extração do látex da seringueira, comercializada fora do Estado. A pesca do pirarucu e do tucunaré são bastante praticadas. Quanto ao setor secundário, a extração e fabricação de palmitos de açaí, algumas serrarias e as fábricas de tijolos também merecem destaque. Mas o município de Mazagão possui outras riquezas: ferro, ouro, cromita, cassiterita, diamante e columbita. A borracha-do-Brasil, as sementes oleaginosas, a madeira de lei e os animais silvestres, fazem o diferencial do lugar. Mazagão possui ainda uma usina de beneficiamento de arroz. No setor terciário, pequenos comércios (mercearias), alguns bares e o salário do funcionalismo público, complementam a economia.

Quanto à educação do campo, o município conta com duas escolas pertencentes à Rede das Escolas Família: a Escola Família Agrícola do Carvão e a Escola Família Agroextrativista do Maracá. Essas escolas adotam a Pedagogia da Alternância, cuja metodologia de ensino prevê que

haja dois ambientes distintos mas integrados de educação, sendo o primeiro o próprio ambiente escolar, onde o aluno estará alocado em regime de internato para participar de aulas sobre o programa comum das escolas de ensino fundamental e médio da rede pública e, ainda, assistir e praticar aulas referentes às técnicas agrícolas (e, no caso amapaense, agroextrativistas) em diversos laboratórios presentes dentro da própria escola. A diferença, porém, para uma escola agrícola tradicional, está num segundo momento em que o aluno regressa à propriedade de sua família e ali fica incumbido de colocar em prática tudo o que lhe foi ensinado no período de internato e elaborar relatórios que tornem tangíveis o processo de aprendizagem ao qual o aluno fora submetido naquele momento.

Essa experiência ao longo dos anos passou a ser cada vez mais desassistida pelos governos municipais e estaduais, ofertando somente vagas no ensino fundamental e médio, estando atualmente com suas atividades ameaçadas em função da falta de recursos.

Os movimentos que lutam em defesa de um projeto educativo adequado às populações do campo surgiram em 1930 e, no entanto, foi, a partir da Primeira Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada em Luziânia (GO) em 1998. Este movimento incorporou o Conceito de Educação do Campo e defendeu o direito de Políticas Públicas de Educação que respeitem as especificidades dos povos do campo.

No Estado do Amapá, a Educação do Campo, vem sendo discutida ao longo dos anos com realização de encontros, debates, seminários que envolveram e envolvem representantes de Instituições de diversos segmentos da sociedade, sendo oficialmente iniciada no ano de 2004, quando o Governo do Estado do Amapá, através da Secretaria de Estado da Educação (SEED) realizou nos dias 10, 11, e 12 de novembro de 2004, o 1º Seminário sobre Educação do Campo, em que foi elaborada a Carta da Educação do Campo que logo em seguida foi assinada e publicada no Diário Oficial do Estado, através do Decreto N.º 1455 de 05 de maio de 2006, pelo Governador do Estado do Amapá, onde foi também Instituído o Comitê de Educação do Campo, com 08 representantes de Órgãos Governamentais e 08 representantes da Sociedade Civil Organizada (Movimentos Sociais) (Pantoja; Custódio, 2021). No ano de 2008, foi criado na estrutura da SEED, o Núcleo de Educação do Campo - NEC, com a competência de gestar a Educação do Campo do Estado do Amapá, atendendo uma orientação da SECADI/MEC.

No dia 8 de janeiro de 2008, na sala de reuniões da reitoria, foi realizada uma reunião com representantes de diversas instituições e movimentos sociais, como o do INCRA, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Rede das Escolas Famílias do Amapá (RAEFAP), Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Amapá (FETTAGRAP), Colegiado de Pedagogia, Coordenação de Ensino e

reitoria da UNIFAP, assim como o representante do colegiado de Ciências Sociais, oportunidade em que foi solicitada a participação da UNIFAP no PRONERA e na elaboração de cursos de graduação destinados às populações do campo.

Para o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária que é uma política de Educação do Campo executada pelo governo brasileiro coordenado pelo INCRA, ficou acertado que caberia a SEED executar o projeto em função da UNIFAP não possuir escola de aplicação, e que a UNIFAP passaria então a elaborar projetos de cursos de graduação para as populações do campo. Nesse sentido foi formada uma comissão interdisciplinar, constituída de todos os colegiados de cursos existentes na época e com a participação dos movimentos sociais.

A UNIFAP elaborou então o PPC do curso de graduação intitulado Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campo para o PRONERA tendo sido aprovado em 2008, porém não foi executado em função de problemas administrativos da UNIFAP, que não conseguiu executá-lo e os recursos foram devolvidos à União.

Em 2009 o governo federal através do PROCAMPO lançou um edital para as universidades que quisessem implantar cursos de licenciatura destinados às populações do campo, tendo a participação da UNIFAP, através do projeto do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Biologia e Física, alcançando a aprovação, com implantação da primeira turma em Laranjal do Jarí e em 2010 em Mazagão. Com o curso surgiu a necessidade de uma infraestrutura mínima, mesmo sendo turmas únicas, sem entrada anual, porém construiu-se três salas de aula e banheiros no Mazagão, local onde eram realizadas as aulas apenas nos meses de janeiro, fevereiro e julho de cada ano, com turmas destinadas a professores que exerciam o magistério no campo sem possuir nenhum tipo de graduação superior.

Em 2012 o governo federal lançou um novo edital semelhante com a garantia para os projetos aprovados de vagas para 15 professores efetivos e três técnicos administrativos, sendo dois de nível médio e um de nível superior (Técnico em Assuntos Educacionais). Conforme descrito anteriormente o município possui uma vocação agroextrativista, sendo que o Amapá não possui nenhuma universidade com cursos na área de ciências agrárias que formasse profissionais para darem assistência aos produtores na área de ciências agrárias.

Diante desta necessidade, a UNIFAP participou com o projeto do curso regular e em tempo integral de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, atendendo ao público de professores em efetivo exercício nos anos iniciais do Ensino Fundamental, lotados na rede de ensino na área rural e populações do campo (ribeirinhos, pescador, agricultor familiar, assentado da reforma agrária, extrativista, quilombola, indígena, atingido por barragens, dentre outras populações campesinas), tendo seu projeto aprovado e suas primeiras turmas implantadas

em 2014 e 2015. Posteriormente, entraram outras turmas nos anos de 2018, 2019, 2020, 2022, 2023 e 2024.

Conforme pode ser observado, o *campus* do Mazagão surge da relação da UNIFAP com a comunidade do campo e os movimentos sociais do campo, que nas discussões colocaram as suas prioridades conclamando a UNIFAP para dar sua contribuição no processo de desenvolvimento do Estado, cuja expansão está prevista no PDI/2020-2026 da UNIFAP, a criação dos cursos de Pedagogia, Zootecnia, Agroecologia e Agroindústria (UNIFAP, 2019).

Atualmente o *campus* Mazagão conta com dois blocos de salas que contemplam salas de aulas, uma biblioteca, laboratórios, parte administrativa, banheiros e refeitórios.

3 FUNDAMENTOS LEGAIS DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

1 A Constituição Federal de 1988, carta magna, detentora de direitos e garantias que regem o país;

2 A Lei N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;

3 A Lei N.º 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto N.º 4.281, de 25 de junho de 2002, que institui a Política Nacional da Educação Ambiental;

4 O Parecer CNE/CEB N.º 36, de 4 de dezembro de 2001, que estabelece as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

5 A Resolução CNE/CEB N.º 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

6 A Lei N.º 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira;

7 A Lei N.º 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;

8 A Resolução CNE/CP N.º 01, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

9 O Decreto N.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei N.º 10.436, que dispõe sobre Língua Brasileira de Sinais – Libras;

10 A Resolução CNE/CES N.º 03, de 02 de julho de 2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras providências;

11 O Parecer CNE/CEB N.º 23, de 12 de setembro de 2007, que trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.

12 A Portaria MEC N.º 40, de 12 de dezembro de 2007, consolidada em 29 de dezembro de 2010, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e- MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições;

13 A Lei N.º 11.645/08, que torna obrigatório o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena;

14 A Resolução CNE/CEB N.º 02, de 28 de abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

15 A Resolução CONAES N.º 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências;

16 A Resolução CNE/CEB N.º 04, de 13 de julho de 2010, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

17 O Decreto N.º 7.352, de 04 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa de Educação na Reforma Agrária (PRONERA);

18 A Portaria Normativa/MEC N.º 23, de 1 de dezembro de 2010. Altera dispositivos da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.;

19 A Resolução CNE/CP N.º 01, de 30 de maio de 2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o disposto no Parecer CNE/CP N.º 8, de 06 de março de 2012;

20 A Lei N.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista;

21 Lei Federal N.º 13.005 de 25 de julho de 2014 - Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024;

22 A Lei N.º 13.146, de 06 de julho de 2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que define condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;

23 O Decreto N.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino;

24 A Resolução CNE/CES N.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei N.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação PNE 2014 – 2024 e dá outras providências;

25 O Parecer CNE/CP N.º 22, de 08 de dezembro de 2020, que estabelece as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.

26 O Parecer CNE/CEB N.º 07, de 09 de novembro de 2022, estabelece a revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio.

27 A Resolução CNE/CP N.º 01, de 16 de agosto de 2023, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.

28 Lei N.º 14.533, de 11 de janeiro de 2023, institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis N.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003;

29 A Resolução CNE/CP N.º 04, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica;

30 O Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação presencial e a distância, que se encontra disponível em <http://inep.gov.br/instrumento>;

31 As demais legislações pertinentes à educação, relativas a cursos de graduação, com especial atenção aos pareceres das resoluções do Conselho Nacional de Educação (CNE).

4 RESOLUÇÕES INTERNAS:

- Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP (2020 – 2026);
- A Resolução N.º 025, de 27 de setembro de 2006, que aprova o Regimento da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Amapá (CPA/UNIFAP);
- Resolução N.º 011/2008-CONSU/UNIFAP, que estabelece as diretrizes para o Trabalho de Conclusão de Curso em nível de Graduação no âmbito da UNIFAP
- Resolução N.º 024/2008-CONSU/UNIFAP, que dispõe sobre as diretrizes das Atividades Complementares nos cursos de graduação no âmbito da UNIFAP;
- Resolução N.º 032/2008 – CONSU/UNIFAP: que regulamenta o Regimento

Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFAP;

- Resolução N.º 014 DE 2009-CONSU UNIFAP – Dispõe sobre a inclusão da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, como disciplina curricular obrigatória nos cursos de graduação no âmbito da UNIFAP;
- Resolução N.º 02 DE 2010 – CONSU UNIFAP – Regulamenta o Estágio Supervisionado, no âmbito da Universidade Federal do Amapá;
- Resolução N.º 08 DE 2010 – CONSU UNIFAP – Regulamenta a Prática Pedagógica, como componente curricular obrigatório, nos Cursos de Licenciatura, no âmbito da UNIFAP;
- Resolução N.º 026 DE 2011 – CONSU UNIFAP – Sistemática de Avaliação – Regulamenta a nova Sistemática de Avaliação da Aprendizagem, no âmbito da Universidade Federal do Amapá;
- Resolução N.º 036/2013 – CONSU/UNIFAP: que regulamenta o Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa de Seres Humanos na UNIFAP.
- Portaria Normativa N.º 001/2016 PROGRAD – Sistema de Crédito – Normatiza os créditos curriculares e o alinhamento de disciplinas comuns;
- Portaria Normativa N.º 01/2017 PROGRAD – Dispõe sobre a atualização dos PPCs, no âmbito da Universidade Federal do Amapá;
- Resolução N.º 19, DE 9 DE MAIO DE 2018 – Regulamenta o Processo Seletivo Específico para ingresso no Curso de Licenciatura em Educação do Campo no âmbito da UNIFAP;
- Resolução N.º 20 DE 15 DE MAIO DE 2018 – Regulamenta o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da UNIFAP;
- Resolução N.º 26 de 24 de novembro de 2023 - Estabelece as novas diretrizes ao processo de seleção para ingressos nos cursos de graduação no âmbito da UNIFAP.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO DE CRIAÇÃO DO CURSO

Em 2012 o MEC publicou o Edital MEC/SECADI N.º 12/2012, que abriu inscrições às universidades para a submissão de projetos de cursos de licenciatura em educação do campo, com a perspectiva para as IFES que tivessem seus projetos aprovados, da alocação pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), através de concursos para 15 professores efetivos e 3 técnicos administrativos, sendo dois de nível médio e um de nível superior, que seriam destinados exclusivamente aos cursos dos projetos aprovados. A UNIFAP concorreu e obteve aprovação com o projeto do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e

Biologia, tendo sido implementado em 2014, inicialmente com a oferta de 120 vagas totalmente preenchidas e em 2015 com mais 120 vagas, totalizando atualmente 240 alunos, distribuídos em 4 turmas, com 60 alunos cada.

Da disponibilidade oferecida pelo MPOG, a UNIFAP realizou concursos e efetivou a lotação de 13 professores e 3 técnicos administrativos, no *campus* do Mazagão, onde desenvolvem atividades no curso de Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia. Ao longo desse período a UNIFAP estabeleceu parcerias com diversos órgãos e instituições governamentais e entidades ligadas a questões do campo, como a RAEFAP, a EMBRAPA, Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá (RURAP), o INCRA, a SEED, os Movimentos Sociais do Campo, o Comitê de Educação do Campo, os Territórios da Cidadania, dentre outros. Além disso, a UNIFAP também participa do Comitê de Educação do Campo no Amapá que congrega a representação do poder público estadual, dos movimentos sociais e instituições que desenvolvem trabalhos em comunidades do campo se articulando com diversas entidades e com os movimentos sociais do campo na construção de concepções e no cumprimento de uma política de educação popular que se fundamenta no respeito aos saberes dos povos do campo.

O Curso de Licenciatura em Educação do campo emerge da necessidade de uma nova forma de compreender e fazer a educação, desde as necessidades e anseios dos povos do campo. Esses povos, formados por agricultores familiares, ribeirinhos, quilombolas, camponeses, assentados da Reforma Agrária, dentre outros, possuem uma identidade, lutam para que a educação seja pensada reconhecendo suas especificidades e a maneira própria de conceber o mundo e seu modo próprio de vida. Tem como característica fundamental a busca pela afirmação da identidade da Educação do Campo na Amazônia, profundamente marcada pela heterogeneidade e pelas identidades culturais do povo amapaense, construída de vivências sociais e produtivas, presente em suas relações cotidianas. Os povos do campo são compreendidos como sujeitos de direitos e atores da sua educação; possuidores de saberes, valores e modos de vida peculiares e de memórias coletivas, que são ratificadas nas suas vivências e pela sua produção material de existência.

Esses aspectos são valorizados na produção e construção do conhecimento acadêmico, através das atividades de ensino, pesquisa e extensão, que buscam valorizar a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia. Através dos conteúdos de natureza científico-culturais, das Práticas em Educação do Campo, dos Estágios Curriculares Supervisionados e das atividades complementares, que constituem o currículo do curso.

6 ATUALIZAÇÃO DO PPC DO CURSO

A partir do ano de 2016, o Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia foi se consolidando ano a ano, com a entrada de novas turmas e, ao mesmo tempo, com a saída de seus primeiros egressos que possibilitou avaliar, dentre algumas questões, o índice de empregabilidade destes egressos e ao mesmo tempo observar possíveis lacunas e limitações no processo formativo destes profissionais.

Entre os anos de 2018 a 2023, novas turmas entraram regularmente (exceção no ano de 2021 - devido a pandemia da Covid 19), estas com um número de ingressos (40 alunos) inferior às primeiras turmas. No decorrer destes anos, considera-se que houve uma melhora técnica no quadro de professores, pois foram preenchidas as últimas duas vagas para professores via concurso público; os docentes que estavam em treinamento de doutorado concluíram, e docentes mestres estão em fase de doutoramento; o corpo técnico se consolidou e tornou-se instrumento indispensável para o funcionamento do curso.

Internamente, o curso se estruturou por meio de seu Núcleo Docente Estruturante (NDE), que organizou comissões para ajustar normativas relacionadas com o curso, com a gestão do *campus* Mazagão e da UNIFAP. Ações de extensão e projetos de pesquisa foram estabelecidos, cada um em suas linhas de atuação por meio de grupos e núcleos de pesquisa. Aumentou a interlocução com vários segmentos da sociedade civil, sobretudo no Território Sul do Amapá. A efetividade do corpo docente do curso agregou substancialmente ao *campus* Mazagão, inclusive no aspecto financeiro, uma vez que estes têm conseguido captar recursos de instituições de fomento (CNPq, FAPEAP, Banco da Amazônia, e também editais internos) que financiam projetos de pesquisa e de extensão, e possibilitam a oferta de bolsas de iniciação científica e iniciação à docência para os discentes.

No aspecto da produção acadêmica, no período supracitado, o corpo docente do curso publicou e participou da publicação de livros, cartilhas, CD, documentários e capítulos de livros. Houve participação em eventos nacionais por parte dos corpos docente e discente, e também incursões pelo interior do estado em ações de pesquisa e de extensão. Alguns docentes integram programas de pós-graduação da instituição, ou participam efetivamente de orientações e coorientações na UNIFAP e em outras instituições.

Nota-se muitos egressos do curso inseridos no mercado local, alguns atuam como agricultores e outros entraram na pós-graduação. Apesar destes avanços, há consenso geral entre o corpo docente de que o curso precisava ter a sua grade curricular atualizada. Essa necessidade surgiu sobretudo da observação de possíveis lacunas que poderiam estar faltando nesta formação, bem como a elevada carga horária do curso (uma das maiores dentre os cursos de Licenciatura em

Educação do Campo existentes no país). Além de que, a sociedade, para a qual a universidade forma, é dinâmica, está em constante movimento, o que requer novas habilidades do profissional, à exemplo da necessidade de curricularização das atividades de extensão a ser implementada pelas universidades brasileiras, conforme estabelece a Resolução CNE / CES N.º 07/2018. Considerando estes aspectos, no final de 2021, a coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, iniciou um conjunto de esforços, junto ao seu NDE e colegiado de curso. Inicialmente, foram formadas três comissões identificadas da seguinte forma:

1. Comissão de atualização da Matriz Curricular;
2. Comissão de Alternância Pedagógica (Tempo Comunidade, Estágios e Práticas Pedagógicas);
3. Comissão de Processo Seletivo e ingresso no curso.

Posteriormente, cada comissão discutiu e deliberou sobre a temática em tela, elaborou proposta visando dar funcionalidade à execução destas atividades e manter a qualidade do curso. As deliberações de todas as comissões foram sistematizadas e agrupadas em uma nova proposta de PPC, submetida e aprovada pelo NDE e colegiado de curso, e submetida à PROGRAD, até tramitar todas as instâncias, com a pretensão de ser executada no ano letivo de 2025.

7 OBJETIVOS DO CURSO

7.1 GERAL:

✓ Formar educadores (as) para o exercício da docência no Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Técnico nas áreas de Ciências Agrárias e Biologia, com sólida formação científica e profissional geral, que possibilite aprender e desenvolver tecnologia; capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade.

7.2 ESPECÍFICOS:

- Proporcionar formação acadêmica a partir da afirmação da identidade e a realidade da Amazônia buscando valorizar a diversidade do campo, que possibilite a compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos;
- Possibilitar ao Licenciado exercer atividades de docência, pesquisa e extensão nos anos finais do ensino fundamental, médio e técnico profissional, através de pesquisa, análise,

experimentação, ensaios e divulgação técnica e extensão;

- Utilizar de maneira racional, integrada e sustentável os recursos disponíveis no meio ambiente, possibilitando a sua conservação com vistas a melhorar a qualidade de vida no planeta;

- Primar pelas responsabilidades técnica e social, considerando prioritariamente o respeito à fauna e à flora; a conservação e recuperação da qualidade do solo, do ar e da água;

- Empregar o raciocínio reflexivo, crítico-criativo e o atendimento às expectativas humanas e sociais no exercício das suas atividades profissionais;

- Orientar a produção, conservação e comercialização de alimentos, fibras e outros produtos agropecuários, além de participar e atuar em todos os segmentos da cadeia produtiva;

- Acompanhar práticas de produção em associações e cooperativas de produção em agricultura familiar, para que possa propor e desenvolver práticas de economia solidária e a sua relação com a escola do campo;

- Trabalhar em espaços escolares e não-escolares, na organização das comunidades do campo e nos processos educativos dos movimentos sociais, em vista da promoção da aprendizagem de sujeitos baseada no conhecimento científico acumulado historicamente;

- Ter a capacidade para enfrentar os desafios cotidianos de sua atuação em escolas do campo, nas áreas de Ciências Agrárias e Biologia tornando-os habilitados a contribuir para a melhoria do ensino no Amapá, bem como para o aprimoramento e ampliação das possibilidades de ensino- aprendizagem;

- Formar um profissional ético, socialmente responsável, capacitado, no âmbito da legislação vigente e em função do conhecimento biológico, a agir sempre com atitudes conscientes de respeito à vida e de sua preservação, efetivamente comprometido com a melhoria das condições do planeta;

- Atuar como educador na educação escolar e não escolar, tais como nos programas de educação popular e educação de jovens e adultos;

- Conduzir e aprimorar suas práticas educativas e contribuir com o desenvolvimento do projeto pedagógico da instituição em que atua de maneira coletiva, solidária, interdisciplinar e investigativa;

- Criar projetos e ações estratégicas para diagnóstico de problemas, encaminhamento de soluções e tomada de decisões, considerando as necessidades de desenvolvimento inerentes às comunidades do campo;

Desse modo, tanto o objetivo geral quanto os específicos, orientam-se pela Base Nacional Comum e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, conforme disposto na

Resolução CNE/CP N.º 4 de 29 de maio de 2024.

7.3 PERFIL DO PROFISSIONAL EGRESSO

Com a universalização do acesso à escola, a sociedade brasileira - e em especial a escola - tem enfrentado o desafio de incorporar grupos sociais que historicamente foram excluídos dos processos de escolarização. No enfrentamento desse desafio, cabe ao licenciado em Educação do Campo contribuir na tarefa de democratizar o acesso aos conhecimentos visando, entre outros objetivos, a promoção da melhoria nas condições de vida das pessoas. De modo mais específico, isso implica em ser um profissional capaz de investigar, refletir, gerar conhecimento, gerir e ensinar tanto no âmbito escolar como em espaços não-escolares. Tais competências são coerentes com aquilo que as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo” estabelecem para a formação de professores para o exercício da docência nas escolas do campo, acentuando: o respeito à diversidade cultural e o protagonismo tendo em vista a interação e transformação do campo; o aprender de forma autônoma e contínua, realizando o duplo movimento de derivar o conhecimento; trabalhando de forma multidisciplinar; pautando-se na ética e na solidariedade enquanto ser humano, cidadão e profissional.

O perfil do licenciado em Educação do Campo está assentado em sólida fundamentação teórico-metodológica, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, na valorização do conhecimento docente, na concepção da prática-pedagógica e curricular e do Estágio Curricular Supervisionado, ancorada em uma formação humanista, crítica e reflexiva, voltadas para a interlocução dos conhecimentos científicos e saberes populares das comunidades do campo, apto a atuar no exercício da docência no Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Técnico nas áreas de Ciências Agrárias e Biologia.

Além disso, o profissional formado no curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia será um profissional capaz de desenvolver competências e habilidades de projetar e coordenar projetos de desenvolvimento de economia solidária. Também precisa ter condutas, atitudes e responsabilidade técnica e social, respeitando a fauna e a flora e promovendo a conservação e/ou recuperação da qualidade do solo, do ar e da água, com uso de tecnologias integradas e sustentáveis do ambiente.

O profissional formado neste curso de licenciatura deverá ser capaz de promover a educação para a cidadania e desenvolver a pesquisa, de realizar a análise e a aplicação dos resultados de investigações na área educacional e produtiva dos povos do campo.

Deverá ter condições de reconhecer as especificidades regionais e locais, relacionadas à sua área de atuação, contextualizá-las e relacioná-las à realidade nacional pautado no Ensino das

Ciências Agrárias e Biologia, e em seu contexto social, cultural, econômico e ambiental. E ainda, promover a difusão do conhecimento científico no âmbito de Ciência, Tecnologia e Inovação para o desenvolvimento social e econômico nas comunidades do campo. O licenciado será um profissional com uma formação ética, visão sócio-política capaz de gerar, aplicar e adaptar conhecimentos em educação escolar e não escolar junto às instituições, organizações, entidades e movimentos sociais voltados à produção, pesquisa, extensão e desenvolvimento do campo.

Além disso, o Curso tem na pesquisa o foco do processo ensino-aprendizagem. Em relação ao princípio metodológico da ação-reflexão-ação, aponta-se que as Práticas em Educação do Campo têm este viés na medida em que são realizadas na perspectiva da Pedagogia da Alternância atividades teórico-práticas, envolvendo momentos das disciplinas abordados na Universidade e outros momentos desenvolvidos em suas comunidades. O tempo dedicado à dimensão pedagógica é superior à quinta parte da carga horária total, respeitando-se, assim, estas Diretrizes.

7.3.1 Acompanhamento da atuação do egresso

Atualmente o curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, conta com 155 egressos atuando em áreas distintas, sendo professores das escolas do campo; alguns que entraram em programas de pós-graduação na UNIFAP e em outras instituições fora do estado; discentes que retornaram para as suas propriedades agrícolas e atuam como agricultores familiares, inclusive em organizações sociais representantes destas categorias.

Esse acompanhamento, por parte da coordenação de curso, ocorre por meio de ações de extensão e projetos diversos da UNIFAP, nas comunidades e municípios que estes egressos residem. Entretanto, a coordenação de curso, por meio de projeto pedagógico, organizará métricas para que estes dados sejam quantificados, o que pode ocorrer por meio de formulários eletrônicos, envio de e-mail aos egressos, bem como, realizar anualmente evento, similar a reunião ou encontro, que possibilite fazer o acompanhamento da atuação destes ex-alunos.

7.4 ÁREA DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

O profissional egresso do Curso de Licenciatura em Educação do Campo atuará no exercício da docência no Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Técnico nas áreas de Ciências Agrárias e Biologia, além de trabalhar em espaços escolares e não-escolares, na organização das comunidades do campo, com vista à promoção da aprendizagem de sujeitos do campo, assim como na criação e desenvolvimento de projetos agrícolas vinculados aos sistemas de produção das comunidades campestres, envolvendo as associações e cooperativas de produtores do campo e realizando assessorias em economia solidária e em projetos agroecológicos.

7.5 DADOS DO CURSO

- **Denominação do curso:** Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia
- **Forma de ingresso:** Processo seletivo específico.
- **Número de Vagas:** 40 vagas.
- **Grau:** licenciatura
- **Turno de Funcionamento:** integral (matutino e vespertino).
- **Modalidade de Oferta:** Presencial, com disciplinas organizadas através da alternância pedagógica, constituída de tempo universidade e tempo comunidade.
- **Habilitação:** docência no Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Técnico nas áreas de Ciências Agrárias e Biologia.
- **Regime de Matrícula:** Semestral.
- **Título Conferido:** Licenciado em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia.
- **Duração Mínima:** 4 (quatro) anos ou 8 (oito) semestres.
- **Período de integralização:** 8 a 12 semestres.
- **Carga horária do curso:** O curso possui 3645 horas/relogio (4374 horas/aula).
- **Regime Acadêmico:** Período regular de estudos com a utilização da Alternância Pedagógica (Tempo Universidade e Tempo Comunidade).
- **Atos legais de criação:** Resolução N.º 027/2014, aprova a implantação e Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.
- **Identificação do coordenador do curso:** Prof. Dr. Galdino Xavier de Paula Filho.

7.6 ESTRUTURA CURRICULAR

A Estrutura curricular do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia está em conformidade com a Resolução CNE/CP N.º 4, de 29 de maio de 2024, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica, além disso o presente currículo contempla os pré-requisitos do Edital de Seleção N.º 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC, de 31 de agosto de 2012, que institui a organização curricular por etapas equivalentes a semestres regulares cumpridas em Regime de Alternância entre Tempo Universidade e Tempo Comunidade, bem como atende a Resolução CNE/CP N.º 1, de 16 de agosto de 2023, que dispõe sobre as diretrizes curriculares da pedagogia da alternância na educação básica e na educação superior. Entende-se por Tempo Universidade os estudos realizados no *campus* universitário e, por Tempo

Comunidade, os estudos desenvolvidos no território onde habitam os estudantes, de modo integrado ao Projeto Pedagógico, orientados pelo corpo docente do curso.

Em atendimento ao referido edital, o currículo do curso também está organizado de acordo com as áreas de conhecimento, previstas para a docência multidisciplinar – Ciências Agrárias e Biologia, a fim de atender a demanda por docentes habilitados nestas áreas.

O currículo do curso tem a interdisciplinaridade como um dos principais instrumentos da formação, por entender que o objeto de conhecimento do licenciado em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, em qualquer nível de formação, é um sistema complexo, pois tem suas intervenções inseridas num campo de conhecimento muito vasto, requerendo uma estreita integração dos diversos componentes curriculares, com vistas a conferir ao profissional formado o perfil almejado e os objetivos requeridos na formação, que congregam: o meio natural; a dimensão humana e sociocultural; a dimensão político- econômica e as relações de produção e a tecnologia.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade, se materializa através de uma organização curricular que utiliza eixos temáticos como ponto de partida para a obtenção do conhecimento científico e considerando a complexidade do meio a ser estudado, as disciplinas do Tempo Universidade a sua articulação com o Tempo Comunidade exigindo a prática privilegiada da interdisciplinaridade entre as diferentes áreas do saber.

Assim, os componentes curriculares previstos se articulam no semestre e são envolvidos aos eixos temáticos, bem como das atividades acadêmicas de extensão, das práticas e estágios, a fim de orientar as discussões e os conteúdos a serem privilegiados. Dessa forma, as problemáticas a serem trabalhadas nos referidos componentes terão como referência os objetivos apontados para cada eixo. Isso significa dizer que as demais disciplinas não têm um objetivo em si, mas as Atividades Acadêmicas de Extensão, as Práticas em Educação do Campo e Estágios Curriculares Supervisionados possuem um objetivo definido a partir do contexto e dos problemas que se quer tratar dentro do eixo temático.

As disciplinas foram pensadas a partir da necessidade de realizar uma *práxis* investigativa que problematize a realidade do campo, em especial, da educação, e estão reunidas em eixos previamente escolhidos. Contudo, por reconhecer que a realidade é mais ampla do que qualquer esforço de teorização, planejamento e sistematização, como é o caso do presente PPC, levanta-se a possibilidade de mudar os eixos temáticos, em reunião de Colegiado, em função de demandas concretas, oriundas da realidade sociocultural amapaense.

Os eixos escolhidos são em número de 8 (oito), e foram elaborados tendo-se por referência a Resolução CNE/CP N.º 1, de 16 de agosto de 2023, que dispõe sobre as diretrizes curriculares

da pedagogia da alternância na educação básica e na educação superior, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e as diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo, a saber:

- **Eixo temático 1- Educação do Campo, Heterogeneidade e Relações Étnico-Raciais**

Objetivo: compreender os fundamentos da educação do campo a partir da heterogeneidade que constitui a identidade das comunidades e das escolas do campo, em seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia, com foco para o registro da história não contada de quilombos, comunidades ribeirinhas e a descendência indígena.

- **Eixo temático 2- Educação do campo e direito à terra**

Objetivo: compreender as lutas e o direito pela posse da terra no campo.

- **Eixo temático 3: Educação do campo e diversidade cultural**

Objetivo: compreender as alternativas de educação e diversas manifestações da cultura, articuladas a produção material de existência das comunidades do campo, considerando conhecimentos de matrizes indígenas e africanas, que conformam a identidade cultural amapaense.

- **Eixo temático 4: Direitos Humanos e a educação do campo**

Objetivo: compreender a educação no âmbito dos Direitos Humanos, reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana, que se materializam a partir da identidade da escola do campo, definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa da qualidade social da vida coletiva no país.

- **Eixo temático 5: Educação do campo e inclusão**

Objetivo: Compreender o direito à educação socioinclusiva considerando o atendimento às populações do campo em suas mais variadas formas de produção da vida - agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma

Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas etc, e suas habilidades e individualidade cognitivas, afetivas, motoras, dentre outras.

- **Eixo temático 6: Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável**

Objetivo: compreender a educação do campo referenciada por uma educação escolar que promova a sustentabilidade ambiental e a qualidade social, constituída a partir de um espaço público de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o mundo do trabalho, bem como para o desenvolvimento social, economicamente justo e ecologicamente sustentável.

- **Eixo temático 7: Educação do campo, docência, e organização social**

Objetivo: Compreender a docência a partir da análise de propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas.

- **Eixo temático 8: Educação do campo, docência e pesquisa**

Objetivo: Compreender a docência a partir de estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo.

No que tange à Resolução CNE/CP N.º 4/2024, em seus Arts. 13 e 14, os cursos de licenciatura devem ter carga horária mínima de 3200 horas e serão organizados em Núcleos, conforme a seguinte caracterização:

- Núcleo I - 880 (oitocentas e oitenta) horas para os Estudos de Formação Geral – EFG: compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos, e fundamentam a compreensão do fenômeno educativo e da educação escolar, formando a base comum para todas as licenciaturas;

- Núcleo II - 1.600 (mil e seiscentas) horas, para Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos das áreas de atuação profissional – ACCE: refere-se à assimilação dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da base nacional comum de orientação curricular para a Educação Básica (BNCC), bem como para o aprimoramento do domínio pedagógico desses mesmos conteúdos;

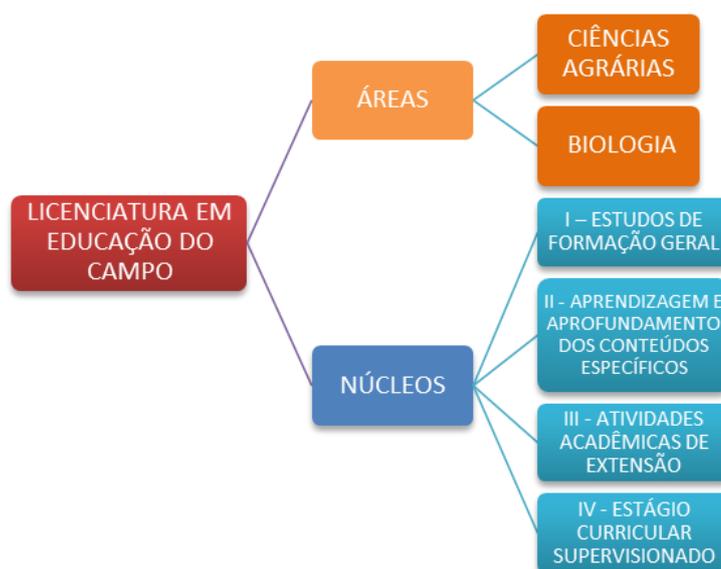
- Núcleo III: 320 (trezentas e vinte) horas, para as Atividades Acadêmicas de Extensão -

AAE, realizadas na forma de práticas vinculadas aos componentes curriculares: as ações de extensão devem ser executadas nas instituições de Educação Básica, com orientação, acompanhamento e avaliação de um professor formador da IES, desde o início do curso;

- Núcleo IV: 400 (oitocentas) horas, Estágio Curricular Supervisionado - ECS: é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, com carga horária distribuída ao longo do curso, desde o primeiro semestre, na área de formação e atuação na Educação Básica e deve ser realizado em instituição de Educação Básica, devidamente acompanhado do professor regente e supervisionado pelo docente da IES.

Dessa forma, os componentes curriculares da Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Amapá estão distribuídos em Núcleos de Conhecimentos preconizados pela Resolução CNE/CP N.º 04/2024, conforme ilustrado na Figura 1 e detalhamento no subitem 7.6.1.

Figura 1. Representação da organização curricular da LEdoC/UNIFAP em Áreas multidisciplinares para atuação profissional e Núcleos de conhecimentos.



7.6.1 Detalhamento da matriz curricular por Núcleo conforme Res. CNE/CP N.º 04/2024

- NÚCLEO I – ESTUDOS DE FORMAÇÃO GERAL (EFG)

Contempla 19 componentes curriculares obrigatórios, totalizando 975 horas, sendo 2 com 60 h, 3 Práticas em Educação do Campo com 75 h e 14 disciplinas com 45 h de carga horária, disponibilizadas a partir do 1º ano do curso, integrando-se as três dimensões das competências profissionais docentes (conhecimento, prática e engajamento profissionais), conforme as

competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular - Educação Básica. Nos componentes curriculares do Núcleo I são tratados os aspectos de currículos e seus marcos legais, didática e seus fundamentos, bem como conteúdos básicos e fundamentais para a formação do indivíduo e do docente, como um profissional ético, crítico, reflexivo, inclusivo e conhecedor da educação do campo.

As Práticas em Educação do Campo serão ofertadas no 1º, 3º e 6º semestres letivos, e deverão ser realizadas nas comunidades de origem dos discentes, atrelando-se o Eixo temático orientador do semestre às ações *in loco*, por meio da alternância pedagógica prevista no presente PPC. Reforça-se no Art. 8 da Res. CNE/CP N.º 04/2024, a evidência e o respeito à Educação Escolar do Campo, diante da diversidade étnico-cultural de cada comunidade, sendo, portanto, justificável, a nova configuração do conceito das 'práticas pedagógicas' no PPC da Licenciatura em Educação do Campo da UNIFAP, ao estender as possibilidades do fazer o pedagógico e o científico voltado a valorização das comunidades do entorno das escolas de ensino básico, uma vez que as atividades de extensão e de estágio supervisionado serão realizadas obrigatoriamente nas escolas.

- **NÚCLEO II – APRENDIZAGEM E APROFUNDAMENTO DOS CONTEÚDOS ESPECÍFICOS (ACCE)**

Neste Núcleo estão disponíveis 38 componentes curriculares obrigatórios, totalizando 1725 horas, incluindo-se Trabalho de Conclusão de Curso I (45h) e II (60h), direcionados ao estudo das áreas de atuação profissional do licenciado em Educação do Campo e as disciplinas optativas (90h). A organização curricular do PPC na forma de componentes curriculares é prevista pelo Conselho Nacional de Educação, especialmente para a formação de professores dos docência no Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Técnico nas áreas de Ciências Agrárias e Biologia, cujo o aprofundamento e desenvolvimento dos saberes específicos devem ser estruturados por meio da base nacional comum e suas orientações curriculares.

No curso de Licenciatura em Educação do Campo da UNIFAP, os conteúdos das áreas de Ciências Agrárias e Biologia do Núcleo II se articulam com as Unidades temáticas e/ou Objetos de Conhecimentos e Habilidades da BNCC-Formação e o Referencial Curricular Amapaense, à exemplo das disciplinas elencadas neste PPC, dispostas no Quadro 2.

Quadro 2 - Relação de Componentes Curriculares Obrigatórios articulados às Unidades temáticas previstas na BNCC-Formação e na RCA.

DISCIPLINA	UNIDADES TEMÁTICAS E/OU HABILIDADES (BNCC-FORMAÇÃO e RCA)
ANATOMOFISIOLOGIA COMPARADA	<ul style="list-style-type: none"> ● Vida e evolução ● (RCA) Compreender as transformações físicas e emocionais da adolescência, assim como a anatomia e fisiologia dos sistemas genitais masculino e feminino; ● (RCA) Debater sobre gravidez na adolescência e conhecer sobre os principais métodos contraceptivos, assim como a transmissão e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis.
EMBRIOLOGIA E REPRODUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ● Vida e evolução
PRODUÇÃO ANIMAL II	<ul style="list-style-type: none"> ● Matéria e Energia ● (RCA) Debater e avaliar a importância da conservação dos recursos naturais do Amapá, como elemento imprescindível na manutenção das espécies, empreendedorismo e renda. ● Vida e evolução ● (RCA) Analisar e debater os impactos socioambiental e econômico das endemias no Amapá. ● (RCA) Conhecer e caracterizar os principais ecossistemas existentes no Estado do Amapá, reconhecendo o Cerrado como o de maior incidência em nossa região.
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> ● Matéria e Energia ● (RCA) Debater e avaliar a importância da conservação dos recursos naturais do Amapá, como elemento imprescindível na manutenção das espécies, empreendedorismo e renda.
BUBALINOCULTURA	<ul style="list-style-type: none"> ● Matéria e Energia ● (RCA) Debater e avaliar a importância da conservação dos recursos naturais do Amapá, como elemento imprescindível na manutenção das espécies, empreendedorismo e renda. ● Vida e evolução ● (RCA) Analisar e debater os impactos socioambiental e econômico das endemias no Amapá.
ZONÓSES	<ul style="list-style-type: none"> ● Vida e evolução ● (RCA) Analisar e debater os impactos socioambiental e econômico das endemias no Amapá.
BOTÂNICA	<ul style="list-style-type: none"> ● Terra e Universo
ECOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> ● Vida e evolução ● Terra e Universo ● (RCA) Identificar, na região do Amapá, as atividades humanas (queimadas, incêndios florestais e atividades industriais), ligadas à poluição atmosférica.

MICROBIOLOGIA GERAL	
PALEONTOLOGIA E EVOLUÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> ● Vida e evolução ● Terra e Universo
PARASITOLOGIA	
AGROECOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> ● Matéria e energia ● Natureza, ambientes e qualidade de vida ● Terra e Universo
LEGISLAÇÃO AGRÁRIA E AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> ● Matéria e energia ● Vida e Evolução ● Terra e Universo ● Conexões e escalas ● Natureza, ambientes e qualidade de vida
EXTRATIVISMO AMAZÔNICO	<ul style="list-style-type: none"> ● O sujeito e seu lugar no mundo ● Natureza, ambientes e qualidade de vida ● Terra e Universo ● O sujeito e seu lugar no mundo
EXTENSÃO RURAL	<ul style="list-style-type: none"> ● Matéria e energia ● Conexões e escalas ● Mundo do trabalho
AGROCLIMATOLOGIA	<ul style="list-style-type: none"> ● Terra e Universo ● Matéria e Energia ● Natureza, ambientes e qualidade de vida ● Conexões e escalas ● (RCA) Conhecer e debater o fenômeno do solstício e do equinócio, relacionando com o sistema biofísico do Amapá.
DESENHO TÉCNICO E TOPOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> ● Formas de representação e pensamento espacial; ● Conexões e escalas.
FUNDAMENTOS DE QUÍMICA	<ul style="list-style-type: none"> ● Noções de Química Ambiental: Ciclos Biogeoquímicos, Camada de ozônio e Efeito estufa, Agroquímicos e Poluentes Ambientais.
FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> ● Noções de Aritmética ● Álgebra ● Geometria ● Grandezas e Medidas

● NÚCLEO III – ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO (AAE):

Corresponde aos componentes curriculares obrigatórios de extensão distribuídos nos 2º, 4º, 6º e 8º semestres letivos, respectivamente, com carga horária de 60 h para Atividade Acadêmica de Extensão I (AAE I), 90 h para Atividade Acadêmica de Extensão II (AAE II), 60 horas para Atividade Acadêmica de Extensão III (AAE III) e 120 horas para Atividade Acadêmica de Extensão IV (AAE IV), totalizando 330 h, de acordo com a Res. CNE/CP N.º 04/2024, que normatiza a carga horária total mínima de 320 h, iniciando-se no primeiro ano do curso.

● **NÚCLEO IV – ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO (ECS):**

Contempla 4 componentes curriculares obrigatórios, totalizando 405 horas, distribuídos no 1º semestre (90h) – Estágio curricular supervisionado de iniciação à docência; 3º semestre (90 h) – Estágio curricular supervisionado em Biologia I; 5º semestre (90h) – Estágio curricular supervisionado em Biologia II; e 7º semestre (135h) – Estágio curricular supervisionado em Ciências Agrárias, em concordância com o estabelecido no Art. 14, inciso IV da Resolução CNE/CP N.º 04/2024.

O Estágio Curricular Supervisionado deverá unir a teoria e a prática e ser realizado num espaço de ensino e aprendizagem, especificamente, em Instituições de Educação Básica. Existe, portanto, uma sequência gradativa de atividades práticas no percurso do estudante, desde a iniciação à docência com as primeiras observações e participações na escola até a prática efetiva docente na condição de regência, quando finalmente aplicará o que foi apreendido no curso em busca de sanar problemas do ambiente em que está inserido.

No âmbito da BNCC, bem como do Art. 14, § 2º e § 3º da Res. N.º 04/2024, direciona-se que os currículos devem estar a serviço do desenvolvimento de competências, ora construídos por meio das áreas e componentes específicos e transversais, que permitam ao licenciado ser capaz de mobilizar e aplicar os conhecimentos ao defrontar-se com um problema. A LEdoC cumpre este papel ao elencar no Núcleo IV, bem como nos demais Núcleos, os componentes curriculares pertinentes às competências que os alunos devem desenvolver durante as etapas de escolaridade do Ensino Fundamental II e Ensino Médio, para as quais o curso é direcionado.

No Quadro 3, são demonstrados os componentes curriculares constitutivos de cada Núcleo, bem como a carga horária (CH), os créditos correspondentes (CR), o semestre letivo a ser ofertado e o eixo temático relacionado.

Quadro 3 - Distribuição de Componentes Curriculares Obrigatórios por Núcleo, conforme Resolução CNE/CP N.º 04/2024.

NÚCLEO I – EFG			
COMPONENTE CURRICULAR	CH (hora/relógio)	CR	Semestre/ Eixo temático
1. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	60	4	1
2. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	45	3	1
3. INFORMÁTICA BÁSICA E TDICS	45	3	1
4. PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	45	3	1
5. METODOLOGIA DO TRABALHO	45	3	1

CIENTÍFICO			
6. PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO I	75	5	1
7. FUNDAMENTOS DA ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA	45	3	2
8. FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	45	3	2
9. PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM	45	3	2
10. SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	45	3	3
11. DIDÁTICA	45	3	3
12. PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO II	75	5	3
13. POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL	45	3	4
14. GESTÃO E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	45	3	4
15. EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO	45	3	4
16. EDUCAÇÃO SOCIOINCLUSIVA	45	3	5
17. PESQUISA EDUCACIONAL	45	3	6
18. PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO III	75	5	6
19. EDUCAÇÃO E SAÚDE	60	4	8
	975 h	65	

NÚCLEO II – ACCE

COMPONENTE CURRICULAR	CH (hora/relógio)	CR	Semestre/ Eixo temático
1. PALEONTOLOGIA E EVOLUÇÃO	45	3	1
2. FUNDAMENTOS DE QUÍMICA	45	3	1
3. FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA	45	3	2
4. BIOLOGIA CELULAR E HISTOLOGIA	45	3	2
5. MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO	45	3	2
6. LIBRAS	45	3	2
7. AGROCLIMATOLOGIA	45	3	3
8. BOTÂNICA	45	3	3
9. FUNDAMENTOS DE FÍSICA	45	3	3
10. ZOOLOGIA	45	3	3
11. ANATOMOFISIOLOGIA COMPARADA	45	3	3
12. LEGISLAÇÃO AGRÁRIA E AMBIENTAL	45	3	4
13. ANATOMIA E FISIOLOGIA VEGETAL	45	3	4
14. GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR	45	3	4
15. ZOOTECNIA GERAL	45	3	5
16. AGROECOLOGIA	45	3	5
17. SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	45	3	5
18. MICROBIOLOGIA GERAL	45	3	5
19. ESTATÍSTICA	45	3	5
20. EMBRIOLOGIA E REPRODUÇÃO	45	3	5
21. RELAÇÃO SOLO-ÁGUA-PLANTA	45	3	6

22. PRODUÇÃO ANIMAL I	45	3	6
23. ENTOMOLOGIA GERAL	45	3	6
24. DESENHO TÉCNICO E TOPOGRAFIA	45	3	6
25. ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE	45	3	6
26. PRODUÇÃO ANIMAL II	45	3	7
27. CONSTRUÇÕES RURAIS	45	3	7
28. PARASITOLOGIA	45	3	7
29. DEFESA FITOSSANITÁRIA	45	3	7
30. EXTRATIVISMO AMAZÔNICO	45	3	7
31. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	45	3	7
32. HORTICULTURA TROPICAL	45	3	8
33. EXTENSÃO RURAL	45	3	8
34. AGROINDÚSTRIA E COMERCIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR	45	3	8
35. ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO	45	3	8
36. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	60	4	8
37. OPTATIVA I	45	3	4-8
38. OPTATIVA II	45	3	4-8
	1725 h	115	
NÚCLEO III – AAE			
COMPONENTE CURRICULAR	CH (hora/relógio)	CR	Semestre/ Eixo temático
1. ATIVIDADE ACADÊMICA DE EXTENSÃO I	60	4	2
2. ATIVIDADE ACADÊMICA DE EXTENSÃO II	90	6	4
3. ATIVIDADE ACADÊMICA DE EXTENSÃO III	60	4	6
4. ATIVIDADE ACADÊMICA DE EXTENSÃO IV	120	8	8
	330 h	22	
NÚCLEO IV – ECS			
COMPONENTE CURRICULAR	CH (hora/relógio)	CR	Semestre/ Eixo temático
1. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA	90	6	1
2. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM BIOLOGIA I	90	6	3
3. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM BIOLOGIA II	90	6	5
4. ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM CIÊNCIAS AGRÁRIAS	135	9	7
	405 h	27	

A contabilização da carga horária por Núcleo ratifica o atendimento do curso às diretrizes da Resolução CNE/CP N.º 04/2024: Núcleo I – EFG: 975h; Núcleo II - ACCE: 1725h, Núcleo III

- AAE: 330h, e Núcleo IV - ECS: 405h totalizando 3435 horas/relógio ou 4122 horas/aula de componentes curriculares obrigatórios. Nota-se que não estão incluídas na carga horária dos Núcleos I, II, III e IV as atividades complementares (210h), os quais serão ofertados em módulo livre.

7.7 MATRIZ SEMESTRALIZADA

A integralização da matriz curricular ocorrerá com o cumprimento dos componentes curriculares obrigatórios teóricos e práticos (Núcleo I, II e IV) - 3105h, das Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE – Núcleo III) - 330h, além da realização das Atividades Complementares - 210 h, que compõem a carga horária total do curso – 3645 horas/relógio ou 4374 horas/aula.

No quadro 4, ilustra-se a distribuição da referida carga horária total de maneira semestralizada, sendo tal distribuição aquela que materializará o caminho crítico do curso.

Quadro 4 – Matriz curricular semestralizada do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia, *Campus Mazagão*, UNIFAP.

1º SEMESTRE					
Eixo temático 1: Educação do Campo, Heterogeneidade e Relações Étnico-Raciais					
DISCIPLINA	CH Total	CH Tempo universidade	CH Tempo comunidade	CH Extensão	CRÉDITOS
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	60	60	-	-	4
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	45	30	15	-	3
INFORMÁTICA BÁSICA E TDICS	45	45	-	-	3
PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	45	45	-	-	3
PALEONTOLOGIA E EVOLUÇÃO	45	45	-	-	3
FUNDAMENTOS DE QUÍMICA	45	45	-	-	3
METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO	45	45	-	-	3
PRÁTICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO I	75	30	45	-	5

TOTAL CH (hora/relógio) E CRÉDITOS DO SEMESTRE	405	345	60	-	27
---	------------	------------	-----------	----------	-----------

2º SEMESTRE					
Eixo temático 2: Educação do campo e direito à terra					
DISCIPLINA	CH Total	CH Tempo universidade	CH Tempo comunidade	CH Extensão	CRÉDITOS
FUNDAMENTOS DA ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA	45	30	15	-	3
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	45	45	-	-	3
PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM	45	45	-	-	3
FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA	45	45	-	-	3
BIOLOGIA CELULAR E HISTOLOGIA	45	45	-	-	3
MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO	45	45	-	-	3
LIBRAS	45	45	-	-	3
ATIVIDADE ACADÊMICA DE EXTENSÃO I	60	-	-	60	4
TOTAL CH (hora/relógio) E CRÉDITOS DO SEMESTRE	375	300	15	60	25

3º SEMESTRE					
Eixo temático 3: Educação do campo e diversidade cultural					
DISCIPLINA	CH Total	CH Tempo universidade	CH Tempo comunidade	CH Extensão	CRÉDITOS
SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO	45	30	15	-	3
DIDÁTICA	45	45	-	-	3
AGROCLIMATOLOGIA	45	45	-	-	3
BOTÂNICA	45	45	-	-	3
FUNDAMENTOS DE FÍSICA	45	45	-	-	3
ANATOMOFISIOLOGIA COMPARADA	45	45	-	-	3
ZOOLOGIA	45	45	-	-	3
PRÁTICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO II	75	30	45	-	5
TOTAL CH (hora/relógio) E CRÉDITOS DO SEMESTRE	390	330	60	-	26

4º SEMESTRE					
Eixo temático 4: Direitos Humanos e a educação do campo					
DISCIPLINA	CH Total	CH Tempo universidade	CH Tempo comunidade	CH Extensão	CRÉDITOS
POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL	45	30	15	-	3
GESTÃO E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL	45	45	-	-	3
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO	45	45	-	-	3
LEGISLAÇÃO AGRÁRIA E AMBIENTAL	45	45	-	-	3
ANATOMIA E FISIOLOGIA VEGETAL	45	45	-	-	3
GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR	45	45	-	-	3
ATIVIDADE ACADÊMICA DE EXTENSÃO II	90	-	-	90	6
TOTAL CH (hora/relógio) E CRÉDITOS DO SEMESTRE	360	255	15	90	24

5º SEMESTRE					
Eixo temático 5: Educação do campo e inclusão					
DISCIPLINA	CH Total	CH Tempo universidade	CH Tempo comunidade	CH Extensão	CRÉDITOS
ZOOTECNIA GERAL	45	45	-	-	3
AGROECOLOGIA	45	45	-	-	3
SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA	45	45	-	-	3
MICROBIOLOGIA GERAL	45	45	-	-	3
ESTATÍSTICA	45	45	-	-	3
EMBRIOLOGIA E REPRODUÇÃO	45	45	-	-	3
EDUCAÇÃO SOCIOINCLUSIVA	45	30	15	-	3
TOTAL CH (hora/relógio) E CRÉDITOS DO SEMESTRE	315	300	15	-	21

6º SEMESTRE					
Eixo temático 6: Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável					
DISCIPLINA	CH Total	CH Tempo universidade	CH Tempo comunidade	CH Extensão	CRÉDITOS
RELAÇÃO SOLO-ÁGUA-PLANTA	45	45	-	-	3
PRODUÇÃO ANIMAL I	45	45	-	-	3
PESQUISA EDUCACIONAL	45	45	-	-	3

ENTOMOLOGIA GERAL	45	45	-	-	3
DESENHO TÉCNICO E TOPOGRAFIA	45	45	-	-	3
ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE	45	45	-	-	3
PRÁTICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO III	75	30	45	-	5
ATIVIDADE ACADÊMICA DE EXTENSÃO III	60	-	-	60	4
TOTAL CH (hora/relógio) E CRÉDITOS DO SEMESTRE	405	300	45	60	27

7º SEMESTRE

Eixo temático 7: Educação do campo, docência, e organização social

DISCIPLINA	CH Total	CH Tempo universidade	CH Tempo comunidade	CH Extensão	CRÉDITO S
PRODUÇÃO ANIMAL II	45	45	-	-	3
CONSTRUÇÕES RURAIS	45	45	-	-	3
PARASITOLOGIA	45	45	-	-	3
DEFESA FITOSSANITÁRIA	45	45	-	-	3
EXTRATIVISMO AMAZÔNICO	45	45	-	-	3
TOTAL CH (hora/relógio) E CRÉDITOS DO SEMESTRE	225	225	-	-	15

8º SEMESTRE

Eixo temático 8: Educação do campo, docência e pesquisa

DISCIPLINA	CH Total	CH Tempo universidade	CH Tempo comunidade	CH Extensão	CRÉDITO S
HORTICULTURA TROPICAL	45	45	-	-	3
EXTENSÃO RURAL	45	45	-	-	3
AGROINDÚSTRIA E COMERCIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR	45	45	-	-	3
ADMINISTRAÇÃO e PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO	45	45	-	-	3
EDUCAÇÃO E SAÚDE	60	60	-	-	4
ATIVIDADE CURRICULAR DE EXTENSÃO IV	120	-	-	120	8
TOTAL CH (hora/relógio) E CRÉDITOS DO SEMESTRE	360	240	-	120	24

QUADRO RESUMO DO CURSO

	CH Tempo Universida de	CH Tempo Comunida de	CH Extensã o	Subtotal	Crédi tos
Componentes Obrigatórios Teóricos e Práticos (Núcleo I e II, exceto TCC e optativas)	2295	210	-	2505	167
Atividades Acadêmicas de Extensão – Núcleo III	-	-	330	330	22
Estágios Curriculares Supervisionados – Núcleo IV*	150	255	-	405	27
Trabalho de Conclusão de Curso I e II**	60	45	-	105	7
Disciplinas Optativas***	90	-	-	90	6
Atividades Complementares****	210	-	-	210	14
Carga Horária Total em hora/relógio e Total de Crédito	2805	510	330	3645	243

Notas importantes:

*Para a integralização curricular será necessário cumprir 405 horas de Estágio Supervisionado, que será ofertado em “módulo livre” a partir do 1º semestre. Detalhamento disposto no item 7.11- Estágio Curricular Supervisionado;

**Para a integralização curricular será necessário cumprir 105 h de Trabalho de Conclusão de Curso (I e II), que serão ofertadas em “módulo livre” a partir do 7º semestre. Detalhamento disposto no item 7.13 - Trabalho de Conclusão de Curso;

***Para a integralização curricular será necessário cumprir 90 horas de disciplinas Optativas, que será ofertado em “módulo livre” a partir do 4º semestre. Detalhamento disposto no item 7.7.1 - Disciplinas Optativas;

****Para a integralização curricular será necessário cumprir 210 horas de Atividade Complementar, que será ofertado em “módulo livre”, a partir do 6º semestre. Detalhamento disposto no item 7.12 - Atividades Complementares;

*****Integra ainda este currículo o Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante – ENADE o qual, de acordo com o § 5º, do Art. 5º, da Lei 10.861, de 14/04/2004, é componente curricular obrigatório para integralização dos Cursos de Graduação.

7.7.1 Disciplinas Optativas

Dispõe-se no Quadro 5, o rol de disciplinas optativas que poderão ser ofertadas durante o processo formativo do discente da Licenciatura em Educação do Campo/ UNIFAP. São

disciplinas que permitirão o aprofundamento dos conhecimentos necessários às áreas de atuação profissional, seja voltado ao domínio pedagógico, ou às ciências agrárias e biologia. Nesse contexto, enfatiza-se que a carga horária mínima obrigatória de disciplinas optativas a serem integralizadas é de 90 horas, correspondente a 2 disciplinas que serão ofertadas em módulo livre, entre o 4º e 8º semestre letivo, conforme planejamento da Coordenação e Colegiado do curso.

Quadro 5 - Relação de disciplinas optativas por área de conhecimento do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, *Campus* Mazagão, UNIFAP.

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS			
Disciplina	Tempo Universid ade	Tempo Comunid ade	Crédit os
1 - CARTOGRAFIA SOCIAL DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA	45	0	3
2 - EDUCAÇÃO E JUVENTUDES DO CAMPO	45	0	3
3 - FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO AMAPÁ	45	0	3
4 - HISTÓRIA AFRICANA, AFROBRASILEIRA E INDÍGENA	45	0	3
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS			
DISCIPLINA	Tempo Universid ade	Tempo Comunid ade	Crédit os
5 - APICULTURA E MELIPONICULTURA	45	0	3
6 - BIOLOGIA E FERTILIDADE DO SOLO	45	0	3
7 – BUBALINOCULTURA	45	0	3
8 - ECOLOGIA NUMÉRICA	45	0	3
9 - ENSINO DE BOTÂNICA	45	0	3
10 - ENTOMOLOGIA MÉDICA	45	0	3
11 - ESTATÍSTICA APLICADA À AGROECOLOGIA	45	0	3
12 - FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA	45	0	3
13 - GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	45	0	3
14 - IMUNOLOGIA GERAL	45	0	3
15 - MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA	45	0	3
16 - NUTRIÇÃO ANIMAL BÁSICA	45	0	3
17 – OLERICULTURA	45	0	3
18 - PAISAGISMO E JARDINOCULTURA	45	0	3
19 - PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPIA	45	0	3
20 - PROCESSAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL	45	0	3
21 - CRIAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES	45	0	3
22 - AVICULTURA ALTERNATIVA	45	0	3
23 – PRODUÇÃO E TECNOLOGIA DE SEMENTES	45	0	3
24 - SISTEMAS AGROSILVIPASTORIS PARA A AMAZÔNIA	45	0	3
25 - SOCIOLOGIA RURAL	45	0	3

26 - TÉCNICAS DE TRABALHO EM BOTÂNICA	45	0	3
27 - TECNOLOGIA DE BIODIGESTORES	45	0	3
28 – ZOONOSES	45	0	3

7.8 FLUXOGRAMA

Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia	INTEG. CURRICULAR	NÚCLEO I Estudos para Formação Geral	NÚCLEO II - Aprendizagem e Aprofundamento dos Conteúdos Específicos (Exceto TCC, Optativas)	NÚCLEO III Atividades Acadêmicas de Extensão	NÚCLEO IV - Estágio Curricular Supervisionado*	Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I e II)*	Disciplinas Optativas*	Atividades Com. (AC)*	TOTAL
	Carga Horária (Hora/Relógio)	975	1530	330	405	105	90	210	3645
	Créditos	65	102	22	27	7	6	14	243

I SEMESTRE	II SEMESTRE	III SEMESTRE	IV SEMESTRE	V SEMESTRE	VI SEMESTRE	VII SEMESTRE	VIII SEMESTRE
História da Educação do Campo (60 h)	Fundamentos da Alternância Pedagógica (45 h)	Sociologia da Educação do Campo (45 h)	Política e Legislação Educacional (45 h)	Zootecnia Geral (45 h)	Relação Solo-Água-Planta (45 h)	Produção Animal II (45 h)	Horticultura Tropical (45 h)
Fundamentos da Educação do Campo (45 h)	Filosofia da Educação do Campo (45 h)	Didática (45 h)	Gestão e planejamento educacional (45 h)	Agroecologia (45 h)	Produção Animal I (45 h)	Construções Rurais (45 h)	Extensão Rural (45 h)
Informática Básica e TICS (45 h)	Psicologia do Desenv. e da Aprendizagem (45 h)	Agroclimatologia (45 h)	Educação de Jovens e Adultos do Campo (45 h)	Sistemas de Produção Agrícola (45 h)	Pesquisa Educacional (45 h)	Parasitologia (45 h)	Agroindústria e Comercialização na Agric. Familiar (45h)
Português Instrumental (45 h)	Fundamentos de Matemática (45 h)	Botânica (45 h)	Legislação Agrária e Ambiental (45 h)	Microbiologia Geral (45 h)	Entomologia Geral (45 h)	Defesa Fitossanitária (45 h)	Administração e Planejamento Agropecuário (45 h)
Paleontologia e Evolução (45 h)	Biologia Celular e Histologia (45 h)	Fundamentos de Física (45 h)	Anatomia e Fisiologia Vegetal (45 h)	Estatística (45 h)	Desenho Técnico e Topografia (45 h)	Extratativismo Amazônico (45 h)	Educação e Saúde (60 h)
Fundamentos de Química (45 h)	Manejo e Conservação do Solo (45 h)	Zoologia (45 h)	Genética e Biologia Molecular (45 h)	Embriologia e Reprodução (45 h)	Ecologia e Meio Ambiente (45 h)		Atividade Acadêmica de Extensão IV (120 h)
Metodologia do Trabalho Científico (45 h)	Libras (45 h)	Anatomofisiologia Comparada (45 h)	Atividade Acadêmica de Extensão II (90 h)	Educação Socioinclusiva (45 h)	Prática em Educação do Campo III (75 h)		
Prática em Educação do Campo I (75 h)	Atividade Acadêmica de Extensão I (60 h)	Prática em Educação do Campo II (75 h)			Atividade Acadêmica de Extensão III (60 h)		
CARGA HORÁRIA SEMESTRAL							
405	375	390	360	315	405	225	360

NOTAS RELEVANTES:

*Para integralização deste currículo exige-se:

O cumprimento de 90 horas em disciplinas optativas (que poderão ser ofertadas entre o 4º e o 8º semestre, conforme o planejamento da coordenação de curso), 405 horas em Estágio Supervisionado; de 105 horas em Trabalho de Conclusão de Curso e o cumprimento mínimo de 210 horas de Atividades Complementares, os quais serão ofertados em Módulo livre; Integra ainda este currículo o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), o qual, de acordo com o § 5º, do Art. 5º, da Lei 10.861, de 14/04/2004, é componente curricular obrigatório dos cursos de Graduação.

7.9 METODOLOGIA DE ENSINO

A educação do campo tem o protagonismo central no processo de formação do ser humano em suas múltiplas dimensões. Trata-se de um processo intencional de educação/formação de cidadão campesino, sujeito com direito a educação de qualidade e específica, por isso, a educação do campo apresenta essas especificidades nas pedagogias, nos métodos, nas didáticas próprias, nos tempos de formação e na materialidade de cada contexto. O papel docente e as estratégias pedagógicas precisam ter a centralidade envolvendo a práxis social, o trabalho, a cultura, a luta social e a resistência a toda e qualquer forma de negação de uma vida digna, por isso as matrizes educativas não podem deixar de ser intencionais e ter um projeto educacional que se pretenda emancipatório, e, portanto, omnilateral.

O Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UNIFAP – *Campus* Mazagão requer que o educador possa se situar como leitor crítico de si e da realidade, de modo a investigar sua ação, refletir e renovar sua prática, tornando-se um professor pesquisador e reflexivo. Este deverá ser capaz de ministrar conteúdos, estimular a pesquisa, a reflexão crítica e, principalmente, proporcionar o aprendizado mais amplo dos acadêmicos, estimulando-os à busca de soluções aos problemas que envolvem o contexto amazônico das comunidades do campo.

O curso, ainda, tem como objeto a formação inicial de professores para atuar no contexto da Educação do Campo, das águas e das florestas. Nesse sentido, sua organização didático-pedagógica se dá por meio da Alternância Pedagógica, ou seja, pela articulação de diferentes tempos e espaços de formação em um processo de ensino-aprendizagem que considera suas vivências, saberes tradicionais e ancestrais, o trabalho e a produção da vida, o sujeito e sua inserção no território.

7.9.1 Alternância Pedagógica

A Resolução CNE/CP N.º 1, de 16 de agosto de 2023, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior, apresenta em seu artigo 1 que “Os cursos de formação de professores que adotam a Pedagogia da Alternância devem explicitar no Projeto Pedagógico de Curso (PPC) a metodologia de organização curricular”.

A formação não está dissociada da vivência dos sujeitos, por isso a alternância pedagógica se organiza em Tempo Universidade e Tempo Comunidade. Estes produzem o sentido para a dimensão de territórios do campo, da escola e da educação do campo, estruturados a partir da relação tempo/espaço, na articulação entre os saberes produzidos pelos sujeitos em suas realidades e os saberes elaborados na academia, na produção e socialização do conhecimento e na

organização da Prática em Educação do Campo. Parte-se da compreensão que a prática é necessária para a teoria, assim como a teoria é necessária para a prática. Ambas se complementam para continuarem inovadoras e fonte de conhecimentos e não como mera aplicação ou cisão entre os dois domínios.

Nesse sistema educativo, o acadêmico alterna períodos de aprendizagem na família, no meio e na universidade, estreitamente interligados entre si por meio de instrumentos pedagógicos específicos, formando assim a interlocução entre comunidade, pedagogia, formação integral e a profissionalização. Na LEdoC UNIFAP/*Campus* Mazagão, as atividades do Tempo Universidade compreendem as aulas das disciplinas que compõem o curso, quando são realizadas aulas presenciais, com diversas estratégias de aprendizagem: aula expositiva dialogada, estudo de texto, portfólio, mapa conceitual, estudo dirigido, solução de problemas (Aprendizagem Baseada em Problemas – PBL), ensino com pesquisa, seminário, estudo de caso, painel, dentre outras.

O Tempo Comunidade abrange as disciplinas de Práticas em Educação do Campo, Estágios Curriculares Supervisionados, Trabalho de Conclusão de Curso e as Atividades Complementares, para as quais serão utilizados diversos tipos de instrumentos e/ou mediações didático-pedagógicos, tais como:

✓ Plano de Estudo, que consiste em uma pesquisa participativa, realizada no meio sócio profissional, sistematizada e ampliada na academia através de diferentes atividades de formação, tais como:

✓ Caderno da Realidade - este instrumento é utilizado para registros, anotações, reflexões, sistematização, ilustrações e síntese elaborada pelos acadêmicos nos períodos escolares, familiares e comunitários. Ele visa auxiliar no debate e aprofundamento dos temas geradores.

✓ Inventário da Realidade - é uma ferramenta pedagógica para conhecer, de maneira sistematizada, a cultura, a história, os aspectos geográficos, o meio ambiente e a forma como a comunidade se organiza. É um processo pedagógico fundamental que possibilita a conexão e o enriquecimento dos currículos por meio dos saberes e fazeres do campo em diálogo com os legados e conhecimentos escolares.

✓ Cartografia Social - Forma de produção cartográfica que valoriza a participação e o conhecimento dos sujeitos sociais na produção dos mapas buscando alcançar uma imagem coletiva do território. Permite o reconhecimento territorial possibilitando uma visão temporal e espacial das relações sociais construídas, as quais permitem aos envolvidos atuar com mais conhecimento sobre sua realidade.

✓ Visita de Estudo - É realizada em empreendimentos agrícolas, agroindustrial,

organizações sociais, escolas, instituições de serviços e outros, no sentido de perceber os desafios, contradições e formas de superá-los, aprofundando o tema estudado.

✓ Visitas às famílias - consiste na interlocução entre a escola e a família em diferentes tempos e espaços, com o objetivo de ampliar ou conhecer a realidade do (a) aluno (a) e o seu meio, para aprofundar as temáticas desenvolvidas no processo de ensino e aprendizagem. Além de contribuir para o desenvolvimento de projetos interdisciplinares envolvendo conhecimentos adquiridos no âmbito acadêmico, articulados aos saberes tradicionais dos sujeitos e comunidades envolvidas.

As Práticas em Educação do Campo e os Estágios Curriculares Supervisionados deverão ser planejados e executados a partir de um Projeto Integrador de Vivência Pedagógica, composto de um plano de estudo para o Tempo Comunidade, constituído de atividades interdisciplinares, que integram os conhecimentos adquiridos no Tempo Universidade, com vistas a promover o desenvolvimento do pensamento crítico e criativo, que levem a problematizar o contexto das escolas do campo. A construção dos projetos integradores segue a organização pedagógica proposta pelos eixos temáticos de cada semestre. Esse processo é minuciosamente registrado em forma de relatórios, caderno da realidade, diário de campo, artigos, entre outros. Estas atividades desenvolvidas no Tempo Comunidade “fazem parte da carga horária regular para fins de matriz ocupacional dos docentes”, conforme prevê o artigo 14 da resolução CNE/CP N.º 1/2023.

No que se refere aos estágios curriculares, segue-se a orientação estabelecida pelo artigo 15 da resolução CNE/CP N.º 1/2023, “Os Estágios Supervisionados decorrentes da Pedagogia da Alternância devem considerar as atividades realizadas do Tempo Comunidade desenvolvidas sob a gestão pedagógica da Instituição de Educação Superior”. Estes são desenvolvidos no Tempo Comunidade em escolas do campo, sob a orientação de docentes do curso e acompanhamento dos/as professores/as regentes das disciplinas lotados/as nas referidas escolas.

As Práticas em Educação do Campo e os Estágios Curriculares Supervisionados se constituem em espaços de integração teórico-prática do currículo com a realidade social, econômica e pedagógica; promovem análise e reflexão sobre a prática docente por meio de observação e regência nas escolas públicas do campo no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio. Também possibilitam análise sobre a promoção da educação não escolar realizada em diversas instituições, tais como: empresas, propriedades, cooperativas, associações e outras instituições de ensino, de pesquisa e extensão, inclusive de nível técnico profissionalizante.

7.9.2 Atualização de metodologias e Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs

O processo de ensino-aprendizagem na UNIFAP vem sendo consolidado conforme descrito em seu PDI, o qual menciona que a política educativa, norteadora das diversas atividades acadêmicas, se pauta nos eixos da transdisciplinaridade: Integração, autonomia, trabalho coletivo, cooperação, solidariedade e democracia, com base de sustentação de seu currículo pleno, reduzindo o isolamento entre os diferentes componentes curriculares, a fim de enriquecer a formação dos discentes.

A proposta acadêmica traduz a missão da instituição, comprometida com a democratização do acesso ao ensino superior, no contexto sócio/ econômico/cultural dinâmico, plural complexo e em constante transformação, concebido para além de atividades isoladas de ensino.

A Aprendizagem dialógica organiza-se e estrutura-se nos seguintes princípios:

- I- Inteligência Cultural, conceito amplo que envolve não só a inteligência acadêmica, mas também a prática e as demais capacidades de linguagem e códigos diversos;
- II- Transformação, que prima pela transformação entre as pessoas e seu objetivo visa superação criativa e igualitária;
- III- Dimensão instrumental, capacidade de abranger os aspectos e dimensões que construa habilidades de aprender a aprender;
- IV- Criação dos sentidos, que supera a lógica utilitarista que reafirma a si mesma sem considerar as identidades e as individualidades;
- V- Solidariedade, relação de responsabilidades de um grupo social, de uma nação e da própria humanidade.

Para além destas, ressalta-se o uso de metodologias já adotadas pelo Curso, mais precisamente pelos docentes, como aquelas que buscam a aprendizagem baseada em problemas, parte da realidade cotidiana, estudos de casos, pesquisa como princípio educativo; temas geradores; seminários; debates; aula expositiva e dialogada; aulas com suporte das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação – TDICs..

Tudo isso sem perder de vista as transformações que vêm ocorrendo no mundo e na sociedade brasileira que provocam impactos significativos nas instituições de ensino e na relação ensino-aprendizagem. Tais transformações exigem mudanças que permitam trazer respostas rápidas e eficazes às demandas dos discentes, que vivem em um ambiente cada vez mais concorrido, com a evolução tecnológica, exigindo do professor uma compreensão de novos significados, relacionando-os às experiências prévias e às vivências dos alunos, permitindo a formulação de problemas que estimulem, desafiem e incentivem novas aprendizagens. Nesse

contexto, surge a possibilidade da aplicação da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP), com o propósito de auxiliar o discente no conhecimento do conteúdo teórico, fortalecer a sua capacidade de resolver problemas e envolvê-lo no aprendizado (LEVIN, 2001), tendo a pesquisa como princípio educativo, baseada em temas geradores que possibilitem a realização de seminários, debates, com auxílio de aula expositiva e dialogada com suporte das TDICs. As tecnologias de informação e comunicação adotadas no processo de ensino- aprendizagem permitem a execução do projeto pedagógico do curso, garantem a acessibilidade digital e comunicacional e promovem a interatividade entre docentes, discentes e quadro técnico.

7.9.3 Metas a serem alcançadas com o cronograma de execução

- Desenvolvimento de uma prática docente articulada com a pesquisa e a extensão, a ser realizada durante todo o período de execução do curso;
- Criação de metodologias de ensino-aprendizagem que assegurem a sólida articulação entre ensino, pesquisa e extensão, a ser realizada permanentemente durante o curso;
- Realização de assessorias pedagógicas à criação de projetos de ensino para concorrerem a bolsas de ensino e apoios financeiros pela UNIFAP e outros órgãos de apoio ao Ensino, a ser realizada permanentemente durante o curso;
- Realização de oficinas e ciclo de palestras para discutir e estudar a didática da alternância pedagógica, as metodologias de ensino, organização do trabalho pedagógico e projeto pedagógico, bem como o planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no início de cada semestre;
- Publicização dos resultados das ações de ensino realizadas no curso, por meio de artigos em periódicos, comunicações em jornais, eventos e livros.

7.9.4 Estratégias para alcançar as metas

- Realização de oficinas de produção de material didático e tecnológico com base nas ações de extensão, pesquisa e ensino dos professores e estudantes do Curso;
- Planejamento integrado e interdisciplinar das atividades curriculares;
- Realização da Pedagogia da Alternância entre as etapas curriculares;
- Criação de um calendário de ações para desenvolver atividades acadêmicas extracurriculares;
- Realizar assessoria pedagógica às atividades de ensino e constituir uma coordenação de ensino e extensão no curso;

- Permanente articulação com a Pró-Reitoria de Ensino para conseguir apoio na execução das atividades de ensino e extensão promovidas por professores e estudantes;
- Estabelecer parcerias e articulações políticas e pedagógicas com as Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação, com as escolas do campo e com os movimentos sociais da região.

7.9.5 Etapas

- a) 1ª Etapa: Planejamento integrado entre os professores e suas atividades curriculares, assessoria e acompanhamento na elaboração dos projetos;
- b) 2ª Etapa: Realização de oficinas de produção de materiais didáticos e tecnológicos com base nas ações de ensino, pesquisa e extensão realizadas por professores e estudantes;
- c) 3ª Etapa: Elaboração de metodologias de ensino-aprendizagem;
- d) 4ª Etapa: Avaliação das propostas.

7.9.2 Indicadores

- a) Processo de ensino-aprendizagem: relação professor-aluno nas atividades curriculares.
- b) Didática: práticas de organização do trabalho pedagógico e inovações curriculares.
- c) Metodologia: ações metodológicas inovadoras no âmbito do ensino, pesquisa e extensão.
- d) Tecnologia da informação e comunicação: elaboração de metodologias que envolvam e utilizem tecnologias da comunicação e informação.

7.10 APOIO PEDAGÓGICO DISCENTE

O apoio ao discente será realizado, inicialmente, através do provimento de material didático, tais como apostilas, com o conteúdo das disciplinas ministradas no semestre. Os acadêmicos também poderão se inscrever nos programas de benefícios sociais da UNIFAP. Com a consolidação do quadro docente e do curso pretende-se construir um plano pedagógico de apoio aos discentes, que possa contribuir com o seu desenvolvimento e permanência no curso.

Destaca-se ainda, o apoio da PROEAC por meio de políticas que possibilitam a participação a apresentação de trabalhos pelo discente em eventos científicos. A atuação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NAI) que se desloca até o *campus* Mazagão, para atender demandas desta unidade; além de salas de aulas e demais instalações dispõem de acesso com

rampas e piso tátil que possibilita o acesso conforme a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015).

Além dos recursos disponibilizados pelo SIG, e orientação acadêmica por parte dos professores é um apoio pedagógico. A comunicação aluno, professor, coordenador, departamento e outros, quando necessário, utiliza recursos de algumas redes sociais, tanto para comunicação, quanto para divulgação de ações do curso.

O curso disponibiliza aos discentes a bolsa permanência ofertada pelo MEC, que trata-se de apoio financeiro aos discentes regularmente matriculados em cursos de graduação e que tem renda de até um salário mínimo. Esse benefício é um dos principais recursos utilizados para a manutenção destes discentes no curso. Há ainda as bolsas PNAES geridas pela PROEAC com ampla divulgação aos *Campi* do interior, as quais tem sido amplamente acessadas pelos discentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia. Os subsídios dessa bolsa incluem auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio fotocópia, dentre outros. E por fim destacam-se as bolsas monitorias, ofertadas semestralmente ao *Campus* Mazagão, em que as cotas de bolsas são utilizadas pelos professores, em suas disciplinas, e que utilizam o auxílio do aluno em atividades da docência, e que, para os discentes representam uma oportunidade e auxílio financeiro.

7.10.1 Programas especiais de apoio à formação discente

No que tange à política de apoio a discentes, a UNIFAP oferta programas especiais, como: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica, Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e monitoria, dentre outros.

As atividades de ensino (PIBID e monitoria), pesquisa e extensão supracitadas são normatizadas por documento operacional próprio do curso e reconhecidas para fins de aproveitamento da carga horária cumprida pelo acadêmico como Atividades Complementares, e de Residência Pedagógica, como Estágio Supervisionado, conforme decisão colegiada, através de projetos e subprojetos aprovados nos respectivos Programas.

7.10.2 Temas Transversais

A matriz curricular contempla os temas transversais em um conjunto de componentes curriculares obrigatórios, organizados, preferencialmente, em eixos temáticos articuladores semestrais, mas não exclusivamente, que visam atender aos requisitos legais e normativos das licenciaturas (Quadro 6). As atividades acadêmicas, inéditas ou revisadas nas ementas de

componentes curriculares já existentes, referendam e aprofundam as temáticas, que são voltadas às especificidades do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, seja através de disciplinas específicas aos temas ou de conteúdos programáticos direcionados em disciplinas mais abrangentes, seja em atividades curriculares de extensão.

7.10.2.1 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – Resolução CNE/CP N.º 01/2004

A temática sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Resolução CNE/CP N.º 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP N.º 03/2004) está presente em conteúdos da disciplina de Fundamentos da Educação do Campo, articulada pelo eixo temático Educação do Campo, Heterogeneidade e Relações Étnico-Raciais. Tal eixo direciona, ainda, Prática em Educação do Campo I, que aborda identidades e processos identitários na constituição do ser professor/a do/no campo. Em Fundamentos da Educação do Campo, o conteúdo programático “A cultura negra e indígena no Amapá e sua relação com a Educação do Campo” aborda igualmente a questão indígena, que se faz presente juntamente com a africana. No 2º semestre, a disciplina Filosofia da Educação do Campo reporta em seus conteúdos a filosofia tradicional africana e as contribuições de filósofos africanos e afrodescendentes da atualidade para a educação.

7.10.2.2 Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos – Resolução CNE/CP N.º 01/2012

Considerando a Resolução CNE/CP N.º 01, de 30 de maio de 2012, o curso busca, através da articulação do seu quarto eixo temático, Direitos Humanos e a educação do campo, discutir sobre Educação em Direitos Humanos. Isto se dá em disciplinas obrigatórias do Núcleo I (de conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos), do Núcleo II (de conteúdos específicos das áreas) e do Núcleo III (atividades acadêmicas de extensão).

A disciplina de Política e Legislação Educacional traz dentre seus conteúdos: (1) Educação em direitos humanos e a formação para a vida e para a convivência; (2) Direitos Humanos e seus princípios: dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e da diversidade, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade, e sustentabilidade socioeducacional; e ainda aborda (3) o direito à educação do campo. Educação Socioinclusiva é uma disciplina que traz a temática em torno da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva e sua fundamentação legal. Já a disciplina de Legislação Agrária e Ambiental, do grupo dos conteúdos específicos, traz o

tema em torno de conteúdos programáticos sobre a política e os direitos agrários.

Nas ações extensionistas, Educação em Direitos Humanos se faz presente em Atividade Acadêmica de Extensão I, abordando direito à terra e políticas públicas, e em Atividade Acadêmica de Extensão II desenvolvendo a temática e sua relação com a Educação do Campo, além de assuntos transversais de interesse da sociedade, como direito à saúde pública e à educação, inclusão etc.

7.10.2.3 Política Nacional da Educação Ambiental – a Lei N.º 9.795/1999 e o Decreto N.º 4.281/2002

No Curso de Educação do Campo, de forma específica, serão abordados a Lei N.º 9.795 de 1999 e o Decreto N.º 4.281 de 2002, que institui a Política Nacional da Educação Ambiental, na disciplina Ecologia e Meio Ambiente. Outros componentes curriculares abordarão a Educação Ambiental no tocante a temas relacionados à conservação e sustentabilidade ambientais, em consonância com a Lei da Educação Ambiental N.º 9.795, de 27 de abril de 1999, nos termos do seu artigo 1º:

Art. 1º Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

O eixo temático 6, “Educação Ambiental e desenvolvimento sustentável”, busca articular as disciplinas em torno deste tema, mas este se apresenta de forma transversal em vários componentes curriculares ao longo do curso, que vão da Ética ambiental, abordada em Filosofia da Educação, ao Direito ambiental e suas regulamentações, em Legislação Agrária e Ambiental. Práticas sustentáveis e de otimização de recursos naturais são abordadas em disciplinas obrigatórias, como Agroecologia e Manejo e Conservação do Solo.

Já a Prática em Educação do Campo III busca, através da compreensão e definição dos territórios e caracterização dos sujeitos do campo, estimular a implantação de práticas agrícolas sustentáveis da relação ser humano/meio ambiente, que também estão como objetos de estudo em Sociologia Rural e Extensão Rural. Atividade Acadêmica de Extensão III, com o tema Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, buscará através de ações extensionistas, conectadas ao ensino e à pesquisa, fomentar o processo de Educação Ambiental e promover o desenvolvimento sustentável dos povos do campo.

Quadro 6 - Componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo com inserção dos temas transversais.

Fundamentos da Educação do Campo	Educação das Relações Étnico-Raciais
Filosofia da Educação o Campo	
Prática em Educação do Campo I	
Política e Legislação Educacional	Educação em Direitos Humanos
Legislação Agrária e Ambiental	
Educação Socioinclusiva	
Atividade Acadêmica de Extensão I	
Atividade Acadêmica de Extensão II	
Ecologia e Meio Ambiente	Educação Ambiental
Legislação Agrária e Ambiental	
Filosofia da Educação do Campo	
Prática em Educação do Campo III	
Manejo e Conservação do Solo	
Agroecologia	
Extensão Rural	
Atividade Acadêmica de Extensão III	

7.11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo é regulamentado por normativa interna (Apêndice 02), constitui-se em disciplina obrigatória entendida como o tempo de aprendizagem que, através de uma relação pedagógica de formação profissional do formando seja pelo exercício direto *in loco*, seja pela presença participativa em ambientes próprios de atividades daquela área profissional, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado.

Para a integralização do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia os/as discentes deverão cumprir 405 (quatrocentas e cinco) horas de Estágio Curricular Supervisionado, a serem ofertadas em formato de módulo livre, a partir do 1º semestre, organizados em quatro componentes curriculares, distribuídos da seguinte forma: 1º semestre (90h) – Estágio curricular supervisionado de iniciação à docência; 3º semestre (90h) – Estágio curricular supervisionado em Biologia I; 5º semestre (90h) – Estágio curricular supervisionado em Biologia II; e 7º semestre (135h) – Estágio curricular supervisionado em Ciências Agrárias

Essa formação é compreendida como instrumento de integração do aluno com a realidade

social, econômica e do trabalho da área do curso. Deve possibilitar a interlocução com os referenciais teóricos do currículo com a dimensão prática do processo formativo.

O Estágio Curricular Supervisionado será realizado nas escolas da rede pública do Estado do Amapá. A UNIFAP tem parceria com as escolas da rede estadual (nível fundamental e médio) e com as escolas família agrícolas (EFA), que são as instituições de ensino parceiras na formação dos discentes do curso de Licenciatura em Educação do Campo. Está em fase de elaboração um Termo de Cooperação Técnica com a EFA do Carvão que irá possibilitar, além da realização do estágio supervisionado, o desenvolvimento de outras atividades, como aulas práticas, ações de extensão e de pesquisa.

7.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As Atividades Complementares constituem componente curricular obrigatório do curso de Licenciatura em Educação do Campo, a serem ofertadas a partir do 6º semestre, em módulo livre, com a carga horária de 210 (duzentas e dez) horas. Deverão ser desenvolvidas durante a trajetória acadêmica do aluno, até o 8º semestre, por meio de estudos e atividades independentes, não compreendidas nas práticas pedagógicas, previstas no desenvolvimento regular das disciplinas, desenvolvidas durante a trajetória acadêmica do aluno e observando a filosofia, área de abrangência e objetivos deste Curso.

De acordo com a Resolução N.º 024/2008 CONSU/UNIFAP, Art. 2º, as Atividades Complementares têm os seguintes objetivos:

- I** Estimular práticas de estudos independentes, visando à progressiva autonomia intelectual do aluno;
- II** Sedimentar os saberes construídos pelos acadêmicos durante o Curso de Graduação;
- III** Viabilizar a relação integradora e transformadora do conhecimento produzido dentro e fora da Universidade;
- IV** Articular ensino, pesquisa e extensão com as demandas sociais e culturais da população;
- V** Socializar resultados de pesquisa produzidos no âmbito da Universidade ou a partir de parceria com entidades públicas e/ou privadas;
- VI** Valorizar a cultura e o conhecimento, respeitando a diversidade sociocultural dos povos.

As Atividades Complementares abrangem os campos acadêmico-científico, artístico-cultural, social e de organização estudantil, e estão categorizadas em 7 (sete) grupos: (1) Atividades de ensino, (2) Atividades de pesquisa, (3) Atividades de extensão, (4) Participação em

eventos de natureza artística, científica ou cultural, (5) Produções diversas, (6) Ações comunitárias e (7) Representação estudantil, conforme normativa constante no Apêndice 03.

7.13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como eixo norteador da construção do conhecimento acadêmico vinculado à pesquisa e é regulamentado por normativa interna (Apêndice 04). Trata-se de uma disciplina obrigatória para os cursos de graduação, que tem como objetivo prover iniciação em atividades de pesquisa, viabilizando a relação integradora e transformadora entre os saberes apropriados pelos acadêmicos durante a realização do Curso, conforme estabelece a Resolução N.º 11/2008 – CONSU/UNIFAP, que versa no seu Art. 2º. Consideram-se como modalidades de TCC:

I Monografia: gênero textual/discursivo da esfera acadêmica de acordo com os parâmetros da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);

II Produções Diversas: artigo científico, relatório técnico, *portfólio*, projeto e/ou plano técnico, produção de vídeo, criação e/ou exposição de arte, filme, protótipo, invento e similares, na área de abrangência de cada curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) terá uma carga horária de 105 horas, distribuídas em dois componentes curriculares: TCC I com 45h e TCC II com 60h, a serem ofertados em módulo livre a partir do 7º semestre do Curso.

7.14 PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Prática em Educação do Campo é disciplina curricular obrigatória, que é desenvolvida durante o percurso formativo do acadêmico que visa proporcionar experiências de aplicação de conhecimentos, com carga horária de 225 (duzentas e vinte e cinco) horas, distribuídas em três componentes curriculares de 75h cada, ofertados no 1º, 3º e 6º semestres do Curso e a serem expressos através da articulação entre teoria e prática (Apêndice 05).

A Prática em Educação do Campo envolve as diversas dimensões da dinâmica escolar, através de: observação/reflexão/ação sobre os fenômenos educativos e atuação em atividades didático-pedagógicas. Estas vivências se dão também no desenvolvimento de atividades que envolvem elementos da cultura, tecnologias da informação como o computador, vídeo, narrativas orais e escritas de professores, produção de alunos, situações simuladas e estudos de casos em cenários de ensino e aprendizagem, conforme preconiza a resolução N.º 08/2010-CONSU/UNIFAP e outras legislações sobre a Prática Pedagógica.

Por meio da Prática em Educação do Campo, a formação não se distancia da vivência

dos/as sujeitos, numa articulação dos Tempos Universidade e Comunidade, produzindo sentidos e valores nos territórios do campo, da escola e da educação nos espaços e organizações sociais do campo. Esta relação tempo/espaço produz efetiva articulação entre os saberes produzidos pelos sujeitos em suas realidades e os saberes elaborados na academia e fortalece a produção e socialização dos conhecimentos historicamente situados.

7.15 ATIVIDADES ACADÊMICAS DE EXTENSÃO

A curricularização da extensão consiste na inclusão de atividades extensionistas nas matrizes curriculares de projetos pedagógicos dos cursos de graduação, proporcionando a interação de discentes com a sociedade, num processo interdisciplinar vinculado a sua área de formação, bem como, a consolidação da indissociabilidade do ensino-pesquisa-extensão em atendimento ao que preconiza a Resolução CNE/CES N.º 07, de 18 de dezembro de 2018, que instituiu as diretrizes para a curricularização da extensão na educação superior brasileira.

No âmbito da Resolução CNE/CP N.º 04/2024, Inciso 1º, item III do Artigo 14, considera-se que a carga horária as atividades acadêmicas de extensão devem apresentar, no mínimo, 320 h. Nessa perspectiva, o curso de Licenciatura em Educação do Campo desenvolverá as atividades extensionistas por meio de unidades curriculares específicas de extensão, denominadas: Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) que contabilizam 330h, distribuídas em quatro componentes curriculares obrigatórios, conforme descrição a seguir:

- Atividade Acadêmica de Extensão I (AAE I): apresenta carga horária igual a 60 h e será ofertada no 2º semestre letivo;
- Atividade Acadêmica de Extensão II (AAE II): dispõe de carga horária igual a 90 h, presente no 4º semestre;
- Atividade Acadêmica de Extensão III (AAE III): contempla 60 h de carga horária e está disposta no 6º semestre;
- Atividade Acadêmica de Extensão IV (AAE IV): estabelece 120 h de carga horária, disposta no 8º semestre.

É necessário, portanto, que as AAE sejam realizadas em instituições de ensino básico, e estejam vinculadas aos demais componentes curriculares do curso e às modalidades de atividades de extensão, devidamente cadastradas no Departamento de Extensão (DEx/PROEAC), sob coordenação, acompanhamento e avaliação de docentes pertencentes ao colegiado da LEdoC/UNIFAP, conforme a Res. CNE/CES N.º 02/2018, Res. CNE/CP N.º 04/2024 e o Regimento das Atividades de Extensão do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia (Apêndice 06).

Neste PPC e Regimento Interno de Extensão, em Apêndice, consideram-se modalidades de atividades de extensão:

a) Programas: criados a partir de ações de extensão integradas, com no mínimo, três projetos de extensão e duas outras atividades de extensão, a fim de garantir maior impacto na formação profissional do discente e transformações benéficas à sociedade;

b) Projetos: ações extensionistas de natureza social, cultural, educativa, ambiental, científica ou tecnológica, com objetivos específicos e prazo determinado, nos quais docentes e/ou corpo técnico e discentes do curso estejam participando a fim de dialogar com a sociedade, ampliando a troca de saberes desta com a universidade;

c) Cursos e oficinas: ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, de curta duração, para atender as necessidades e interesses da comunidade externa, com base no conhecimento adquirido pelos discentes da LEdoC/UNIFAP;

d) Eventos: consistem nas formas de apresentação, exibição ou discussão pública das ações extensionistas, a partir de palestras, seminários, encontros, congressos, etc., que ocorrem de maneira planejada, de curta duração, cujo direcionamento esteja voltado para a comunidade externa à UNIFAP;

e) Prestação de serviços: refere-se ao compartilhamento do conhecimento acadêmico- pedagógico adquirido na LEdoC com a comunidade, na forma de assessoria, consultoria ou assistência técnica, dentre outras formas de abordagens pedagógicas, contribuindo para a solução de problemas.

7.16 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM

A avaliação discente ocorre durante os semestres considerando o aproveitamento em cada disciplina, aferido mediante provas e/ou trabalhos individuais e/ou em grupos, podendo o professor determinar outras formas de avaliação do rendimento do aluno, cujos resultados devem integralizar no mínimo cinco (5) pontos, requeridos para a aprovação na disciplina, por meio de no mínimo três instrumentos: avaliação parcial (1ª AP, 2ª AP, ...), avaliação final e média final. Além de precisar alcançar o mínimo de cinco (5) pontos, o aluno deve ter ao menos 75% de frequência nas aulas ministradas da disciplina em que será avaliado, sendo vedado o abono de faltas pelo professor, salvo o determinado na legislação educacional em vigor.

O tempo comunidade acontece através das disciplinas de Prática em Educação do Campo, dos Estágios Curriculares Supervisionados e do Trabalho de Conclusão de Curso, estas constituem atividades disciplinares que terão acompanhamento e orientação docente. Estes também farão a

avaliação a partir das diretrizes estabelecidas pelo educador responsável pela condução da disciplina.

O colegiado do curso, através do Núcleo Docente Estruturante, realiza acompanhamento pedagógico, visando contribuir com o melhor aproveitamento discente, bem como evitar evasão e reprovação nas disciplinas.

7.17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O processo de avaliação do curso está articulado ao Programa de Avaliação Institucional, da UNIFAP, conforme estabelece o seu PDI.

O curso passa por avaliação periódica realizada pelo MEC, que ocorre de quatro em quatro anos, através de um processo técnico que envolve a comunidade acadêmica (alunos, professores e corpo técnico-administrativo), e avalia os seguintes parâmetros: Projeto Pedagógico do Curso; Organização Didático-Pedagógica e Curricular; Corpo Docente; Corpo Discente e infraestrutura do Curso (espaços, equipamentos, laboratório, biblioteca, acervo bibliográfico, dentre outros).

Esse processo proporciona à comunidade interna, ampla participação e conhecimento sobre o curso com o intuito de diagnosticar aspectos relevantes e as fragilidades evidenciadas no mesmo. A partir da interpretação dos dados da avaliação é possível dimensionar os problemas observados e buscar mecanismos que possam melhorar a qualidade do curso.

7.18 AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO

A autoavaliação do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia encontra-se consoante a resolução N.º 025/2006 – CONSU da UNIFAP, que estabeleceu a Comissão Própria de Avaliação (CPA) no que tange à elaboração de estratégias sobre o processo de avaliação interna da Universidade Federal do Amapá.

A autoavaliação é realizada por meio de dois instrumentos. O primeiro ocorre durante as reuniões do Núcleo Docente Estruturante, em relação às condições de ensino, pesquisa e extensão implantadas no presente curso. As avaliações versam sobre as condições de ensino-aprendizagem, estrutura para pesquisa e investimento em extensão.

O segundo ocorre a partir da aplicação de questionários aos discentes e aos docentes, uma vez a cada dois semestres letivos, para conhecer a percepção dos acadêmicos e dos docentes sobre o funcionamento do curso, planejamento, relacionamento e o ensino-aprendizagem das disciplinas.

A proposta é elaborar estratégias que auxiliem no desenvolvimento do curso e minimizem possíveis limitações. Caso seja necessária a elaboração de um Plano de Ação para eventuais

correções, este deve considerar os questionários dos discentes e dos docentes, posteriormente ser apresentado e aprovado pelo colegiado do curso.

8 CORPO DOCENTE

8.1 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) é constituído por docentes efetivos da UNIFAP. Todos trabalham em regime de Dedicção Exclusiva e possuem titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu* reconhecidos pelo MEC.

O NDE funciona conforme prescreve a Resolução CONAES N.º 1 de 2010, que o normatiza e dá outras providências, e a Resolução CONSU/UNIFAP N.º 20/2018, que regulamenta o Núcleo Docente Estruturante, no âmbito da Universidade Federal do Amapá. A Portaria n.º 1062/2022-UNIFAP que legitima o NDE no âmbito da UNIFAP.

O Núcleo se reúne periodicamente de maneira ordinária e, quando necessário, extraordinariamente, para deliberar sobre a concepção, o acompanhamento, a consolidação e a avaliação do PPC do Curso, sempre produzindo Ata de Encaminhamentos ao final de cada reunião.

8.2 COORDENAÇÃO DE CURSO

A Coordenação de Curso é composta por um coordenador e por um vice- coordenador. Ambos possuem a titulação acadêmica de doutores, obtida em programa de pós-graduação *stricto sensu* reconhecido pelo MEC. Ambos os docentes estão lotados no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, trabalhando sob o regime de tempo integral com dedicação exclusiva. Os docentes que compõem a Coordenação de Curso têm mais de oito anos de experiência profissional no magistério da educação superior. A coordenação vigente foi eleita para o biênio 2023-2025 sob a portaria de número 1323/2023.

8.3 CORPO DOCENTE EFETIVO DO CURSO

O corpo docente está constituído, inicialmente, por quinze docentes efetivos, conforme descrito abaixo.

Nome	Titulação	Siape	Vínculo/ Regime de trabalho
Alder Sousa Dias	Doutor	2269709	Efetivo/DE
Daniel Sousa dos Santos	Mestre	2268697	Efetivo/DE
Débora Mate Mendes	Doutora	2104123	Efetivo/DE
Demósthene Arabutan Travassos da Silva	Mestre	1804100	Efetivo/DE
Elizabeth Machado Barbosa	Doutora	2288168	Efetivo/DE
Flávio da Silva Costa	Doutor	2103557	Efetivo/DE
Flaviana Gonçalves da Silva	Doutora	1063358	Efetivo/DE
Galdino Xavier de Paula Filho	Doutor	2281459	Efetivo/DE
Janivan Fernandes Suassuna	Doutor	2268691	Efetivo/DE
Kalyne Sonale Arruda de Brito	Doutora	2268699	Efetivo/DE
Lailson do Nascimento Lemos	Doutor	2268674	Efetivo/DE
Marlo dos Reis	Mestre	2104134	Efetivo/DE
Mellissa Sousa Sobrinho	Doutora	2103553	Efetivo/DE
Ricardo Marcelo dos Anjos	Doutor	2884998	Efetivo/DE
Rosimeire Lopes da Trindade	Doutora	3294818	Efetivo/DE

Efetivamente, todo o corpo docente trabalha em regime de dedicação exclusiva, possui titulação obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo que o percentual de doutores é de 80%.

8.3.1 Funcionamento do Colegiado do Curso

Todos os docentes listados compõem o Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Além dos 15 docentes, o Colegiado também apresenta a representatividade de um discente por turma e de dois servidores técnicos. As reuniões são agendadas previamente, registradas em Ata, elaborada por servidor técnico - administrativo da UNIFAP, lotado na Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

8.4 CORPO TÉCNICO DO CURSO

O corpo técnico atual do curso é composto por um pedagogo e uma assistente administrativa. O curso conta com o apoio do pedagogo em atividades de nível superior relacionadas ao planejamento, coordenação, supervisão, orientação e execução de tarefas

envolvendo a elaboração de informações, relatórios, estudos, projetos e pareceres de natureza administrativo-pedagógica, fundamentados em legislação dos sistemas de educação básica e superior, pesquisas efetuadas e afins, bem como assistência em atividades inerentes à sua área de atuação.

À assistente administrativa compete executar atividades de nível intermediário, sob supervisão, relacionadas às tarefas de apoio administrativo, envolvendo redação de expedientes simples e/ou padronizados. Atendimento ao público, utilização de sistemas informatizados, além de realizar outras tarefas de cunho administrativo inerentes à gestão de recursos materiais e humanos, dentre outras atribuições.

Nome	Titulação	Siape	Vínculo/Regime de trabalho
Darlihanne da Silva Luz	Bacharel em Jornalismo	2438224	Efetivo/40h
Jardel Pacheco Queiroz	Mestre	1152107	Efetivo/40h

9 POLÍTICA DE PESQUISA E EXTENSÃO

9.1 PESQUISA

De acordo com o seu PDI, a UNIFAP possui 150 grupos de pesquisa cadastrados no Diretório do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, nas áreas de Ciências Exatas, Biológicas, Humanas, Sociais, Saúde, Letras e Artes. Estes grupos atuam nas mais diversas linhas de conhecimento. Grande parte dos grupos encontra-se nas áreas de Ciências Biológicas e Ciências Humanas, o que se justifica em função dos cursos de pós-graduação ofertados pela Instituição estarem concentrados nestas áreas.

Apesar dos grupos não possuírem um status de consolidados junto ao CNPq, este quadro vem mudando ano a ano em virtude da criação da Rede de Pesquisa do Estado do Amapá, que tem como um dos principais objetivos integrar as instituições de Ciência e Tecnologia do Estado. A integração através da rede tem subsidiado o aumento na produção científica e, conseqüentemente, o fortalecimento de grupos de pesquisa da Instituição.

As novas ações na área da pesquisa têm acontecido em consonância com a contratação de docentes e a implantação de novos cursos de pós-graduação, gerando a ampliação das linhas de pesquisa, favorecendo a captação de recursos externos para execução dos projetos, o que na prática observou-se nos últimos anos.

Na área da pesquisa é importante destacar que os docentes do curso estão integrados ou liderando iniciativas próprias de pesquisa. Ressalta-se o fato destes, anualmente serem

contemplados pelos programas de bolsas de iniciação científica da instituição, além de obter recursos financeiros de outras fontes. Nesse aspecto, já observa-se a existência de grupos e núcleos de pesquisa estabelecidos no curso com a participação de docentes e discentes, destaca-se a atuação de dois laboratórios (agroecologia, e entomologia).

As atividades de pesquisa são realizadas no *campus* e também em outras instituições, sobretudo devido à pouca estrutura que o *campus* oferece, contudo destacam-se as pesquisas realizadas sobre:

- juventude do campo e da floresta;
- bioecologia de moscas-das-frutas;
- produção de animais ruminantes e não ruminantes;
- plantas alimentícias não convencionais e plantas medicinais;
- manejo e conservação de solo e água;
- ecologia e taxonomia vegetal;
- comercialização de produtos agrícolas;
- movimentos sociais e educação do campo;
- sistemas de produção de culturas anuais.

Já estão cadastrados na Pró-Reitoria de Pesquisa três grupos de pesquisa, certificados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq: Juventude Rural, Educação do Campo e Movimentos Sociais na Amazônia, JUREMA (Coordenadora - Profa. Dra. Débora Mate Mendes); Amazônia Sustentável (Coordenadora - Profa. Dra. Mellissa Sousa Sobrinho), Agricultura e Biodiversidade na Amazônia, ABA (Coordenadora - Profa. Dra. Flaviana Gonçalves da Silva), com a participação dos docentes e discentes do *campus*, bem como pesquisadores colaboradores de outras instituições de ensino e pesquisa.

9.2 EXTENSÃO

A Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias vem gerenciando, ao longo dos anos, projetos de extensão desenvolvidos pelos diversos cursos, com vista ao cumprimento de uma de suas atribuições, busca desenvolver uma política de extensão universitária que atenda aos interesses dos docentes, discentes e comunidades do campo no Amapá, com o pagamento de bolsas de estudo para estudantes participantes de grupos de pesquisa e extensão.

Os Cursos de Licenciaturas da UNIFAP assumem a criação de metodologias de ensino-aprendizagem como uma prerrogativa fundamental no desenvolvimento de práticas de ensino articuladas à pesquisa e à extensão, considerando as experiências consolidadas no curso que já

existem na Universidade. Também serão criadas estratégias, pelo corpo docente, para o desenvolvimento de atividades de extensão, no decorrer do curso.

Entre 2015 e 2016 foi desenvolvido pelos professores do curso o Projeto Juventude da Floresta: Visões, Canções e Modo de Vida de uma Amazônia Extrativista. O presente projeto, em atendimento aos objetivos expressos na chamada MCTI/MDA- INCRA/CNPq N°19 – Fortalecimento da Juventude Rural, desenvolveu atividades de produção e difusão de conhecimentos com a finalidade de qualificar o trabalho de Jovens Extrativistas do interior Município de Mazagão, no Estado do Amapá. O projeto envolveu professores da Licenciatura em Educação do Campo, além de 32 bolsistas do mesmo curso e 20 bolsistas do ensino médio distribuídos entre as Escolas Família Agroextrativista do Carvão e do Maracá.

Posteriormente, entre os anos de 2017 a 2023, nota-se intensa integração dos docentes do curso em ações de extensão, bem como a participação destes em editais da PROEAC que tem possibilitado as bolsas PIBEX para estes discentes.

O Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica da UNIFAP - *campus* Mazagão, em atividade, resultou de edital do CNPq (edital 21/2016), envolve um total de oito docentes do curso e já ofertou em torno de 20 bolsas para os discentes, todas vinculadas com atividades multidisciplinares de extensão relacionadas com a agroecologia, juventude rural, botânica, irrigação de baixo custo para agricultores, sementes crioulas, dentre outras. Tem atuação no Território Sul do Amapá (Mazagão, Vitória do Jari e Laranjal do Jari).

9.2.1 Metas a serem alcançadas

9.2.1.1 Criar grupo de estudo e pesquisa e extensão em Educação do Campo.

9.2.1.2 Criar grupo de estudo e pesquisa e extensão em Ciências Agrárias.

9.2.1.3 Criar grupo de estudo e pesquisa e extensão em Biologia.

9.2.1.4 Desenvolver atividades de extensão.

9.2.1.5 Realizar assessorias pedagógicas à criação de projetos de ensino para concorrerem a bolsas de ensino e apoios financeiros pela UNIFAP e outros órgãos de apoio ao Ensino; a ser realizada, permanentemente, durante o curso;

9.2.1.6 Realizar Oficinas e Ciclo de Palestras para discutir e estudar a didática da alternância pedagógica, as metodologias de ensino, organização do trabalho pedagógico e projeto pedagógico, bem como o planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão no início de cada semestre.

9.2.1.7 Publicar artigos, *papers*, jornais e livros, contendo os resultados das ações de ensino realizadas no curso; a ser organizada a partir do segundo semestre do Curso.

9.2.2 Estratégia para alcançar a meta

9.2.2.1 Definir grupos de pesquisa a partir das áreas de estudos dos docentes e construir uma proposta de Assessoria Pedagógica de Pesquisa e Extensão;

9.2.2.2 Criação de um Calendário de ações para desenvolver atividades acadêmicas extracurriculares, a partir das atividades de ensino e extensão dos professores e estudantes;

9.2.2.3 Criação de uma proposta de assessoria pedagógica para as atividades de ensino, pesquisa e extensão no curso.

9.2.2.4 Articulação com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão para conseguir apoio na execução das atividades de ensino e extensão dos professores e estudantes;

9.2.2.5 Estabelecer parcerias e articulações políticas com as Prefeituras e Secretarias Municipais de Educação;

9.2.2.6 Estabelecer parcerias e articulações pedagógicas com as escolas do campo, em especial com as Escolas Família Agrícolas, com as comunidades e movimentos sociais do campo.

9.2.3 Etapas

9.2.3.1 Primeira Etapa: consolidação da proposta de Assessoria Pedagógica de ensino, pesquisa e extensão; Realização de reuniões e momentos de planejamento.

9.2.3.2 Segunda Etapa: Planejamento e criação do cronograma de ações.

9.2.3.3 Terceira Etapa: Realização das Atividades de Extensão em consonância com as atividades de ensino e pesquisa dos professores e estudantes.

9.2.3.4 Quarta Etapa: desenvolvimento da política de comunicação, com ênfase na realização das atividades de Palestras, Mesa Redonda, Encontro, Simpósio, Jornada, Colóquio, Fórum, Reunião, Seminário, Mostra, Exposição, Feira, Salão, Oficina, Minicurso, Workshop, Conferência, Laboratório, Festival e Apresentação Teatral;

9.2.3.5 Quinta Etapa: Acompanhamento pedagógico das atividades de extensão;

9.2.3.6 Sexta Etapa: Avaliação e levantamento de indicadores de intervenção.

9.2.4 Indicadores

9.2.4.1 *Política de Pesquisa e Extensão*: apontar um diagnóstico das ações desenvolvidas e suas perspectivas positivas e limitantes para o desempenho acadêmico de professores e estudantes.

9.2.4.2 *Interlocução Ensino, Pesquisa e Extensão*: identificar fatores, práticas e conceitos que provocaram a articulação permanente da extensão com o ensino e a pesquisa.

9.2.4.3 *Fundamentação Teórica*: identificar e apontar conceitos, teorias, arranjos

tecnológicos, entre outros, que configuram a criação de novos conceitos inerentes às atividades de pesquisa e extensão a serem realizadas.

9.2.4.4 *Fundamentação metodológica*: expressar novas metodologias que apontem a ressignificação das práticas docentes, identificando e realizando práticas exitosas e inovadoras no contexto da extensão em educação do campo.

9.2.4.5 *Intervenção Prática-social*: apontar práticas de extensão que provocaram processos de transformação na vida educacional e produtivas das populações e movimentos sociais do campo.

10 INFRAESTRUTURA

O *campus* Mazagão possui dois blocos de salas que contemplam salas de aulas, biblioteca, laboratórios já constituídos (de informática, de ensino, de agroecologia e de entomologia), parte administrativa, banheiros e refeitórios.

O Laboratório de Biologia Vegetal da UNIFAP/*Campus* Mazagão - FLOREM, como normativa constituída (Apêndice 11), vem, ao longo de anos e através dos membros que o constituem, desenvolvendo ações de pesquisa e extensão, colaborando e promovendo para formação de acadêmicos e produzindo comunicação e divulgação científica. Busca cumprir com um de seus objetivos: tornar-se laboratório de ensino, para o desenvolvimento de atividades teóricas e práticas de disciplinas ligadas à Botânica, necessitando de espaço físico para tal, inclusive para acomodar equipamentos adquiridos via editais de fomento.

O curso necessita ainda de uma infraestrutura física constituída de: 1 laboratório de Química, Física e Matemática, 1 laboratório de fitossanidade, 1 laboratório de etologia, 1 laboratório de solos, 1 laboratório de fisiologia vegetal, 1 laboratório de fisiologia animal, 2 alojamentos com capacidade para atender 100 acadêmicos, sendo 1 masculino e 1 feminino, equipamentos, mobiliário e recursos multimídia. Além de melhor conexão à internet.

Faz-se necessário adquirir uma área experimental para atender as atividades de ensino e de pesquisa nas áreas de biologia e de ciências agrárias.

É preciso disponibilizar, no mínimo, dois veículos e um barco para a realização de atividades de campo, de ensino, pesquisa e extensão.

Para desenvolver as atividades docentes e administrativas é necessário ainda a realização de concurso público para constituição do quadro funcional, formado, inicialmente, de 15 docentes e 03 técnicos. É necessário ampliar o quantitativo de docentes, bem como o corpo de técnicos administrativos, à medida que forem ofertadas novas turmas e semestres.

11 DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS COM BASE NO USO PEDAGÓGICO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA DE COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

As atividades do curso são apoiadas por recursos pedagógicos baseados em tecnologia da informação, provenientes da infraestrutura da rede mundial de computadores. Sendo assim, a UNIFAP dispõe de uma plataforma de rede social que oferece serviços como fóruns, grupos e blogs, os quais serão disponibilizados aos acadêmicos e docentes para facilitar o desenvolvimento das atividades pedagógicas do curso.

Paralelamente, o curso possui uma página eletrônica dedicada à divulgação de projetos, atividades e informações.

12 COMPROMISSO SOCIAL DO CURSO E POLÍTICAS DE ACESSO

12.1 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O ingresso ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo é realizado através de processo seletivo específico. Tem por objetivo verificar a aptidão intelectual dos candidatos, abrangendo conhecimentos comuns ao ensino médio.

Os candidatos são convocados através de edital para a realização do processo seletivo e os exames são realizados pela própria IFES. A classificação é feita pela ordem decrescente dos resultados obtidos, sem ultrapassar o limite de vagas fixado, excluídos os candidatos que não obtiverem os níveis mínimos estabelecidos.

12.2 CRITÉRIO DE PRIORIDADE

As vagas são destinadas exclusivamente para pessoas que vivem no campo. São consideradas prioritárias as seguintes categorias: professores das escolas do campo, em efetivo exercício nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio das redes de ensino, populações camponesas, tais como ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares, assentados, caiçaras, extrativistas, quilombolas e atingidos por barragens.

12.3 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS DA UNIFAP (PAAF)

Em consonância com a Lei N. 9.474/1997, que define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados – Tratado global produzido pela ONU em 1951, que define quem vem a ser um refugiado, bem como esclarece os direitos e deveres entre os refugiados e os países que os acolhem; A Lei 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; A Lei N.º 12.711/2012 e o Decreto N.º 7.824/2012, que tratam do ingresso nas Universidades Federais e nas Instituições Federais de Ensino Técnico de Nível Médio, por meio de reserva de vagas; A Lei N.º

13.409/2016, que altera a Lei N.º 12.711/2012, para dispor sobre a reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD) nos Cursos Técnicos de Nível Médio e nos Superiores, das Instituições Federais de Ensino; A Lei N.º 12.764/2012 e o Decreto N.º 8.368/2014, que tratam da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; O Decreto N.º 7.352/2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) foi instituída em 13 de dezembro de 2022, por meio da Resolução N.º 21 do Conselho Universitário da UNIFAP, fortalecendo os objetivos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo ao voltar-se para sujeitos historicamente excluídos em decorrência de situação socioeconômica; por questão de identidade étnico-racial ou de gênero; por terem algum tipo de deficiência; por serem pessoas do campo; ou ainda por estarem em condição de vulnerabilidade, em função de deslocamento forçado ou de fluxo migratório internacional.

São destinatários desta Resolução negros (pretos e pardos), indígenas, quilombolas, pessoas Trans (Transexuais/Transgêneros/Travestis), Pessoas com Deficiência (PcD), incluindo-se aquelas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), populações do campo (agricultores familiares/extrativistas/ribeirinhos/pescadores artesanais/ trabalhadores assalariados rurais/assentados rurais/acampados da reforma agrária), bem como pessoas em situação de deslocamento forçado ou migrantes internacionais (refugiados/solicitantes de asilo/portadores de visto humanitário/apátridas).

Destaca-se ainda que a UNIFAP possui uma Superintendência de Políticas Afirmativas e de Direitos Humanos (SUPADH), com a finalidade de gerir a Política de Ações Afirmativas institucionais e uma Comissão Permanente de Ações Afirmativas (CPAA), de composição paritária e caráter consultivo, integrada por docentes, técnico-administrativos e discentes, membros de órgãos públicos, organizações não-Governamentais, movimentos sociais, redes e articulações civis, cabendo-lhe acompanhar e avaliar as ações afirmativas, bem como emitir sugestão no sentido de aperfeiçoá-las e Banco de Dados de Cotistas (BDC), atualizado permanentemente com o perfil dos cotistas da UNIFAP, com o objetivo de retratar aspectos relativos à condição que lhes permitiu o ingresso na Educação Superior, como também o nível de desempenho observado na trajetória estudantil, dentre outras informações relevantes de sua vida acadêmica, bem como da vida pós-Universidade.

Além disso, a UNIFAP em consonância com ao Decreto Presidencial N.º 7.234, de 19 de julho de 2010, no qual o Governo Federal dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES e o Portaria MEC N.º 389/2013, que cria o Programa Bolsa Permanência, instituiu a Resolução N.º 17 de 01 de agosto de 2023 em substituição a Resolução N.14/2017

CONSU/UNIFAP que versa sobre a Política de Assistência Estudantil que é um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, permanência e conclusão de cursos de graduação, contribuindo para a redução das taxas de retenção e evasão, além de realizar acompanhamento psicopedagógico, social e incentivo à qualidade de vida aos discentes visando melhorar o desempenho acadêmico no ensino, pesquisa e extensão, cujo o público alvo são todos os discentes matriculados na Instituição, com atendimento conforme as seguintes modalidades:

Assistência Ampliada: consiste no atendimento de estudantes regularmente matriculados na UNIFAP, por meio de ações que promovam a cultura, o esporte, a saúde física, mental e psicológica, e qualidade de vida, visando a inclusão social, independentemente da situação socioeconômica.

Assistência Prioritária: consiste no atendimento a estudantes regularmente matriculados em curso de graduação presencial, prioritariamente oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, por meio da concessão de bolsas e auxílios com acompanhamento psicopedagógico e social.

12.4 POLÍTICAS DE INCLUSÃO

Seguem as diretrizes do PDI Institucional, no qual, a Política de Acessibilidade e Inclusão está orientada por meio da Política de Educação Inclusiva (CONEB/2008 e CONAE/2010); da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; e de demais políticas correlatas e normativos correspondentes. Tendo o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) como o principal meio de efetivação destas políticas.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo possibilita o cumprimento destas políticas por meio da estrutura disponível no *Campus* Mazagão, em que a estrutura das salas dos corredores dispõe de piso tátil, algumas cadeiras para canhotos em todas as salas de aulas, o acesso às dependências do *Campus* dispõe de rampas de acesso para cadeirantes, e periodicamente são realizados eventos que envolvem temática da saúde mental por meio de parceria com o NAI, CRAS e outros órgãos.

13 POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO

13.1 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL

Atualmente a UNIFAP possui quatro turmas com matrículas ativas, em torno de 100 alunos matriculados no Curso de Licenciatura em Educação do Campo, no *campus* Mazagão. O referido curso funciona em tempo integral no período de férias e recesso escolar. E também com

estudos realizados através da alternância pedagógica, que se materializa através dos Projetos Vivenciais, como uma estratégia de escolarização que possibilita aos acadêmicos que vivem e trabalham no campo conjugar a formação universitária sem desvincular-se do trabalho, da família e da cultura do campo.

13.2 METAS A SEREM ALCANÇADAS

Destinar vagas no Curso para professores das escolas do campo, em efetivo exercício nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio das redes de ensino, populações campesinas, tais como ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares, assentados, caiçaras, extrativistas, quilombolas e atingidos por barragens, nos 3 anos de implantação do Curso.

13.3 ESTRATÉGIA PARA ALCANÇAR A META

Acompanhar e avaliar o ingresso e desempenho no curso professores das escolas do campo, em efetivo exercício nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio das redes de ensino, populações campesinas, tais como ribeirinhos, pescadores, agricultores familiares, assentados, caiçaras, extrativistas, quilombolas e atingidos por barragens, para evitar a evasão.

14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016. 498p.

BRASIL. **Decreto Lei N.º 1.164, de 1º de abril de 1971**. Declara indispensáveis à segurança e ao desenvolvimento nacionais terras devolutas situadas na faixa de cem quilômetros de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal, e dá outras providências. Publicado no DOU em 02 de abril de 1971.

BRASIL. **Decreto Lei N.º 2.375, de 24 de novembro de 1987**. Revoga o Decreto-lei N.º 1.164, de 1º de abril de 1971, dispõe sobre terras públicas, e dá outras providências. Publicado no DOU em 25 de novembro de 1987.

BRASIL. **Decreto Lei N.º 2.597, 12 de setembro de 1955**. Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências. Publicado no DOU em 21 de setembro de 1955.

BRASIL. **Decreto N.º 4.281, de 25 de junho de 2002**. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto N.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

BRASIL. **Decreto N.º 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Publicado no DOU em 20 de julho de 2010.

BRASIL. **Decreto N.º 7.352, de 04 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

BRASIL. **Decreto N.º 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.

BRASIL. **Decreto N.º 8.368, de 02 de dezembro de 2014**. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

BRASIL. **Decreto N.º 9.235, de 15 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Publicado no DOU em 18 de dezembro de 2017.

BRASIL. **Decreto N.º 98.997, de 02 de fevereiro de 1990**. Institui a Fundação Universidade Federal do Amapá e dá outras providências. Publicado no DOU em 05 de março de 1990.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-9394/96**. Brasília, 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

BRASIL. **Lei N.º 10.639/2003**. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências.

BRASIL. **Lei N.º 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES e dá outras providências.

BRASIL. **Lei N.º 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.

BRASIL. **Lei N.º 14.533, de 11 de janeiro de 2023.** Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Publicada no DOU em 11 de janeiro de 2023.

BRASIL. **Lei N.º 6.634, de 02 de maio de 1979.** Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei N.º 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Publicado no DOU em 03 de maio de 1979.

BRASIL. **Lei N.º 9.474, de 22 de julho de 1997.** Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências.

BRASIL. **Lei N.º 9.795, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em chrome-extension://efaidnbnmnibpcjpcglclefindmkaj/https://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/lei_11645_100308.pdf.

BRASIL. **Lei Nº 12.288, de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.

BRASIL. **Lei Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Publicado no DOU em 28 de dezembro de 2012.

BRASIL. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Publicado no DOU em 26 de junho de 2014.

BRASIL. **Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Publicado no DOU em 07 de julho de 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação:** Presencial e a Distância. Brasília: MEC/INEP, 2017. 54p.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB N.º 07, de 09 de novembro de 2022.** Estabelece a revisão e atualização das normas, tendo em vista a aprovação do novo Ensino Médio.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB N.º 23, de 12 de setembro de 2007.** Trata da consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CEB nº 36, de 4 de dezembro de 2001.** Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001 .pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf)

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP N.º 03, de 10 de março de 2004.** Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Parecer CNE/CP N.º 22, de 08 de dezembro de 2020.** Estabelece as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria N° 389, de 09 de maio de 2013.** Cria o Programa de Bolsa Permanência. Cria o Programa de Bolsa Permanência e dá outras providências

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa N° 40, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007.** Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa/MEC n° 23, de 01 de Dezembro de 2010.** Altera dispositivos da Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Disponível em <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www3.semesp.org.br/portal/pdfs/juridico/2011/Portarias/Janeiro/PORTARIA%20N%2023%20-1-12-10.pdf>.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE / CEB N.º 4, de 13 de julho de 2010.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE / CES N.º 07, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei N.º 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE / CES N.º 07, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n° 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE / CP. N.º 1, de 30 de maio de 2012.** Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB N.º 02, de 28 de abril de 2008.** Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB n° 01, 3 de abril de 2002.** Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13200:resolucaoceb-2002&catid=323:orgaos-vinculados.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CES N.º 03, de 02 de julho de 2007.** Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula e dá outras

providências.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP N.º 01, de 17 de junho de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP N.º 01, de 30 de maio de 2012**, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP N.º 04, de 29 de maio de 2024**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP N.º 01, de 16 de agosto de 2023**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CONAES N.º 01, de 17 de junho de 2010**. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.

CHELALA, C.; CHELALA, C. Os obstáculos para a produção de grãos na Amazônia: o caso do estado do Amapá. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 60, 2, 1-19, 2022.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. Transição agroecológica e ação social coletiva. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v.1, n.4, p.50-60, 2000.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia: A manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá: GEA/SEMA, 2002. 170p.

IBGE. **Amapá: resultados do censo demográfico. 2023**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acessado em 29/07/2023.

LEVIN, B. **Energizing teacher education and professional development with problem-based learning**. ASCD: United States, 2001.

OLIVEIRA, M.J.; MATHIS, A. O recente Ciclo de Mineração no estado Amapá: uma análise preliminar com base na Produção Mineral, Arrecadação de Royalties e Taxa Anual por Hectare. **Papers do NAEA**, 26, 1, 1-27, 2017.

PANTOJA, L.F.; CUSTÓDIO, E.S. Educação do Campo e seus reflexos no contexto amapaense. **Revista FAEEBA**, 30, 64, 286-303, 2021.

SEPLAN. **Contas regionais – Amapá PIB 2019**. SEPLAN: Macapá, 2021. 33p.

UNIFAP. **Plano de Desenvolvimento Institucional: PDI 2020 – 2026**. Macapá: UNIFAP, 2019. 198p.

UNIFAP. **Portaria n.º 1062/2022-UNIFAP**. Legitima o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da UNIFAP.

UNIFAP. PRÓ REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO. **Portaria Normativa N.º 01/2016 PROGRAD**. Normatiza os créditos curriculares e o alinhamento de disciplinas comuns.

UNIFAP. PRÓ REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO. **Portaria Normativa N.º 01/2017 PROGRAD**. Dispõe sobre a atualização dos PPCs, no âmbito da Universidade Federal do Amapá.

UNIFAP. **Resolução N.º 014/2009 - CONSU UNIFAP**. Dispõe sobre a inclusão da Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, como disciplina curricular obrigatória nos cursos de graduação no

âmbito da UNIFAP.

UNIFAP. **Resolução N.º 014/2017 - CONSU UNIFAP.** Aprova a Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Amapá.

UNIFAP. **Resolução N.º 02/2010 – CONSU UNIFAP.** Regulamenta o Estágio Supervisionado, no âmbito da UNIFAP.

UNIFAP. **Resolução N.º 024/2008 – CONSU/UNIFAP.** Dispõe sobre as diretrizes das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação no âmbito da UNIFAP.

UNIFAP. **Resolução N.º 025, de 27 de setembro de 2006 – CONSU/UNIFAP.** Aprova o Regimento da Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal do Amapá (CPA/UNIFAP)

UNIFAP. **Resolução N.º 026/2011 – CONSU UNIFAP.** Regulamenta a nova Sistemática de Avaliação da Aprendizagem, no âmbito da UNIFAP.

UNIFAP. **Resolução N.º 027/2014 – CONSU/UNIFAP.** Aprova a Implantação e Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias e Biologia, no *Campus Mazagão*.

UNIFAP. **Resolução N.º 032/2008 – CONSU/UNIFAP.** Regulamenta o Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFAP.

UNIFAP. **Resolução N.º 036/2013 – CONSU/UNIFAP.** Regulamenta o Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa de Seres Humanos na UNIFAP.

UNIFAP. **Resolução N.º 08/2010- CONSU/UNIFAP.** Regulamenta a Prática Pedagógica, como componente curricular obrigatório, nos Cursos de Graduação no âmbito da UNIFAP.

UNIFAP. **Resolução N.º 11/2008 – CONSU/UNIFAP.** Estabelece as diretrizes para o Trabalho de Conclusão de Curso em nível de Graduação, no âmbito da UNIFAP.

UNIFAP. **Resolução N.º 19, de 9 de maio de 2018.** Regulamenta o Processo Seletivo Específico para ingresso no Curso de Licenciatura em Educação do Campo no âmbito da UNIFAP.

UNIFAP. **Resolução N.º 20 de 15 de maio de 2018.** Regulamenta o Núcleo Docente Estruturante no âmbito da UNIFAP.

UNIFAP. **Resolução N.º 21/ 2022 – CONSU UNIFAP.** Institui a Política de Ações Afirmativas (PAAf) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

UNIFAP. **Resolução N.º 26 24 de novembro de 2023.** Estabelece as novas diretrizes ao processo de seleção para ingressos nos cursos de graduação no âmbito da UNIFAP.

15 APÊNDICES

APÊNDICE 01 - EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS E OPTATIVAS

EMENTAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

1 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

CARGA-HORÁRIA: 60 h / CRÉDITOS: 04

EMENTA: Introdução ao estudo da História da Educação e sua relação com diferentes sociedades e culturas nos diversos períodos da História da Humanidade. Estudo analítico do processo histórico de escolarização moderna no Brasil, com destaque para as práticas educativas e visões pedagógicas presentes na institucionalização da escola. A história da educação na Amazônia brasileira. A educação escolar associada às relações de classe, gênero e etnia enquanto constituintes e constituidoras da produção e reprodução das desigualdades sociais. Investigação das campanhas ou lutas de movimentos sociais em direção à universalização da educação escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M. L. **História da educação e a pedagogia**. São Paulo: Moderna, 2006.
GHIRALDELLI JR. P. **História da educação brasileira**. São Paulo: Manole, 2009.
CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Thompson, 2007.
GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática. 1999.
GHIRALDELLI JR. P. **História da educação brasileira: da colônia ao governo Lula**. São Paulo: Cortez, 2009.
MANACORDA, M. A. **Da antiguidade aos nossos dias**. São Paulo: Cortez. 2002.
RIBEIRO, M. L. S. **História da educação brasileira: a organização escolar**. São Paulo: Cortez, 2010.

2 - FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Educação do Campo no Brasil, na Amazônia e no Amapá. Fundamentos teóricos e político pedagógicos da Educação do Campo na atualidade. A heterogeneidade e diversidade no Campo: práticas sociais, territórios, sujeitos e escola. A cultura negra e indígena no Amapá e sua relação com a Educação do Campo. A prática pedagógica no campo. A metodologia de ensino enquanto ato político da ação educativa. O processo de construção da identidade da educação do campo. A educação em comunidades ribeirinhas, extrativistas, quilombolas, indígenas e assentamentos. Práticas Pedagógicas em Educação do Campo: A Pedagogia do Movimento, a Pedagogia da Alternância, o PRONERA e o Escola da Terra.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Maria de Fátima Almeida; MARTINS, Aracy Alves. **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
ARROYO, Miguel, CALDART, Roseli Salete e MOLINA, Mônica Castagna (Orgs) **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo**. São Paulo: Expressão popular, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HAGE, Salomão Antônio Mufarrej & ANTUNESROCHA, Maria Isabel (Orgs). **Escola de direito: reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

JACKSON, Alci. **A cultura negra no Amapá: história, tradição e políticas públicas**. Macapá AP: Lê Arte, 2014.

JANATA, Natacha Eugênia; ANHAIA, Edson Marcos de. **As Bases Teóricas da Educação do Campo e suas Contribuições para a Licenciatura em Educação Do Campo**. Cadernos De Pesquisa: Pensamento Educacional (Curitiba. Online) 13.34 (2018): 95-112.

MOLINA, Monica Castagna. **Educação do campo e pesquisa II: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

MOLINA, Mônica Castagna. **Práticas contra-hegemônicas na formação dos profissionais das Ciências Agrárias: reflexões sobre Agroecologia e Educação do Campo nos cursos do PRONERA**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.

3 - INFORMÁTICA BÁSICA E TDICS

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Fundamentos da Informática, Computadores, Hardware Básico, Software, Uso do Sistema Operacional. Utilização de Editores de Texto. Utilização de Planilhas Eletrônicas. Introdução à programação. Correio Eletrônico, Internet, Aspectos Básicos de Segurança de Informática. Comunicação, tecnologia e educação. Os impactos sociais, culturais e educacionais decorrentes das novas tecnologias. Os novos paradigmas sociais e os processos de informatização da sociedade. As possibilidades e limites do uso dessas tecnologias como recursos facilitadores da aprendizagem. Políticas públicas de acesso tecnológico na escola. Educação à distância: princípios educativos e tecnológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGUILAR, L.J. **Fundamentos de Programação: algoritmos, estruturas de dados e objetos**. McGraw- Hill, 2008.

BRAGA, W. **Informática Elementar: Windows XP, Word 2003, Excel 2003**. Rio de Janeiro: Editora Alta Books, 2004.

NORTON, P. **Introdução à informática**. São Paulo: Makron Books, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRUNO, A. R.; BORGES, E. M.; SILVA, L. S. P. (org.). **Tem professor n@ rede**. Juiz de Fora: UFJF, 2010.

JONASSEN, D. H. **Computadores, ferramentas cognitivas**. Desenvolver o pensamento crítico nas escolas. Porto: Porto Editora, 2007.

LAJOLO, M.; ZILBERMAN, R. **Das tábuas da lei à tela do computador: a leitura em seus discursos**. São Paulo: Ática, 2009.

MOREIRA, V. K. **Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação**. São Paulo: Papirus, 2007.

TAPSCOTT, D. **A hora da geração digital**. Como os jovens que cresceram usando a internet estão mudando tudo, das empresas aos governos. Rio de Janeiro: Agir Negócios, 2010.

4 - PORTUGUÊS INSTRUMENTAL

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Linguagem, discurso, organização e características de diferentes gêneros e tipos textuais. Uso social e funções da linguagem. O fenômeno da variação linguística. Textualidade e tipologia. Práticas de leitura, produção e interpretação de textos e hipertextos; informações implícitas: pressupostos e subentendidos; coesão e coerência. Sintaxe da regência e concordância. Uso da crase; pontuação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CEREJA, W. R.; MAGALHÃES, T. C. **Gramática reflexiva**: texto, semântica e interação. São Paulo: Atual, 1999.

KOCH, I. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

MARQUES, Mário Osório. **Escrever é preciso**: o princípio da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2008. MARTINS, D. S.; ZILBERKNOP, L. S. **Português instrumental de acordo com as atuais normas da ABNT**. 28. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA V., M. Da G. **Redação e textualidade**. 2. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CHARTIER, R. **Práticas de leitura**. Tradução: Cristiane Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 268 p.

LANGACKER, R. W. **A linguagem e sua estrutura**: alguns conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

SANTOS, A. R. Dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

5 - PALEONTOLOGIA E EVOLUÇÃO

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Teorias científicas sobre a origem da vida. Conceitos básicos de Paleontologia. Uso estratigráfico dos fósseis. Tempo geológico e evolução da vida. Teorias evolutivas. Conceitos de espécie. Especiação. Gradualismo e equilíbrio pontuado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, I. S. **Paleontologia**. V. 1, 3. Ed. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

RIDLEY, M. **Evolução**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. ISBN 1405103450.

SADAVA, D.; HILLIS, D.; HELLER, H.; HACKER, S. **Vida**: a ciência da biologia. V. 2, 11. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2020. ISBN 9788536319223.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAGÃO, M. **História da terra**. Rio de Janeiro: Interciência, 2008.

CORECCO, L. **Paleontologia do Brasil**: paleoecologia e paleoambientes. Rio de Janeiro: Interciência, 2022.

COX, C.; MOORE, P.; LADLE, R. **Biogeografia**: uma abordagem ecológica e evolucionária. 9. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2019. ISBN 9788521635796.

FUTUYMA, D. J. **Biologia evolutiva**. 3. Ed. São Paulo: FUNPEC, 2009. POPP, J. **Geologia geral**, 7. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. ISBN 9788521634300.

SOARES, M. (ORG.). **A paleontologia na sala de aula**. 1. Ed. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Paleontologia, 2015. ISBN 9788576973164.

6 - FUNDAMENTOS DE QUÍMICA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Elemento químico e classificação periódica. Ligações químicas; Soluções; Propriedades Coligativas; Estequiometria. Termodinâmica; Cinética química; Equilíbrio químico. Polaridade e forças intermoleculares. Geometria molecular. Estudo das soluções. Funções, nomenclatura, propriedades físico-químicas e reatividade dos principais compostos orgânicos: alcanos, alcenos, compostos aromáticos, fenóis, éteres, epóxidos, haletos de alquila, aldeídos, cetonas, ácidos carboxílicos e seus derivados. Noções básicas sobre compostos de

interesse biológico, agroquímicos e poluentes ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHANG, R. **Química geral**: conceitos essenciais. 4. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2010. *E-book*. ISBN 9788563308177. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788563308177/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CHANG, R.; GOLDSBY, K. A. **Química**. 11. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. *E-book*. ISBN 9788580552560. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580552560/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

ATKINS, P.; JONES, L.; LAVERMAN, L. **Princípios de química**: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2018. *E-book*. ISBN 9788582604625. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582604625/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRADY, J. E.; HUMISTON, G. E. **Química Geral**, v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1986.

BROWN, T. L.; BURSTEN, B. E. **Química**: ciência central. 9. Ed. São Paulo: Pearson, 2007.

KOTZ, J. C.; TREICHEL, P. M.; TOWNSEND, J. R.; TREICHEL, D. A. **Química geral e reações químicas**. 10. Ed. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2023. *E-book*. ISBN 9786555584516. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555584516/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

ROSENBERG, J. L.; EPSTEIN, L. M.; KRIEGER, P. J. **Química geral**. 9. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. *E-book*.

ISBN

9788565837316.

Disponível

em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565837316/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

RUSSEL, J. B. **Química geral**. 2ª edição, v. 1 e 2. 1994.

7 – METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Ciência e método. Leitura e interpretação textual. Orientações metodológicas para a leitura, compreensão e documentação de textos. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. Redação Técnica; Características da linguagem técnica e científica. A elaboração trabalhos científicos de fichamento, sínteses, resumo e resenha, documentário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo, resenha e recensão: apresentação. Rio de Janeiro, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. De. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. Ed. Rev. E ampl. São Paulo: Atlas, 1991.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normas ABNT sobre documentação**. Rio de Janeiro, 2012. Coletânea de normas. Apostila.

CARVALHO, M. C. **Construindo o saber**: metodologia científica – fundamentos e técnicas. 17ed. São Paulo: Papyrus, 2006.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica**: a prática de fichamentos, resumos, resenhas. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RUDIO, F. V. **Introdução a projeto de pesquisa**. 36. Ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

8 - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA **CARGA-HORÁRIA: 90 h / CRÉDITOS: 06**

EMENTA: Projeto Integrador de Vivência Pedagógica e condução do plano de estudo interdisciplinar para o Tempo Comunidade. O papel do estágio supervisionado na formação docente. Distinção entre teoria, prática e práxis no contexto da atuação docente. Diferentes sujeitos da comunidade escolar. Enunciação sociocultural do território no qual a escola do campo está situada. Técnica de observação e de registro de atividades de campo. Registro documental.

REFERÊNCIA BÁSICA

ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel; MARTINS, Aracy Alves; MARTI, Maria de Fátima Almeida. **Territórios educativos na educação do campo**: escola, comunidade e movimentos sociais. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Estágio supervisionado**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores**: unidade teoria e prática? 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CAVALCANTI, Ágata Laisa Laremborg Alves; França-Carvalho, Antonia Dalva. **Formação do professor do campo**: o estágio supervisionado no Curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências da Natureza, do CAFS/UFPI. Cadernos Cajuína, [S. l.], v.5, n.3, Setembro-2020. Disponível em:

<http://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/426/300>. Acesso em: 10 set. 2024.

MENDES, Debora Mate; SILVA, Eliane Cabral da; REIS, Marlo dos. **Cartografia Social como metodologia para formação de professores do campo**: uma experiência a partir do Arquipélago do Bailique. Revista Educação e Cultura Contemporânea, [S. l.], v. 17, n. 48, p. 362–382, 2020. Disponível em:

<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/7126>. Acesso em: 10 set. 2024.

MENDES, Debora Mate; SILVA, Eliane Cabral da; REIS, Marlo dos; CUNHA, Suany Rodrigues da Cunha. **Produção audiovisual com mulheres da amazônia**: Pesquisa e memória de trajetórias educacionais em territórios do campo, das águas e das florestas. Revista Inter-Ação, Goiânia, v. 48, n. 3, p. 811–829, 2023. DOI: 10.5216/ia.v48i3.76680. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/76680>. Acesso em: 10 set. 2024.

PICONEZ, Stela Bertholdo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24ª ed. Campinas: Papyrus, 2012.

SILVA, Lázara Cristina da; MIRANDA, Maria Irene. **Estágio supervisionado e prática de ensino**: desafios e possibilidades. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2008.

9 – PRÁTICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO I

CARGA-HORÁRIA: 75 h / CRÉDITOS: 05

EMENTA: Identidades e processos identitários na constituição do ser professor/a do/no campo. Apresentação do curso educação do campo, organização pedagógica, instrumentos de avaliação coletiva e organização do diálogo entre os dois tempos educativos - tempo universidade e tempo comunidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHASSOT, Attico. **Alfabetização científica: questões e desafios para a educação**. 2.ed. Ijuí: Ed. Universidade Regional do Noroeste do Estado, 2001. 438

WERNECK, Flávia Beatriz. **Construções para o inventário da realidade a partir da sala de leitura em escola do campo**. TCC. Brasília: UnB, 2023. Disponível em:

https://bdm.unb.br/bitstream/10483/36956/1/2023_FlaviaBeatrizWerneck_tcc.pdf

DELIZOICOV, Demétrio. ANGOTTI, Jose, A. P. **O ensino de Ciências no Brasil**. In: Metodologia do ensino de ciências. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

KOLLING, Edgar; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli. (orgs.) **Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 4).

UNIPAMPA, PPC – Educação do Campo – Licenciatura, UNIPAMPA, Dom Pedrito, 2019. Disponível em:

https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/rii/111/10/PPC_Educa%c3%a7%c3%a3o%20do%20Campo_Dom%20Pedrito_2019.pdf

10 – FUNDAMENTOS DA ALTERNÂNCIA PEDAGÓGICA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: A Pedagogia da Alternância no Amapá. A Pedagogia da Alternância e seu funcionamento. A pedagogia da Alternância: aspectos teóricos e históricos e organização das famílias. Histórico, concepções teórico-filosóficas que a embasam, características fundamentais do sistema em alternância. Metodologia de funcionamento: Casas Familiares Rurais-CFRs e Escola Família Agrícola-EFA. Instrumentos didáticos e práticas de animação. Principais Instrumentos Pedagógicos: de atividades de pesquisa, de comunicação e relação, didáticos e de avaliação. Conjunto de colaboradores da formação. Competências do monitor (educador) na EFA. A EFA e a Educação do/no Campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CALVÓ, P. Puig. e MARIRRODRIGA, Roberto G. **Formação em alternância e desenvolvimento local: o movimento educativo dos CEFFAs no Mundo**. O lutador Belo Horizonte-2010.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares e de Formação Rural, 2007.

NOSELLA, Paolo. **Cinquenta Anos de Pedagogia da Alternância no Brasil: Conflitos e Desafios**. Kiri- Kerê – Pesquisa Em Ensino, 2020, Vol.2 (4).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES-ROCHA, M. I, et al. **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GIMONET, Jean-Claude. **Método pedagógico ou novo sistema educativo? A experiência das casas familiares rurais**. Brasília: Cidade, 2004.

PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos. **Educação do Campo e Pedagogia da Alternância no Brasil e na Amazônia: Bases Históricas**. Revista HISTEDBR On-line 13.52 (2013): 357

SOUSA, Romier [et al.]. **Educação do campo na Amazônia: A experiência histórica das Escolas Famílias do estado do Amapá**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil [IEB], 2016.

TRINDADE, Glademir Alves; VENDRAMINI, Célia Regina. **A Relação Trabalho e Educação na Pedagogia da Alternância**. Revista HISTEDBR On-line 11.44 (2012): 32.

11 – FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: A origem e natureza da filosofia. A natureza investigativa e crítica da filosofia. A filosofia antiga: o problema do ser. A filosofia medieval: o problema da fé e da razão. A filosofia moderna: o problema do conhecimento. Os sistemas filosóficos modernos: racionalismo, Descartes; iluminismo, Kant; romantismo, Rousseau; e idealismo, Hegel. A filosofia contemporânea e a educação. A Influência da filosofia no processo de formação do ser humano. Os sistemas filosóficos contemporâneos e a educação. A Filosofia da Educação e sua relação com a educação brasileira contemporânea. Educação libertadora enquanto projeto político-social. Ética e filosofia da ciência, definições conceituais. O homem e suas relações com a sociedade e cultura: processo de desenvolvimento e constituição do ser humano (cultura, linguagem, humanização). Filosofia da ciência: construção do conhecimento científico; diversidade de saberes, correlações entre ciência e sociedade. Estudo da filosofia tradicional africana e de contribuições de filósofos africanos e afrodescendentes da atualidade para a educação. Ética e Ciência. Os múltiplos usos da Ética: Ética Ambiental e atividade profissional, Ética nas organizações e na sociedade. O inter relacionamento entre Filosofia e Ética.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARANHA, M. L. de A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1996.

CHAUI, M. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2014.

GHIRALDELLI, P.. **Filosofia da Educação**. 1. Ed. São Paulo: Ática, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARANHA, M. L. de A. **Filosofando: introdução à filosofia filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1993.

DEWEY, John. **Democracia e educação**. São Paulo: Ática, 2007.

DUSSEL, Enrique. **Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão**. 4. Ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

ROSSI, P. **A ciência e a filosofia dos modernos: aspectos da revolução científica**. São Paulo: Unesp, 1992.

12 – PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Estudo das teorias psicológicas que abordam a construção do conhecimento, destacando as teorias interacionistas e suas contribuições para a pesquisa e as práticas educativas. Relação desenvolvimento e aprendizagem. Significado e sentido na aprendizagem escolar: a teoria da Aprendizagem Significativa de David Ausubel. Processos psicológicos básicos: sensação, percepção e motivação. Compreensão da personalidade. Importância do grupo e sua formação. Funcionamento, papéis e relação família-escola, afetividade e meios de comunicação. Inteligências Múltiplas e Inteligências Emocional. Estudo da adolescência do ponto de vista dos aspectos psicológicos (cognitivos, psicossociais e psicossociais), pedagógicos (situação de ensino-aprendizagem) e biológicos (crescimento físico e puberdade), com destaque para a análise da realidade brasileira. Cultura e adolescência. Adolescência e escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOCK, A. M. **Psicologias**: uma introdução ao estudo da psicologia. São Paulo: Saraiva. 14ed, 2008.

DAVIS, Cláudia; OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 2010.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALIGARRIS, C. **Educa-se uma criança?** Porto alegre: Artes e Ofícios, 2010.

DAVIS, Cláudia. **Psicologia na educação**. 3ª ed. - São Paulo: Cortez, 2010.

JEREBTISOV, Serguei; PRESTES, Zoia. **O Papel das Vivências da Personalidade na Instrução**. Educação Em Foco: órgão Oficial da Faculdade de Educação, Centro Pedagógico da UFJF 24.2 (2019), Vol.24 (2).

TELES, Maria Luiza Silveira. **Aprender psicologia**. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TUNES, Elizabeth. **O fio tenso que une a psicologia à educação**. Brasília: UniCEUB, 2013.

TUNES, Elizabeth; PRESTES, Zoia Ribeiro. **A Autoridade do Professor na Sociedade Escolarizada**. Fractal: Revista De Psicologia 32. Spe (2020): 185-89.

13 - FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Noções Básicas: Funções. Funções trigonométricas. Limites e Continuidade. Derivadas. Estudo da variação das funções. Aplicações das derivadas. Integral Definida. Técnicas de Integração para o Cálculo de Área e Volume; Análise dos Modelos Matemáticos Aplicados à Biologia (Analítico e/ou Numérico).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ÁVILA, G. S. S.; ARAÚJO, L.C. L. **Cálculo**: ilustrado, prático e descomplicado. Rio de Janeiro: LTC, 2012. *E-book*. ISBN 978-85-216-2128-7.

Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2128-7/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GUIDORIZZI, H. L. **Um curso de cálculo**. V. 1, 6. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2018. *E-book*. ISBN 9788521635574. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521635574/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

STEWART, J.; CLEGG, D.; WATSON, S. **Cálculo Volume I** –Tradução da 9. Ed. Norte-americana. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2021. *E-book*. ISBN 9786555584097.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555584097/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AXLER, S. **Pré-Cálculo**: uma preparação para o cálculo. 2. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016. *E-book*. ISBN 9788521632153. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521632153/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

GONÇALVES, Mirian Buss. **Cálculo A: funções, limite, derivação e integração**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KÜHLKAMP, Nilo. **Cálculo 1**. 5. ed. Florianópolis: UFSC, 2015.

HOFFMANN, L. D.; BRADLEY, G. L. **Cálculo**: um curso moderno e suas aplicações, 11. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. *E-book*. ISBN 978-85-216-2909-2. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2909-2/>. Acesso em: 16 jul. 2023.

HUGHES-HALLETT, D.; GLEASON, A. M.; MCCALLUM, W. G. **Cálculo de uma variável**. 3. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. *E-book*. ISBN 978-85-216-2417-2. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2417-2/>. Acesso em: 16 jul.

2023.

14 - BIOLOGIA CELULAR E HISTOLOGIA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Estrutura geral da célula animal e vegetal; Métodos de estudo de células e tecidos; Trocas entre a célula e o meio; Armazenamento e transmissão da informação genética; Formação e armazenamento de energia; Processos de Síntese na Célula; Digestão intracelular; Citoesqueleto e movimentos celulares; Tecido epitelial de revestimento; Tecido conjuntivo; Tecido Cartilaginoso; Tecido ósseo e osteogênese; Tecido Muscular e Tecido Neural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBERTS, B. **Fundamentos da biologia celular**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. 843 p. ISBN: 9788536324432.

DELLMANN, H.; BROWN, E. M. **Histologia veterinária**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1982. P. 397.

ABRAHAMSOHN, P. **Histologia**. 1. Ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBERTS, B.; BRAY, D.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WATSON, J. D. **Biologia molecular da célula**. Artes Médicas, Porto Alegre, 1994.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. **Biologia celular e molecular**. 7. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.

KIERSZENBAUM, A. L. **Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia**. [S.l.]: Elsevier, 2004.

HICKMAN, C. P.; ROBERTS, L. S.; KEEN, S. L.; EISENHOUR, D. J.; ALLAN, L.; I'ANSON, H. **Princípios integrados de Zoologia**. 15. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 890 p.

PECHENIK, J. A. **Biologia dos invertebrados**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788580555813. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555813/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

15 – MANEJO E CONSERVAÇÃO DO SOLO

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Manejo e conservação de solos no Brasil; Uso do solo, aptidão agrícola e classes de capacidade de uso da terra; Qualidade do solo; Degradação física, química e biológica do solo; Erosão do solo: formas, mecanismos e fatores controladores; Compactação do solo: causas e controle. Sistemas de preparo e manejo do solo; Práticas edáficas, mecânicas e vegetativas de conservação do solo; Solo e o desenvolvimento socioeconômico; Recuperação de solos degradados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos**. 3. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. ISBN 9788565837743.

PRUSKI, F. F. **Conservação de solo e água: práticas mecânicas para o controle da erosão hídrica**. 2. Ed., rev., atual. E ampl. Viçosa, MG: UFV, 2009. ISBN 9788572693646.

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 2017. ISBN 9788521300045.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. **Conservação do solo**. 10. Ed. São Paulo: Ícone, 2017. ISBN 9788527409803.

GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. 10. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. ISBN 9788528607383.

LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. 2. Ed., São Paulo: Oficina de Textos, 2010. ISBN 9788579750083.

MÜLLER, F. C. *Et al.* **Uso, manejo e conservação do solo**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. *E-book*. ISBN 9786556902715.

PRIMAVESI, A. **Pergunte ao solo e às raízes: uma análise do solo tropical e mais de 70 casos resolvidos pela agroecologia**. São Paulo: Nobel, 2014. ISBN 9788521318378.

16 - LIBRAS

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: O estudo de LIBRAS enquanto linguagem dos surdos. O aspecto das organizações educacionais e culturais dos surdos. Análise reflexiva de aspectos gramaticais da Língua de Sinais brasileira. Diferentes marcas culturais dos surdos. Linguagens especiais e linguagem computacional. LIBRAS. Adaptação de recursos e estratégias de intervenção educacional. Principais paradigmas da Educação de surdos e seus desafios junto às famílias e à comunidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FELIPE, T.; MONTEIRO, M. **LIBRAS em contexto: curso básico: Livro do Professor**. 4. Ed. Rio de Janeiro: LIBRAS, 2005.

OATES, E. **Linguagem das mãos**. 5. Ed. Aparecida, São Paulo: Santuário, 1990.

PIMENTA, N. **Coleção aprendendo LSB**. Rio de Janeiro: Regional, v. 1 Básico, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, E. **Surdez e bilingüismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

LANE, H. **A máscara da benevolência**. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LACERDA, C. B. F.; GÓES, M. C. R. **Surdez: processos educativos e subjetividade**. São Paulo: Lovise, 2000.

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: Estudos Lingüísticos**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

THOMA, A.; LOPES, M. **A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidades e diferença no campo da educação**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

17 - ATIVIDADE ACADÊMICA DE EXTENSÃO I (AAE I)

CARGA-HORÁRIA: 60 h / CRÉDITOS: 04

EMENTA: Promoção de troca de saberes entre discentes e a comunidade escolar, conforme uma das diretrizes abordadas na Política Nacional de Extensão Universitária – PROEXT (2012) e Res. CNE/CP N.º 4/2024, na perspectiva da temática do direito à terra, seu uso, cultivo, pertencimento, legalização, acesso às políticas públicas e a importância da educação do campo, no contexto dos movimentos sociais e conhecimentos tradicionais, bem como de outras temáticas correlatas em consonância com a área de formação do licenciado em educação do campo da UNIFAP, *Campus Mazagão*.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES-ROCHA, M. I. *Et al.* **Territórios educativos na educação do campo: escola, Comunidade e movimentos sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês: trabalho e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, M.G. **Legislação ambiental e política agrária: reserva legal e áreas de preservação permanente no projeto de assentamento do Itabocal-PA.** Belém, PA: Paka-Tatu. 2003. ISBN 8587945343.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DEWEY, J. **Democracia e educação.** São Paulo: Ática, 2007.

BROSE, M. **Participação na extensão rural.** Porto Alegre. Tomo. 2004.

REIS, R.R. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, 86: 89-122, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/ZHct3GQN5bWGLcvzvTMmk4n/?format=pdf&lang=pt>

SOBRINHO, M. S.; BRITO, K. S. **Ensino, pesquisa e extensão na Reserva Extrativista do Rio Cajari: ações do NEA-UNIFAP/MZG.** Mazagão: UNIFAP, 2021. ISBN 9786500256789.

WERNECK, C. **Sociedade inclusiva: quem cabe no seu todo?** RJ: EVA, 1999.

18 - SOCIOLOGIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Cultura, educação e conhecimento. Concepções de cultura. As culturas do campo. Estudos socioculturais da escola, dos sistemas escolares, do processo educativo e de seus agentes. A cultura, as ideologias, as instituições políticas, os sistemas de dominação e a construção de práticas de resistência e emancipação. Bases sociológicas da educação. Educação e processo de mudança social. Marx, a sociedade, a educação e a emancipação. Contribuições da análise sociológica contemporânea. Materialismo histórico e a educação. Educação e Trabalho. O caráter histórico do trabalho. A dupla face do trabalho no capitalismo. O processo de constituição do trabalho coletivo e educação do trabalhador rural. Modernização do campo e qualificação profissional. Sujeição da agricultura familiar ao capital. A educação diante do desemprego e da precarização do trabalho no campo: informalidade, trabalho temporário, sazonalidade, trabalho desregulamentado, trabalho infantil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FREITAG, B. **Escola, estado e sociedade.** São Paulo, Cortez, 1986.

MESZAROS, I. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

RIBEIRO, Marlene. **Movimento camponês: trabalho e educação.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ENGUITA, M. **A face oculta da escola.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREITAG, B. **O indivíduo em formação: diálogos interdisciplinares sobre educação.** São Paulo: Cortez, 1994.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.

GENTILI, P.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** Petrópolis: Vozes, 1997.

ROCHA, M. I. A. **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

19 - DIDÁTICA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Pressupostos, concepções e objetivos da Didática. A multidimensionalidade da didática. Paradigmas Pedagógicos da Didática. Abordagens contemporâneas do processo de ensino aprendizagem. O currículo da educação básica. A educação do campo, currículo e as especificidades das populações do campo na Amazônia. Concepções teóricas de avaliação da aprendizagem escolar. Avaliação do processo ensino Aprendizagem. As exigências legais para a

avaliação educacional. O Projeto Pedagógico das escolas do campo. A ação do planejamento na organização escolar: plano de ensino e plano de aula. Métodos e procedimentos de ensino. Aspectos cognoscitivos e socioemocionais na relação professor-aluno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis: vozes, 2011. 374p

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e; SOUSA, Ana Inês. **Práticas e saberes populares: interações com diferentes espaços populares**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

GIROUX, Henri. **Teoria crítica e resistência em educação: para além das teorias da reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1989.

MENDES, Débora Mate; WANDERLEY, Kamila Karine dos Santos; SOUZA, Karla Fornari de. **Práticas comunitárias e currículo: educação do campo, das águas e florestas na Região Norte e Nordeste**. Revista e-Curriculum, São Paulo, v.20,n.1, p.279-301, jan./mar. 2022

MIGUEL, Kassiana Da Silva; DELLA JUSTINA, Lourdes Aparecida; FERRAZ, Daniela

Frigo. **As Gerações Presentes nos Estudos Relacionados à Avaliação da Aprendizagem:**

Questões Teóricas e Práticas. Amazônia (Universidade Federal Do Pará) 18.41 (2022): 255-80.

SANTOS, Antonia Fladiana Nascimento dos; NERY, Cristiane do Socorro dos Santos; NERY, Vitor Sousa Cunha. **História, formação, currículo e práticas de ensino na Amazônia**.

Curitiba: CRV, 2019.

20 - AGROCLIMATOLOGIA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Introdução à climatologia e meteorologia agrícola. Atmosfera terrestre. Fatores (variação temporal e espacial) e Elementos climáticos (radiação solar e balanço de energia, temperatura do ar e do solo, umidade do ar, precipitação pluviométrica, evapotranspiração, ventos) e sua relação com as espécies vegetais e animais. Microclima de ambientes agropecuários e sua relação com a incidência de pragas e doenças e a produtividade. Estação meteorológica e instrumentos de medição dos elementos meteorológicos. Balanço hídrico climatológico. Zoneamento agroclimático. Classificação climática, clima regional e mudanças climáticas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYOADE, J. O. **Introdução à climatologia para os trópicos**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARNEVSKIS, E. L.; LOURENÇO, L. F. **Agrometeorologia e climatologia**. Porto Alegre: Grupo A, 2018. *E-*

book. ISBN 9788595028678. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028678/>.

Acesso em: 26 jun. 2023.

TORRES, F. T. P.; MACHADO, P. J. De O. **Introdução à climatologia**. São Paulo: Cengage Learning Brasil, 2012. *E-*

book. ISBN 9788522112609. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522112609/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVARENGA, A. A.; MORAES, M. E. De O.; AZEVEDO, L. L. C. **Agrometeorologia: princípios, funcionalidades e instrumentos de medição**. São Paulo: Editora Érica, 2015. *E-*

book. ISBN 9788536521480. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521480/> . Acesso em: 26 jun. 2023.
 BARRY, R. G.; CHORLEY, R. J. **Atmosfera, tempo e clima**. 9. Ed. Porto Alegre: Grupo A, 2009. E-

book. ISBN 9788565837392. Disponível
 em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788565837392/> .

Acesso em: 26 jun. 2023.

FERREIRA, R. A. **Maior produção com melhor ambiente**: para aves, suínos e bovinos. 2. Ed. Viçosa: Aprenda Fácil. 2011. 401 p.

PEREIRA, A. R.; SENTELHAS, P. C.; ANGELOCCI, L. R. **Meteorologia agrícola**.

Piracicaba: ESALQ-USP, 2007. Disponível em:
https://www.esalq.usp.br/departamentos/leb/aulas/lce306/MeteorAgricola_Apostila2007.pdf.
 Acesso em: 26 jun. 2023.

TAIZ, L.; ZEIGER, E.; MOLLER, I.; MURPHY, A. **Fisiologia vegetal e desenvolvimento vegetal**. 6. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. ISBN 9788582713662.

21 - BOTÂNICA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Organismos fotossintetizantes. Algas verdes. Ocupação do ambiente terrestre. Briófitas, pteridófitas, gimnospermas e angiospermas: aspectos evolutivos, morfológicos, reprodutivos e taxonômicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EVERT, R. F.; EICHORN, S. E. **Raven**: biologia vegetal. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2014. ISBN 9788527723626.

RIDLEY, M. **Evolução**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. ISBN 1405103450.

SADAVA, D.; HILLIS, D.; HELLER, H.; HACKER, S. **Vida**: a ciência da biologia. V. 2, 8. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. ISBN 9788536319223.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRESINSKY, A; KÖRNER, C.; KADEREIT, J.; NEUHAUS, G.; SONNEWALD, U.

Tratado de Botânica de Strasburger. 36. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. ISBN 9788536327204.

COIMBRA, J.; ESTEVES, L. **Meio ambiente & Botânica**. 2. Ed. São Paulo: SENAC, 2011. ISBN 9788539600793.

JUDD, W.; CAMPBELL, C.; KELLOGG, E; STEVENS, P.; DONOGHUE, M. **Sistemática vegetal**: um enfoque filogenético. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. ISBN 9788536319087.

SOUZA, V. C.; FLORES, T. B; LORENZI, H. **Introdução à Botânica – morfologia**. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2013. ISBN 9788586714429.

URRY, L.; CAIN, M.; WASSERMAN, S.; MINORSKY, P.; ORR, R. **Biologia de Campbell**. 12. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. ISBN 9786558820680.

22 - FUNDAMENTOS DE FÍSICA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Medidas de grandezas físicas. Vetores. Deslocamento e Velocidade. Conceitos e princípios de Cinemática e Dinâmica. Leis de Newton. Trabalho. Energia. Conservação e fontes de Energia. Gravitação, Oscilação, Ondas, Ondas Sonoras, Estática e Dinâmica dos Fluidos, Temperatura, Calor, Transferência de Calor, Teoria Cinética dos Gases, Primeira e Segunda Lei da Termodinâmica. Conceitos e princípios de Fenômenos Elétricos e Magnéticos. Fundamentos de Óptica, relatividade e física moderna.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; KRANE, K. S. **Física**. V. 1, 5. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. *E-book*. ISBN 978-85-216-1945-1. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-1945-1/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

HALLIDAY, David; RESNICK, Robert; KRANE, Kenneth S. **Física**. V. 2, 5. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. *E-book*. ISBN 978-85-216-1946-8. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-1946-8/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. **Fundamentos de física: eletromagnetismo**. V. 3, 12. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2023. *E-book*. ISBN 9788521638575. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521638575/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. **Fundamentos de física: óptica e física moderna**. V. 4, 12. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2023. *E-book*. ISBN 9788521638582.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521638582/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAUER, W.; WESTFALL, G. D.; DIAS, H. **Física para universitários: mecânica**. Porto alegre: AMGH, 2012. *E-book*.

ISBN 9788580550955. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580550955/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BAUER, W.; WESTFALL, G. D.; DIAS, H. **Física para universitários: eletricidade e magnetismo**. Porto alegre: AMGH, 2012. *E-book*. ISBN 9788580551266. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551266/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

BAUER, W.; WESTFALL, G. D.; DIAS, H. **Física para universitários: relatividade, oscilações, ondas e calor**. Porto alegre: AMGH, 2013. *E-book*. ISBN 9788580551600. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580551600/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

HEWITT, P. G. **Fundamentos de física conceitual**. Porto Alegre: Bookman, 2009. *E-book*. ISBN 9788577803989. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788577803989/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

NUSSENZVEIG, Herch M. **Curso de física básica: ótica, relatividade, física quântica**. V. 4, 2. Ed. Editora Blucher, 2014. *E-book*. ISBN 9788521208044. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521208044/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

23 - ANATOMOFISIOLOGIA COMPARADA**CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03**

EMENTA: Noções fundamentais para a compreensão da anatomia e da fisiologia dos sistemas envolvidos de humanos e animais domésticos, por meio de estudos dos planos anatômicos, sistema tegumentar, sistema esquelético, articular, muscular; circulatório e linfático e os mecanismos fisiológicos envolvidos com o funcionamento geral do organismo. Sistema nervoso central, periférico e autônomo. Fisiologia da dor. Sistema sensorial. Anatomia do sistema respiratório e fisiologia da respiração. Sistema cardiovascular. Sistema digestório. Digestão de monogástricos e ruminantes. Sistema urinário e reprodutor masculino e feminino. Noções de endocrinologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AIRES, M. M. **Fisiologia**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2017.

BERNE, R. M.; LEVY, M. N.; KOEPPEN, B. M.; STANTON, B. A. **Princípios de fisiologia humana**. 5 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

REECE, W. O. **Anatomia funcional e fisiologia dos animais domésticos**. 3. Ed. São Paulo: Roca, 2008. P.468.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DYCE, K. M. **Tratado de anatomia veterinária**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevir. 2010. 834 p.

FRANDSON, R. D.; FAILS, A. D.; WILKE, W. L. **Anatomia e fisiologia dos animais de fazenda**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 454 p.

GETTY, R. SISSON/GROSSMAN: **Anatomia dos animais domésticos**. 5. Ed. V. 1-2. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2008. 2052 p.

REECE, W. O. **Dukes: fisiologia dos animais domésticos**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2012.

SOFTWARE ANATOMIA EQUINA 3D: Biophera.org. Disponível em:

<https://biosphera.org/br/produto/software-anatomia-equina-3d/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

24 - ZOOLOGIA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Diversidade animal. Classificação e nomenclatura zoológica. Caracterização geral dos principais grupos (Filos): Protozoa, Porifera, Cnidaria, Platyhelminthes, Namatoda, Annelida, Molusca, Arthropoda, Echinodermata, Chordata.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENEDITO, Evanilde. **Biologia e ecologia de vertebrados**. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2015. E-book. ISBN 978-85-277-2698-6. Disponível

em:<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2698-6/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BRUSCA, R. C.; MOORE, W.; SHUSTER, S. M. **Invertebrados**, 3. Ed. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788527733458. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527733458/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FRANSOZO, Adilson; NEGREIROS-FRANSOZO, Maria Lucia (organizador). **Zoologia dos invertebrados**. Rio de Janeiro: Roca, 2020. 661 p. ISBN: 9788527728065.

HICKMAN JR., Cleveland P. **Princípios integrados de zoologia**. 18. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. 869 p. ISBN: 9788527738637

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FRANSOZO, A. **Zoologia dos Invertebrados**. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2016. E-book. ISBN 9788527729215. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527729215/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

HICKMAN, C. P.; ROBERTS, L. S.; KEEN, S. L.; EISENHOUR, D. J.; ALLAN, L.;

I'ANSON, H. **Princípios integrados de Zoologia**. 15. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. 890 p.

MOURA, A. S.; SANTOS, T. R.; SILVEIRA, F. M. **Zoologia e entomologia agrícola**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029286. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029286/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

PECHENIK, J. A. **Biologia dos invertebrados**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2016. E-book. ISBN 9788580555813. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580555813/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

STORER, Tracy I. **Zoologia geral**. 6. ed. São Paulo: Nacional, 2003. 816 p. (Biblioteca Universitária. Série 3. Ciências puras, v. 8) ISBN: 8504003558.

25 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM BIOLOGIA I**CARGA HORÁRIA: 90 h / CRÉDITOS: 06**

EMENTA: Projeto Integrador de Vivência Pedagógica e condução do plano de estudo interdisciplinar para o Tempo Comunidade. A importância da regência de classe no contexto do estágio supervisionado em Educação do Campo. Didática do ensino de Biologia: ensino fundamental II. Manifestações culturais de comunidades do campo e cultura material de matrizes indígenas, africanas e europeias. Técnica de observação, registro de atividades de campo e regência de classe. Registro documental.

REFERÊNCIA BÁSICA

CITELLI, Adilson. **Aprender e ensinar com textos não escolares**, v. 3. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PICONEZ, Stela Bertholdo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24ª ed. Campinas: Papirus, 2012.

SEARA, Izabel Christine *et al.* (org.). **Práticas pedagógicas e estágios: diálogos com a cultura escolar**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

DIAS, Alder de Sousa; ABREU, Waldir Ferreira de. Didáticas decoloniais no Brasil: uma análise genealógica. **Educação**, Santa Maria, v. 45, n. 1, p. e91/ 1–24, 2020. DOI: 10.5902/1984644441328. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/41328>. Acesso em: 10 set. 2024.

LIMA, Adriane Raquel Santana de; DIAS, Alder de Sousa; AZEVEDO, Ana D'Arc Martins de; NERY, Cristiane do Socorro dos Santos; NETO, João Colares da Mota; GOMES, Raimunda Kelly Silva; NERY, Vitor Sousa Cunha; ABREU, Waldir Ferreira de; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes de (org). **Pedagogias Decoloniais na Amazônia: Fundamentos, Pesquisas e Práticas**. Curitiba. Editora CRV, 2021.

MATIAS TELES HONORATO, Olga; FALEIRO, Wender. O papel do Estágio Curricular Supervisionado na formação (de)colonial de professores do campo em Ciências da Natureza no estado de Goiás. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 9, p. e16356, 2024.

Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/16356>. Acesso em: 11 set. 2024.

MELO, Raimunda Alves Melo Alves; MACEDO, Antonia Pereira de. Usos do livro didático de Ciências em uma escola do campo. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 5, p. e6994, 2020. DOI: 10.20873/uft.rbec.e6994. Disponível em:

<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/6994>. Acesso em: 11 set. 2024.

SILVA, A.; LOPES, S.; ARRAIS, G.; PINHEIRO, T. Estágio Supervisionado em um Curso de Licenciatura em Educação do Campo: desafios na regência. **Revista Insignare Scientia - RIS**, [S. l.], v. 3, n. 4, p. 41-60, 20 nov. 2020. Disponível:

<https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/RIS/article/view/11808>. Acesso em: 11 set. 2024.

26 - PRÁTICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO II**CARGA-HORÁRIA: 75 h / CRÉDITOS: 05**

EMENTA: Educação, Política e Sociedade. Projetos de desenvolvimento socioeconômico e políticas públicas para a Educação do Campo. Políticas intersetoriais que envolvem a educação e o ambiente escolar. Aspectos sociopolíticos envolvidos nas discussões das controvérsias sócio científicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Lei de Diretrizes e Bases da**

Educação Nacional: Lei 9.394/1996. Brasília. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 26 de setembro de 2022.
CALDART, R., PEREIRA, I. B., ALETEJANO, P., FRIGOTTO, G. (ORGS). **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento.** 5ª ed. São Paulo: Global, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - PNE.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2014.

FREITAS, Luiz Carlos de; RODRIGUES, Romir. **Caminhos para transformação da escola: reflexões desde práticas da licenciatura em educação do campo.** São Paulo, SP: Expressão Popular, 2015.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, v. 14, n. 2, p.3-11, 2000.

GALIAZZI, M. C. **Educar Pela Pesquisa - Ambiente de Formação de Professores de Ciências.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2003.

MONTARDO, Deise Lucy Oliveira; RUFINO, Marcia Regina Calderipe Farias. **Saberes e ciência plural: diálogos e interculturalidade em antropologia /.** Florianópolis, SC: Editora UFSC, 2017.

27 – POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Políticas públicas e legislação da educação: aspectos determinantes do sistema de ensino brasileiro. A estrutura administrativa e normativa da educação contemporânea. Análise, compreensão e crítica da LDB 9394/96: principais aspectos técnicos e sua aplicação. As políticas públicas para a educação na atualidade: o Plano Nacional de Educação; o financiamento e a avaliação da Educação Básica. A política educacional para educação do campo. O direito à educação do campo. As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. As Diretrizes complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Educação em direitos humanos e a formação para a vida e para a convivência. Direitos Humanos: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e da diversidade; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioeducacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRZEZINSKI, I. (org). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam.** 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

CANAU, V. M. F. *Et al.* **Educação em direitos humanos e formação de professores(as).** São Paulo: Cortez, 2013.

MENEZES, J. G. C. *Et al.* **Estrutura e funcionamento da educação básica, leituras.** São Paulo: Pioneira, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPOS, M. R. De; CARVALHO, M. A. De. **A educação nas constituições brasileiras.** Campinas: Pontes, 1991.

CASTRO, M. L. O. De. **A educação na Constituição de 1988 e a LDB.** Brasília: André Quicé, 1988.

DEMO, P. **A nova LDB: ranços e avanços.** São Paulo: Papirus, 1997.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo.** São Paulo: EPU, 1986.

SAVIANI, D. **Educação brasileira: estrutura e sistema.** 8. Ed. Campinas: Autores Associados,

2000.

28 - GESTÃO E PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Concepções teóricas de avaliação da aprendizagem escolar. Organização do trabalho pedagógico. Avaliação do processo de ensino Aprendizagem. As exigências legais para a avaliação educacional. O Projeto Pedagógico das escolas do campo. A ação do planejamento na organização escolar: plano de ensino e plano de aula. Métodos e procedimentos de ensino. Aspectos cognoscitivos e socioemocionais na relação professor-aluno.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FERRAZ, Daniela Frigo. **As Gerações Presentes nos Estudos Relacionados à Avaliação da Aprendizagem: Questões Teóricas e Práticas**. Amazônia (Universidade Federal Do Pará) 18.41 (2022): 255-80.

ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1999.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

ORSO, Paulino José. **Planejamento Escolar em tempos de precarização da educação**. Revista HISTEDBRO on-line, Campinas, n 65, p.265-279, out 2015.

ROLDÃO. M.do C. **Estratégias de ensino. O saber e o agir do professor**. Portugal: Fundação Manoel Leão, 2009.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2000.

29 - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Aspectos sócio-históricos do atendimento escolar a jovens e adultos, no Brasil. Políticas públicas de EJA. Concepções sócio-educativas de EJA: distintos paradigmas. Formação inicial e continuada do educador da EJA. O papel do educador na EJA. Alfabetização e letramento de jovens e adultos. A especificidade teórico-metodológica da EJA. Movimentos Sociais e EJA.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANYLUK, S. O. **Educação de adultos: ampliando horizontes de conhecimento**. Porto Alegre, Editora Sulina, 2001.

DEAQUINO, T. C. E. **Como aprender: andragogia e as habilidades de aprendizagem**. São Paulo, Pearson Prentice Hall, 2007.

RIBEIRO, V. M. **Educação de jovens e adultos-novos leitores, novas leituras**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ECCO, I. **A prática educativa escolar problematizadora e contextualizada: uma vivência na disciplina de história**. Erechim, Rio Grande do Sul: EdiFAPES, 2004.

FINGER, M., ASÚN, J. M. A. **Educação de adultos numa encruzilhada: Aprender a nossa saída**, Porto, Portugal: Porto Editora, 2003.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO José Eustáquio. **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 2ª ed. São Paulo: Cortez Instituto Paulo Freire, 2000.

LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. **Educação de jovens e adultos e educação na diversidade**. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED, 2011

OSORIO, A. R. **Educação permanente e educação de adultos**. Porto Alegre, Instituto Piaget, 1993.

RESENDE, M. S. **A geografia do aluno trabalhador: caminhos para uma prática de ensino**. São Paulo: Loyola, 1986.

30 - LEGISLAÇÃO AGRÁRIA E AMBIENTAL

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: História e a função social da propriedade rural no Brasil. Reforma agrária e política agrária. Terras públicas. Posse e propriedade rural. Alienação. Desapropriação. Lei 4.504 – Estatuto da Terra (e alterações); Lei 919/2005 – Ordenamento Territorial do Estado do Amapá. Direito Agrário – Imóveis rurais. Terras públicas e devolutas – Aquisição de terras por estrangeiros – Contratos agrários – Trabalho rural e previdência social – Usucapião – Desapropriação. Tributação da terra. Direito ambiental. Contexto Histórico da Política Ambiental e a origem da legislação ambiental; - Constituição Federal – Artigo 225. Sistema Nacional de Meio Ambiente. Código Florestal Brasileiro; Lei Fed. 9.605 (12/02/98), conhecida como Lei de Crimes Ambientais, e sua regulamentação. Unidades de Conservação ambiental, legislação, tipos e finalidades.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

OLIVEIRA, A. U. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: USP/FFLCH, 2007. ISBN 9788575061459.

SANTOS, M.G. **Legislação ambiental e política agrária: reserva legal e áreas de preservação permanente no projeto de assentamento do Itabocal-PA**. Belém: Paka-Tatu. 2003. ISBN 8587945343.

VANDERLEY, M. N. *Et al.* (org.). **Camponeses brasileiros**. São Paulo: Unesp, 2009. (Volume 1). ISBN 9788571399549.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HÉBETTE, J. (org.). **O cerco está se fechando: o impacto do grande capital na Amazônia**. Belém: NAEA, 1991. ISBN 9788532606273.

PEREIRA, L.F. **Legislação ambiental e indigenista**. Rio de Janeiro: Iepé, 2010. ISBN 97885859861.

REIS, R.R. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova**, São Paulo, 86: 89-122, 2012. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/ln/a/ZHct3GQN5bWGLcvzvTMmk4n/?format=pdf&lang=pt>

SILVA, V.G. **Legislação ambiental comentada**. Belo Horizonte: Fórum, 2004. ISBN 8589148432.

WOLFF, S. **Legislação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2000. ISBN 8587166131.

31 - ANATOMIA E FISILOGIA VEGETAL

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Anatomia dos órgãos vegetativos e reprodutivos das plantas vasculares. Métodos e técnicas em anatomia vegetal. Introdução aos estágios de desenvolvimento de plantas superiores. Absorção de água, sais minerais e de gases por plantas superiores. Transporte de compostos no xilema e no floema. Fotossíntese. Nutrição mineral de plantas. Crescimento e desenvolvimento vegetal: hormônios, tropismos e fatores ambientais. Fisiologia do estresse nos vegetais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUTLER, D. F.; BOTHA, T.; STEVENSON, D. W. Anatomia vegetal. [S.l.]: Grupo A, 2011. E-book. ISBN 9788536325125. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536325125/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

EVERT, R. F.; EICHORN, S. E. Raven: biologia vegetal. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2014. ISBN 9788527723626.

MARENCO, R. A.; LOPES, N. F. Fisiologia vegetal: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral. 3. ed. atual. e ampl. Viçosa, MG: UFV, 2009. 486 p. ISBN: 9788572693592.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FINKLER, R.; PIRES, A. S. Anatomia e morfologia vegetal. [S.l.]: Grupo A, 2018. E-book. ISBN 9788595028647. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595028647/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MARTINEZ, H. E. P.; MAROTTA, J. J. L.; MANGAS, I. B. Relações solo-planta: bases para a nutrição e produção vegetal. Viçosa, MG: UFV, 2021. ISBN: 9786559250196.

REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. 2. ed. Barueri: Manole, 2012. ISBN 9788520433393.

SILVEIRA, T. A.; CEOLA, G. Fisiologia vegetal. [S.l.]: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029262. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029262/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

TAIZ, L.; ZEIGER, E.; MOLLER, I.; MURPHY, A. Fisiologia vegetal e desenvolvimento vegetal. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. ISBN 9788582713662.

32 - GENÉTICA E BIOLOGIA MOLECULAR**CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03**

EMENTA: Introdução à genética; bases citológicas da herança; genética mendeliana, mapeamento cromossômico em eucariontes; determinação do sexo e cromossomos sexuais; mutações cromossômicas e herança extranuclear. Introdução à Biologia Molecular. Estrutura, organização, propriedades e função de ácidos nucleicos e proteínas. Replicação, Transcrição e Tradução. Polimorfismos genéticos. Introdução à Bioinformática. Princípio e aplicações das principais metodologias de Biologia Molecular. Mutação e reparo de DNA. Controle da expressão gênica em procariontes e eucariontes. Recombinação gênica

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRIFFITHS, A. J. F.; M. J. H.; L. R. C. **Introdução à genética**. 7. Ed. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2002.

JUNQUEIRA, L. C. **Biologia celular e molecular**. 9. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.

ZAHA A, FERREIRA HB, PASSAGLIA LMP. **Biologia molecular básica**. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABBAS, A. K. **Imunologia celular e molecular**. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2019. *E-book*. ISBN 9788595150355. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595150355/>.

Acesso em: 14 jul. 2023.

ALBERTS, B. *Et al.* **Biologia molecular da célula**. 6. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2017.

PASTERNAK, Jack J. **Uma introdução à genética molecular humana: mecanismos das doenças hereditárias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. 434 p. ISBN: 9788527712866.

STRACHAN T, R. A. **Human molecular genetics**. New York: Wiley-Liss, 1996.

ZAHA A. **Biologia molecular básica**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

33 - ATIVIDADE ACADÊMICA DE EXTENSÃO II (AAE II)**CARGA-HORÁRIA: 90 h / CRÉDITOS: 06**

EMENTA: Desenvolvimento da temática Direitos Humanos e sua relação com a Educação do Campo, bem como assuntos transversais de interesse da sociedade (Direito à saúde, Direito à educação, Inclusão, Saúde pública, etc.) pautados nas concepções teóricas observadas no campo do ensino e da pesquisa, em disciplinas correlatas durante o semestre, a fim de contribuir para o processo formativo do discente, ao estender os saberes, serviços e/ou assistência à comunidade escolar.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARO, D. G. **Educação inclusiva, aprendizagem e cotidiano escolar**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2007.

CANAU, V. M. F. *Et al.* **Educação em direitos humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

PELICIONI, M. C. F.; MIALHE, F. L. **Educação e promoção da saúde: teoria e prática**. 2. Ed. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2018. *E-book*. ISBN 9788527734745. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527734745/> . Acesso em: 11 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROSE, M. **Participação na extensão rural**. Porto Alegre. Tomo. 2004.

DEWEY, J. **Democracia e educação**. São Paulo: Ática, 2007.

DLER, R. C. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SOBRINHO, M. S.; BRITO, K. S. **Ensino, pesquisa e extensão na Reserva Extrativista do Rio Cajari: ações do NEA-UNIFAP/MZG**. Mazagão: UNIFAP, 2021. ISBN 9786500256789.

WERNECK, C. **Sociedade inclusiva: quem cabe no seu todo?** RJ: EVA, 1999.

34 - ZOOTECNIA GERAL**CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03**

EMENTA: História e evolução da Zootecnia; Ensino de Zootecnia no Brasil; Conceitos e nomenclaturas usuais na Zootecnia; Domesticação das principais espécies Zootécnicas; Importância da Produção Animal; O Agronegócio Brasileiro. Definições e Termos Zootécnicos. Origem e domesticação das espécies domésticas, raças e demais grupos zootécnicos. Sistemas de Produção. Direitos e deveres. A importância econômica e social da Zootecnia. Visitas ao setor produtivo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRIDI, A. M. **A zootecnia frente a novos desafios**. Londrina: UEL. 2007. 522 p.

REECE, W.O. **Anatomia funcional e fisiologia dos animais domésticos**. 3 Ed. São Paulo: Roca. 2015. 528 p.

ROLIM, A. F. M. **Produção animal bases da reprodução, manejo e saúde**. São Paulo: Erica. 2019.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRIGUETO, J. M. **Nutrição Animal**. Volume 2, 3. ed. Editora Nobel, 1988. 411 p.

ANDRIGUETO, J. M. **Nutrição Animal**. Volume 1, 3.ed. Editora Nobel, 1988. 411 p.

DOMINGUES, P.F; LANGONI, H. **Manejo Sanitário Animal**. 1.ed. Rio de Janeiro: EPUB, 2001. 210p.

RAMALHO, M.; SANTOS, J.B.; PINTO, C.B. **Genética Agropecuária**. Rio de Janeiro: Publicações Globo Rural. 1989.

TORRES, G. C. V. **Bases para o Estudo da Zootecnia**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA. 1990.

35 - AGROECOLOGIA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Introdução à agroecologia. Conceitos de ecossistemas naturais e agroecossistemas. Agroecossistemas amazônicos. Fatores bióticos e abióticos nos agroecossistemas. Interações ecológicas intra e interespecíficas. Recursos genéticos em agroecossistemas. Diversidade e estabilidade do agroecossistema. Princípios de ecologia populacional e demográfica de plantas. Diversidade e sustentabilidade dos sistemas agroecológicos. Sistemas de produção de agricultores familiares, indígenas e populações tradicionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2002. ISBN 9788577431915.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4. Ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. ISBN 9788538600381.

GOMIDE, P. H. O.; FALCÃO, M. T. **Sociobiodiversidade amazônica**: saberes, olhares e práticas agroecológicas. Boa Vista: UERR, 2021. ISBN 9786589203155.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (org.). **A construção social de uma nova agricultura**: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 1999. ISBN 9788538600398.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural**: contribuições para a promoção

do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: [S.n.], 2004.

Disponível em:

http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/agroecologia%20e%20extensao%20rural%20contribuicoes%20para%20a%20promocao%20de%20desenvolvimento%20rural%20sustentavel.pdf.

PIMENTEL, A.G. **Agroecologia**: insurgência pela vida. Curitiba: CRV, 2020. ISBN 9786558680109.

SANTOS, R. C.; SIVIERO, A. **Agroecologia no Acre**. Rio Branco: IFAC, 2015. ISBN 9788565402088.

Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/1040558/1/2015CL20.pdf>.

TAVARES, E.D. **Da agricultura moderna à agroecológica**: análise da sustentabilidade de sistemas agrícolas familiares. Fortaleza: BNB / Embrapa. 2009. ISBN 9788577910151.

36 - SISTEMAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Histórico e importância da Agricultura. Conceito e classificação em sistemas de produção agrícola. Contexto socioeconômico e ambiental da produção agrícola. Culturas agrícolas de importância nacional e regional. Sistemas de cultivo. Planejamento e implantação das lavouras. O ambiente na produção agrícola. Ecofisiologia e manejo cultural. Colheita, beneficiamento e utilização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABBOUD, A. C. S. (org.). Introdução à agronomia. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. 614 p. ISBN: 9788571933040.

COMETI, N. N. Mecanização agrícola. Curitiba: Livro Técnico, 2014. 160 p. ISBN: 9788563687357.

SILVA, N. M.; ADAIME, R.; ZUCCHI, R. A. (ed.). Pragas agrícolas e florestais na Amazônia. Brasília: EMBRAPA, 206. 606 p. ISBN: 9788570354723.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNARDI, A.C.C. (ed.). Agricultura de precisão: resultados de um novo olhar. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 598 p. ISBN: 9788570353528.

FONSECA, E. M. S.; ARAÚJO, R. C. de. Fitossanidade: princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas. 2015. Recife: Saraiva, 2014. E-book. ISBN: 9788536530956.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#books/9788536530956/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MÜLLER, F. C. et al. Uso, manejo e conservação do solo. [S. l.]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902715. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902715/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. 2. ed. Barueri: Manole, 2012. ISBN 9788520433393.

SOBENKO, L. R. Máquinas e mecanização agrícola. [S. l.]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902968. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902968/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

37 - MICROBIOLOGIA GERAL

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Morfologia, citologia, fisiologia e genética de microrganismos. Controle de microrganismos. Ecologia microbiana. Microbiologia do solo. Microbiologia da água. Microbiologia do ar. Microbiologia de alimentos. Microrganismos patogênicos. Microrganismos em biotecnologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BLACK, J G. **Microbiologia**: Fundamentos e Perspectivas. 4 ed. Guanabara Koogan, 2002

MADIGAN, Michael T. **Microbiologia de Brock**. Ed. ARTMED EDITORA LTDA. 2016.

TORTORA, G. J. et al. **Microbiologia**. 12 Ed. ARTMED. 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BENCHIMOL, J.L. A instituição da microbiologia 265 e a história da saúde pública no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva* 5 (2), p.265-292, 2000. DOI: 10.1590/S1413-81232000000200005.

Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/7LkwjLPmcPJVbvrXVcBWLGP/>.

BENCHIMOL, J.L. Bacteriologia e medicina tropical britânicas: uma incursão a partir da Amazônia (1900-1901), **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 2, p. 315-344, maio-ago. 2010. Disponível em chrome-

extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/GLHnDDpjWLPDKRvJRPqwwHg/?format=pdf&lang=pt>.

SIDRIM, J.L.C., MOREIRA, J. L. B. **Fundamentos Clínicos e Laboratoriais da Micologia Médica**. 1 Ed. Guanabara Koogan, 1999.

SANTOS, N. S. O. **Introdução à Virologia Humana**. 2 Ed: Guanabara Koogan, 2008

PELCZAR, M. J. et al. **Microbiologia**: Conceitos e aplicações. 2 Ed: Pearson Makron Books, 2008 (vol. 1 e 2).

38 - ESTATÍSTICA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Introdução à estatística. População e amostra. Variáveis e gráficos. Distribuições de frequência. Média, mediana, moda e outras medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Assimetria e curtose. Conceitos e princípios de análise de variância, correlação, regressão e testes de médias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AKANIME, C. T.; YAMAMOTO, R. K. **Estudo dirigido de estatística descritiva**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013. Ebook. ISBN 9788536517780. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536517780/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

CRESPO, A. A. **Estatística fácil**. 18. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002. ISBN: 8502020560.

VIEIRA, S. **Elementos de estatística**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. ISBN 9788522465866.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN 9788547220228.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003. ISBN 9788536300924.

GOTELLI, N. J. *Et al.* **Princípios de estatística em ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2011. ISBN 9788536324326.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. ISBN 9788577804023.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. **Noções de probabilidade e estatística**. 7. Ed. São Paulo: EDUSP, 2007. ISBN 9788531406775.

39 - EMBRIOLOGIA E REPRODUÇÃO

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Mecanismos de reprodução nos organismos vivos. Mecanismos de reprodução da espécie humana e animal. Ciclo menstrual e ciclo estral. Fecundação. Embriologia. Contracepção e Mal- formação. Gestação, Parto e pós-parto e lactação. Noções de biotecnologia da reprodução.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUNNINGHAM, J. G.; KLEIN, B. G. **Tratado de fisiologia veterinária**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

HAFEZ, E. S. E.; HAFEZ, B. **Reprodução animal**. 7. Ed. Barueri: Manole, 2004.

NASCIMENTO, E. F.; SANTOS, R. L. **Patologia da reprodução dos animais domésticos**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONSALVES, P. B. D. **Biotécnicas aplicadas à reprodução animal**. 1. Ed. São Paulo: Varela. 2001. 340 p.

MATOS, L.F. **Inseminação artificial em bovinos: convencional e em tempo fixo**. Viçosa, MG: CPT Univiçosa. 2009. P.266.

MOORE, K.L.; PERSAUD, T.V.N. **Embriologia clínica**. Rio de Janeiro: Elsevier. 2004. P.609.

SINGH, B. K. **Compêndio de andrologia e inseminação artificial em animais de fazenda**. São Paulo: Andrei, 2006.

JUNQUEIRA, L. C.; CARNEIRO, J. **Histologia básica**. 12ª edição. Rio de Janeiro - RJ: Guanabara Koogan, 2013. Disponível em:

<https://archive.org/details/HistologiaBasicaTextoEAtlasJunqueiraCarneiro12rEd/page/n5/mode/2up>. Acessado em: 20 de setembro de 2024.

40 - EDUCAÇÃO SOCIOINCLUSIVA**CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03**

EMENTA: Educação, diversidade e cultura. A heterogeneidade de sujeitos do campo e a escola socioinclusiva. Introdução à Educação Socionclusiva: conceitos e terminologias. Contribuições teóricas ao debate sobre a deficiência: concepções histórica, psicológica, filosófica e sociológica. Processos de identificação dos A autoestima da pessoa com deficiência. A política nacional e a fundamentação legal da Educação Inclusiva. Teoria e prática: Deficiente auditivo (DA), Deficiente Físico (DF), Deficiente Visual (DV), Deficiente Intelectual (DI), Deficiências Múltiplas (DMU); TGD, Altas Habilidades. Profissionalização da pessoa deficiente no mercado de trabalho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMARO, D. G. **Educação inclusiva, aprendizagem e cotidiano escolar**. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2007.

BAÚ, J.; KUBO, O. M. **Educação especial e a capacitação do professor para o ensino**. Curitiba: Juruá, 2009.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE. 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMIRALIAN, M. L. **Compreendendo o cego: uma visão psicanalítica por meio de desenhos – estórias**. SP. Casa do Psicólogo, 1997.

AMY, M. A. **Enfrentando o autismo: a criança autista, seus pais e a relação terapêutica**. RJ: Jorge Zahar Ed., 2001.

BARBOSA, A.; AMORIM, G.; GALVÃO, G. **Hiperatividade: conhecendo sua realidade**. SP: Casa do Psicólogo, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF. 1996.

CIASCA, S. M. **Distúrbios de aprendizagem: proposta de avaliação interdisciplinar**. SP: Casa do Psicólogo, 2003.

41 - ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM BIOLOGIA II**CARGA-HORÁRIA: 90 h / CRÉDITOS: 06**

EMENTA: Projeto Integrador de Vivência Pedagógica e condução do plano de estudo interdisciplinar para o Tempo Comunidade. A importância da regência de classe no contexto do estágio supervisionado em Educação do Campo. Didática do ensino de Biologia: ensino médio. Alteridade e enunciação sociocultural dos povos do campo. Técnica de observação, registro de atividades de campo e regência de classe. Registro documental.

REFERÊNCIA BÁSICA

BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Prática de ensino e estágio supervisionado na formação de professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. **Experiências do PET educação do campo e os movimentos sociais da UFRRJ**. Seropédica: JLS Editor, 2015.

SILVA, Lázara Cristina da; MIRANDA, Maria Irene. **Estágio supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades**. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2008.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRITO, Ângela do Céu Ubaiara; DIAS, Alder de Sousa (org.). **Educação e Diversidade na Amazônia: práticas, reflexões e pesquisas**. Curitiba-PR: CRV, 2017.

CITELLI, Adilson. **Aprender e ensinar com textos não escolares**, v. 3 . 3ª ed. São Paulo:

Cortez, 2000.

MUSCARDI, Dalana Campos. Desafios do ensino de biologia na Licenciatura em Educação do Campo. **Kiri-kerê: Pesquisa em Ensino**, Dossiê n.4, Vol. 2, nov.2020. Disponível: <https://periodicos.ufes.br/kirikere/article/view/31989/22351>. Acesso em: 11 set. 2024.

PALHETA, Hermison Bruno Baia; ALVES, Fábio José da Costa. Um experimento didático no ensino de Biologia a partir de um olhar sobre gravidez na adolescência em comunidades ribeirinhas no Marajó-PA. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 8, p. e13279, 2023. DOI: 10.20873/uft.rbec.e13279. Disponível em:

<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/13279>. Acesso em: 11 set. 2024.

SILVA, Kássia Paula Oliveira da; CERQUEIRA, Lenicy Lucas de Miranda; MOREIRA, Luciana Melhorança. A Educação do Campo e o ensino de genética: uma possibilidade didática investigativa. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 6, p. e12757, 2021. DOI: 10.20873/uft.rbec.e12757. Disponível em:

<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/12757>. Acesso em: 11 set. 2024.

42 - RELAÇÃO SOLO-ÁGUA-PLANTA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Atuação do homem no sistema solo-água-planta-atmosfera. A água: solvente universal para elementos minerais e orgânicos. O solo: reservatório de água, nutrientes e gases para as plantas. A planta: absorvedor da radiação solar para a fotossíntese. Ciclo da água na agricultura e variabilidade espacial de atributos do solo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINEZ, H. E. P.; MAROTTA, J. J. L.; MANGAS, I. B. **Relações solo-planta:** bases para a nutrição e produção vegetal. Viçosa, MG: UFV, 2021. ISBN: 9786559250196.

REICHARDT, K.; TIMM, L. C. **Água e sustentabilidade no sistema solo-planta-atmosfera.** Barueri: Editora Manole, 2016. ISBN 978852046805.

REICHARDT, K.; TIMM, L. C. **Solo, planta e atmosfera:** conceitos, processos e aplicações. 4. Ed. Barueri: Editora Manole, 2022. ISBN: 9786555764673.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRADY, N. C.; WEIL, R. R. **Elementos da natureza e propriedades dos solos.** Porto Alegre: Bookman, 2013. *E-book*. ISBN 9788565837798.

EPSTEIN, E.; BLOOM, A. J. **Nutrição mineral de plantas:** princípios e perspectivas. 2. Ed. São Paulo: Planta, 2006. ISBN 8599144030.

MAGALHÃES JÚNIOR, A. P.; LOPES, F. W. A. **Recursos hídricos:** as águas na interface sociedade- natureza. São Paulo: Oficina de Textos, 2022. ISBN 9786586235708.

REICHARDT, K.; TIMM, L. C. **Solo, planta e atmosfera:** conceitos, processos e aplicações. 2. Ed. Barueri: Manole, 2012. ISBN 9788520433393.

TAIZ, L.; ZEIGER, E.; MOLLER, I.; MURPHY, A. **Fisiologia vegetal e desenvolvimento vegetal.** 6. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2016. ISBN 9788582713662.

43 - PRODUÇÃO ANIMAL I

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Noções básicas de aves, suínos, coelhos, abelhas e peixes. Introdução, importância socioeconômica, panorama do agronegócio, aspectos legais, raças, limitações e vantagens à criação, sistema de criação, manejo das diversas fases, ambiência, nutrição, reprodução, melhoramento genético, sanidade, bem estar animal, cadeia produtiva, legislação, análise dos aspectos econômicos e zootécnicos envolvidos na produção, principalmente em relação ao abate e comercialização da produção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. C.; VIEIRA, R. A.; SILVA, P. E. **Criação de frango e galinha caipira**. 4. Ed. Viçosa: Aprenda fácil. 2014. 310 p

COSTA, P.S.C; OLIVEIRA, J.S; **Manual Prático de Criação de Abelhas**. 2 Ed. MG: Aprenda fácil. 2017. 415 p.

FERREIRA, R. A. **Suinocultura: manual prático de criação**. Viçosa, MG: Aprenda fácil, 2012, 433 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBINO, L. F. T.; CARVALHO, B.R.; MAIA, R. C.; BARROS, V.R.S.M. **Galinhas Poedeiras: criação e alimentação** 1. Ed. Viçosa, MG: Aprenda fácil. 2014. 376 p

FERREIRA, R. A. **Maior produção com melhor ambiente: para aves, suínos e bovinos**. 2. Ed. Viçosa: Aprenda Fácil. 2011. 401 p.

RODRIGUES, P. O. *Et al.* **Piscicultura de água doce: multiplicando conhecimentos**. Brasília: Embrapa, 2013. 440 p.

SILVA, C. I. *Et al.* **Guia ilustrado de abelhas polinizadoras do Brasil**. São Paulo: USP. 2014. 54 p.

KLINGER, A. C. K.; TOLEDO, G. S. P. **Cunicultura: didática e prática na criação de coelhos**. 1. Ed Brasil: Editora UFSM. 2020. 128 p.

44 - PESQUISA EDUCACIONAL**CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03**

EMENTA: A pesquisa como princípio educativo. Formas do conhecimento: tipos, características e relações. Pesquisa científica: histórico, abordagens, métodos e instrumentos. Pesquisa Qualitativa e Quantitativa em educação: especificidades e métodos. Elaboração de projeto de pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRÉ, M. E. D. & LÜDRE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Epu, 1996.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

DEMO, P. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

JAPIASSU, H. **Introdução ao pensamento epistemológico**. Rio de Janeiro: Fontes Alves, 1977.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1993.

ANDRÉ, M. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

45 - ENTOMOLOGIA GERAL**CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03**

EMENTA: Morfologia externa e interna e fisiologia dos insetos. Caracterização das ordens dos insetos. Reprodução e desenvolvimento dos insetos. Bioecologia dos insetos. Técnicas de coleta, montagem e conservação de insetos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GULLAN, P. J; CRANSTON, P.S. **Insetos: fundamentos da entomologia**. 5. Ed. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2017. E-

book. ISBN 9788527731188. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527731188/>. Acesso em: 14 jul. 2023.
 MOURA, A. Dos S. *Et al.* **Entomologia agrícola**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2021. *E-book*. ISBN 9786556900032. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556900032/>. Acesso em: 14 jul. 2023.
 TRIPLEHORN, C. A.; JOHNSON, N. F. **Estudo dos insetos**. Tradução da 7. Ed. de Borror and DeLong's Introduction to the study of insects. 2. Ed. Brasileira. [São Paulo]: Cengage Learning Brasil, 2016. *E-book*. ISBN 9788522124978. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124978/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, L. M., CIBELE S. R. C.; MARINONI, L. Manual de coleta, conservação, montagem e identificação de insetos. Ribeirão Preto: Holos, 1998.
 BUZZI, Z.J.; MIYAZAKI, R.D. Entomologia Didática. Curitiba: UFPR, 1993. GALLO, D. Entomologia Agrícola. 1. Ed. Piracicaba: Fealq, 2002.
 FERREIRA, M. U. **Parasitologia contemporânea**. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788527737166. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527737166/>. Acesso em: 14 jul. 2023.
 MONTEIRO, S. G. **Parasitologia na medicina veterinária**. 2. Ed. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2017. *E-book*. ISBN 9788527731959. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527731959/>. Acesso em: 14 jul. 2023.
 MOURA, A. S.; SANTOS, T. R.; SILVEIRA, F. M. **Zoologia e entomologia agrícola**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2019. *E-book*. ISBN 9788595029286. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029286/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

46 - DESENHO TÉCNICO E TOPOGRAFIA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Introdução ao desenho técnico. Normalização (ABNT), instrumentos e material de desenho. Caligrafia e traçado. Cotas e escalas. Projeções cilíndricas: ortogonal (vistas ortográficas e perspectiva isométrica) e oblíqua (perspectiva cavaleira). Noções de desenho arquitetônico aplicado às edificações rurais. Noções de Desenho Técnico e Topográfico com o uso de ferramenta computacional. Introdução à topografia aplicada às ciências agrárias. Sistemas de Referência. Equipamentos topográficos. Medidas lineares e medidas angulares. Orientação e alinhamentos. Planimetria e altimetria. Sistema de Posicionamento Global (GPS). Levantamento Topográfico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MCCORMAC, J.; SARASUA, W.; DAVIS, W. **Topografia**, 6. Ed. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. *E-book*. ISBN 9788521630807. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521630807/>. Acesso em: 27 jun. 2023.
 SPECK, H.J.; PEIXOTO, V.V. **Manual básico de desenho técnico**. 9. Ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2016. ISBN: 978-85-3280-782-3.
 TULER, M.; SARAIVA, S. **Fundamentos de topografia**. (Tekne) Porto Alegre: Grupo A, 2014. *E-book*. ISBN 9788582601204. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582601204/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BORGES, A. De C. **Topografia**. V.1. São Paulo: Editora Blucher, 2013. *E-book*. ISBN 9788521207610. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521207610/>. Acesso em: 27 jun. 2023.
 CRUZ, M. D. Da. **Desenho Técnico**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. *E-book*. ISBN

9788536518343. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536518343/> . Acesso em: 27 jun. 2023.

GIESECKE, F.E.; et.al. **Comunicação Gráfica Moderna**. 1ª ed. São Paulo: Bookman, 2002. ISBN 9788573078442

LEAKE, J. M.; BORGERSON, J. L. **Manual de desenho técnico para engenharia: desenho, modelagem e visualização**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2023. *E-book*. ISBN 978-85-216-2753-1. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2753-1/> . Acesso em: 27 jun. 2023.

MONTENEGRO, G. **Desenho Arquitetônico**. 5ª ed. São Paulo: Blucher, 2017. ISBN 9788521212065

47 - ECOLOGIA E MEIO AMBIENTE

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Níveis de organização e conceitos ecológicos. Fatores limitantes de distribuição e abundância dos organismos vivos. Componentes estruturais e funcionais de comunidades. Nicho. Influência de relações ecológicas e perturbações na estrutura de comunidades. Sucessão ecológica. Diretrizes Curriculares e Política Nacional de Educação Ambiental. Desenvolvimento sustentável.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HARPER, J. **Ecologia: de indivíduos a ecossistemas**. 4. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2007. ISBN 9788536308845.

RICKLEFS, R.; RELYEA, R. **A economia da natureza**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. ISBN 9788527737074.

TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. **Fundamentos em ecologia**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. ISBN 9788536320649.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAIN, M; BOWMAN, W.; HACKER, S. **Ecologia**. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. ISBN 9788582714683.

GUREVITCH, J.; SCHEINER, S.; FOX, G. **Ecologia vegetal**. 2. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. ISBN 9788536320045.

ODUM, E. P.; BARRETT, G. W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Cengage Learning, 2020. ISBN 9788522105410.

SADAVA, D.; HILLIS, D.; HELLER, H.; HACKER, S. **Vida: a ciência da biologia**. V. 2, 11. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2020. ISBN 9788536319223.

URRY, L.; CAIN, M.; WASSERMAN, S.; MINORSKY, P.; ORR, R. **Biologia de Campbell**. 12. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. ISBN 9786558820680.

48 - PRÁTICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO III

CARGA-HORÁRIA: 75 h / CRÉDITOS: 05

EMENTA: Compreender os processos de configuração do espaço geográfico, o território: aspectos naturais, culturais, sociais, econômicos, o território agrário, as relações estabelecidas entre os sujeitos e o campo, expectativas e perspectivas. Pesquisa e coleta de dados sobre as territorialidades: as diferentes práticas agrícolas desenvolvidas, verificando possibilidades de implantação de práticas sustentáveis e da promoção da Agroecologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVAY, R. **O Capital Social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural**. Fortaleza: MEPF / Governo do Ceará, 1998. 18p.

CUNHA, L. A. G. **Confiança, capital social e desenvolvimento territorial**. R. RA'EGA, Curitiba, n. 4, p. 49-60. 2000. Editora da UFPR.

FERNANDES, B. M; MOLINA, M. C. **O Campo da Educação do Campo**. In: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo. MOLINA, Mônica Castagna JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo (organizadoras). Brasília, DF: Articulação Nacional "Por Uma Educação do Campo, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CHASSOT, A. **Educação Consciente**. Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2003.

MORAES, E. C. **A Construção do Conhecimento Integrado diante do Desafio Ambiental: Uma Estratégia Educacional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

LYOTARD, J. F. **A condição pós-moderna**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2002.

RICKLEFS, R. E. **A Economia da Natureza**. 5º Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2003.

SCHMITT, C. J. **Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional**. In: Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 13, no 27, mai./ago. 2011, p. 81-112

49 - ATIVIDADE ACADÊMICA DE EXTENSÃO III (AAE III)

CARGA-HORÁRIA: 60 h / CRÉDITOS: 04

EMENTA: Fomento da temática educação ambiental e desenvolvimento sustentável nas Instituições de Ensino Básico, por meio de ações extensionistas protagonizadas pelos alunos, conectadas ao ensino e pesquisa realizados no decorrer do curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GOMIDE, P. H. O.; FALCÃO, M. T. **Sociobiodiversidade amazônica: saberes, olhares e práticas agroecológicas**. Boa Vista: UERR, 2021. ISBN 9786589203155.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamont, 2011. ISBN 9788586435355.

PHILIPPI JUNIOR, A.; REIS, L. B. dos. **Energia e sustentabilidade**. Barueri, SP: Editora Manole, 2016. *E-book*. ISBN 9786555761313. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761313/> . Acesso em: 01 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, M.G.A. **Educação, extensão popular e pesquisa: metodologia e prática**. João Pessoa: UFPB, 2011. ISBN 9788577457632.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologias de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Porto Alegre: [s.n.], 2004. Disponível em: http://www.cpatsa.embrapa.br:8080/public_eletronica/downloads/OPB2444.pdf

FILOCREÃO, A. S. M.; KANZAKI, L. I. B.; RIBEIRO, A. C. **Desenvolvimento sustentável em áreas de extrativismo da castanha-do-brasil no Sul do Amapá: ecologia, socioeconomia, microbiologia e físico-química**. Belém: Banco da Amazônia, 2009. ISBN 9788589548151.

SOBRINHO, M. S.; BRITO, K. S. **Ensino, pesquisa e extensão na Reserva Extrativista do Rio Cajari: ações do NEA-UNIFAP/MZG**. Mazagão: UNIFAP, 2021. ISBN 9786500256789.

50 - PRODUÇÃO ANIMAL II

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Bovinocultura, Bubalinocultura, Ovinocultura, Caprinocultura e Equinocultura: introdução, importância socioeconômica, panorama do agronegócio, aspectos legais, raças,

limitações e vantagens à criação, sistema de criação, manejo das diversas fases, ambiência, nutrição, reprodução, melhoramento genético, sanidade, bem estar animal, cadeia produtiva, legislação, análise dos aspectos econômicos e zootécnicos envolvidos na produção, principalmente em relação ao abate e comercialização da produção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA, A. M. **A vaca leiteira e seu dono: 460 perguntas que eles gostariam de fazer ao veterinário, ao agrônomo ou ao zootecnista.** Viçosa: UFV, 2013. P.332.

GONSALVES NETO, J. **Manual do produtor de leite.** Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2012, 864 p.

PIRES, A. V. **Bovinocultura de corte.** Piracicaba, SP: FEALQ, 2010. V.1. 760 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL, MAPA. **Manual de boas práticas de manejo em equideocultura.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.– BRASÍLIA:

MAPA/ACE/CGCS, 2017. P.50. Disponível em:

<https://www.bibliotecaagptea.org.br/zootecnia/equinocultura/livros/MANUAL%20DE%20BOAS%20PRATICAS%20DE%20MANEJO%20EM%20EQUIDEOCULTURA.pdf> . Acessado

em: 23 de setembro de 2024.

CAVALCANTE, A. C. R.; WANDER, A. E.; LEITE, E. R. **Caprinos e ovinos de corte: o produtor pergunta, a Embrapa responde.** Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2005. P.241.

DAMÉ, M. C. F. **Principais resultados de pesquisas, manejo e índices zootécnicos dos bubalinos da Embrapa Clima Temperado.** Pelotas: EMBRAPA- Clima Temperado, Documentos, 2005.

OLIVEIRA FILHO. A. **Produção e manejo de bovinos de corte.** Cuiabá – MT: KCM Editora. 2015. 155 p. Disponível em:

<https://www.bibliotecaagptea.org.br/zootecnia/bovinocultura/livros/PRODUCAO%20E%20MANEJO%20DE%20BOVINOS%20DE%20CORTE.pdf> . Acessado em: 23 de setembro de 2024.

SOUZA, B.B. **Adaptabilidade e bem-estar animal em animais de produção nos trópicos.**

Disponível em: https://infobibos.com.br/Artigos/2007_4/Adaptabilidade/Index.htm . Acessado em: 23 de setembro de 2024.

51 - CONSTRUÇÕES RURAIS

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Introdução ao estudo das construções rurais. Materiais de construção: tipos, características gerais e utilização. Técnicas de construção: princípios básicos. Material de construção alternativo. Orçamentos e custos na construção. Instalações rurais: projetos e características técnicas e construtivas das principais instalações (aves, suínos, caprinos e ovinos, bovinos, peixes, silos, cercas, estufas, residência rural, galpão para máquinas). Principais estruturas para o saneamento rural. Ambiência nas edificações rurais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES, A de C. **Prática das pequenas construções.** São Paulo: Editora Blucher, 2009. E-book. ISBN 9788521216780. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521216780/> . Acesso em: 27 jun. 2023.

FERREIRA, R. A. **Maior produção com melhor ambiente: para aves, suínos e bovinos.** 2. Ed. Viçosa: Aprenda Fácil. 2011. 401 p.

PEREIRA, M. F. **Construções rurais.** São Paulo: Editora Nobel S.A. Vol.1, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAETA, F. C.; SOUZA, C. F. **Ambiência em edificações rurais**: conforto animal. Viçosa, MG: Editora UFV, 2010. 269 p.

BAUER, L. A F. **Materiais de construção**. V. 1 . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788521636632. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521636632/> .

Acesso em: 27 jun. 2023.

BAUER, L. A F. **Materiais de construção**. V. 2 . Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2019. E-book. ISBN 9788521636618. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521636618/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

BRAGANÇA, A. C. Da F. **Planejamento e custos de obras**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536509396. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536509396/> . Acesso em: 27 jun. 2023.

SOUZA, J. L. M. De. **Manual de construções rurais**. Material didático. 3. Ed. Curitiba: DETR/SCA/UFPR 1997.

52 - PARASITOLOGIA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Definição e conceitos em Parasitologia. Interações hospedeiro-parasita. Adaptações ao modo de vida parasitário. Biologia de populações de parasitas. Parasitoses humanas e animais, caracteres diferenciais dos parasitos, ciclo biológico, epidemiologia e profilaxia. Impacto do parasitismo na sociedade humana.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

REY, L. **Parasitologia**. 4. Ed. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2008. *E-book*. ISBN 978-85-277-2027-4. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2027-4/>.

Acesso em: 14 jul. 2023.

REY, L. **Bases da parasitologia médica**. 3. Ed. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2009. *E-book*. ISBN 978- 85-277-2026-7. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2026-7/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

TAYLOR, M A.; COOP, R L.; WALL, R L. **Parasitologia veterinária**. 4. Ed. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2017. *E-book*. ISBN 9788527732116.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527732116/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FEREIRA, M. U. **Parasitologia contemporânea**. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788527737166. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527737166/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

HICKMAN JR., Cleveland P. **Princípios integrados de zoologia**. 18. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2022. 869 p. ISBN: 9788527738637.

SIQUEIRA-BATISTA, R. **Parasitologia: fundamentos e prática clínica**. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788527736473. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527736473/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

URRY, Lisa A; SANTOS, Aline Barcellos Prates Dos (Revisor técnico). **Biologia de Campbell**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. 1446 p. ISBN: 9786558820673.

ZEIBIG, E. **Parasitologia clínica: uma abordagem clínico-laboratorial**. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2014. *E-book*. ISBN 9788595151475. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151475/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

53 - DEFESA FITOSSANITÁRIA**CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03**

EMENTA: Histórico e importância dos organismos pragas na agricultura. Definição e classificação de pragas agrícolas. Princípios básicos da Entomologia e Fitopatologia. Invasões biológicas, meio de disseminação e impacto de pragas agrícolas. Pragas de importância quarentenária. Análise de Risco de Pragas. Relação das regiões de fronteiras com a iminência da entrada de pragas agrícolas no Brasil. Pragas associadas às principais culturas agrícolas da Região Norte: Monitoramento, reconhecimento e métodos de manejo. Manejo integrado de pragas. Formulações e métodos de aplicações de produtos químicos e biológicos para controle de pragas. Desafios e perspectivas para defesa vegetal no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALLO, D. **Entomologia agrícola**. 1. Ed. Piracicaba: Fealq, 2002. ISBN 8571330115.

JOHNSON, N. F.; TRIPLEHORN, C. A. **Estudo dos insetos**. 2. Ed. Brasileira. São Paulo – SP: Editora Cengage Learning, 2015. 766 p. ISBN 9788522120802.

SUGAYAMA, R. L. **Defesa vegetal: fundamentos, ferramentas, políticas e perspectivas**. 1. Ed. Belo Horizonte: SBDA – Sociedade Brasileira de Defesa Agropecuária, 2015. ISBN 9788568630044.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES FILHO J. P. **Uso de agrotóxicos no Brasil: controle social e interesses corporativos**. Fapesp- São Paulo, Annablume Editora, 2002. ISBN 8574193143.

BERGAMIN FILHO A., KIMATI H., AMORIM L. **Manual de fitopatologia: princípios e conceitos**. V.1, 3. Ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1995. ISBN 9788531800528.

FONSECA, E. M. Dos S.; ARAÚJO, R. C. De. **Fitossanidade: princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas**. 2015. Recife: Saraiva, 2014. *E-book*. ISBN: 9788536530956. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#books/9788536530956/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GUEDES, J. C.; COSTA, I. D.; CASTIGLIONI, E. (ed.). **Bases e técnicas do manejo de insetos**. Santa Maria: UFSM/CCR/DFS, 2000.

KIMATI, H.; AMORIM, L.; BERGAMIN FILHO, A.; CAMARGO, L. E. A. **Manual de fitopatologia: Doenças das Plantas Cultivadas**. V. 2. 3. Ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1995. ISBN 3531800080.

54 - EXTRATIVISMO AMAZÔNICO**CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03**

EMENTA: Conceituação de extrativismo, agroextrativismo e neo-extrativismo. Características biofísicas, socioculturais e político-econômicas do extrativismo vegetal amazônico. Extrativismo e modalidades fundiárias específicas. Políticas públicas específicas para o extrativismo na Amazônia. Principais atividades extrativistas vegetais da região e suas características de produção e manejo. Atividades extrativistas relevantes no estado (familiares e empresariais) de produtos florestais madeireiros, e não madeireiros. Análise das dinâmicas biofísicas, socioculturais e político-econômicas das principais produções extrativistas na região. O extrativismo do açaí, da castanha-do-pará e de produtos florestais não madeireiros

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FILOCREÃO, A. S. M. **A história do agroextrativismo na Amazônia amapaense**. Macapá: UNIFAP, 2014. (Registro no sistema UNIFAP: 22143).

FILOCREÃO, A. S. M.; KANZAKI, L. I. B.; RIBEIRO, A. C. **Desenvolvimento sustentável em áreas de extrativismo da castanha-do-brasil no Sul do Amapá: ecologia, socioeconomia, microbiologia e físico-química**. Belém: Banco da Amazônia, 2009. ISBN

9788589548151.

FILOCREÃO, A. S. M. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia**: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá. Macapá: GEA/SEMA, 2002. (Registro no sistema UNIFAP: 5264).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, F. A. **Formação agropecuária da Amazônia**: os desafios do desenvolvimento sustentável. V. 1. 2. Ed. Belém: NAEA, 2012. ISBN 8571430179.

SACHS, I. **Repensando o crescimento econômico e o progresso social**: o papel da política. In: ABRAMOVAY, R. Et al. (org.). Razões e ficções do desenvolvimento. São Paulo: Editora Unesp/Edusp, 2001.

HOMMA, A.K.O. **Extrativismo vegetal na Amazônia**: história, ecologia, economia e domesticação. Brasília, DF: Embrapa, 2014. ISBN 9788570353351. Disponível em: <https://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc>.

RIBEIRO, A.C. **Capital social e redes sociais no processo organizacional de comunidades agroextrativistas no Amapá**. São Paulo: All Print, 2011. ISBN 9788577188260.

SHANLEY, P.; MEDINA, G. **Frutíferas e plantas úteis na Amazônia**. Belém: CIFOR, 2005. ISBN 85888080213 Disponível em:

<https://www.fca.unesp.br/Home/Extensao/GrupoTimbo/frutiferas.pdf>.

SOBRINHO, M. S.; BRITO, K. S. **Ensino, pesquisa e extensão na Reserva Extrativista do Rio Cajari**: ações do NEA-UNIFAP/MZG. Mazagão: UNIFAP, 2021. ISBN 9786500256789.

55 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Pesquisa como princípio pedagógico integrador do currículo durante todo o processo de formação. Articulação interdisciplinar com as áreas de abrangência do curso – Ciências Agrárias e Biologia, no sentido de trazer para a prática da pesquisa, a abordagem sobre os paradigmas do conhecimento, tendo em vista a formação de habilidades específicas da metodologia científica. O diálogo entre teoria e prática. A importância do rigor metodológico e da consciência do percurso do pensamento na interpretação da realidade. Conclusão do projeto de pesquisa e o início da elaboração do trabalho de conclusão de curso. Exame de qualificação da monografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FAZENDA, I. C. A. (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2003. 159 p. (Coleção Práxis) ISBN: 8530803736.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

REIZ, P. **Redação científica moderna**. São Paulo: Hyria, 2013. 157 p. ISBN: 9788566442007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**: elaboração de trabalhos na graduação. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. ISBN: 9788522458561.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. [S.l.]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN: 9786581334192. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581334192/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. ISBN: 9788522457588.

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 118 p. ISBN: 9788522448494.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

56 – ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CIÊNCIAS

AGRÁRIAS

CARGA-HORÁRIA: 135 h / CRÉDITOS: 9

EMENTA: Projeto Integrador de Vivência Pedagógica e condução do plano de estudo interdisciplinar para o Tempo Comunidade. Didática do ensino de Ciências Agrárias no contexto da Educação do Campo: ensino fundamental II e ensino médio. Práxis educativas em vista da melhoria das condições de vida dos povos do campo em consonância com o cuidado da casa comum. Técnica de observação, registro de atividades de campo e regência de classe. Registro documental.

REFERÊNCIA BÁSICA

FREITAS, Helena Costa Lopes de. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. 9ª ed. 3ª reimpr. Campinas: Papirus, 2014.

SANTOS, Ramofly Bicalho dos. **Experiências do PET educação do campo e os movimentos sociais da UFRRJ**. Seropédica: JLS Editor, 2015.

SOUSA SOBRINHO, Mellissa; Brito, Kalyne Sonale de. **Ensino, pesquisa e extensão na Reserva Extrativista do Rio Cajari: ações do NEA-UNIFAP/MZG**. Mazagão: Editado pelas organizadoras, 2021.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

COSTA, Sandra Larissa Maciel; OLIVEIRA, Patricia Chaves de. Metodologias ativas de ensino em ciências agrárias: trazendo o território indígena para dentro da sala de aula. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 16, n. 6, p. e4490, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n6-090.

Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/4490>.

Acesso em: 11 set. 2024.

PICONEZ, Stela Bertholdo. **A prática de ensino e o estágio supervisionado**. 24ª ed. Campinas: Papirus, 2012.

ROS, César Augusto da. A contribuição das visitas de campo no ensino das Ciências Agrárias na UFRRJ. *Revista Ciência em Extensão*. [S. l.], v.8, n.1, p.107-122, 2012. Disponível em: https://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/view/524/636. Acesso em: 11 set. 2024.

SILVA, Lázara Cristina da; MIRANDA, Maria Irene. **Estágio supervisionado e prática de ensino: desafios e possibilidades**. Belo Horizonte: FAPEMIG, 2008.

UCHÔA, Keline Sousa Albuquerque; LEITE, Maria Cleide da Silva Ribeiro; UCHÔA, Cleilson do Nascimento. Currículo etnocultural e ensino de Ciências Agrárias: saberes tradicionais afro-brasileiros e indígenas. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, [S. l.], v. 7, n. 22, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3322>.

Acesso em: 11 set. 2024.

57 - HORTICULTURA TROPICAL

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Importância e subdivisões da horticultura. Culturas hortícolas no Brasil e na Amazônia. Propagação e formação de mudas. Planejamento e implantação das unidades produtivas. O ambiente na produção agrícola. Ecofisiologia da produção e manejo cultural em hortícolas. Cultivo em ambiente protegido. Colheita, beneficiamento e processamento de produtos hortícolas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RUSIN, C. et al. Fruticultura. [S.l.]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902791. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902791/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SANTOS, R. H. S. et al. Hortaliças orgânicas: produção orgânica de hortaliças-fruto. 3. ed. Brasília, DF: SENAR, 2011. 108 p. (Coleção SENAR, 119) ISBN: 857664021

SHANLEY, P.; CYMERYYS, M.; GALVÃO, J. Frutíferas da mata na vida amazônica. Belém: [s.n.], 1998. 123 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EPSTEIN, E.; BLOOM, A. J. Nutrição mineral de plantas: princípios e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Planta, 2006. ISBN 8599144030.

FONSECA, E. M. S.; ARAÚJO, R. C. de. Fitossanidade: princípios básicos e métodos de controle de doenças e pragas. 1. ed. 2015. [S.l.]: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536530956. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536530956/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MÜLLER, F. C. et al. Uso, manejo e conservação do solo. [S.l.]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902715. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902715/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SOARES, N. F. F. et al. Hortaliças: processamento mínimo e comercialização de couve, cenoura e pimentão. 2. ed. Brasília, DF: SENAR, 2010. 84 p. (Coleção SENAR, 111) ISBN: 8576640139.

VICENTE, L. C. et al. Olericultura. [S.l.]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902326.

Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902326/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

58 - EXTENSÃO RURAL

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA: Extensão rural no Brasil: história e bases teóricas. Perfil e práticas extensionistas. Extensão rural: prática dialógica, comunicação e metodologia. Métodos e técnicas em extensão rural. Planejamento da ação extensionista, novas instâncias participativas. Novas ruralidades. Política Nacional de Assistência técnica e Extensão Rural. Crédito Rural. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO). Plano Safra da Agricultura Familiar. Mercados institucionais. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. ISBN 9788535909524.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamont, 2011. ISBN 9788586435355.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas: autores. associados, 2003. ISBN 9788562019128.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, M.G.A. **Educação, extensão popular e pesquisa: metodologia e prática**. João Pessoa: UFPB, 2011. ISBN 9788577457632.

POCHMANN, M. *Et al.* **Atlas da nova estratificação social no Brasil: proprietários, concentração e continuidades**. V.3, São Paulo: Cortez, 2009. ISBN 9788524914669.

SOBRINHO, M.S.; BRITO, K.S. **Ensino, pesquisa e extensão na Reserva Extrativista do Rio Cajari**: ações do NEA-UNIFAP/MZG. Mazagão: UNIFAP, 2021. ISBN 9786500256789.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre; UFRGS, 2004. ISBN 9788570257567.

VANDERLEY, M. N. *Et al.* (org.). **Camponeses brasileiros**. São Paulo: Unesp, 2009. (Volume 1). ISBN 9788571399549.

59 - AGROINDÚSTRIA E COMERCIALIZAÇÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR **CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03**

EMENTA: Sistemas agroindustriais. Comercialização de produtos agropecuários oriundos da agricultura familiar: especificidades dos produtos agrícolas e agroindustriais, formação de preços, canais de comercialização, logística de distribuição e políticas públicas. Verticalizações e Integrações Agroindustriais. Agregação de Valor e Margem de Comercialização na Agricultura familiar. Limites e possibilidades de transformação agroindustrial da produção familiar. Instalações agroindustriais: classificação, requisitos básicos para a implantação e registro de uma agroindústria, e aspectos da qualidade agroindustrial. Projetos agroindustriais: elaboração e análise da eficiência socioeconômica. Levantamento e análise de projetos/estabelecimentos no contexto nacional e regional. Aspectos de agroindústrias cooperativistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. Barueri-SP: Grupo GEN, 2022. *E-book*. ISBN 9786559771615. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786559771615/> .

Acesso em: 28 jun. 2023.

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788597028065. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597028065/> . Acesso em: 28 jun. 2023.

LIMA, L. P. De.; TAVARES, V. De S.; PEREZ, R. **Elaboração de projetos agroindustriais** [recurso eletrônico] – Florianópolis: Publicações do IFSC, 2022. 94 p. *E-book*. ISBN 9786599642241. Disponível em:

https://www.ifsc.edu.br/documents/30701/523474/livro_elaboracao_projetos_agroindustriais.pdf/e7c1a0f3-7e53-46df-9c37-cbca4e2381be . Acesso em: 22 set. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERNARDI, L.A. **Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2017. ISBN 9788522474233

FAJARDO, S. **Cooperativas agropecuárias no complexo agroindustrial**. 1ª ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2012. ISBN 9788581480428.

SILVA, C.A.B.; FERNANDES, A.R. **Projetos de empreendimentos agroindustriais: produtos de origem animal**. V.1., 2. Ed. Viçosa, MG: UFV. 2003.

SILVA, C.A.B.; FERNANDES, A.R. **Projetos de empreendimentos agroindustriais: produtos de origem vegetal**. V.1., 2. Ed. Viçosa, MG: UFV. 2005.

STEIN, R. T. *et al.* **Cadeias produtivas do agronegócio II** . Porto Alegre: Grupo A, 2020. *E-book*. ISBN 9786581492748. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786581492748/> . Acesso em: 28 jun. 2023.

60 - ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO AGROPECUÁRIO **CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03**

EMENTA: Conceitos fundamentais de administração e economia aplicados à agropecuária: O processo administrativo; conceitos e definições em administração e economia rural. Caracterização e avaliação do desempenho agroeconômico de estabelecimentos agropecuários. Caracterização dos diferentes tipos de estabelecimentos agropecuários. Princípios base para a análise do funcionamento de estabelecimentos agropecuários. Conceitos e instrumentos para medida do desempenho agroeconômico: Renda Agrícola, Consumo Intermediário, Depreciações, Custos Fixos, Variáveis e Totais, Margem Bruta. Margem Líquida. Índices de eficiência técnicos e econômicos na agropecuária. Noções de demonstração de resultados (balanço patrimonial e demonstrativos contábeis, gestão de custos, fontes de receitas agropecuárias). Processo de tomada de decisões, risco e incerteza, planejamento e

gerenciamento: Estratégias e tomada de decisões dos pecuaristas e produtores rurais e sua influência nos sistemas de produção; Conceito de risco e incerteza na agropecuária; Planejamento estratégico. Elaboração e avaliação de projetos: Características e princípios da elaboração de projetos; Indicadores de viabilidade econômica e financeira de projetos agropecuários. Medidas de resultado econômico e financeiro; elaboração de fluxos de caixa; investimentos; rentabilidade; lucros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**: GEPAI: Grupo de Pesquisas Agroindustriais. V. 1. 3. Edição. São Paulo: Atlas. 2016. 770 p.

CALLADO, A. A. C. **Agronegócio**. 4.ed. São Paulo: Atlas. 2014. 232 p.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração**: da revolução urbana à revolução digital. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de Agronegócios**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola**: manual para especialistas. 3. Ed. Salvador: UFBA. 2010. Disponível em:

https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/22644/1/ProjetosDeDesenvolvimentoAgr%C3%ADcolaManualParaEspecialistas_MarcDufumier.pdf . Acessado em:: 20 de setembro de 2024.

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento estratégico**: conceitos, metodologia, práticas. 33. Ed. São Paulo: Atlas. 2015. P.392 .

SILVA, R. A. G. **Administração rural teoria e prática**. 3 ed. Juruá, 2013.

WAGNER, S. A. **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola**. 1. Ed. Porto Alegre: UFRGS. 2010. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/56458/000782690.pdf?sequence=1&isAllwed=y>.

61 - EDUCAÇÃO E SAÚDE

CARGA-HORÁRIA: 60 h / CRÉDITOS: 04

EMENTA: Articulação e conceitos de saúde e educação. Metodologias, desafios, e dilemas contemporâneos da saúde no campo da educação. Estratégias educativas em saúde, prevenção de doenças e promoção da saúde. Principais doenças infectocontagiosas e parasitárias. Contexto social de saúde e doença. Alimentos e saúde. Higiene corporal. Gestação e aleitamento materno. DST. Uso de drogas. Escola, saúde e sociedade. Diferentes abordagens da Educação. Condições de vida e saúde no Brasil. O trato pedagógico da saúde na escola.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COURA, J. R. **Dinâmica das doenças infecciosas e parasitárias**. 2. Edição. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2013. E-book. ISBN 978-85-277-2275-9. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2275-9/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

OLIVEIRA, J. M. D. **Nutrição em saúde coletiva: epidemiologias, evidências e políticas**. Disponível em: Minha Biblioteca, Editora Manole, 2021.

PELICIONI, M. C. F.; MIALHE, F. L. **Educação e promoção da saúde: teoria e prática**. 2. Ed.. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788527734745. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527734745/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIEHL, A.; NEILIANA, B. F. **Prevenção ao uso de álcool e drogas**. Disponível em: Minha Biblioteca, Grupo A, 2014.

PINNO, C. Et al. **Educação em saúde**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2019. E-book. ISBN 9788595029910. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029910/>. Acesso em: 11 jul.

2023.

ROSALEN, Juliana (organizadora). **Alguns conhecimentos sobre alimentação**. 2. ed. Belo Horizonte: Iepé, 2013. 77 p. ISBN: 9788577581948.

SANTIAGO, L. B. **Manual de aleitamento materno**. [Barueri, SP]: Editora Manole, 2013. E-book. ISBN 9788520439319. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520439319/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

VAISBERG, M.; MELLO, M. T. De. **Exercícios na saúde e na doença**. [Barueri, SP]: Editora Manole, 2010. E-book. ISBN 9788520443064. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520443064/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

62 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

CARGA-HORÁRIA: 60 h / CRÉDITOS: 04

EMENTA

Pesquisa de campo do TCC. Sistematização da temática da Pesquisa: coesão e coerência textuais, raciocínio e argumentação. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Exame final de qualificação: apresentação e sustentação oral da monografia, elaboração da versão final do trabalho de conclusão de curso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MARTINS, G. A.; LINTZ, A. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007. 118 p. ISBN: 9788522448494.

REIZ, P. **Redação científica moderna**. São Paulo: Hyria, 2013. 157 p. ISBN: 9788566442007.

LIMA, M. C. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. 2. ed. rev. e atual. [S.l.]: Saraiva, 2009. E-book. ISBN 9788502088771. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502088771/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 158 p. ISBN: 9788522458561.

FAZENDA, I. C. A. (org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. 5. ed. Campinas: Papyrus, 2003. 159 p. (Coleção Práxis) ISBN: 8530803736.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p. ISBN: 9788522457588.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, D. F. **Manual prático para elaboração de trabalhos de conclusão de curso**. [S.l.]: Editora Blucher, 2020. E-book. ISBN 9786555500028. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555500028/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

63 - ATIVIDADE ACADÊMICA DE EXTENSÃO IV (AAE IV)

CARGA-HORÁRIA: 120 h / CRÉDITOS: 08

EMENTA: Articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão utilizando temas transversais ao eixo Educação do campo, docência e pesquisa, bem como conteúdos apreendidos nas disciplinas integralizadas ao longo do curso, que tenham dado ao discente o suporte necessário para compartilhar seu conhecimento e interagir com a comunidade externa à universidade, seja por meio de cursos e oficinas ou encontros, diálogos, dentre outras ações extensionistas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAPTISTA, M.G.A. **Educação, extensão popular e pesquisa: metodologia e prática**. João Pessoa: UFPB, 2011. ISBN 9788577457632.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 23. Ed. Rio de

Janeiro: Paz e terra, 2002.

PIMENTA, S. G. (org.). **Saberes pedagógicos e atividade docente**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BROSE, M. **Participação na extensão rural**. Porto Alegre. Tomo. 2004.

ROLDÃO, M.do C. **Estratégias de ensino**: o saber e o agir do professor. Portugal: Fundação Manoel Leão, 2009.

ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. **Didática e práticas de ensino**: interfaces com diferentes saberes e lugares formativos. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

RIBEIRO, M. **Movimento camponês – trabalho e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SOBRINHO, M. S.; BRITO, K. S. **Ensino, pesquisa e extensão na Reserva Extrativista do Rio Cajari**: ações do NEA-UNIFAP/MZG. Mazagão: UNIFAP, 2021. ISBN 9786500256789.

EMENTAS
DISCIPLINAS OPTATIVAS

1 – CARTOGRAFIA SOCIAL APLICADA À EDUCAÇÃO DO CAMPO NA AMAZÔNIA CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Educação do Campo, território e representação territorial na Amazônia. Alfabetização Cartográfica: interpretação e produção de mapas. O poder dos Mapas. Cartografia social: principais definições; Mapeamentos participativos e movimentos sociais: práticas tradicionais, conflitos territoriais e as reivindicações de direito; Cartografia social como metodologia para o ensino em escolas do/no campo. Cartografia social e inventário da realidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rosângela Doin de; PASSINI, Elza Yasuko. **O Espaço Geográfico: ensino e representação**. São Paulo: Contexto, 2015. 90 p.

CUNHA, Thiago Pereira. **A nova Cartografia Social como instrumento para superação das vulnerabilidades da Juventude Rural no Baixo Tocantins**. Revista Presença Geográfica 7.1 (2020): 9. Web.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **A história do agroextrativismo na Amazônia amapaense**. Macapá: Unifap, 2014.

MENDES, Débora Mate; SILVA, Eliane Cabral da; REIS, Marlo dos. **Cartografia social como metodologia para formação de professores do campo: uma experiência a partir do arquipélago do Bailique**. Revista Educação e Cultura Contemporânea | v. 17, n. 48, p. 362-382, 2020.

SILVA, Ana Regina Ferreira da. **Perspectivas das políticas territoriais na faixa fronteira internacionais da Amazônia Oriental brasileira: estados do Pará e do Amapá**. Rio de Janeiro: Publit Soluções, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1999.

TEIXEIRA, Sérgio Luiz. **Inventário da Realidade: Fazeres, Saberes e Sujeitos Camponeses em Prosas e Rimas**. Kiri-Kerê – Pesquisa Em Ensino 3.4 (2020): Kiri-Kerê – Pesquisa Em Ensino, 2020, Vol.3 (4). Web.

2 – EDUCAÇÃO E JUVENTUDES DO CAMPO

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Ensino Médio no Campo: Escolas de Formação por Alternância e Sistema de Organização Modular de Ensino. Condição Juvenil no Campo. Situação Juvenil no Campo. Acesso, permanência e conclusão do Ensino Médio no Campo. Educação e Projeto de Vida da Juventude do Campo. Protagonismo e Participação da Juventude: escola, comunidade e movimentos sociais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALVIM, Rosilene; QUEIROZ, Tereza e FERREIRA JR., Edísio. **Jovens & juventudes**. João Pessoa: UFPB. 2005.

BARBOSA, Jorge Luiz; SILVA, Jailson de Souza e SOUSA, Ana Inês. **Políticas públicas e juventude**. Rio de Janeiro: UFRJ. 2010.

SILVA, Lourdes Helena da. **As experiências de formação de jovens do campo: alternância ou alternâncias?** Curitiba: CRV. 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Maria Zenaide e DAYRELL, Juarez Tarcísio. **Processos de Escolarização de Jovens**

Rurais de Governador Valadares-MG: Entre Sonhos e Frustrações. Revista Brasileira De Estudos Pedagógicos 97.247 (2016): 602-18. Web.

MALHEIROS, Francisco Barbosa; REIS, Miquias Tavares dos e REIS, Marlo dos. **As percepções dos jovens sobre as organizações sociais da Ilha das Cinzas – PA.** Mazagão: 2019.

MENDES, Débora Mate. **Juventude e Educação do Campo na Amazônia:** representações sociais sobre o SOME e as implicações em seus projetos de vida. 2020.

MENDES, Débora Mate; REIS, Marlo dos; WANDERLEY, Kamila Karine dos Santos. **Juventude da Floresta:** visões, canções e modo de vida de uma Amazônia extrativista. Inter-Ação, Goiânia, v.47, n.2, p. 389-406, maio/ago. 2022.

ZAGO, Nadir. **Migração Rural-urbana, Juventude e Ensino Superior.** Revista Brasileira de Educação 21.64 (2016): 61-78. Web.

3 – FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA DO AMAPÁ

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

A formação socioeconômica, os grandes ciclos e os modelos de desenvolvimento do Brasil, da Amazônia e do Amapá. Relações sociais no campo: a escravidão colonial, o povoamento estatal, o coronelismo, o aviamento, o clientelismo e o assistencialismo. O papel dos atravessadores, do capital comercial, as elites regionais e os conflitos com indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e extrativistas. Desigualdade, disputas e diversidades socioculturais da população camponesa. Relação campo-cidade em cartografias de construção de territorialidades e sustentabilidade. Saberes e fazeres na autonomia e protagonismo das populações camponesas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA, M. De A. P. **O Amapá nos tempos do manganês:** um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FILOCREÃO, A. S. M. **A história do agroextrativismo na Amazônia amapaense.** Macapá: UNIFAP, 2014.

PORTO, J. **Amapá:** principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000. Macapá: Editado pelo Autor, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOYER, V. Passado português, presente negro e indizibilidade ameríndia: o caso de Mazagão Velho, Amapá. *In: Religião e Sociedade.* Rio de Janeiro, 2008.

GOMES, F. **Nas terras do Cabo Norte.** Belém: Ed. UFPA, 1999.

LEONELI, D. **Uma sustentável revolução na floresta.** São Paulo, Viramundo, 2000.

NUNES FILHO, E. P. **Pesquisa arqueológica no Amapá.** Macapá: B-a-ba, 2005.

PORTO, J. L. R.; LIMA, R. Â. P. De; BRITO, D. G. (org.). **Amapá:** aspectos de uma geografia em construção. Macapá: Jadson Porto, 2005.

4 – HISTÓRIA AFRICANA, AFROBRASILEIRA E INDÍGENA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

História dos Povos Indígenas, invasão e resistência no Brasil colonial. História da África, diásporas e tráfico negreiro na colonização brasileira. Cultura afro-brasileira e resistência escrava no Brasil. Pluriversidade cultural, identitária, política e os principais marcos legais para as comunidades tradicionais. Território, Territorialidades e Territorialidades Específicas. Racismo Estrutural, Racismo Institucional e Racismo Ambiental. O Direito a diferença e a educação antirracista. A Lei N.º 11.645, de 10 março de 2008 e o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira no ensino nacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENJAMIN, Roberto Emerson Camara. **A África está em nós: história e cultura afro-brasileira.** João Pessoa : Grafset, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP N.º 01/2004.** Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/res012004>.

DIAS, S. R. H. **Movimentos indígenas no Brasil e a questão educativa: relações de autonomia, escola e construção de cidadanias.** ANPED, Caxambu, 1999. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/pdf/rbedu/n13/n13a06.pdf>.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARBOSA, Muryatan S. **A razão africana: breve história do pensamento africano contemporâneo.** São Paulo: Todavia, 2020.

OLIVEIRA, J. P. De. **A presença indígena na formação do Brasil.** Brasília: MEC, 2006.

SILVA, A. L. Da; GRUPIONI, L. D. B. **A temática Indígena na escola.** São Paulo: Mari, 2004.

SANTOS, Uwet Manuel Antônio dos. **Waramwi: a cobra grande.** São Paulo: Iepé, 2013.

ZUIN, A. L. A. **A Amazônia e os povos indígenas : conflitos socioambientais e culturais.** Curitiba: Appris, 2017.

5 – APICULTURA E MELIPONICULTURA**CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03****EMENTA**

Histórico e panorama da apicultura e da meliponicultura no Brasil. Taxonomia. Organização social. Anatomia e fisiologia das abelhas. Doenças e inimigos naturais. Instalações, materiais e equipamentos. Manejo de apiário e meliponário. Produtos da apicultura e da meliponicultura e seus derivados. Nutrição e suplementação alimentar para abelhas. Formas de aproveitamento e integração das abelhas no meio ambiente. Avaliação econômica de sistemas em apicultura e meliponicultura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, P. S. C.; OLIVEIRA, J. S. **Manual prático de criação de abelhas.** 2. Ed. Editora Aprenda Fácil, 2018. ISBN 9788583660804.

FRAZÃO, R.F. **Abelhas nativas da amazônia e populações tradicionais: Manual de Meliponicultura.** Belém: Instituto Peabiru. 2013.

KERR, W.E. **Biologia e manejo da Tiúba: A abelha do maranhão.** EDUFMA. 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LANDIM, C. C. **Abelhas: morfologia e função de sistemas.** Editora UNESP, 2009. ISBN 9788571399273.

PENTEADO, S. R. **Criação animal orgânica.** 2. Ed. São Paulo: Via Orgânica, 2011. ISBN 9788590788249.

TAUTZ, J. **O fenômeno das abelhas.** Editora Artmed, 2010. ISBN 9788536321851.

VENTURIERI, G. C. **Criação de abelhas indígenas sem ferrão.** Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2004. ISBN 8587690329.

WIESE, H. **Nova apicultura.** 10. Ed. Editora Agrolivros, 2020. ISBN 9788598934266.

6 – BIOLOGIA E FERTILIDADE DO SOLO**CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03****EMENTA**

Conceitos básicos em fertilidade do solo. Biodiversidade de organismos do solo. Matéria orgânica do solo. Ciclos biogeoquímicos. Fixação biológica de nitrogênio. Micorrizas. Teoria da trofobiose. Desequilíbrio nutricional e o comportamento das plantas. Fertilidade química e natural do solo.

Recomendação de adubação e calagem. Biofertilizantes. Compostagem e vermicompostagem. Métodos de avaliação da fertilidade do solo e interpretação de análise química do solo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOVAIS, R. F.; ALVAREZ V., V. H.; BARROS, N. F.; FONTES, R., CANTARUTTI, R.; NEVES, J. (ed.). **Fertilidade do solo**. Viçosa, MG: SBCS. 2007. ISBN 9788586504082.

TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. **Solos e fertilidade do solo**. São Paulo: Andrei, 2007. ISBN 9788574763453.

VAN RAIJ, B. **Fertilidade do solo e manejo de nutrientes**. International Plant Nutrition Institute, 2011. ISBN 9788598519074.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, D. S. *Et al.* **Química e fertilidade do solo**. Porto Alegre: SAGAH, 2021. ISBN 978656901763.

FINKLER, R.; PEDROSO, R. M.; STEIN, R. T.; LAZZARINI, P. R. C. **Ciências do solo e fertilidade**. Porto Alegre: SAGAH, 2018. *E-book*. ISBN 9788595028135.

SANTOS, H. G. *Et al.* **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. 5. Ed. Rev. E ampl. Brasília: EMBRAPA, 2018. ISBN 9788570358004.

SILVA, L. M. Da; PEREIRA, M. G.; MOREIRA, F. M. De S.; WADT, P. G. S.; POLIDORO, J. C. (ed.) **Solos da Amazônia Ocidental**: base da sustentabilidade agrícola e ambiental. Brasília: Embrapa, 2021. ISBN 9786586056068.

TEIXEIRA, P. C.; DONAGEMMA, G. K.; FONTANA, A.; TEIXEIRA, W. G. **Manual de métodos de análise de solo**. 3. Ed. Rev. E ampl. Brasília: EMBRAPA, 2017. ISBN 9788570357717.

7 – BUBALINOCULTURA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Histórico e situação da bubalinocultura. Raças de búfalos. Adaptação dos búfalos aos trópicos. Manejo reprodutivo dos bubalinos. Manejo nas fases de cria, recria e engorda. Alimentos e alimentação para búfalos. Instalações, equipamentos e ambiência na bubalinocultura. Manejo sanitário. Produtos derivados da criação de búfalos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COUTO, A. G. **Manejo de búfalas leiteiras**. Circular técnica, n. 2. 2006. Disponível em: <https://www.bufalosbelterra.com/sites/default/files/2020-03/MANEJO%20DE%20BUFALAS%20LEITEIRAS.pdf> . Acessado em: 20 de setembro de 2024.

COUTO, A. G. **Manejo de bezerros bubalinos em uma pecuária de leite**. Circular técnica, n. 1. 2005. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/14301897/manejo-de-bezerros-bubalinos-unesp/4> . Acessado em: 20 de setembro de 2024.

LÁU, H. D. **Manejo ecosanitário de búfalos**: princípios, técnicas e aplicação. Belém: EMBRAPA Amazônia Oriental, 2006. P.64.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GLEBER, L.; PALHARES J. C. **Gestão ambiental na agropecuária**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. Disponível em:

http://livraria.sct.embrapa.br/liv_resumos/pdf/00081830.pdf . Acessado em: 20 de setembro de 2024.

JORGE, A. M.; COUTO, A. G.; CRUDELI, G. A.; PATIÑO, E. M. **Produção de búfalas de leite**. Botucatu: FEPAF, 2011. 170, p.

MARQUES, J. R. F. **Búfalos**: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília: EMBRAPA, Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 176 p.

NASCIMENTO, C.; CARVALHO, L.O.M. **Criação de búfalos**: alimentação, melhoramento e

instalação. Brasília; EMBRAPA – SPI, 1993. 403 p.

SAMARA, S. I.; DUTRA, I. S.; FRANCISCHINI, P. H. **Sanidade e produtividade em búfalos**. Jaboticabal: FUNEP, 1993. 202 p.

8 – ECOLOGIA NUMÉRICA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Unidades ecológicas. Ecologia das populações. Medidas de densidade absoluta e relativa. Atributos demográficos de uma população. Modelos de crescimento de população. Tabela de vida. Atributos das comunidades. Curva do coletor. Índice de estimador de riqueza. Índices de similaridade qualitativo e quantitativo. Índice de constância. Índices de diversidade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BEGON, M.; TOWNSEND, C. R.; HAPER, J. L. **Ecologia: de indivíduos a ecossistemas**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2009. *E-book*. ISBN 9788536309545. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536309545/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

GOTELLI, N. J.; ELLISON, A. M. **Princípios de estatística em ecologia**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2010. *E-book*. ISBN 9788536324692. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536324692/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

PINTO-COELHO, R. M. **Fundamentos em ecologia**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2000. *E-book*. ISBN 9788536310978. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536310978/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAIN, M. L.; BOWMAN, W. D.; HACKER, S. D. **Ecologia**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2018. *E-book*. ISBN 9788582714690. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788582714690/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

GUREVITCH, J.; SCHEINER, S. M.; FOX, G. A. **Ecologia vegetal**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2009. *Ebook*. ISBN 9788536320045. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536320045/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

ODUM, Eugene P; BARRETT, Gary W. **Fundamentos de ecologia**. São Paulo: Cengage, 2008. 612 p. ISBN: 9788522105410.

TOWNSEND, Colin R; BEGON, Michael; HARPER, John L. **Fundamentos em ecologia**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 576 p. ISBN: 9788536320649.

URRY, Lisa A; SANTOS, Aline Barcellos Prates Dos (Revisor técnico). **Biologia de Campbell**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. 1446 p. ISBN: 9786558820673.

9 – ENSINO DE BOTÂNICA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Impercepção Botânica. Botânica na BNCC. Análise e avaliação da abordagem de temas em livros didáticos. Elaboração e execução de experimentos e desenvolvimento de temas relativos a conteúdos de Botânica. Produção de sequências didáticas. Participação em atividades com alunos/professores da educação básica e/ou junto à comunidade não acadêmica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KINOSHITA, L. S. Et al. **A botânica no ensino básico: relatos de uma experiência transformadora**. São Carlos: RiMa, 2006.

KRASILCHIK, M. **Prática de ensino de biologia**. 4. Ed. São Paulo: Edusp, 2008.

PEDRINI, A.; URSI, S. **Metodologias para ensinar botânica**. Letra Capital Editora, 2022. ISBN

9786589925569.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

EVERT, R. F.; EICHORN, S. E. **Raven: biologia vegetal**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2014. ISBN 9788527723626.

KATON, G.; TOWATA, N.; SAITO, L. C. **A cegueira botânica e o uso de estratégias para o ensino de botânica**. In: LOPEZ, A. M. [et al.]. (org.). **BOTÂNICA NO INVERNO**, 3. 2013. São Paulo: Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo, 2013.

LEMOS, J.; EDSON-CHAVES, B. **Morfologia e anatomia vegetal: uma abordagem prática**. Teresina: EDUFPI, 2022. ISBN 9786559041589.

SANTOS, A.; COSTA, P.; SANTOS, F. **Glossário ilustrado de botânica: subsídio para aplicação no ensino**. São Paulo: Edições Hipótese, 2018. ISBN 9788591323067.

VASQUES, D.; FREITAS, K.; URSI, S. **Aprendizado ativo no ensino de botânica**. São Paulo : Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, 2021. ISBN 9786588234020.

10 – ENTOMOLOGIA MÉDICA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Introdução ao estudo dos insetos. Insetos e sua diversidade. Importância do estudo de insetos vetores. Principais grupos de vetores: Hemiptera, Cimicidae, Psychodidae, Culicidae, Simuliidae, Ceratopogonidae, Muscomorpha, Tabanomorpha, Siphonaptera e Phthiraptera. Índices entomológicos em saúde pública.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GULLAN, P.J; CRANSTON, P.S. **Insetos: fundamentos da entomologia**. 5. Ed. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2017. *E-book*. ISBN 9788527731188. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527731188/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

REY, L. **Bases da parasitologia médica**. 3. Ed. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2009. *E-book*. ISBN 978-85-277-2026-7. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2026-7/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

TRIPLEHORN, C. A.; JOHNSON, N. F. **Estudo dos insetos**. Tradução da 7. Ed. de Borror and DeLong's Introduction to the study of insects. 2. Ed. Brasileira. [São Paulo]: Cengage Learning Brasil, 2016. *E-book*. ISBN 9788522124978. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522124978/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FEREIRA, M. U. **Parasitologia contemporânea**. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2020. *E-book*. ISBN 9788527737166. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527737166/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MONTEIRO, S. G. **Parasitologia na medicina veterinária**. 2. Ed. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2017. *E-book*. ISBN 9788527731959. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788527731959/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MOURA, A. S.; SANTOS, T. R.; SILVEIRA, F. M. **Zoologia e entomologia agrícola**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2019. *E-book*. ISBN 9788595029286. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595029286/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

REY, L. **Parasitologia**. 4. Ed. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2008. *E-book*. ISBN 978-85-277-2027-4. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2027-4/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

URRY, Lisa A; SANTOS, Aline Barcellos Prates Dos (Revisor técnico). **Biologia de Campbell**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. 1446 p. ISBN: 9786558820673.

11 – ESTATÍSTICA APLICADA À AGROECOLOGIA**CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03****EMENTA**

Estudo e Aplicação de Conceitos e procedimentos básicos de estatística descritiva e probabilística. Amostragem. Distribuição de Probabilidade. Distribuições amostrais. Testes de hipóteses. Princípios básicos da experimentação agroecológica. Delineamentos experimentais. Testes de significância. Correlação e regressão simples e múltipla. Análise de variância. Testes de médias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DANCEY, C.; REIDY, J. **Estatística sem matemática para psicologia**. 7. Ed. Porto Alegre: Penso, 2019. ISBN 9788584291427.

FERREIRA, P. V. **Estatística experimental aplicada às ciências agrárias**. Viçosa, MG: UFV, 2018. ISBN 9788572695664.

VIEIRA, S. **Elementos de estatística**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2012. ISBN 9788522465866.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUSSAB, W. O.; MORETTIN, P. A. **Estatística básica**. 9. Ed. São Paulo: Saraiva, 2017. ISBN 9788547220228.

CALLEGARI-JACQUES, S. M. **Bioestatística: princípios e aplicações**. Porto Alegre: Artmed, 2003. ISBN 9788536300924.

GOTELLI, N. J.; ELLISON, A. M. *et al.* **Princípios de estatística em ecologia**. Porto Alegre: Artmed, 2011. ISBN 9788536324326.

HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise multivariada de dados**. 6. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. ISBN 9788577804023.

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P. **Noções de probabilidade e estatística**. 7. Ed., São Paulo: EDUSP, 2007. ISBN 9788531406775.

12 – FONTES RENOVÁVEIS DE ENERGIA**CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03****EMENTA**

Introdução às fontes renováveis e alternativas de energia. Fontes tradicionais de energia. Energia solar fotovoltaica. Energia solar térmica. Energia eólica. Energia da biomassa e biocombustíveis. Energia geotérmica. Energia hídrica. Energia oceânica. Importância e aplicação das energias renováveis nas atividades agrícolas. Eficiência energética. Realidade, limites e desafios do uso de energias renováveis no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORGES NETO, M. R.; CARVALHO, P. C. M. De. **Geração de energia elétrica: fundamentos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. *E-book*. ISBN 9788536518572. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536518572/> . Acesso em: 01 jul. 2023.

MOREIRA, J. R. S. **Energias renováveis, geração distribuída e eficiência energética**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2021. *E-book*. ISBN 9788521636816. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521636816/> . Acesso em: 01 jul. 2023.

SANTOS, M. A. Dos. **Fontes de energia nova e renovável**. Rio de Janeiro: Grupo GEN, 2013. *E-book*. ISBN 978-85-216-2474-5. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-216-2474-5/> . Acesso em: 01 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, B. F. ; BORELLI, R.; GEDRA, R. L. **Eficiência energética – Técnicas de Aproveitamento, Gestão de Recursos e Fundamentos**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. *E-book*. ISBN 9788536518404. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536518404/> . Acesso em: 02 jul. 2023.
 CORTEZ, L. A. B.; LORA, E. E. S.; OLIVARES-GÓMEZ, E. (org.). **Biomassa para energia**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2008. 732 p. ISBN 9788526807839.
 HINRICHS, R.; KLEINBACH, M.; REIS, L. **Energia e Meio Ambiente**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014. ISBN 9788522116171
 PHILIPPI JUNIOR, A.; REIS, L. B. **Energia e sustentabilidade**. Barueri-SP: Editora Manole, 2016. *E-book*. ISBN 9786555761313. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761313/> . Acesso em: 01 jul. 2023.
 TOBIAS, M.S.G.; LAMEIRA, P.I.D. **Terra do mar doce: contribuições da academia para a navegação na Amazônia**. 1ª ed. Vol. 2. Guarujá: Científica Digital, 2023. ISBN 9786553602618
 Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/books/livro-terra-do-mar-doce-contribuicoes-da-academia-para-a-navegacao-na-amazonia>. Acesso em: 22 set. 2024.

13 – GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Conceituação, Classificação e Caracterização de Resíduos Sólidos. Normas e Legislação. Gestão e gerenciamento de Resíduos Sólidos. Destinação final e Tratamento de Resíduos: Compostagem, Incineração, Geração de energia e outros. Disposição final de rejeitos. Impactos Ambientais. Ênfase nos resíduos sólidos orgânicos de origem domiciliar, agrícola e agroindustrial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBOSA, R. P.; IBRAHIN, F. I. D. **Resíduos sólidos: impactos, manejo e gestão ambiental**. São Paulo: Editora Saraiva, 2014. *E-book*. ISBN 9788536521749. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521749/> . Acesso em: 01 jul. 2023.
 JARDIM, A.; YOSHIDA, C.; FILHO, J. Valverde M. **Política nacional: gestão e gerenciamento de resíduos sólidos**. Barueri-SP: Editora Manole, 2012. *E-book*. ISBN 9788520444801. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520444801/> . Acesso em: 02 jul. 2023.
 TELLES, D. D. **Resíduos sólidos: gestão responsável e sustentável**. São Paulo: Editora Blucher, 2022. *E-book*. ISBN 9786555061055. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555061055/> . Acesso em: 02 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSCO, T. C. D. **Compostagem e vermicompostagem de resíduos sólidos: resultados de pesquisas acadêmicas**. São Paulo: Editora Blucher, 2017. *E-book*. ISBN 9788580392371. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580392371/> . Acesso em: 02 jul. 2023.
 IBRAHIN, F. I. D.; IBRAHIN, F. J.; CANTUÁRIA, E. R. **Análise ambiental: gerenciamento de resíduos e tratamento de efluentes**. São Paulo: Editora Saraiva, 2015. *E-book*. ISBN 9788536521497. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536521497/> . Acesso em: 02 jul. 2023.
 PHILIPPI JUNIOR, A.; REIS, L. B. **Energia e sustentabilidade**. Barueri-SP: Editora Manole, 2016. *E-book*. ISBN 9786555761313. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761313/> . Acesso em: 01 jul. 2023.
 MATOS, A. T. De. **Tratamento e aproveitamento agrícola de resíduos sólidos**. 1. Ed. Viçosa, MG: Editora UFV. 2014. ISBN 9788572695039.
 RIBEIRO, D.V.; MORELLI, M.R. **Resíduos Sólidos: Problema ou Oportunidade?** 1ª ed. São Carlos: Interciência, 2009. ISBN 9788571932180

14 – IMUNOLOGIA GERAL

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Mecanismos naturais e adaptativos de defesa. Base celular da resposta imune. Órgãos linfóides. Anticorpos. Imunidade humoral. Imunidade mediada por células. Complexo principal de histocompatibilidade e transplantes. Complemento. Hipersensibilidade. Doenças auto-imune.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COICO, R.; SUNSHINE, G. **Imunologia**. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2010. *E-book*. ISBN 978-85- 277-2341-1. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-277-2341-1/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

LEVINSON, W.; CHIN-HONG, P.; JOYCE, E.; *et al.* **Microbiologia médica e imunologia: um manual clínico para doenças infecciosas**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2021. *E-book*. ISBN 9786558040156. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786558040156/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

MALE, D. **Imunologia**. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2014. *E-book*. ISBN 9788595151451. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595151451/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABBAS, A. K. **Imunologia celular e molecular**. [Rio de Janeiro]: Grupo GEN, 2019. *E-book*. ISBN 9788595150355. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788595150355/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

KIERSZENBAUM, Abraham L; TRES, Laura L. **Histologia e biologia celular: uma introdução à patologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021. 806 p. ISBN: 9788595157941.

PLAYFAIR, J. H L.; CHAIN, B M. **Imunologia básica: guia ilustrado de conceitos fundamentais**. [Barueri, SP]: Editora Manole, 2013. *E-book*. ISBN 9788520450154. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520450154/>. Acesso em: 14 jul. 2023.

RIBEIRO, H. F.; VAZ, L. S.; ZANELATTO, C.; *et al.* **Imunologia clínica**. [Porto Alegre]: Grupo A, 2019. *E-book*. ISBN 9788533500716. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788533500716/> . Acesso em: 14 jul. 2023.

URRY, Lisa A; SANTOS, Aline Barcellos Prates Dos (Revisor técnico). **Biologia de Campbell**. 12. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022. 1446 p. ISBN: 9786558820673.

15 – MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Introdução à microbiologia agrícola. Importância e aplicação na agricultura. A microbiota do solo. Interação solo x planta, como habitat microbiano. Fatores ambientais que afetam a microbiota. Comunidade microbiana do solo. Enzimas do solo. Ciclo do Nitrogênio. Mecanismos de promoção de crescimento vegetal por bactérias. Micorrizas. Uso da inoculação microbiana na agricultura. Compostagem. Poluição do solo e efeitos sobre a microbiota.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, E.J.B.N.; TSAI,S.M.; NEVES, M.C.P. **Microbiologia do solo**. Campinas: SBCS. 1992. KIEHL, E.J. **Fertilizantes orgânicos**. São Paulo: Ceres. 1985.

MOREIRA, F. M. S.; SIQUEIRA, J. O. **Microbiologia e bioquímica do solo**. Lavras: UFLA. 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ACIOLLY, A.M.A.; SIQUEIRA, J.O. **Contaminação química e biorremediação do solo**. In: TORRADOVIDAL, P.; ALLEONI, L.R.F.; COOPER, M.; SILVA, A.P. (Eds.). **Tópicos em Ciência do Solo**, v.4. Viçosa: SBCS, 2005.

BLACK, J. G. **Microbiologia. Fundamentos e Perspectivas**. 4 ed. Guanabara Koogan, 2002. ISBN-10: 8527706989

MIELNICZUK, J.; BAYER, C.; VEZZANI, F. M.; LOVATO, T.; FERNANDES, F. F.; DEBARBA,

L. **Manejo de solo e culturas e a relação com os estoques de carbono e nitrogênio do solo.** Tópicos em Ciência do Solo, 2003.

PELCZAR, M.; REID, R.; KRIEG, N. R. **Microbiologia. Conceitos e aplicações.** São Paulo. 2ª ed. Pearson Universidades. 1996. ISBN: 139788534601962

TORTORA, G. J. **Microbiologia.** Gerard J. Tortora, Berdell, R. Funke, Christine L. Case; Tradução de Danielle Soares de Oliveira Daian. 12 ed. Porto Alegre: Artmed, 2017. ISBN 9788582713549.

16 – NUTRIÇÃO ANIMAL BÁSICA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Histórico da nutrição animal. Anatomia do trato gastrointestinal e digestão comparativa entre as espécies de animais domésticos. Princípios nutritivos, metabolismo dos nutrientes e sua importância para os animais: água, proteína, carboidratos, lipídeos, minerais e vitaminas. Importância dos nutrientes alimentares no que se refere às necessidades para crescimento, manutenção, trabalho, produção e reprodução. Carboidratos, lipídios, proteínas, compostos nitrogenados protéicos e não protéicos e aminoácidos essenciais na nutrição animal. Metabolismo energético. Principais micro ingredientes utilizados na alimentação animal. Minerais, vitaminas e aditivos. Exigências nutricionais dos animais domésticos. Fatores que interferem no consumo voluntário. Microbiologia e fermentação ruminal. Partição da energia e demais nutrientes. Distúrbios metabólicos. Metodologias aplicadas ao fracionamento de alimentos. Exigências nutricionais. Cálculo de rações. E noções básicas de Fabricação de Rações para animais monogástricos e ruminantes. Legislação da nutrição animal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBINO, L.F.T. **Tabela Brasileira para aves e Suínos.** 4. ed. Viçosa: UFV. 2017. 488 p.

BERCHIELLI, T.T.; PIRES, A.V.; OLIVEIRA, S.G. **Nutrição de Ruminantes.** 2. ed. Funep. 2011. 616 p.

BERTERCHINI, A.G. **Nutrição de monogástricos.** Viçosa, MG: UFLA. 2012. 373 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRIGUETTO, J.M. **Normas e padrões de nutrição e alimentação animal.** São Paulo: Nobel. 2005. 146 p.

COUTO, H. P. **Fabricação de rações e suplementos para animais: gerenciamento e tecnologias.** Viçosa, MG: Aprenda Fácil. 2008. 263 p.

FRAPE, D. **Nutrição e alimentação de equinos.** 6. Ed. São Paulo: Roca. 2008. 990 p.

LOGATO, P.V.R. **Nutrição e alimentação de peixes de água doce.** Viçosa, MG: Aprenda Fácil. 2000. 131 p.

LIMA, K. R. S.; ALVES, J. A. K. **Alimentos alternativos mais comuns na região norte para suínos e aves.** Belém: UFRA. 2004. 262 p.

17 – OLERICULTURA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Culturas olerícolas. Hortaliças na alimentação humana. Olericultura na Amazônia. Planejamento da horta: localização, escolha e preparo do terreno, solo, nutrição e locação das partes integrantes da horta. Tipos de exploração em olericultura. Viveiricultura olerácea e produção de material propagativo. Cultivo em ambiente protegido. As principais famílias oleráceas cultivadas pelos produtores amazônicos. Manejo de produção. Colheita; beneficiamento/processamento e comercialização.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

SANTOS, R. H. S. et al. **Hortaliças orgânicas: produção orgânica de hortaliças-fruto**. 3. ed. Brasília, DF: SENAR, 2011. 108 p. (Coleção SENAR, 119) ISBN: 857664021.
 SOARES, N. F. F. et al. **Hortaliças: processamento mínimo e comercialização de couve, cenoura e pimentão**. 2. ed. Brasília, DF: SENAR, 2010. 84 p. (Coleção SENAR, 111) ISBN: 8576640139.
 VICENTE, L. C.; MÜLLER, F. C.; LIMA, R. B. et al. **Olericultura**. [S.l.]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902326. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902326/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABBOUD, A. C. S. (org.). **Introdução à agronomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. 614 p. ISBN: 9788571933040.
 EVERT, R. F.; EICHORN, S. E. **Raven: biologia vegetal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2014. ISBN 9788527723626.
 MÜLLER, F. C.; MORAES, C. S.; VICENTE, L. C. et al. **Uso, manejo e conservação do solo**. [S.l.]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902715. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902715/>. Acesso em: 10 jul. 2023.
 REICHARDT, K.; TIMM, L. C. **Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações**. 2. ed. Barueri: Manole, 2012. ISBN 9788520433393.
 SILVA, N. M. da; ADAIME, R.; ZUCCHI, R. A. (ed.). **Pragas agrícolas e florestais na Amazônia**. Brasília: EMBRAPA, 2016. 606 p. ISBN: 9788570354723.

18 – PAISAGISMO E JARDINOCULTURA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Tipos de paisagem e elementos paisagísticos: aspectos conceituais e de composição. Paisagismo rural, urbano, industrial e rodoviário. Princípios básicos de jardinagem. Plantas ornamentais. Solo e fatores climáticos. Elementos arquitetônicos no paisagismo. Tipos de jardins. Viveiricultura: produção de mudas e propágulos. Planejamento e implantação de projeto paisagístico. Jardins produtivos e ecopedagógicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HUTCHISON, E. **O desenho no projeto da paisagem**. Barcelona: Gustavo Gili, 2012. 240 p. ISBN: 9788525224577.
 RUSIN, C.; OLIVEIRA, L. M. de; SCOPEL, V. G. et al. **Floricultura e paisagismo**. [S.l.]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902630. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902630/>. Acesso em: 10 jul. 2023.
 VIANA, V. J.; RIBEIRO, G. S. R. B. **Cultivo de plantas ornamentais**. Recife: Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536520605. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536520605/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, A. A. de. **Características plásticas e botânicas das plantas ornamentais**. Recife: Editora Saraiva, 2014. E-book. ISBN 9788536520575. Disponível em:
<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788536520575/>. Acesso em: 10 jul. 2023.
 DELPHIM, C. F. M. **Intervenções em jardins históricos: manual**. Brasília: Iphan, 2005. 151 p.
 EVERT, R. F.; EICHORN, S. E. **Raven: biologia vegetal**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2014. ISBN 9788527723626.
 MASCARÓ, J. L.; YOSHINAGA, M. **Infra-estrutura da paisagem**. Porto Alegre: L. Mascaró; J. Mascaró, 2005. 207 p. ISBN: 8590266338.
 MÜLLER, F. C.; MORAES, C. S.; VICENTE, L. C. et al. **Uso, manejo e conservação do solo**. [S.l.]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902715. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902715/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

19 – PLANTAS MEDICINAIS E FITOTERAPIA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Histórico das plantas medicinais, aromáticas e alimentícias não convencionais. Importância econômica. Principais tipos de princípios ativos, metabolismo secundário e farmacognosia. Preservação de espécies. Desenvolvimento da cadeia produtiva de plantas medicinais, aromáticas e alimentícias não convencionais. Cultivo, tratos culturais, beneficiamento, pós-colheita, secagem e armazenamento. Fatores que interferem na produção. Aspectos gerais do cultivo: semeadura, propagação, tratos culturais, secagem e armazenamento. Comercialização e Legislação. Preservação e conservação dos recursos genéticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KINUPP, V. F.; LORENZI, H. **Plantas alimentícias não convencionais no Brasil**: guia de identificação, aspectos nutricionais e receitas ilustradas. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2014. ISBN 9788586714467.

LORENZI, H.; MATOS, F. J. A. **Plantas medicinais no Brasil**: nativas e exóticas cultivadas. 3. Ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2002. ISBN 9786587655031.

REIS, M. S. **Conservação e uso sustentável de plantas medicinais e aromáticas**. Brasília: IBAMA, 2004. ISBN 8573001763.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, F. M. C.; CASALI, V. W. D. **Plantas medicinais e aromáticas**: relação com o ambiente, colheita e metabolismo secundário, Viçosa, MG: UFV, 1999. Disponível em: <https://locus.ufv.br/handle/123456789/29134>.

BERG, M.E.V.D. **Plantas medicinais na Amazônia**. Belém: MPEG, 2010. ISBN 9788561377199.

DI STASI, L. C. (org.). **Plantas medicinais**: arte e ciência, um guia para uma pesquisa interdisciplinar. São Paulo: Unesp. 1996. ISBN 9788571391178.

SANTOS, M.A.C.; COELHO-FERREIRA, M. Inventário de espécies medicinais empregadas pelo IEPA, Macapá-AP. **Amazônia: Ci. & Desenv.**, Belém, v.1, n.1, jul. /dez. 2005. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://repositorio.museu-goeldi.br/bitstream/mgoeldi/264/1/Amazonia%20Ciencia%20e%20Desenvolvimento%201%281%29%202005%20MARLIA.pdf>.

SILVA, F., LOPES, R. C., ARMOND, C., ALMASSY JÚNIOR, A. A., CASALI, V. W. D. **Folhas de chá**: remédios caseiros e comercialização de plantas medicinais, aromáticas e acondimentares. Viçosa, MG: UFV, 2008. ISBN 9788572693165.

20 – PROCESSAMENTO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Importância do Processamento de Produtos de Origem Animal. Estudo do Processamento de Alimentos de Origem Animal. Boas Práticas de Fabricação. Higienização da Indústria de Alimentos. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle. Aditivos na Indústria de alimentos. Microrganismos e as causas das variações da quantidade e qualidade de produtos de origem animal. Fundamentos e funcionamento dos tratamentos térmicos, físico-químicos e microbiológicos de produtos de origem animal. Conservação de produtos de origem animal. Fatores de contaminação e deterioração das carnes. Regulamentação, registro e inspeção dos estabelecimentos produtores dos alimentos de origem animal – MAPA. Aspectos gerais construtivos de instalações para processamento de alimentos. Regulamento de inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal. Instruções normativas

referentes a produtos de origem animal. Selos de inspeção municipal, estadual e federal. Embalagens e rotulagem de produtos de origem animal. Envasamento e estocagem.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, N. J. **Higienização na indústria de alimentos**. São Paulo: Varela. 2008. 412 p.

BRASIL. **Portaria N.º 146, de 07 de março de 1996**. Aprova o Regulamento Técnico de Identidade e Qualidade dos Produtos Lácteos MAPA. Brasília DF. 1996. 241 p.

FELLOWS, P. J. **Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática**. 4. Ed. São Paulo: Artmed. 2019. 944 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Decreto N.º 9.013 de 29 de março de 2017**. Regulamento da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal – RIISPOA. Brasília, 2017. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9013-29-marco-2017-784536-publicacaooriginal-152253-pe.html> . Acessado em 20 de setembro de 2024.

BRASIL. **Portaria N.º 368 de 04 de setembro de 1997**. Aprova o Regulamento Técnico sobre as condições Higiénico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de Alimentos. Brasília, DF, 1997. Disponível em:

https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/inspecao/produtos-animal/empresario/Portaria_368.1997.pdf/view . Acessado em 20 de setembro de 2024.

BRASIL. **Portaria N.º 46 de 10 de fevereiro de 1998**. Institui o Sistema de Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC a ser implantado, gradativamente, nas indústrias de produtos de origem animal sob o regime do Serviço de Inspeção Federal – SIF, de acordo com o MANUAL GENÉRICO DE PROCEDIMENTOS, anexo à presente Portaria. Brasília, 1998. Disponível em: www.defesa.agricultura.sp.gov.br/legislacoes/portaria-ma-46-de-10-02-1998,687.html . Acessado em 20 de setembro de 2024.

BRASIL. **Resolução-RDC N.º 275 de 21 de outubro de 2002**. Dispõe sobre o Regulamento Técnico de Procedimentos Operacionais Padronizados aplicados aos Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos e a Lista de Verificação das Boas Práticas e Fabricação em Estabelecimentos Produtores/Industrializadores de Alimentos. Brasília, 06 de novembro de 2002. Disponível em:

https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2002/anexos/anexo_res0275_21_10_2002_rep.pdf . Acessado em 20 de setembro de 2024.

BRASIL. **Resolução N.º 10 de 22 de maio de 2003**. Institui o Programa Genérico de PROCEDIMENTOS – PADRÃO DE HIGIENE OPERACIONAL – PPHO, a ser utilizado nos Estabelecimentos de Leite e Derivados que funcionam sob o regime de Inspeção Federal, como etapa preliminar e essencial dos Programas de Segurança Alimentar do tipo APPCC (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle). Brasília, 2003. Disponível em:

<https://www.defesa.agricultura.sp.gov.br/legislacoes/resolucao-dipoa-10-de-22-05-2003,744.html#:~:text=Istitui%20o%20Programa%20Gen%C3%A9rico%20de,Perigos%20e%20Pontos%20Cr%C3%ADticos%20de%20%20> . Acessado em 20 de setembro de 2024.

21 – CRIAÇÃO DE ANIMAIS SILVESTRES

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Introdução ao estudo, histórico e abrangência de animais silvestres e exóticos para a produção animal no Brasil. Conceitos e importância ecológica, econômica e para pesquisa, e, mercados consumidores. Legislação, criação comercial ou para pesquisa de: répteis (Testudines e Crocódilios), aves (Passeriformes, Psitaciformes, Strigiformes, Falconiformes e Aciptriformes) e mamíferos (Rodentia e Primatas). Principais grupos de exploração comercial. Características gerais, legislação, morfologia e fisiologia, manejo em cativeiro, técnicas de manejo, instalações, manejo reprodutivo, manejo de

crescimento, engorda e terminação, manejo nutricional e alimentar, manejo sanitário, bem-estar animal, abate, comercialização. Conservação de animais silvestres (Técnicas de captura e marcação, manejo pela caça, manejo sustentável, categorias de manejo conservacionista, plano de manejo, monitoramento). Planejamento e análise de viabilidade de exploração comercial de animais silvestres.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUBAS, Z. S. **Tratado de Animais Selvagens**. 1. Ed. Editora Roca São Paulo. 2007. 1354 p.

OLIVEIRA, P. M. A. **Animais silvestres e exóticos**. São Paulo: Roca, 2003.

PAIVA M. P. **Conservação da Fauna Brasileira**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Interciência. 1999. 226 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BURGGREN, W.; FRENCH, K.; RANDALL, D. **Fisiologia Animal. Mecanismos e Adaptações**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2000. 729 p. CULLEN JÚNIOR, L.; RUDRAN, R.;

FREITAS, C. I. A. **Animais Silvestres Manejo, Comportamento e Noções de Clínica e Terapêutica**. Disponível em:

<https://www.bibliotecaagpta.org.br/zootecnia/sanidade/livros/ANIMAIS%20SILVESTRES.pdf> . Acessado em 20 de setembro de 2024.

ICMBio. **Instrução Normativa IBAMA No. 05/2021**. Disponível em:

<https://www.icmbio.gov.br/cepsul/legislacao/instrucao-normativa/683-2021.html#:~:text=Estabelece%20os%20procedimentos%20para%20cria%C3%A7%C3%A3o%20e%20implementa%C3%A7%C3%A3o,dos%20Centros%20de%20Triagem%20de%20Animais%20Silvestres>. Acessado em 20 de setembro de 2024.

POUGH F.H. A vida dos Vertebrados. 4ª de. São Paulo: Atheneu, 2008. Disponível em:

<https://www.avesmarinhas.com.br/A%20Vida%20dos%20Vertebrados.pdf> . Acessado em : 20 de setembro de 2024.

VALLADARES-PADUA, C. **Métodos de estudos em biologia da conservação e manejo da vida silvestre**. 2. Ed. Curitiba:UFPR. 2006. 652 p.

22 – AVICULTURA ALTERNATIVA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Mercado da avicultura alternativa. Caracterização de produtos caipiras. Considerações gerais sobre a criação de galinhas caipiras. Raças e cruzamentos de galinhas caipiras. Sistemas de produção: aves de corte e de postura. Instalações e ambiência. Criações extensivas e semi-intensiva. Manejo produtivo, reprodutivo e alimentar (alimentos alternativos). Biossegurança aplicada a avicultura alternativa. Doenças, vacinas e vacinações. Legislação municipal, estadual e federal. Avaliação econômica e de viabilidade de projetos. Comercialização dos produtos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. C.; VIEIRA, R. A.; SILVA, P. E. **Criação de frango e galinha caipira**. 4ª Ed. Viçosa, MG: Aprenda fácil. 2014. 310 p

COUTO, H. P. **Fabricação de rações e suplementos para animais: gerenciamento e tecnologias**. Viçosa: Aprenda fácil. 2008. 263 p.

FERREIRA, R. A. **Maior produção com melhor ambiente: para aves, suínos e bovinos**. 2ª Ed. Viçosa: Aprenda Fácil. 2011. 401 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALBINO, L. F. T.; CARVALHO, B.R.; MAIA, R. C.; BARROS, V.R.S.M. **Galinhas Poedeiras: criação e alimentação** 1ª Ed. Viçosa, MG: Aprenda fácil. 2014. 376 p

BERTECHINI, A. G. **Nutrição de monogástricos**. Lavras: UFLA. 2006. 301p

SILVA, I. J. O. SILVA, I. J.O. **Ambiência na produção de aves em clima tropical**. Piracicaba: FUNEP, 2001. 149 p.

TOURRAND, J. F. **Viabilidade de sistemas agropecuários na agricultura familiar da Amazônia**. Belém: FUNTEC. 2003. 468 p.

SILVA, R. D. M. **Sistema caipira de criação de galinhas**. Viçosa, MG: Aprenda fácil. 2013. 212 p.

23 – PRODUÇÃO E TECNOLOGIA DE SEMENTES

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Introdução: conceitos básicos em tecnologia de sementes. Formação de sementes: estrutura e morfologia. Composição química de sementes. Maturação de sementes. Germinação de sementes. Dormência de sementes. Vigor de sementes. Microorganismos associados às sementes. Produção de sementes de importância agrícola e regional: Beneficiamento de sementes. Análise de sementes. Embalagem e tratamento de sementes. Comercialização e legislação de sementes.

BIBLIOGRÁFICA BÁSICA

BRASIL. **Regras para análise de sementes**. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. 2009.

CARVALHO, N.M.; NAKAGAWA, J. **Sementes: Ciência, tecnologia e produção**. Jaboticabal: FUNEP. 2012.

MARCOS FILHO, J. **Fisiologia de sementes de plantas cultivadas**. Piracicaba: FEALQ. 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTELLANE, P. D.; NICOLOSI, W.M. & HASEGAWA, M. **Produção de sementes de hortaliças**. Jaboticabal: FCAV/FUNEP. 1990.

DAVIDE, A.C.; SILVA, E. A. A. **Produção de sementes e mudas de espécies florestais**. Lavras: UFLA. 2008.

MARCOS FILHO, J.; CÍCERO, S. M. & SILVA, W. R. **Avaliação da Qualidade de Sementes**. Piracicaba: FEALQ. 1987.

NASCIMENTO, W. M. **Tecnologia de Sementes de Hortaliças**. Brasília: EMBRAPA Hortaliças. 2011.

OLIVEIRA, O. **Tecnologia de sementes florestais**. Curitiba: Imprensa Universitária, 2007.

24 – SISTEMAS AGROSILVIPASTORIS PARA A AMAZÔNIA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Caracterização das atividades agropecuárias. Conceito e classificação dos sistemas agrossilvipastoris. Sistemas agroflorestais no mundo e no Brasil. Sistemas agrossilvipastoris para a Amazônia. Planejamento e implantação de sistemas agroflorestais. Produtividade e análise ecológica e socioeconômica dos sistemas agroflorestais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRIMAVESI, A. **Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais**. São Paulo: Nobel, 2017. ISBN 9788521300045.

STEENBOCK, W.; VEZZANI, F. M. **Agrofloresta: aprendendo a produzir com a natureza**. Curitiba: Ed. do autor, 2013. 139 p. ISBN: 978859087401.

VILCAHUAMÁN, L. J. M.; RIBASKI, J.; MACHADO, A. M. B. (ed.). **Sistemas agroflorestais e desenvolvimento com proteção ambiental: perspectivas, análises e tendências**. Colombo: EMBRAPA, 2006. 186 p. ISBN: 8589281108.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABBOUD, A. C. S. (org.). **Introdução à agronomia**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013. 614 p. ISBN: 9788571933040.

MÜLLER, F. C.; MORAES, C. S.; VICENTE, L. C. et al. **Uso, manejo e conservação do solo**. [S.l.]: Grupo A, 2021. E-book. ISBN 9786556902715. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786556902715/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

REICHARDT, K.; TIMM, L. C. **Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações**. 2. ed. Barueri: Manole, 2012. ISBN 9788520433393.

SHANLEY, P.; CYMERYYS, M.; GALVÃO, J. **Frutíferas da mata na vida amazônica**. Belém: [s.n.], 1998. 123 p.

SILVA, N. M. da; ADAIME, R.; ZUCCHI, R. A. (ed.). **Pragas agrícolas e florestais na Amazônia**. Brasília: EMBRAPA, 2016. 606 p. ISBN: 9788570354723.

25 – SOCIOLOGIA RURAL

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Campo da Sociologia Rural. Estrutura fundiária e ações de ordenamento territorial e fundiário; formação socioeconômica rural e relação com os modelos de desenvolvimento do Brasil. Relações sociais no campo, no Brasil e na Amazônia: o aviamento, o clientelismo, o assistencialismo, o coronelismo, o papel dos atravessadores e do capital comercial, as relações camponeses-fazendeiros-madeireiros. Desigualdade e diversidade sócio cultural da população rural. Relação campo-cidade, perspectivas de territorialidade e sustentabilidade. Extensão rural no Brasil: história e bases teóricas. Perfil e prática extensionistas. Extensão rural: prática dialógica, comunicação e metodologia. Métodos e técnicas sociais em extensão rural. Planejamento da ação extensionista, novas instâncias participativas. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COSTA, R. H. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 5. Ed. Rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BROSE, M. **Participação na extensão rural**. Porto Alegre. Tomo. 2004

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GUIMARÃES, A. A formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros (1963). *In*:

VANDERLEY M. N. *Et al.* (org.) **Camponeses brasileiros**. Brasília: MDA/NEAD/Unesp, 2009.

IANNI O. A utopia camponesa. *In*: VANDERLEY M. N. *Et al.* (org.) **Camponeses brasileiros**. V. 1. Brasília: MDA/NEAD/Unesp, 2009.

LINHARES M. Y.; SILVA F. C. T. A questão da agricultura de subsistência. *In*: VANDERLEY M. N. *Et al.* (org.) **Camponeses brasileiros**. V. 1. Brasília: MDA/NEAD/Unesp, 2009.

MARES, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Antonio Fabris, 2003.

POCHMANN, M. *Et al.* **Atlas da nova estratificação social no Brasil**: proprietários, concentração e continuidades. V.3. São Paulo: Cortez, 2009.

26 – TÉCNICAS DE TRABALHO EM BOTÂNICA

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Tipos, organização e manutenção de coleções botânicas. Técnicas de coleta e conservação de material botânico. Principais técnicas de fixação, corte, coloração e montagem de lâminas. Técnicas de trabalho de campo em Botânica. Realização de trabalho de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EVERT, R. F.; EICHORN, S. E. **Raven**: biologia vegetal. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2014. ISBN 9788527723626.

FIDALGO, O.; BONONI, V. L. R. **Técnicas de coleta, preservação e herborização de material**

botânico. Instituto de Botânica, São Paulo, 1984.

SOUSA, L. *Et al.* **Morfologia e anatomia vegetal:** técnicas e práticas. Editora UEPG, 2016. ISBN 9788586941498.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARRUDA, E. **Guia teórico-prático de anatomia vegetal:** identificando células e tecidos. Recife: UFPE, 2021.

FELFILI, J.; EISENLOHR, P.; MELO, M.; *et al.* **Fitossociologia no Brasil:** métodos e estudos de casos. V. 1, Viçosa, MG: UFV, 2011. ISBN 9788572694063.

FONSECA, R.; VIEIRA, M. **Coleções botânicas com enfoque em herbário.** Viçosa, MG: UFV, 2015.

FREITAS, J.; GOMES, V.; FLORES, L.; BATISTA, F. **Coleta de material botânico:** guia prático. Campina Grande, PB: INSA, 2021.

ROTTA, E.; BELTRAMI, L.; ZONTA, M. **Manual de prática de coleta e herborização de material botânico.** Colombo: Embrapa Florestas, 2008.

27 – TECNOLOGIA DE BIODIGESTORES

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Energia da biomassa. Biomassa: definição, tipo e características para uso em biodigestores. Biogás e Biofertilizante: definições, composições, utilidades e aspectos quali-quantitativos. Biodigestores: conceitos, funcionamento e bioconversão de energia, tipos principais (Modelo Indiano e Modelo Chinês) e fatores que afetam o desempenho. Projeto de Biodigestores rurais e Gasômetros: materiais utilizados na construção e dimensionamento. Viabilidade econômica. Operação e manutenção de biodigestores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARREIRA, P. **Biodigestores:** energia, fertilidade e saneamento para a zona rural. 3. Ed. [S.l]: Editora Icone. 2011. ISBN 9788527402354.

FURTADO, A. C.; BOTON, J. P.; ALMEIDA, H. C. (org.). **Fundamentos de biodigestão anaeróbica** – Conceitos e Processos. Editora: Brazil Publishing. 1ª edição. 2020. ISBN 9786558611165.

PEREIRA, M. F. **Construções rurais.** São Paulo: Editora Nobel S.A. v.1, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, F. V. De. **Biogás:** economia, regulação e sustentabilidade. 1. Ed. Rio de Janeiro: Interciência. 2014. ISBN 9788571933453.

CORTEZ, L. A. B.; LORA, E. E. S.; OLIVARES-GÓMEZ, E. (org.). **Biomassa para energia.** Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2008. 732 p. ISBN 9788526807839.

KARLSSON, T. [*et al.*]. **Manual básico de biogás.** Lajeado: Editora Univates, 2014. ISBN 978-85-8167-073-7. Disponível em: https://www.univates.br/editora-univates/media/publicacoes/71/pdf_71.pdf. Acesso em: 04 jul. 2023.

KUNZ, A.; STEINMETZ, R. L. R.; AMARAL, A. C. Do. **Fundamentos da digestão anaeróbia, purificação do biogás, uso e tratamento do digestato.** Concórdia: Embrapa Suínos e Aves-Livro científico, 2019. ISBN 9786588155028. Disponível em:

<https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1141618> . Acesso em: 04 jul. 2023.

PHILIPPI JUNIOR, A.; REIS, L. B. dos. **Energia e sustentabilidade.** Barueri-SP: Editora Manole, 2016. *E-book*. ISBN 9786555761313. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555761313/> . Acesso em: 01 jul. 2023.

28 – ZOONOSES

CARGA-HORÁRIA: 45 h / CRÉDITOS: 03

EMENTA

Estudo das principais zoonoses e outras enfermidades de importância em saúde pública com destaque para os mecanismos de transmissão e medidas de prevenção e controle. Importância socioeconômica das zoonoses relacionando estas enfermidades com a produção animal, a saúde animal e a saúde pública. Abordagem dos aspectos referentes à etiologia, patogenia, epidemiologia, mecanismos de propagação das mesmas, fatores ambientais, socioeconômicos e culturais determinantes. Desenvolvimento de atividades de extensão. Objetivos: Conhecer o histórico das principais zoonoses. Conceituar, classificar e verificar sua distribuição. Conhecer e avaliar o crescente envolvimento do componente socioeconômico-cultural e dos modelos de transmissão dos agentes de zoonoses considerando-se suas interações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução 588, de 12 de julho de 2018. **Política Nacional de Vigilância em Saúde**. 2018. 15 p. 3.

BRASIL. Ministério da Saúde, SVS, DVE. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. Vol. 1. Brasília, 1ª Ed. Atual. 2017. P.11-248.

BRASIL. Ministério da Saúde, SVS, DVE. **Guia de Vigilância Epidemiológica**. Vol. 2. Brasília, 1ª Ed. Atual. 2017. P.257-468.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Saúde. SVS. **Manual de gestão da vigilância em saúde**. Brasília, Ministério da saúde, 2009. 80p.

DOMINGUES, P.F.; LANGONI, H. **Manejo sanitário animal**. 1. ed. Rio de Janeiro: EPUB, 2001.

FUNASA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. **Doenças infecciosas e parasitárias: guia de bolso**. 6. ed. Brasília, 2006. Disponível em:

https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_infecciosas_parasitaria_guia_bolso.pdf.

Acessado em 20 de setembro de 2024.

QUEISSADA, D. D.; PACHECO, F. K. **Fundamentos de saúde única**. Paripiranga, BA: AGES, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17578/1/Fundamentos%20de%20Sa%C3%BAde%20%C3%9Anica%20-%20Queiss%20ada%20e%20Pacheco.pdf>. Acessado em; 20 de setembro de 2024.

ROUQUAYROL, M. Z.; ALMEIDA FILHO, N. **Epidemiologia e saúde**. 6. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003. 728 p.

**APÊNDICE 02 - NORMA DE ESTÁGIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM
EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MAZAGÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS
E BIOLOGIA**

**NORMA DE ESTÁGIO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA**

Disciplina o Estágio Curricular Supervisionado e Estágio Não Curricular, previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP – *Campus Mazagão*.

**MAZAGÃO
2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MAZAGÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS
E BIOLOGIA

EQUIPE GESTORA

Júlio César Sá de Oliveira – Reitor
 Ana Cristina de Paula Maués Soares – Vice-Reitora
 Christiano Ricardo dos Santos – Pró-Reitor de Ensino de Graduação
 Náriton Alberto Ferreira Soares - Coordenador de Ensino de Graduação
 Demósthene Arabutan Travassos da Silva - Coordenador de *Campus*
 Galdino Xavier de Paula Filho - Coordenador de Curso
 Rosimeire Lopes da Trindade – Vice-Coordenadora de Curso

DOCENTES DO CURSO

Alder de Sousa Dias
 Daniel Sousa dos Santos
 Débora Mate Mendes
 Demósthene Arabutan Travassos da Silva
 Elizabeth Machado Barbosa
 Flaviana Gonçalves da Silva
 Flávio da Silva Costa
 Galdino Xavier de Paula Filho
 Janivan Fernandes Suassuna
 Kalyne Sonale Arruda de Brito
 Lailson do Nascimento Lemos
 Marlo dos Reis
 Mellissa Sousa Sobrinho
 Ricardo Marcelo dos Anjos Ferreira
 Rosimeire Lopes da Trindade

CORPO TÉCNICO

Darlihanne da Silva Luz
 Jardel Pacheco Queiroz

COMISSÃO DE ESTÁGIO – Portaria Nº 0871 / 2023

Alder de Sousa Dias – Presidente
 Demósthene Arabutan Travassos da Silva
 Galdino Xavier de Paula Filho
 Rosimeire Lopes da Trindade

CAPÍTULO I DO CONTEXTO DE ELABORAÇÃO DA NORMATIVA

Art. 1º A presente norma de estágio disciplina o Estágio Curricular Supervisionado (ECS) e o Estágio Não Curricular (ENC), previstos no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), *Campus* Mazagão. Tem como base legal a Lei do Estágio (Lei N.º 11.788/2008) e como orientação regulamentadora a Resolução CNE/CP N.º 4, de 29 de maio de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). O trabalho de construção desta Norma se deu no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da UNIFAP/*Campus* Mazagão, por meio da realização de reuniões ordinárias e extraordinárias e pelo estabelecimento da Comissão de Estágio Supervisionado (CES) do presente Curso, cuja constituição se deu durante a reunião ordinária do Colegiado de Curso, realizada em 12 de abril de 2023 e foi institucionalizada por meio de ato discricionário da Pró-Reitoria de Graduação e Ensino desta Universidade, a partir da Portaria n° 0871/2023-UNIFAP. Por fim, cabe destacar que este documento está organizado sob a forma de redação jurídica, a partir de capítulos, artigos e parágrafos.

CAPÍTULO II DEFINIÇÕES

Art. 2º Definições importantes:

- I. O ECS consiste em um componente curricular obrigatório para a integralização curricular do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, a ser realizado em escolas do 6º ao 9º ano do ensino fundamental e do ensino médio e suas modalidades, exceto a Educação à Distância, cuja finalidade é a formação do licenciando considerando a mediação intencional entre teoria e prática. Nesse sentido, essa tipologia de estágio deve proporcionar uma gradação formativa, da observação à regência em sala de aula, assim como deve levar em conta a distribuição de 405 horas/aula ao longo da formação inicial, a começar no primeiro semestre de Curso;
- II. o ENC é aquele realizado como atividade opcional, com o intuito de complementar a formação do discente, mediante a vivência de experiências próprias da atividade profissional, em ambientes escolares e/ou não escolares;
- III. docente-supervisor: é propriamente o docente lotado no do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da UNIFAP/*Campus* Mazagão, ou de curso afim da UNIFAP, respeitando-se a área do Estágio, que está diretamente responsável pelo desenvolvimento do ECS como componente curricular;
- IV. supervisor: docente lotado no do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da UNIFAP/*Campus* Mazagão, ou de curso afim da instituição, respeitando-se a área do Estágio, que está responsável pela supervisão estagiário(s) junto à escola de educação básica;
- V. professor regente: professor lotado na escola concedente do estágio, responsável pela regência de classe, que acolherá o(s) estagiários.

CAPÍTULO III AMBIENTES PROPÍCIOS AO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E AO ESTÁGIO NÃO SUPERVISIONADO

Art. 3º Ambientes escolares propícios ao estágio: ao levar em conta as especificidades deste Curso, são considerados ambientes escolares propícios à realização do ECS, as instituições de educação nos segmentos o Ensino Fundamental II (6º ao 9º Ano) e do Ensino Médio, considerando suas diversas modalidades, assim como as escolas famílias agrícolas (EFA) e escolas técnicas agrícolas, públicas e privadas.

Art. 4º Ambientes sociais propícios ao estágio não curricular: Os ambientes não escolares são instituições de pesquisa, públicas e privadas, nas áreas afins ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo: Ciências Agrárias e Biologia, bem como em comunidades do campo, associações, cooperativas, além de outros espaços, desde que ao discente haja a aproximação da formação acadêmica com o mundo profissional; a associação do conhecimento acadêmico com o mundo do trabalho, enfatizando o saber-fazer frente às exigências da sociedade e das organizações; seja dada a possibilidade de resolução de problemas enfrentados; complemente seu conhecimento; promova a aprendizagem de sujeitos do campo; promova a criação e desenvolvimento de projetos agrícolas, de economia solidária e agroecológicos, vinculados aos sistemas de produção das comunidades campestinas.

CAPÍTULO IV DIRETRIZES PARA A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 5º Para que ocorra o ECS e o ENC, é preciso considerar:

- I. O estágio deve ser planejado, realizado, acompanhado e avaliado em conformidade com o Plano Individual de Estágio;
- II. as atividades desenvolvidas pelo estagiário devem ter, obrigatoriamente, correlação com as áreas de estudos do Curso;
- III. excepcionalmente, as atividades de extensão, monitoria e iniciação científica podem ser consideradas atividades de ECS, ou seja, com foco para a docência em Ciências Agrárias e em Biologia, desde que respeitem a Lei N.º 11.788/2008 e a Resolução CNE/CP N.º 4, de 29 de maio de 2024.

Art. 5º O Artigo 2º, Parágrafo 3º da Lei N.º 11.788/2008 prevê:

Art. 2º O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório [sic], conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

[...]

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso⁴.

Parágrafo único: Neste caso, as atividades de que trata este parágrafo devem ainda ater-se aos objetivos do Estágio dispostos na Resolução N. 2/2010-CONSU:

Art. 2º O Estágio tem os seguintes objetivos:

- I Estabelecer conexões reais entre a formação acadêmica e o mundo profissional;
- II associar os conhecimentos adquiridos durante o Curso de Graduação às habilidades que o profissional precisa desenvolver para “saber-fazer”

⁴ Cf. BRASIL. Lei N.º 11.788, de 25 de setembro de 2008. Brasília, DF, 26 de novembro de 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11788.htm. Acesso em: 23 ago. 2024.

frente às exigências da sociedade e das organizações;
 III propiciar aos acadêmicos espaços e experiências profissionais, para o desenvolvimento de competências voltadas à solução de problemas;
 IV Complementar o processo ensino-aprendizagem promovido pelo Curso de Graduação, mediante o fortalecimento das potencialidades do aluno e de seu aprimoramento profissional e pessoal⁵.

CAPÍTULO V DA FORMALIZAÇÃO DO ESTÁGIO EM SUAS MODALIDADES

Art. 6º Para que ocorra o ECS e o ENC, primeiramente, caberá à Divisão de Estágio (DE), na condição de órgãos da UNIFAP responsável pela coordenação administrativa do Estágio, promover cadastramento, firmar convênio e assinar Termo de Compromisso junto às Instituições-Campo, observando o atendimento às exigências da Lei do Estágio, da legislação relacionada à saúde e segurança do trabalho para os contratos de estágio, e ainda, à legislação educacional vigente, sendo que a Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, bem como a CES vinculada ao Curso, poderão realizar levantamento prévio de instituições visando a realização de Estágio e mediar a assinatura do Termo de Compromisso entre as três partes: a Conveniente (UNIFAP), a Conveniada (Concedente do Estágio) e o Estagiário (aluno da Graduação).

CAPÍTULO VI A DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 7º Para a realização do estágio pelo discente do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia, UNIFAP – *Campus* Mazagão, serão observadas as seguintes formalidades:

- I. Estar regularmente matriculado no componente curricular de estágio, a partir do 1º semestre letivo, no caso de ECS;
- II. aprovação do Plano de Atividades de Estágio pelo docente-supervisor e acompanhamento pela Comissão de Estágio, no caso de ECS;
- III. formalização do termo de compromisso de estágio entre o discente, a instituição concedente e a UNIFAP – *Campus* Mazagão, que deverá ser assinado seguindo essa ordem;
- IV. o aluno não deverá estar com a matrícula na condição de trancamento;
- V. sejam formadas equipes de até 3 (três) estagiários para que ocorra tanto a etapa de observação quanto a de regência. Não é permitida a formação de equipe que ultrapasse esse quantitativo, salvo juízo do docente-supervisor;
- VI. a efetivação de matrícula na disciplina estágio supervisionado no semestre em que esteja ofertada obedecerá ao calendário acadêmico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia;
- VII. O estagiário encaminhará ao docente-supervisor, até o final do semestre letivo: as avaliações feitas pelo professor regente e o relatório de estágio, objetivando o acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas. Também é preciso considerar que:
 - a) Os docentes-supervisores se responsabilizarão pelo Estágio Curricular como componente curricular e poderão ser qualquer membro docente do Colegiado do Curso, bem como professores de Cursos afins da UNIFAP, respeitando-se a área do Estágio;

⁵ Cf. UNIFAP. **Resolução N. 2/2010 – CONSU/UNIFAP**. Disponível em: <http://www2.unifap.br/consu/files/2011/07/Res.-02-10-Est%C3%A1gio-Supervisionado.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2017.

- b) estes docentes-supervisores se responsabilizarão pelo estágio enquanto componente curricular;
- c) em função da demanda de atribuições administrativas e pedagógicas, sempre que possível, não incluir entre os docentes-supervisores o docente lotado como coordenador de Curso, Coordenador do *Campus* e em programas de pós-graduação.

Parágrafo único. São estes docentes-supervisores que:

§ 1º farão a intermediação entre os estagiários e a Comissão de Estágio do Curso, garantindo o fornecimento das informações necessárias para a formalização do estágio segundo as normas da Comissão de Estágio.

§ 2º acompanharão, em conjunto com o estagiário e a Instituição Concedente, a elaboração de um Plano de Atividade de Estágio a ser desenvolvido, adequado à proposta pedagógica do Curso e à realidade da Instituição Concedente;

- VIII. O docente-supervisor, assim como o supervisor, acompanha o estagiário na instituição concedente. Cabe a esta designar um professor regente de seu quadro de pessoal, efetivo ou contratado com habilitação profissional compatível com a área do estágio, para receber o estagiário do Curso em atividades do estágio em datas acordadas entre as partes. O professor regente deverá participar, em conjunto com o docente supervisor, do processo de avaliação do ECS;
- IX. A carga horária docente para orientação de grupos de estagiários seguirá a legislação institucional vigente do PAID;
- X. Ao final do ECS será atribuída ao estagiário uma nota de 0 a 10 pontos, pelo docente-supervisor.
 - a) A aprovação em estágio estará condicionada à obtenção de uma média final igual ou superior a 5,0 (cinco) pontos.
- XI. A avaliação do ECS, pelo docente-supervisor, levará em consideração:
 - a) o Plano de Atividades de Estágio;
 - b) as avaliações feitas pelo professor regente;
 - c) o relatório de estágio;
 - d) e demais critérios, conforme autonomia do docente do componente curricular.
- XII. A ficha de avaliação assinada pelo professor regente não é considerada avaliação do estágio em sua integralidade;
- XIII. Apesar desses três parâmetros avaliativos, reforça-se a autonomia do docente-supervisor em atribuir a condição de aprovação ao estagiário, sobretudo, em caso de irregularidades, como por exemplo, a assinatura de fichas de estágio pelo professor regente, mas sem a real participação do estagiário.
 - a) Situações como essa, e outros casos omissos, poderão ser avaliadas pelo docente do componente curricular, tendo este a autonomia de inclusive reprovar o estagiário.
- XIII. Ao estagiário que obtiver uma avaliação satisfatória por parte do professor regente, mas não alcançar aprovação, por não cumprir de forma satisfatória a elaboração das atividades avaliativas, será dada a segunda oportunidade, dentro do prazo estabelecido pelo docente-supervisor de estágio, sem que haja necessidade de repetir o Estágio.
 - a) Diante da observância do docente-supervisor de estágio, será definido para entrega da documentação corrigida dentro da vigência da disciplina no semestre letivo.
 - b) Define-se como Avaliação Satisfatória a coerência do relatório com o plano de Atividades de Estágio.

CAPÍTULO VII DA REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO NÃO CURRICULAR

Art. 8º Poderá realizar o ENC o estudante que atender aos seguintes requisitos:

- I. Estar regularmente matriculado;
- II. a qualquer momento do Curso o aluno poderá fazer o ENC;
- III. em caso de discente vindo de outra instituição por força de programa de mobilidade acadêmica, o Coordenador do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, poderá autorizar a realização de estágio mediante a avaliação dos créditos e disciplinas cursadas pelo estudante na sua instituição de origem;
- IV. a carga horária de ENC poderá ser registrada no histórico escolar do estudante como Atividade Complementar (AC), de acordo com os limites definidos no Projeto Pedagógico do Curso;
- V. a concessão de Bolsa-Estágio e Auxílio-Transporte será compulsória no ENC, conforme os Artigos 8 e 9 do Capítulo VI, da Resolução N.º 02/2010 CONSU/UNIFAP.
 - a) O pagamento dos benefícios previstos será de responsabilidade da entidade concedente do Estágio, devendo registrar o tipo de Auxílio no Termo de Compromisso a ser firmado entre as partes envolvidas no Estágio;
 - b) fica vedada a concessão de Estágio remunerado em órgãos da UNIFAP a estudantes beneficiados por outro programa de bolsa, com exceção feita aos beneficiários de bolsas oriundas dos programas de assistência social.

CAPÍTULO VIII

DO ACOMPANHAMENTO E DAS ATRIBUIÇÕES DO ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Art. 9º O Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, deverá manter uma Comissão de Estágio Supervisionado (CES), à qual competirá:

- I. Coordenar e acompanhar o desenvolvimento dos ECS previstos para o semestre letivo, no caso do Estágio Supervisionado Obrigatórios;
- II. Indicar à Divisão de Estágio (DE) nome de instituições com potencial para Campo de Estágio;
- III. Indicar, em diálogo com a coordenação de Curso, docentes para o ECS.
- IV. Visitar e selecionar, juntamente com os Professores-Supervisores de Estágio, e quando possível ouvindo os alunos, as entidades previstas como Instituições-Campo para os ECS, sempre na observância dos critérios básicos de seleção previstas nos Incisos I e II, do Artigo 6º da Resolução N.º 02/2010 - CONSU/UNIFAP;
- V. Apresentar e encaminhar, em diálogo com a coordenação de Curso, aos respectivos Campos de Estágios, os Professores-Supervisores;
- VI. Formalizar junto ao Colegiado de Curso toda e qualquer situação-problema configurada durante a execução do Estágio e que esteja fora de sua competência, visando à correção de rumos;
- VII. Encaminhar, ao final de cada semestre em que foi ofertada a disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório, à Coordenação do Curso, Relatório Consolidado das ações relativas ao Estágio;
- VIII. Estimular, valorizar e divulgar, intra e extra Universidade, experiências inovadoras de Estágio, tanto dos Professores-Supervisores, quanto dos Alunos-Estagiários;
- IX. Participar, juntamente com a Coordenação do Curso, das avaliações periódicas sobre os Estágios, a serem promovidos pela DE.

Art. 10 Aos docentes-supervisores, competirá acompanhar a execução do Plano de Atividades de Estágio Supervisionado por meio de encontros periódicos com os alunos- estagiários e do contato com supervisores das instituições concedentes, com base no que se segue:

- I. Participar das atividades programadas pela CES visando ao planejamento e avaliação global das atividades a serem desenvolvidas no Estágio;
- II. Elaborar Projeto específico para o desenvolvimento da disciplina Estágio Supervisionado,

- baseado, observando-se, pré-requisitos e o status do componente dentro da matriz curricular, bem como os diferentes níveis de composição da disciplina, de modo a promover o desdobramento lógico do itinerário formativo;
- III. Visitar, avaliar e selecionar, juntamente com a CES, e quando possível ouvindo os alunos, as entidades previstas como Instituições-Campo para os Estágios Obrigatórios, sempre na observância dos critérios básicos de seleção previstas nos Incisos I e II, do Artigo 6º da Resolução N.º 02/2010 - CONSU/UNIFAP;
 - IV. Apresentar e encaminhar, , em diálogo com a coordenação de Curso, os estagiários aos respectivos campos de estágios;
 - V. Orientar, supervisionar e avaliar o desenvolvimento do Estágio que esteja sob sua responsabilidade dentro do semestre letivo;
 - VI. Manter a CES informada sobre o desenvolvimento das atividades no Campo de Estágio, formalizando toda e qualquer situação-problema configurada durante a execução do Estágio e que esteja fora de sua competência;
 - VII. Encaminhar à CES, ao final de cada semestre em que foi ofertada a disciplina de Estágio Supervisionado Obrigatório, o Relatório Consolidado das ações desenvolvidas no Estágio;
 - VIII. Estimular e valorizar, intra e extra Universidade, experiências inovadoras de Estágio desenvolvidas pelos Alunos-Estagiários;
 - IX. Registrar as frequências e notas no SIGAA/UNIFAP.

CAPÍTULO IX DOS DIREITOS E DEVERES DO ESTAGIÁRIO

Art. 11 O estagiário deverá desenvolver atividades de caráter profissionalizante, estritamente vinculadas às especificidades do curso, observando-se os princípios da ética profissional e obedecendo às determinações legais. São suas atribuições do Aluno-Estagiário:

- I. Cumprir o Projeto do Estágio Supervisionado, em todas as suas etapas constitutivas;
- II. Demonstrar responsabilidade e organização no desenvolvimento do Estágio;
- III. Atender às normas da Instituição Concedente;
- IV. Participar das avaliações de desempenho individual e coletivo, sempre que solicitado;
- V. Manter atitude ético-profissional no desempenho de todas as atividades do Estágio.

CAPÍTULO X DA REMUNERAÇÃO E JORNADA DO ESTAGIÁRIO

Art. 12 É vedada a concessão de Estágio remunerado em órgãos da UNIFAP a estudantes beneficiados por outro programa de bolsa, com exceção feita aos beneficiários de bolsas oriundas dos programas de assistência social.

- I. Para o ECS não é permitido a concessão de Bolsa-Estágio ou outro tipo de auxílio. O estagiário deverá ter cobertura contra acidentes pessoais. Estarão cobertos por seguro custeado pela UNIFAP, durante todo o período do estágio:
 - a) Os discentes da UNIFAP que estiverem estagiando em órgãos desta Universidade;
 - b) Os discentes de outras Instituições de Ensino que estiverem estagiando em órgãos da UNIFAP, quando explicitada essa condição em convênio estabelecido entre as duas Instituições de Ensino;
 - c) Os discentes da UNIFAP que estiverem realizando ECS em Instituições Externas, quando a Instituição Concedente NÃO oferecer seguro contra acidentes pessoais, desde que explicitada essa condição em convênio estabelecido entre as Instituições, conforme o Capítulo II dos Artigos 2º e 3º desta Normativa.
- II. para a celebração de convênio na forma mencionada no inciso III do parágrafo anterior,

- deverá ser acatada, pela Divisão de Estágio da UNIFAP a justificativa fornecida pela instituição concedente;
- III. a jornada de atividade em Estágio a ser cumprida pelo estudante deverá compatibilizar-se com o seu horário escolar e com o funcionamento da instituição concedente do estágio, não podendo ultrapassar 6 horas diárias e 30 horas semanais.

CAPÍTULO XI

DAS TRANSITORIEDADES DESTA NORMA

Art. 13 Casos omissos a esta resolução deverão ser encaminhados a Comissão de Estágio do Curso.

Art. 14 esta Normativa entra em vigor na data de sua Aprovação pelo Colegiado do Curso.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ESTAGIÁRIO

I – DADOS PESSOAIS

NOME:	MATRÍCULA:	TURNO:
CURSO:	SEMESTRE:	ANO:

II – DADOS DO CONCEDENTE

INÍCIO:	TÉRMINO:	HORÁRIO:
EMPRESA/ÓRGÃO:	ENDEREÇO:	SETOR/ÁREA DE ESTÁGIO:
RESPONSÁVEL PELO ESTAGIÁRIO:	CARGO/FUNÇÃO:	FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

III- ITENS A SEREM AVALIADOS (até 2,0 (dois) pontos por item)

1. Conhecimentos Técnicos: refere-se ao preparo técnico demonstrado no desenvolvimento das atividades programadas.	
2. Criatividade: refere-se a capacidade de identificar, projetar e executar inovações.	
3. Interesse: refere-se à procura de informações, disposição para apreender e executar.	
4. Disciplina e Responsabilidade: refere-se à observância das normas internas da empresa, discrição relativa aos assuntos sigilosos e zelo pelo patrimônio.	
5. Equilíbrio Emocional: refere-se à calma e tranquilidade diante das situações que se apresentam.	
NOTA FINAL..... ..	

IV – AVALIADOR

NOME:	FUNÇÃO:
CARGO:	FORMAÇÃO PROFISSIONAL:

MACAPÁ-AP, _____/_____/_____.

ASSINATURA

APÊNDICE B – MODELO DE RELATÓRIO DE ESTÁGIO

Estrutura formal do relatório

Estrutura	Elemento
Pré-textuais	Capa
	Folha de Identificação
	Índice
Textuais	Introdução
	Atividades Desenvolvidas
	Conclusão
Pós-textuais	Referências Bibliográficas
	Anexos
	De Acordo

Modelo de Capa e Folha de Identificação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAPÁ CURSO

Estágio Extracurricular Supervisionado em

Estágio Extracurricular Supervisionado em

Nome do Estagiário

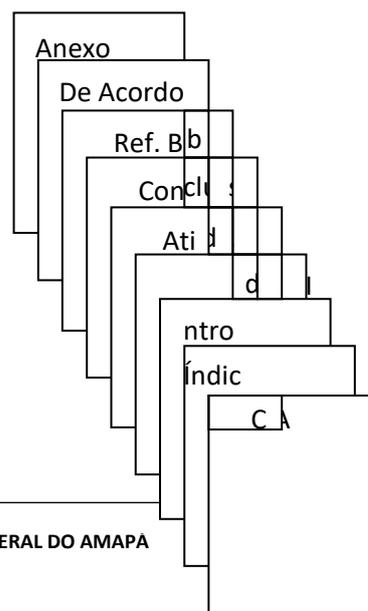
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO

Dados do Estagiário
Nome:
Registro Acadêmico:
Curso/Período:

Dados do Local de Estágio
Nome da instituição:
Profissional Responsável:

Período de Estágio
Início: _ / _ / _ Término: _ / _ / _
Jornadas de trabalho: _____ horas

MACAPÁ
2009



Modelo de Relatório de Estágio

1. INTRODUÇÃO

- Breve histórico e objetivo da instituição

2. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

- Especificar o setor onde o estagiário trabalha
- Fazer um relato detalhado das atividades desenvolvidas no setor

3. CONCLUSÃO

- Comentar se o estágio realizado foi satisfatório, se o tempo foi suficiente, como sentiu o contato com os outros membros da instituição, como técnicos, diretor, supervisores e outros bolsistas.
- Fazer uma correlação entre o estágio prático e os conhecimentos teóricos adquiridos nas disciplinas relacionadas e no material de referência bibliográfica.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Relacione os livros ou periódicos que consultou, seguindo a ABNT.

ANEXOS

- Inserir material pertinente ao estágio, solicitados pelo professor orientador.
- Inserir cópia das folhas de frequência dos meses de estágio.
- Inserir folha de Avaliação do Estágio Supervisionado, devidamente assinada pelo professor regente e pelo supervisor.

DE ACORDO:

_____ e _____ Carimbo
 e assinatura do Professor regente Nome completo do Estagiário

Carimbo e
 assinatura do
 Supervisor

APÊNDICE C – MODELO DE PLANO DE ESTÁGIO**PLANO DE ESTÁGIO- IDENTIFICAÇÃO DO ESTAGIÁRIO**

NOME:

CURSO:

MATRÍCULA:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

II- DADOS DO LOCAL DE ESTÁGIO

NOME DA INSTITUIÇÃO:

ÁREA DE ATUAÇÃO:

SETOR:

III- DADOS DO PROFESSOR REGENTE:

NOME:

CARGO:

FORMAÇÃO:

IV- DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:**V- DISCIPLINAS RELACIONADAS:****VI- DIAS E HORÁRIOS DO ESTÁGIO:**

MACAPÁ-AP, ___/___/___.

ASSINATURA DO PROFESSOR

**CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS
E BIOLOGIA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MAZAGÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E
BIOLOGIA
COORDENAÇÃO DE CURSO**

**REGULAMENTO PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E
BIOLOGIA**

**MAZAGÃO – AP
2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MAZAGÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E
BIOLOGIA
COORDENAÇÃO DE CURSO**

**REGULAMENTO PARA ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E
BIOLOGIA**

Confere normas às Atividades Complementares no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da UNIFAP/*Campus* Mazagão.

**MAZAGÃO – AP
2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MAZAGÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E
BIOLOGIA
COORDENAÇÃO DE CURSO

EQUIPE GESTORA

Júlio César Sá de Oliveira - Reitor
 Ana Cristina de Paula Maués Soares - Vice Reitora
 Christiano Ricardo dos Santos - Pró-Reitora de Ensino de Graduação
 Náriton Alberto Ferreira Soares - Coordenador de Ensino de Graduação
 Demósthene Arabutan Travassos da Silva - Coordenador de *Campus*
 Galdino Xavier de Paula Filho - Coordenador de Curso
 Rosimeire Lopes da Trindade - Vice-Coordenadora de Curso

DOCENTES DO CURSO

Alder de Sousa Dias
 Daniel Sousa dos Santos
 Débora Mate Mendes
 Demósthene Arabutan Travassos da Silva
 Elizabeth Machado Barbosa
 Flaviana Gonçalves da Silva
 Flávio da Silva Costa
 Galdino Xavier de Paula Filho
 Janivan Fernandes Suassuna
 Kalyne Sonale Arruda de Brito
 Lailson do Nascimento Lemos
 Marlo dos Reis
 Mellissa Sousa Sobrinho
 Ricardo Marcelo dos Anjos Ferreira
 Rosimeire Lopes da Trindade

CORPO TÉCNICO

Darlihanne da Silva Luz
 Jardel Pacheco Queiroz

COMISSÃO DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES (PORTARIA N. 2097/2022)

Daniel Sousa dos Santos
 Flávio da Silva Costa
 Ricardo Marcelo dos Anjos Ferreira
 Rosimeire Lopes da Trindade

MAZAGÃO – AP
2024

APRESENTAÇÃO

As atividades complementares (AC) de que trata este documento se constituem como componente curricular obrigatório do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). O Colegiado deste Curso, por meio de sua Comissão de AC, elaborou o presente documento, intitulado: “Regulamento para Atividades Complementares do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia”, com a finalidade de promover o ajustamento às diretrizes das AC no âmbito dos Cursos de Graduação da UNIFAP, considerando-se as especificidades da Educação do Campo, conforme prevê a Resolução N. 24/2008-CONSU/UNIFAP:

Assim, o presente documento apresenta as diretrizes das AC do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia, considerando as especificidades socioculturais e socioeducacionais de seus discentes, os princípios filosófico-educacionais da Educação do Campo e os condicionantes burocráticos da UNIFAP, sobretudo em relação à Resolução N. 24/2008-CONSU/UNIFAP e ao Projeto Pedagógico do Curso (PPC), que orientam estas Normas.

Por fim, espera-se que este documento cumpra a finalidade para o qual foi elaborado e que seja permanentemente revisto com o fim de se adequar à dinâmica do Curso.

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. As AC se materializam por meio de estudos e atividades independentes – não compreendidas nas práticas pedagógicas previstas no desenvolvimento regular das disciplinas – que devem ser realizadas a partir da data de ingresso do discente no curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia, tanto no Tempo Universidade (TU) quanto no Tempo Comunidade (TC).

Art. 2º. As AC devem ser desenvolvidas no período de formação acadêmica do discente e em estreita observância à filosofia, área de abrangência e objetivos do curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, considerando-se os marcos político-pedagógicos da Educação do Campo, enquanto movimento social por uma educação “no” e “do” campo, protagonizada por sujeitos do campo e enquanto Política de Estado.

Art. 3º. Os objetivos das AC, no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da UNIFAP – *Campus* Mazagão, são 1) estimular práticas de estudos independentes, visando à progressiva autonomia intelectual do aluno; 2) consolidar os saberes construídos pelos discentes durante sua trajetória formativa ao longo do Curso; 3) proporcionar relação integradora e transformadora do conhecimento produzido dentro e fora da UNIFAP – *Campus* Mazagão; 4) articular ensino, pesquisa e extensão com as demandas sociais e culturais dos discentes, das populações do campo amapaense, considerando-se os territórios onde produzem suas existências; 5) socializar resultados de pesquisa e experiências produzidos no âmbito do Curso, bem como a partir de parceria com entidades públicas e/ou privadas; e 6) reconhecer e valorizar a cultura e o conhecimento, oriundos da diversidade sociocultural dos povos que vivem “no” e “do” campo.

CAPÍTULO II DA CATEGORIZAÇÃO DAS ÁREAS TEMÁTICAS

Art. 4º. As AC são subdivididas em sete áreas temáticas, relacionadas aos campos acadêmico-científico, artístico-cultural, social e organização estudantil:

- I. **Atividades de ensino:** estão representadas na frequência, com aproveitamento, às aulas de disciplinas afins ao curso de origem do discente, ofertadas por instituições públicas ou

- isoladas de ensino superior, bem como no efetivo exercício de monitoria, e ainda na realização de estágio extracurricular como complementação da formação acadêmico-profissional.
- II. **Atividades de pesquisa:** conjunto de atividades desenvolvidas em um dos grupos de pesquisa ou linhas de pesquisa existentes em cursos de graduação e/ou pós-graduação da UNIFAP.
 - III. **Atividades de extensão:** conjunto de atividades, eventuais ou permanentes, executadas de acordo com uma das linhas de ação do Departamento de Extensão da UNIFAP e contempladas no Plano Nacional de Extensão;
 - IV. **Participação em eventos de natureza artística, científica ou cultural:** está representada pela presença do discente em congressos, semanas acadêmicas, seminários, feiras, fóruns, oficinas, intercâmbio cultural, teleconferências, salão de artes, dentre outros;
 - V. **Produções diversas:** contempla-se o potencial criador do discente, materializado através de portfólio, projeto e/ou plano técnico, criação e/ou exposição de arte, vídeo, filme, protótipo, material educativo, científico e cultural, sítios na internet, invento e similares.
 - VI. **Ações comunitárias:** consiste na efetiva participação do discente em atividades de alcance social.
 - VII. **Representação estudantil:** exercício de cargo de representação estudantil em órgãos colegiados e, considerando-se a especificidade de formação de lideranças no âmbito deste Curso, com foco para a Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, adota-se como representação estudantil a representação de turma.
- Art. 5º.** A carga horária mínima de AC é de 210 horas, e está prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia.

CAPÍTULO III DAS ATRIBUIÇÕES DO DISCENTE

Art. 6º. O discente deverá comprovar sua participação/produção em, no mínimo, duas das sete categorias temáticas descritas no Art. 4º, Incisos de I a VII.

Parágrafo único: A comprovação da realização das AC é através da apresentação do certificado original de conclusão ou participação nas atividades reconhecidas pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia (Apêndice A).

Art. 7º. Ao docente responsável pelas AC serão computadas duas horas de aulas semanais, acrescidas de uma hora de planejamento para cada turma, no mesmo semestre letivo.

Art. 8º. O discente matriculado em AC deverá protocolar junto ao setor administrativo do Curso, durante o semestre letivo, a “Solicitação de Crédito para as Atividades Complementares”, apresentando os certificados originais e suas cópias digitalizadas, quando se tratar de certificados de impressos.

Parágrafo único: Torna-se obrigatório, no ato do protocolo, a apresentação dos comprovantes de participação e/ou produção das AC, em sua forma original e digitalizados, quando tratar-se de certificados impressos, com vistas ao reconhecimento da autenticidade dos documentos fotocopiados.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE AC E DA COORDENAÇÃO DO CURSO

Art. 9º. A Comissão de AC, sob anuência NDE e aprovação do Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, tem a responsabilidade direta pela administração dos atos relativos à política, ao planejamento, acompanhamento e escrituração das AC em seu âmbito de atuação, bem como pela orientação aos alunos sobre a natureza e o desdobramento do referido componente curricular.

Art. 10. São atribuições da Comissão de AC:

- I. Definir, a partir da filosofia, área de abrangência e objetivos de seus respectivos Cursos, as atividades inerentes a cada um dos 7 (sete) grupos categorizadores das AC previstas no Art. 3º desta Normatização, bem como a forma de comprovação das mesmas.
- II. Fomentar, articular e divulgar eventos referentes às AC no âmbito interno e externo da Universidade.
- III. Acompanhar a participação dos alunos em ações e eventos promovidos pela UNIFAP que visem ao aproveitamento da carga horária para AC.
- IV. Apreciar, semestralmente, os documentos apresentados pelos alunos objetivando aproveitamento de créditos para AC e decidir sobre a validade dos mesmos, na observância do prescrito no Art. 3º da Resolução N. 24/2008- CONSU/UNIFAP e no respectivo desdobramento a ser previsto no âmbito deste Curso.
- V. Fazer a cada semestre, em diário eletrônico, a escrituração das horas/categorias temáticas de atividades acumuladas pelos discentes, sempre na observância do que prevê o Art. 3º da Resolução N. 24/2008-CONSU/UNIFAP e seus desdobramentos.
- VI. Enviar ao Coordenador do Curso, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o término do semestre letivo, o diário eletrônico com os registros das AC.

Art. 11. São atribuições da Coordenação de Curso:

- I. Promover a articulação de seu Colegiado visando à efetiva operacionalização das ações relativas às AC.
- II. Recepcionar, semestralmente, os diários eletrônicos encaminhados pelos professores com os registros das AC e, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após o recebimento, validar, assinar e enviar à COEG para conhecimento e análise por parte da Divisão de Capacitação e Acompanhamento das Atividades Discentes.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O registro no Histórico Escolar do cumprimento das AC será procedido pelo Departamento de Controle Acadêmico, após integralização da carga horária mínima de 210 horas.

Art. 13. Esta Normatização entra em vigor na data de sua aprovação junto ao Colegiado do Curso, com efeito retroativo às turmas ingressantes no curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, revogadas as disposições em contrário.

Art. 14. Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, tendo o apoio técnico da Pró-Reitoria de Graduação, devidamente calcada nas determinações emanadas dos órgãos colegiados da Universidade Federal do Amapá.

Art. 14. Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pelo Colegiado de Curso, tendo o apoio técnico da Pró-Reitoria de Graduação, devidamente calcada nas determinações emanadas dos órgãos colegiados da Universidade Federal do Amapá.

APÊNDICE A

CATEGORIAS, ATIVIDADES E CARGA HORÁRIA DE AC

IDENTIFICAÇÃO						
DISCENTE:				MATRÍCULA:		
E-MAIL:				TELEFONE: ()		
ATIVIDADE DE ENSINO (150 horas)						
Nº	Atividades	Descrição	Limite	Nº de Documentos	Carga Horária	CH validada
1	Iniciação à Docência e/ou Estágio docência (Pibid, Residência Pedagógica, outros)	60 h/semestre	120 h			
2	Cursos de curta duração, presencial ou online, ofertados por instituições de ensino superior, pesquisa, extensão e afins	Carga horária cursada	120 h			
3	Concluir disciplinas afins às áreas de Educação do Campo, Ciências Agrárias e Biologia, ofertadas por instituições de ensino superior	30 h/disciplina	120 h			
4	Estágio extracurricular em instituições de ensino, como complementação da formação acadêmico-profissional	60 h/semestre	60 h			
5	Monitoria nas disciplinas do curso de Educação do Campo	30 h/semestre	60 h			
6	Participação em projetos de ensino cadastrados na UNIFAP	60 h/semestre	120 h			
7	Outra:					
ATIVIDADE DE PESQUISA (150 horas)						
Nº	Atividade	Descrição	Limite	Nº de Documentos	Carga Horária	CH validada
1	Bolsista ou voluntário de Iniciação Científica	60 h/semestre	120 h			
2	Integrar um grupo de pesquisa na UNIFAP	10 h/semestre	60 h			
3	Assistir defesa de trabalho de conclusão de curso, desde que relacionada às áreas de Educação do Campo, Ciências Agrárias ou Biologia	3 h/defesa	30 h			
4	Publicação de livro	60 h/livro	120 h			
5	Publicação de capítulo de livro	20 h/livro	60 h			

6	Publicação de artigo em periódico científico (Qualis A)	60 h/artigo	120 h						
7	Publicação de artigo em periódico científico (Qualis B)	30 h/artigo	120 h						
8	Publicações em evento científico (Trabalho completo)	20 h/trabalho	60 h						
9	Publicações em evento científico (Resumo expandido)	10 h/resumo	60 h						
10	Publicações em evento científico (Resumo simples)	5 h/resumo	60 h						
11	Outra:								
ATIVIDADE DE EXTENSÃO (150 horas)									
Nº	Atividades	Descrição	Limite	Nº de Documentos	Carga Horária	CH validada	Observações da/o Docente		
1	Participação como bolsista ou voluntário em Projeto de Extensão cadastrado na UNIFAP.	60 h/semestre	120 h						
2	Apresentação e exibição pública do conhecimento ou produto cultural, científico e tecnológico, desenvolvido, conservado ou reconhecido pela universidade, sob a orientação de um docente.	Carga horária do curso	120 h						
3	Curso ministrado à sociedade, sob orientação e supervisão de docente do curso de Educação do Campo.	Carga horária do curso	120 h						
7	Outra:								
EVENTOS ARTÍSTICOS, CIENTÍFICOS OU CULTURAIS (120 horas)									
Nº	Atividades	Descrição	Limite	Nº de Documentos	Carga Horária	CH validada	Observações da/o Docente		
1	Participação como ouvinte e/ou organizador em puxirum, congresso, seminário, colóquio, simpósio, palestra, mesa-redonda, debate, semana científica, conferência, workshop, feira, encontro, semana acadêmica, oficina, painel; ciclo e mostra de cinema, fotografia, teatro e dança.	20 h/evento	120 h						
2	Outra:								
PRODUÇÕES DIVERSAS (120 horas)									
Nº	Atividades	Descrição	Limite	Nº de Documentos	Carga Horária	CH validada	Observações da/o Docente		
1	Elaboração de portfólio, projeto e/ou plano técnico, criação e/ou exposição	20 h/produção	120 h						

**APÊNDICE 04 - NORMATIVA INTERNA PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE
CURSO**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MAZAGÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -
CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
COMISSÃO PERMANENTE DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

NORMATIVA PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**MAZAGÃO-AP
2021**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MAZAGÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -
CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
COMISSÃO PERMANENTE DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

NORMATIVA PARA TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Normatiza o desenvolvimento e elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP/*Campus* Mazagão.

Comissão Permanente de Trabalho de Conclusão de Curso (Portaria nº 0870 / 2023)

**Prof. Dr. Janivan Fernandes Suassuna (presidente)
Prof. Dr. Alder de Sousa Dias
Profa. Dra. Elizabeth Machado Barbosa
Prof. Dr. Ricardo Marcelo dos Anjos**

**MAZAGÃO-AP
2021
SUMÁRIO**

Página

APRESENTAÇÃO	-	03
CAPÍTULO I	- DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	03
CAPÍTULO II	- DA ORIENTAÇÃO	05
CAPÍTULO III	- DOS ESTUDANTES EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	06
CAPÍTULO IV	- DO TRABALHO/TEXTO ACADÊMICO	07
CAPÍTULO V	- DA BANCA EXAMINADORA	08
CAPÍTULO VI	- DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO.....	08
CAPÍTULO VII	- DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	10
CAPÍTULO VIII	- DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS.....	11

APRESENTAÇÃO

A presente normativa estabelece critérios e normas para a orientação, elaboração e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso e demais procedimentos para o desenvolvimento das disciplinas ‘**Trabalho de Conclusão de Curso I**’ (TCC I) e ‘**Trabalho de Conclusão de Curso II**’ (TCC II) no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia da UNIFAP, *Campus* Mazagão. Foi elaborada a partir de preceitos do Projeto Pedagógico do Curso e tendo como base legal a Resolução N.º 11/2008 – CONSU/UNIFAP, que trata sobre o Trabalho de Conclusão de Curso em nível de graduação nesta Instituição. Esta normativa teve sua construção e estruturação realizadas por uma Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso no âmbito do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso, sendo aprovada em Reunião Ordinária de Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo – Ciências Agrárias e Biologia, em 07 de fevereiro de 2017.

De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso em questão, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como eixo norteador a construção do conhecimento acadêmico vinculado à pesquisa. É disciplina obrigatória para os cursos de graduação, que tem como objetivo prover iniciação em atividades de pesquisa, viabilizando a relação integradora e transformadora entre os saberes apropriados pelos acadêmicos durante a realização do curso, conforme estabelece a RESOLUÇÃO N.º 11/2008 – CONSU/UNIFAP.

A presente normativa está estruturada em Capítulos correspondentes às tratativas dos diversos aspectos inerentes ao desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso no Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia.

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A presente normativa tem por finalidade normatizar o conjunto de atividades relacionadas ao Trabalho de Conclusão de Curso do currículo pleno do Curso de Graduação em Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), requisito parcial para a obtenção do diploma de conclusão de curso.

Art. 2º. O Trabalho de Conclusão de Curso, a ser desenvolvido em disciplinas específicas, consiste em pesquisa, preferencialmente, individual, admitindo-se a realização em equipes de até 03 (três) componentes, quando houver desequilíbrio entre a demanda de alunos e a disponibilidade de orientadores, e o trabalho final deve ser sistematizado na forma de monografia.

§ 1º. As disciplinas de Pesquisa Educacional, Trabalho de Conclusão de Curso I e II, Estágio Supervisionado à Docência I e II em Agronomia e em Biologia e/ou Práticas Pedagógicas em Agronomia e em Biologia de I a III, devem oportunizar subsídios ao processo de elaboração do TCC.

§ 2º. O processo específico de escrita do TCC se inicia com a elaboração do projeto de pesquisa, o qual deve ocorrer na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I).

§ 3º. O aluno estará apto a matricular-se na disciplina TCC I quando tiver concluído, pelo menos, 50% dos créditos que compõem a matriz curricular do curso, observando o cumprimento dos pré-requisitos, quando houver, e respeitando as exigências estabelecidas pela Resolução N.º 11/2008 – CONSU/UNIFAP, bem como o calendário acadêmico estabelecido pela UNIFAP- *Campus* Mazagão.

§ 4º. Na disciplina TCC I, deve haver a definição dos orientadores (internos ou externos) de cada estudante, de acordo com as linhas de pesquisa, além de culminar na elaboração e defesa do projeto de pesquisa em exame de qualificação perante banca examinadora.

§ 5º. Preferencialmente, o projeto de pesquisa submetido ao exame de qualificação em TCC I deverá ser o mesmo a ser executado em TCC II, em conformidade com o planejamento da pesquisa aprovado no exame de qualificação.

§ 6º. Na impossibilidade de prosseguimento e execução do projeto aprovado em exame de

qualificação, uma justificativa em formulário próprio deverá ser formalizada pelo orientador do trabalho, junto à Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso, especificando as razões para alteração do tema e/ou do delineamento original da pesquisa, bem como fica a critério do orientador, realizar novo exame de qualificação, sem critério de nota, durante a disciplina de TCC II, a fim de receber contribuições de banca examinadora ao projeto de pesquisa.

§ 7º O Curso de Licenciatura em Educação do Campo manterá uma coordenação de TCC composta por coordenador-presidente e membro(s), aos quais deve competir toda a organização e homologação de documentos, bem como o agendamento das defesas de TCC e demais atribuições referentes às disciplinas de TCC, juntamente com o professor titular da disciplina, quando for o caso.

CAPÍTULO II – DA ORIENTAÇÃO

Art. 3º. Todos os professores do Curso de Licenciatura em Educação do Campo podem orientar os Trabalhos de Conclusão de Curso.

§ 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso é atividade de natureza acadêmica e pressupõe a alocação de parte do tempo de ensino dos professores à atividade de orientação, na forma prevista nas normas internas da Resolução N.º 11/2008 – CONSU/UNIFAP.

§ 2º. A orientação e a coorientação podem ser realizadas por profissionais qualificados externos ao Curso e à UNIFAP, desde que previamente credenciados pelo colegiado de curso, mediante preenchimento de requerimento específico e assinatura de termo de responsabilidade, conforme a Resolução N.º 11/2008 – CONSU/UNIFAP.

Art. 4º. Na definição do orientador, deve-se levar em consideração o interesse do estudante pelas linhas de pesquisas dos orientadores pretendidos, bem como a distribuição do número de orientandos entre os professores do Curso.

Art. 5º. Cada professor pode realizar até 05 (cinco) orientações, cumulativamente por semestre.

Parágrafo único. A carga horária semanal por orientação destinada ao TCC, para fins do cômputo no Plano de Atividades Individual Docente (PAID), obedecerá às normas específicas em vigor na UNIFAP, estabelecida pela Resolução N.º 020/2015 – CONSU/UNIFAP, ou seja, 02 (duas) horas semanais para cada orientação e 01 (uma) hora semanal para cada coorientação.

Art. 6º. A substituição de orientador só é permitida mediante a apresentação de requerimento específico, com justificativa formalizada, à coordenação de TCC para aprovação e assinatura de termo de rescisão da orientação e, quando necessário, ser submetido à aprovação no colegiado do Curso.

Art. 7º. O professor orientador tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I - atender aos orientandos em horário previamente fixado, garantindo as 2 (duas) horas semanais estabelecidas pela Resolução N.º 11/2008 – CONSU/UNIFAP;

II - encaminhar o projeto, quando necessário, ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos ou Animais, de acordo com a Resolução CNS N.º 196, de 10 de outubro de 1996;

III - decidir juntamente com o seu orientando a composição da banca examinadora do TCC;

IV - efetuar o convite à banca examinadora;

V - assinar, juntamente com os demais membros da banca examinadora, a ata final da sessão de defesa;

VI - assinar juntamente com o (a/s) orientando (a/s), termo de anuência para a solicitação da ficha catalográfica do trabalho (TCC II) à Biblioteca da UNIFAP - *Campus* Mazagão;

VII – assinar termo de autorização de entrega da versão final do trabalho, atestando sua conformidade com as normas internas do curso e com as normas vigentes da ABNT para trabalhos acadêmicos;

VIII - cumprir e fazer cumprir esta normativa.

Art. 8º. A responsabilidade pela elaboração do texto acadêmico é **integralmente** do estudante, o que não exime o professor orientador de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas nesta normativa, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

CAPÍTULO III – DOS ESTUDANTES EM FASE DE REALIZAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 9º. Considera-se estudante em fase de realização do TCC aquele regularmente matriculado nas disciplinas: Trabalho de Conclusão de Curso I e Trabalho de Conclusão de Curso II, pertencentes ao currículo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 10. O estudante em fase de realização do TCC tem, entre outros, os seguintes deveres específicos:

I - frequentar as reuniões convocadas pelo docente que estiver ministrando as referidas disciplinas (quando for o caso) e pelo seu orientador;

II - manter contatos com o orientador para discussão e aprimoramento de sua pesquisa, devendo justificar eventuais faltas;

III - entregar ao orientador, a fim de correções e indicações, os trabalhos parciais sobre as atividades desenvolvidas;

IV - elaborar a versão final do TCC de acordo com a presente normativa, nas normas vigentes da ABNT e nas normas acadêmicas do curso;

V - enviar aos membros da banca examinadora, com pelo menos 15 dias de antecedência à data marcada para a defesa, uma cópia de seu TCC, devendo a versão do trabalho ser acompanhada de termo de autorização de submissão à banca, quando este envio for realizado pelo próprio estudante;

VI - comparecer em dia, hora e local determinados para apresentar e defender o TCC;

VII - cumprir e fazer cumprir esta normativa.

Parágrafo único. O não cumprimento, por parte do orientando, do disposto no artigo 10, incisos I a III desta normativa, autoriza o orientador a desligar-se dos encargos de orientação, através de comunicação oficial à coordenação de TCC.

Art. 11. A matrícula nas disciplinas TCC I e TCC II atribui ao estudante o compromisso de elaborar e defender o TCC, conforme prazos estabelecidos pela coordenação de TCC, tendo por base o calendário acadêmico semestral do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UNIFAP - *Campus* Mazagão.

Art. 12. A matrícula na disciplina TCC II ocorrerá mediante aprovação na disciplina de TCC I.

CAPÍTULO IV – DO TRABALHO/TEXTOS ACADÊMICOS

Art. 13. O trabalho acadêmico, expressão formal do Trabalho de Conclusão do Curso, deve ser elaborado considerando-se:

I - na sua estrutura formal, os critérios técnicos estabelecidos nas normas vigentes da ABNT para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos e normas acadêmicas do Curso sobre documentação, no que forem a eles aplicáveis;

II - no seu conteúdo, a vinculação direta do tema com a articulação dos ramos do conhecimento na área da Educação do Campo, Ciências Naturais e Ciências Agrárias, de acordo com as linhas de pesquisa dos orientadores.

CAPÍTULO V – DA BANCA EXAMINADORA

Art. 14. O TCC deve ser defendido pelo estudante perante banca examinadora composta pelo orientador, que a preside, e por pelo menos 02 (dois) membros, com qualificação associada aos ramos do conhecimento (Educação do Campo, Ciências Naturais ou Ciências Agrárias) e, ainda, um membro suplente. Na escolha da banca, podem ser convidados profissionais qualificados com formação superior, que possam contribuir com a temática pesquisada.

Art. 15. A banca examinadora só pode executar seus trabalhos com a presença de pelo menos 02 (dois) examinadores.

CAPÍTULO VI – DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

Art. 16. As sessões de defesa do Trabalho de Conclusão do Curso são públicas.

Parágrafo único. Não é permitido aos membros da banca examinadora tornar público o conteúdo do TCC antes de sua defesa.

Art. 17. A coordenação de TCC deve elaborar calendário semestral fixando prazos para a entrega dos projetos de pesquisa ou das monografias, designação das bancas examinadoras e realização das defesas.

§ 1º. O agendamento da defesa e a indicação dos membros da banca examinadora deverá ser feito em formulário próprio, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à data pretendida para a defesa.

§ 2º O prazo máximo estabelecido para as defesas será até o último dia letivo do semestre em que o discente esteja matriculado em TCC.

Art. 18. Na defesa, o aluno terá um tempo de 30 (trinta) a 50 (cinquenta) minutos, para demonstrar domínio do conteúdo, sequência lógica e clareza na exposição das ideias; em seguida os avaliadores proferirão a arguição dentro de um tempo correspondente a 30 (trinta) minutos.

Parágrafo único. A não apresentação do TCC por ausência não justificada, na forma da legislação ou o não cumprimento do processo de avaliação no tempo previsto, implicará em reprovação automática, ficando a critério do orientador manter ou não a orientação.

Art. 19. A atribuição das notas será dada após o encerramento da etapa de arguição, obedecendo ao sistema de notas individuais por examinador e em sessão privada para a definição do resultado final.

§ 1º. A nota final do aluno é o resultado da média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores ao seu trabalho escrito e à apresentação.

§ 2º. Conforme a Resolução N.º 11/2008 – CONSU/UNIFAP, em caso de discrepância de notas atribuídas pelos dois avaliadores, caberá ao orientador atribuir nota para efeito de composição da média final, considerando-se como notas discrepantes aquelas cuja diferença entre os valores seja igual ou superior a 03 (três) pontos.

§ 3º. Para aprovação, o aluno deve obter nota igual ou superior a 05 (cinco) na média das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora.

Art. 20. A banca examinadora pode reunir-se antes do dia da sessão de defesa pública podendo, se aprovado por maioria, devolver a monografia para reformulações e cancelar a defesa.

Parágrafo único. Na situação constante no Art. 20º, a nota fica em aberto nas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso, ficando a defesa remarcada para uma data que não ultrapasse o

prazo máximo de defesas estabelecido pela coordenação de TCC.

Art. 21. A banca examinadora, após a defesa oral, pode sugerir ao aluno que reformule aspectos do texto do trabalho.

Art. 22. A avaliação final, assinada pelos membros da banca examinadora, deve ser registrada em ata e em formulários de avaliação ao final da sessão de defesa.

Parágrafo único. Compete ao Colegiado do Curso analisar possíveis recursos referentes à avaliação final.

Art. 23. Não há recuperação da nota atribuída ao TCC, sendo definitiva a reprovação nas disciplinas Trabalho de Conclusão de Curso, nos casos em que houver.

Parágrafo único. Se reprovado, o aluno deve matricular-se novamente em TCC, ficando a seu critério e do orientador continuar ou não com o mesmo tema e/ou a permanência da orientação

Art. 24. Em caso de constatação de plágio (parcial ou na íntegra) o professor orientador encaminhará o caso ao Colegiado do Curso para as providências cabíveis.

CAPÍTULO VII – DA ENTREGA DA VERSÃO DEFINITIVA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 25. O prazo para realizar as alterações sugeridas é de, no máximo, 30 dias corridos a contar da data de apresentação do TCC, seguindo o disposto na Resolução N.º 11/2008 – UNIFAP/CONSU.

Art. 26. O aluno que não entregar, dentro do prazo, a versão final do TCC, sem motivo justificado, não poderá requerer atestado de adimplência ou documento similar junto à coordenação do curso, para fins de solicitação de diploma de conclusão de curso.

Parágrafo único. A versão do texto acadêmico com as alterações realizadas deverá ser enviada à coordenação de TCC, assinada pela banca examinadora e requer a anuência e assinatura do orientador em termo próprio para autorizar a entrega.

Art. 27. A versão definitiva do texto acadêmico deve ser encaminhada à coordenação de TCC em meio digital no formato PDF (*portable document format*), via e-mail ou gravada em CD, acompanhada da(s) declaração(ões) de autoria e de autorização para publicação de seu conteúdo no repositório institucional da UNIFAP assinada pelo(a/s) autor(es/as) e do termo de autorização de entrega da versão final assinado pelo orientador.

Parágrafo único. Opcionalmente, poderá ser entregue a título de doação ao acervo da Biblioteca da UNIFAP - *Campus* Mazagão, uma cópia impressa em papel que, além dos demais requisitos exigidos nesta normativa, deverá ser encadernada em capa dura, conforme o padrão adotado pelo curso.

Art. 28. Para conclusão da disciplina, o estudante deve atender às recomendações apresentadas na ata de defesa, compondo a versão final do texto acadêmico, que deve ser revista pelo orientador e então ser entregue à coordenação de TCC em até 03 (três) dias antes da publicação das notas finais, de acordo com o Calendário Acadêmico da UNIFAP-*Campus* Mazagão.

Parágrafo único. Caberá à Biblioteca do *Campus* a inserção dos trabalhos no Repositório

Institucional da UNIFAP

CAPÍTULO VIII – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 29. Casos omissos serão avaliados e decididos pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia.

Art. 30. Esta normativa entra em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso.

**APÊNDICE 05 - DOCUMENTO ORIENTADOR DE PRÁTICA PEDAGÓGICA DO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS
E BIOLOGIA**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MAZAGÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -
CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
COMISSÃO PERMANENTE DE PRÁTICAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**DOCUMENTO ORIENTADOR DE PRÁTICA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS
AGRÁRIAS E BIOLOGIA**

Normatiza a realização e funcionamento das Práticas em Educação do Campo no âmbito do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá/UNIFAP/*Campus* Mazagão.

Comissão Permanente de Práticas em Educação do Campo (Portaria nº 1060 / 2024)

**Prof. Me. Marlo dos Reis (presidente)
Profa. Dra. Débora Mate Mendes
Profa. Dra. Mellissa Sousa Sobrinho
Pedagogo Jardel Pacheco Queiroz**

**MAZAGÃO
2024**

CAPÍTULO I DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Documento Orientador embasa a Prática em Educação do Campo como componente curricular do Curso de Graduação de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá, *Campus* Mazagão (LEdoC UNIFAP/MZG).

Art. 2º A Prática como componente curricular é desenvolvida desde o início do percurso formativo do acadêmico e visa proporcionar experiências de aplicação de conhecimentos, a serem expressas através da articulação entre teoria e prática, na perspectiva da formação integral do licenciado.

Art. 3º Caracteriza-se por ações de reflexão, aproximação gradual e preparação para o exercício profissional, por meio de atividades definidas pelos docentes responsáveis pela carga horária do componente curricular de cada semestre.

Art. 4º Este Documento Orientador tem por base:

a) O PPC da Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia;

b) A Resolução CNE/CP N.º 04/2024, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura).

CAPÍTULO II DOS OBJETIVOS

Art. 5º São objetivos da Prática em Educação do Campo:

- I** Promover a articulação dos distintos conhecimentos adquiridos na LEdoC UNIFAP/MZG em atividades técnico-pedagógicas e de ensino, desenvolvidas em espaços escolares e não escolares;
- II** Promover ações para que os acadêmicos possam observar, refletir, compreender e atuar em situações diversas e contextualizadas da vida acadêmica;
- III** Envolver os estudantes em atividades práticas concernentes ao desenvolvimento da atividade docente;
- IV** Estimular a produção de material didático-pedagógico voltado ao ensino, em diferentes níveis e modalidades de ensino;
- V** Assegurar o exercício permanente da pesquisa nos ambientes educativos, propiciando aos alunos experiências de investigação baseadas em conhecimentos científicos;
- VI** Incentivar a elaboração de textos acadêmicos e o aperfeiçoamento da escrita, através da prática da pesquisa na formação docente;
- VII** Conhecer a instituição escolar, no plano organizacional e gerencial, com base em seu projeto pedagógico, avaliando suas limitações e possibilidades;
- VIII** Aproximar os discentes da realidade escolar, com trabalho de campo, levando-os à compreensão sobre as problemáticas e as complexidades existentes na dinâmica escolar;
- IX** Propiciar aos alunos, com base em metodologias de investigação científica, a oportunidade de conhecer, avaliar e discutir sobre distintos aspectos direcionados pelos eixos norteadores de cada semestre, contidos no Projeto Pedagógicos do Curso de Licenciatura em Educação do Campo (PPC LEdoC);
- X** Possibilitar aos discentes o aprofundamento dos conhecimentos sobre seus territórios e territorialidades e as formas pelas quais as vivências comunitárias e a relação escola-comunidade são constitutivas da identidade da Educação do Campo;
- XI** Articular os distintos tempos e espaços da formação do licenciando em Educação do Campo por meio das mediações pedagógicas (instrumentos) da Alternância Pedagógica.

CAPÍTULO III DA CARGA HORÁRIA E DA ORGANIZAÇÃO

Art. 6º A Prática em Educação do Campo, na LEdoC UNIFAP/MZG, tem carga horária de 180 (cento e oitenta horas), distribuídas em:

- a) Três componentes curriculares de 60 horas cada (Prática em Educação do Campo I, II e III), desenvolvidos no primeiro, terceiro e sexto semestres do curso, totalizando 180 (cento e oitenta) horas;

Art. 7º O discente deverá cumprir a carga horária da Prática em Educação do Campo por meio da vivência e documentação de todas as atividades previstas.

Art. 8º Os docentes do semestre, responsáveis pela carga horária de Prática em Educação do Campo, deverão definir as atividades que a caracterizam, as metodologias de desenvolvimento, de avaliação e de apresentação mediadas por inventário da realidade, histórico e diagnóstico da comunidade e da escola, cartografia social, caderno da realidade, entre outros correspondentes às mediações pedagógicas (instrumentos) da Alternância Pedagógica.

§ 1º As atividades não necessariamente deverão estar ligadas, mas todas norteadas pelos eixos temáticos dos semestres correspondentes.

§ 2º Ao final de cada semestre letivo, as atividades de Prática em Educação do Campo como componente curricular deverão ser apresentadas no formato de seminários ou outra modalidade de atividade compartilhada com a comunidade acadêmica ou escolar, seguindo o acordado entre os docentes responsáveis pela carga horária do semestre.

§ 3º Nos componentes curriculares Prática em Educação do Campo I, II e III haverá, no mínimo, dois processos avaliativos realizados ao longo do semestre.

Art. 9º A Prática em Educação do Campo envolve as diversas dimensões da dinâmica escolar e comunitária, através de:

I Observação/reflexão/ação sobre os fenômenos educativos e os territórios;

II Atuação em atividades didático-pedagógicas e das organizações sociais comunitárias;

III Desenvolvimento de atividades que envolvam elementos da cultura e tecnologias da informação;

IV Narrativas orais e escritos de professores, alunos e lideranças comunitárias;

V Situações simuladas e estudos de caso em cenários de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 10 São atribuições do docente de Prática Em Educação do Campo:

a) Elaborar plano de trabalho específico para a Prática em Educação do Campo, considerando as mediações pedagógicas previstas no Art. 8º e seus parágrafos;

b) Sempre buscar promover o desenvolvimento da Prática em Educação do Campo Pedagógica numa perspectiva interdisciplinar;

c) Orientar os discentes no cumprimento das atividades propostas.

Art. 11 São atribuições do discente:

a) Cumprir com as orientações para o desenvolvimento da Prática em Educação do Campo;

b) Demonstrar responsabilidade e planejamento na organização do que for proposto;

c) Atender às normas da instituição concedente;

d) Participar das avaliações de desempenho individual e coletivo, sempre que solicitado;

e) Manter atitude ético-profissional no desempenho de todas as atividades.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 12 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Núcleo Docente Estruturante e Colegiado do Curso.

Art. 13 O presente Regimento entra em vigor após aprovação pelo Colegiado do Curso.

APÊNDICE 06 - REGULAMENTO INTERNO DE ATIVIDADES DE EXTENSÃO

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MAZAGÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E
BIOLOGIA
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

**REGIMENTO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO DO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E
BIOLOGIA**

**MAZAGÃO - AP
2024
CAPÍTULO I
CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Art. 1º. O presente Regimento dispõe sobre a normatização para o planejamento, execução e avaliação de atividades de extensão e sua curricularização no curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia – LEdoC, *campus* Mazagão, da Universidade Federal do Amapá.

Art. 2º As atividades de extensão universitária no curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia – LEdoC, da Universidade Federal do Amapá foram estabelecidas em conformidade com o Art.207 da Constituição Federal Brasileira de 1988, o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, a Política Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX – 2012), a Resolução CNE/CES N.º 7, de 18 de dezembro de 2018, que instituiu as diretrizes para a curricularização da extensão na educação superior brasileira, e a Resolução CNE/CP N.º 4, de 29 de março de 2024, que dispõe sobre as diretrizes curriculares nacionais para a formação inicial em nível superior de profissionais do magistério da educação escolar básica.

Art. 3º. Na esfera institucional, a extensão e sua curricularização previstas no Projeto Pedagógico do Curso ocorrerão de maneira permanente, em cumprimento ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UNIFAP, e à Política de Extensão Universitária, disposta na Resolução N.º 9, de 30 de março de 2006 – CONSU/UNIFAP que dispõe sobre as diretrizes para inclusão das atividades de extensão nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Amapá.

Art. 4º A atividade de extensão se refere às ações planejadas no âmbito da universidade de modo interdisciplinar entre discentes e servidores docentes e técnicos, para efetivação e integração com a comunidade externa, articulando o ensino e a pesquisa nos setores de interesse da sociedade.

Parágrafo único: Servidores e discentes da UNIFAP podem ser o público-alvo da atividade de extensão, desde que, obrigatoriamente, a comunidade externa seja contemplada.

Art.5º A curricularização da extensão é a inclusão de atividades extensionistas no histórico curricular discente e na matriz curricular de projetos pedagógicos, na forma de componentes curriculares de extensão, denominadas de Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE, contemplando a carga horária mínima de 320 horas dos cursos de licenciatura, conforme Res. CNE/CP N.º 04/2024.

Parágrafo único: A extensão como componente curricular deverá fortalecer o protagonismo estudantil em seu processo formativo, utilizando-se da interação dialógica, troca de saberes, resolução de problemas da sociedade, dentre outras formas, e promover a consolidação da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Art. 6º. As Atividades Acadêmicas de Extensão – AAE serão distribuídas no PPC da Licenciatura em Educação do Campo, articuladas ao ensino e à pesquisa, considerando as seguintes modalidades de atividades de extensão:

- I - programas: criados a partir de ações de extensão integradas, com no mínimo, três projetos de extensão e duas outras atividades de extensão, a fim de garantir maior impacto na formação profissional do discente e transformações benéficas à sociedade;
- II - projetos: ações extensionistas de natureza social, cultural, educativa, ambiental, científica ou tecnológica, com objetivos específicos e prazo determinado, nos quais docentes e/ou corpo técnico e discentes do curso estejam participando a fim de dialogar com a sociedade, ampliando a troca de saberes desta com a universidade;
- III - cursos e oficinas: ações pedagógicas, de caráter teórico ou prático, de curta duração, para

atender as necessidades e interesses da comunidade externa, com base no conhecimento adquirido pelos discentes da LEdoC/UNIFAP;

IV - eventos: consistem nas formas de apresentação, exibição ou discussão pública das ações extensionistas, a partir de palestras, seminários, encontros, congressos, etc., que ocorrem de maneira planejada, de curta duração, cujo direcionamento esteja voltado para a comunidade externa à UNIFAP;

V - prestação de serviços: refere-se ao compartilhamento do conhecimento acadêmico-pedagógico adquirido na LEdoC com a comunidade, na forma de assessoria, consultoria ou assistência técnica, dentre outras formas de abordagens pedagógicas, contribuindo para a solução de problemas.

Parágrafo único: Os cursos, eventos e prestação de serviços em extensão são regidos por instrumento normativo específico, publicado pela Pró-reitoria de Extensão e Ações Comunitárias (PROEAC).

CAPÍTULO II ATIVIDADES DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Art.7º As atividades de extensão institucionais são coordenadas pela PROEAC e Departamento de Extensão (DEX) e devem possuir registro no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UNIFAP.

Art.8º As atividades de extensão serão registradas e avaliadas pelo docente responsável pelo componente curricular de extensão (AAE) ofertado no semestre.

Art.9º As Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE) serão distribuídas no PPC da Licenciatura em Educação do Campo na forma de unidade curricular específica de extensão, e deverão ser executadas em Instituições de Ensino Básico..

§ 1º As atividades extensionistas integrarão a matriz curricular no total de 330 horas, ofertadas no 2º, 4º, 6º e 8º semestres letivos, conforme discriminado no Quadro 1.

Quadro 1 - Carga Horária, Número de Créditos e Semestre Letivo das Atividades Acadêmicas de Extensão do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, *Campus* Mazagão, UNIFAP.

Componente Curricular Específico de Extensão	Carga Horária (hora relógio)	Créditos (nº)	Semestre Letivo
Atividade Acadêmica de Extensão - AAE I	60	4	2º
Atividade Acadêmica de Extensão - AAE II	90	6	4º
Atividade Acadêmica de Extensão - AAE III	60	4	6º
Atividade Acadêmica de Extensão - AAE IV	120	8	8º

§ 2º A carga horária da AAE deverá ser integralizada no semestre de sua oferta;

§ 3º As AAE I, II, III e IV deverão estar alinhadas, respectivamente, aos Eixos temáticos orientadores do 2º, 4º, 6º e 8º semestres letivos constantes no PPC da LEdoC, a fim de interligar o ensino, a pesquisa e as ações de extensão a serem desenvolvidas, conforme apresentado no quadro supracitado.

CAPÍTULO III

PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art.10 O planejamento das atividades de extensão dar-se-á no início de cada semestre letivo, em reuniões de colegiado, com base em uma concepção interdisciplinar, que articule ensino, pesquisa e extensão a partir da valorização de uma formação cidadã;

Art. 11 A LEdoC indicará ou mediante eleição 1 (um) docente para a função de coordenador de extensão de curso, que exercerá as atribuições estabelecidas pela Política de Extensão da UNIFAP – CONSU/UNIFAP, em vigência.

Art.12 Após deliberação em colegiado, será definido(a) o(a) docente responsável pelas ações extensionistas do componente curricular específico de extensão a ser desenvolvido durante o semestre letivo corrente.

Parágrafo único: É recomendada a alternância de docentes semestralmente ou anualmente para acompanhamento das Atividades Acadêmicas de Extensão (AAE).

Art.13 Será estabelecido, em cada início de semestre um plano de trabalho coletivo que envolva discentes, docentes e corpo técnico-administrativo nas práticas extensionistas, em programas, projetos, cursos, oficinas, eventos ou prestação de serviços.

Art.14 Em referência as diretrizes da Extensão na Educação Superior durante o planejamento, organização e execução de atividades de extensão, estas deverão expressar o compromisso social da UNIFAP com diversas áreas do saber, destacam-se: comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, trabalho, educação do campo, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena.

CAPÍTULO IV

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DE EXTENSÃO

Art.15 A autoavaliação das atividades extensionistas ocorrerá por intermédio da utilização de questionários disponíveis no SIGAA para a comunidade universitária, além da aplicação de instrumento similar para a população participante da prática de extensão.

Art.16 A autoavaliação será permanentemente realizada para verificar a pertinência das atividades de extensão que devem ser inclusas no currículo estudantil, assim como, na avaliação crítica sobre o ensino, a pesquisa e a extensão efetivados no curso.

Art.17 A elaboração do relatório final de atividade de extensão envolverá docentes e discentes que estejam registrados no SIGAA, enquanto membros da ação extensionista.

Art.18 O discente matriculado na AAE deverá apresentar, preferencialmente, relatório final a fim de consolidar sua avaliação.

Art.19 A avaliação das AAE, como unidade curricular específica, será realizada por uma Comissão de Extensão, presidida pelo Coordenador de Extensão do Curso e 2 (dois) membros do colegiado.

Art.20 Ao término de cada AAE será apresentado ao colegiado, pelo (a) respectivo(a) coordenador(a) de extensão da LEdoC, um relatório contendo o detalhamento das ações

efetivadas, as metas e objetivos alcançados.

Parágrafo único: As atividades de extensão devem ser organizadas e divulgadas na página oficial do curso, vinculada a UNIFAP.

Art.21 É permitido ao(a) discente do curso de Licenciatura em Educação do Campo, *campus* Mazagão, da UNIFAP participar de quaisquer ações de extensão da Instituição, devidamente cadastradas no sistema SIGAA e DEx/PROEAC, e solicitar aproveitamento de carga horária para a AAE em que estiver matriculado(a), desde que respeitado seu perfil formativo constante no PPC e a Política de Extensão da UNIFAP – CONSU/UNIFAP vigente.

Parágrafo único: A solicitação de aproveitamento de que trata o caput deste artigo deverá ser analisada pela Comissão de Extensão do Curso.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.22 O registro e desenvolvimento das atividades de extensão e curricularização do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, *campus* Mazagão, UNIFAP seguirão os instrumentos normativos específicos propostos pelo DEX/ PROEAC e aprovados nos Órgãos Superiores da UNIFAP.

Art.23 O presente regulamento somente será alterado por intermédio de deliberação do Núcleo Docente Estruturante e pelo Colegiado do Curso.

Art. 24 Os casos omissos serão decididos pelo Colegiado do Curso em alinhamento com o Departamento de Extensão – DEX.

APÊNDICE 07 - NORMATIVAS DE FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA

CAPÍTULO I - DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS GERAIS

Art. 1º - Este Regulamento estabelece a normatização do uso e funcionamento do Laboratório de Informática do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, no *Campus* Mazagão/AP. O Laboratório de Informática funciona como um espaço de apoio técnico-pedagógico destinado a toda comunidade acadêmica, onde os usuários realizarão práticas pedagógicas, atendimentos e pesquisas integradas ao programa de ensino, pesquisa e extensão da matriz curricular do curso.

CAPÍTULO II - DAS FINALIDADES

Art. 2º - O Laboratório de Informática se apresenta como um espaço devidamente equipado com computadores, mobiliário adequado e recursos tecnológicos essenciais para o pleno desenvolvimento das atividades de ensino que os futuros professores aplicarão em suas disciplinas. É um ambiente organizado e acolhedor, propício ao desenvolvimento de projetos e atividades que incentivem metodologias inovadoras e práticas interativas.

Art. 3º - O laboratório oferece espaço e equipamentos tecnológicos para atividades de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando experiências singulares e significativas ao curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, promovendo uma perspectiva de participação, colaboração, planejamento e interatividade, conciliando teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.

Art. 4º - O Laboratório de Informática é um espaço de construção, elaboração e reflexão temática sobre os conteúdos disciplinares, equipado com softwares e ferramentas tecnológicas cuidadosamente selecionadas para apoiar o desenvolvimento interdisciplinar, promovendo experiências que conectem teoria e prática, tecnologia e educação, e favorecendo o desenvolvimento de habilidades digitais e pedagógicas.

Art. 5º - O Laboratório de Informática promove projetos pedagógicos, atividades, eventos, palestras e oficinas, possibilitando a discussão de metodologias, teorias, práticas e epistemologias em diferentes abordagens, de acordo com as necessidades acadêmicas da Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, além de fomentar ações interativas que promovam o uso consciente e ético das tecnologias digitais.

CAPÍTULO III - DO FUNCIONAMENTO

Art. 6º - O Laboratório de Informática estará à disposição de docentes e discentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, podendo receber convidados, pesquisadores, palestrantes, parceiros, estudantes e lideranças da comunidade para atividades teóricas e práticas. O Laboratório funcionará de segunda-feira a sábado, das 08 às 17 horas, mediante agendamento prévio em formulário específico junto à Coordenação do Curso.

Art. 7º - As atividades realizadas no Laboratório de Informática serão coordenadas por docentes, técnicos, bolsistas, monitores ou acadêmicos participantes de grupos institucionalizados de ensino, pesquisa ou extensão.

CAPÍTULO IV - DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Art. 8º - São deveres e obrigações dos usuários:

- I. Ter ciência e respeitar este regulamento do Laboratório de Informática;
- II. Agendar junto ao Coordenador do Curso a necessidade da utilização do laboratório;
- III. Respeitar as restrições, os horários e as normas de conduta do laboratório;
- IV. Utilizar os equipamentos e recursos tecnológicos do laboratório exclusivamente para atividades acadêmicas;
- V. Evitar a utilização do laboratório para atividades antiéticas, com objetivo de ganho pessoal ou para fins comerciais;
- VI. Não fumar e não utilizar qualquer material que produza fogo ou faísca, como meio de preservar a segurança do local;
- VII. Comunicar com urgência ao Coordenador do Curso ou demais servidores a existência de qualquer risco ou perigo iminente, para que sejam tomadas as devidas providências e evitados danos;
- VIII. Tratar os demais usuários com urbanidade e respeito, condizentes ao ambiente do laboratório;
- IX. Zelar pelos materiais, equipamentos e recursos tecnológicos do Laboratório de Informática, preservando sua integridade e funcionamento adequado para o uso de toda a comunidade acadêmica;
- X. Manter o espaço organizado, deixando o ambiente e os equipamentos limpos, funcionando adequadamente e no lugar correto;
- XI. Cumprir as normas de segurança e utilizar os materiais adequadamente, comunicando imediatamente à Coordenação do Curso se alguma irregularidade for observada.

CAPÍTULO V - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 9º - A utilização do Laboratório de Informática fora dos horários estabelecidos neste regulamento dependerá da expressa autorização da Coordenação do Curso ou da Direção do *Campus*.

Art. 10 - Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pela Universidade Federal do Amapá, por meio da Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 11 - O presente regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, revogadas as disposições em contrário.

**APÊNDICE 08 - NORMATIVAS DE FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE
ENSINO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS
AGRÁRIAS E BIOLOGIA**

**NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE ENSINO
DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

**CAPÍTULO I
DAS NORMAS E PROCEDIMENTOS GERAIS**

Art. 1º - Este Regulamento apresenta a normatização do uso e funcionamento do Laboratório de Ensino do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP no *Campus* Mazagão/AP. O Laboratório de Ensino funciona como um laboratório de experiências destinado a toda comunidade acadêmica como Órgão de Apoio Técnico, um local onde os usuários realizarão a prática pedagógica, atendimentos e pesquisas necessárias à aplicação do programa de ensino, pesquisa e extensão de forma integrada à matriz curricular do curso.

**CAPÍTULO II
DAS FINALIDADES**

Art. 2º - O Laboratório de Ensino se apresenta como espaço devidamente decorado e equipado com mobiliário adequado e materiais pedagógicos essenciais para o pleno desenvolvimento das atividades de ensino que os futuros professores trabalharão em suas disciplinas. É um ambiente alegre, colorido, agradável e acolhedor a fim de propiciar atividades que promovam o desenvolvimento de projetos com metodologias diferenciadas.

Art. 3º - O laboratório oferece espaço e equipamentos para atividades de ensino, pesquisa e extensão que oportunizam vivências singulares e significativas ao curso de Licenciatura em Educação do Campo numa perspectiva de participação, colaboração, organização, planejamento e interatividade, buscando conciliar teoria e prática, além de incentivar o aspecto lúdico nas atividades de ensino-aprendizagem.

Art. 4º - O Laboratório de Ensino é um espaço de construção, elaboração e reflexão temática referente aos objetos disciplinares, dispõe de materiais lúdicos criteriosamente selecionados buscando o desenvolvimento bio-psico-sócio-educativo a fim de promover experiências interdisciplinares pelas relações que acontecem entre pessoas, materiais, conteúdos, áreas do saber, experiências e contextualidades considerando que a introdução do lúdico na vida escolar ajuda a criar condições de ensino com atividades não só orientadas, mas também livres.

Art. 5º - O Laboratório de Ensino desenvolve projetos pedagógicos, atividades, eventos, palestras e oficinas como meios de possibilitar a discussão de metodologias, teorias, práticas e epistemologias em diferentes abordagens temáticas-éticas-estéticas, vinculadas a necessidades acadêmicas da Licenciatura em Educação do Campo, além de ações interventivas de cunho multicultural e multiterritorial.

**CAPÍTULO III
DO FUNCIONAMENTO**

Art. 6º - O Laboratório de Ensino funcionará à serviço dos docentes e discentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, podendo receber convidados, pesquisadores, palestrantes,

parceiros, estudantes e lideranças da comunidade em atividades teóricas e práticas. O Laboratório de Ensino funcionará de segunda-feira à sábado, das 08 às 17 horas, com agendamento prévio em formulário específico junto à Coordenação do Curso.

Art. 7º - As atividades realizadas no Laboratório de Ensino serão coordenadas por docentes, técnicos, bolsistas, monitores ou acadêmicos participantes de grupos institucionalizados de ensino, pesquisa ou extensão.

CAPÍTULO IV DOS DEVERES E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Art. 8º - São deveres e obrigações dos usuários:

- I. Ter ciência e respeitar este regulamento do Laboratório de Ensino;
- II. Agendar junto ao Coordenador do Curso a necessidade da utilização do laboratório;
- III. Respeitar as restrições, os horários e as normas de conduta do laboratório;
- IV. Evitar atividades não relacionadas com o uso específico deste Laboratório;
- V. Evitar a utilização do laboratório para atividades antiéticas, com objetivo de ganho pessoal ou para fins comerciais;
- VI. Não fumar e não utilizar qualquer material que produza fogo ou faísca, como meio de preservar a segurança do local;
- VII. Comunicar com urgência ao Coordenador do Curso ou demais servidores a existência de qualquer risco ou perigo iminente afim de que sejam tomadas as devidas providências e evitados os danos;
- VIII. Tratar os demais usuários com a urbanidade e respeito condizentes ao ambiente do laboratório;
- IX. Zelar pelos materiais, equipamentos, recursos, jogos e publicações do Laboratório de Ensino, preservando sua integridade e perfeito funcionamento a serviço da comunidade acadêmica;
- X. Manter o espaço organizado, deixando o ambiente e os equipamentos limpos, funcionando adequadamente e no lugar correto;
- XI. Cumprir as normas de segurança e utilizar os materiais adequadamente, comunicando imediatamente à Coordenação do Curso se alguma irregularidade for observada.

CAPÍTULO V DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 9º - A utilização do Laboratório de Ensino fora dos horários estabelecidos neste regulamento dependerá da expressa autorização da Coordenação do Curso ou da Direção do *Campus*.

Art. 10 - Os casos não previstos neste regulamento serão resolvidos pela Universidade Federal do Amapá, por meio da Coordenação do Curso de Licenciatura em Educação do Campo.

Art. 11 - O presente regulamento entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, revogadas as disposições em contrário.

APÊNDICE 09 - NORMATIVAS DE FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE ENTOMOLOGIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA

Laboratório de Entomologia Agrícola

O Laboratório de Entomologia Agrícola do curso de Licenciatura em Educação do Campo do *Campus* Mazagão foi criado no ano de 2017, a partir da aprovação do projeto de pesquisa intitulado Bioecologia de mosca-das-frutas e seus inimigos naturais no município de Mazagão, através da chamada pública da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Amapá-FAPEAP, no âmbito do Programa de Infraestrutura para Jovens Pesquisadores/Programa Primeiros Projetos (PPP), desenvolvido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amapá (FAPEAP) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob a coordenação do professor Dr. Lailson do Nascimento Lemos. Neste laboratório são realizadas pesquisas científicas, projetos de ensino e aulas práticas voltadas para a Entomologia agrícola, Biologia e Ecologia de insetos com ênfase em moscas-das-frutas e parasitoides. Possui uma pequena Coleção Biológica dos grupos de insetos me moscas-das-frutas das Famílias Tephritidae, Lochaetidae, Richardiidae, bem como de parasitoides das famílias Braconidae e Figitidae (Hymenoptera).

Finalidade

Promover a formação acadêmica em Ciências Agrárias e Biologia com ênfase nos estudo das moscas-das-frutas (Diptera) e seus inimigos naturais (Hymenoptera) foco interdisciplinar abrangendo as disciplinas de Ecologia, Zoologia, Botânica, Fitopatologia, Entomologia Agrícola e Educação;

Possibilitar a condução de experimentos das pesquisas, básicas, aplicadas ou educacionais, relativas ao contexto interdisciplinar, bem como ao Comportamento, às Interações ecológicas entre insetos e plantas, entre outras, relacionadas aos invertebrados em geral;

Desenvolver as pesquisas e Elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso dos alunos de graduação vinculados ao curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, bem como de pós-graduação;

Elaborar estudos sobre as comunidades de moscas-das-frutas e seus inimigos naturais que ocorrem no estado do Amapá, e quando necessário, também em outras unidades da federação;

Objetivos:

Estudar a biodiversidade de moscas-das-frutas e de seus inimigos naturais, ocorrentes tanto no estado do Amapá, como em unidades da federação, ou até fora do país;

Promover a iniciação científica dos acadêmicos e pós-graduandos relacionadas com as pesquisas básicas e/ou aplicadas como instrumento de melhoria na formação dos alunos de graduação;

Capacitar os alunos, tanto de graduação quanto de pós-graduação, em desenvolverem pesquisas, básicas ou aplicadas tendo as moscas-das-frutas, plantas hospedeiras e inimigos naturais como objeto de estudo;

Realizar atividades de apoio científico para a educação básica e superior;

Estabelecer parcerias com outros laboratórios da UNIFAP ou de outras instituições de Ensino e Pesquisa, no Brasil e no exterior, para a realização de estudos sobre as moscas-das-frutas, plantas hospedeiras e seus inimigos naturais;

Promover estudos que possam gerar produtos por meio de pesquisas aplicadas;

UTILIZAÇÃO:

Primeiramente, o Laboratório foi estruturado visando o desenvolvimento de pesquisas científicas voltadas para ampliar os conhecimentos sobre a fauna de de moscas-das-frutas e de seus inimigos naturais ocorrentes no estado do Amapá, ou outros estados do Brasil.

Posteriormente, foi adaptado para apoiar atividades de extensão relacionadas ao objeto de estudo para o qual se propõe, atendendo inclusive, a realização de atividades de projetos de ensino bem como o apoio a atividades científicas vinculadas à Educação básica;

Também é possível a realização de aulas práticas das disciplinas de: Zoologia, Ecologia, Fitopatologia e Microbiologia Vegetal, Entomologia Agrícola, Orientação de estágios e Práticas Pedagógicas de alunos da graduação;

O espaço atende a Orientação das Pesquisas relacionadas à Elaboração de monografias de alunos da graduação e da pós-graduação;

SERVIÇOS:

Orientação de estudos para o desenvolvimento de monografias, tanto da graduação quanto da pós-graduação;

Condução de estudos sobre a composição faunística de moscas-das-frutas e de parasitoides, inimigos naturais das moscas-das-frutas bem como das plantas hospedeiras ocorrentes no Amapá, para a elaboração de Estudos de Caso, Relatórios Ambientais, entre outros;

Exposição dos organismos pertencentes a nossa fauna de moscas-das-frutas e de parasitoides, bem como a realização de palestras sobre os resultados dos nossos estudos como formas de desenvolver a popularização da ciência para a comunidade em geral.

ACESSIBILIDADE:

1) Atualmente não dispomos de adequações do espaço físico, equipamentos, móveis e utensílios voltados a facilitar o acesso, uso e permanência de pessoas com alguma limitação de movimentação, audição ou visão. Como o Laboratório de Entomologia é um espaço provisório, sugere-se que o novo espaço de Laboratórios, quando construído, venha com essas adequações a fim de possibilitar o acesso às pessoas que tenham alguma limitação ao ambiente do laboratório.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DO CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -
CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA – *CAMPUS MAZAGÃO*

**NORMAS DE SEGURANÇA DO LABORATÓRIO DE ENTOMOLOGIA AGRÍCOLA
DO CURSO LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS
E BIOLOGIA**

INTRODUÇÃO

A biossegurança trata de um conjunto de procedimentos, ações, técnicas, metodologias, equipamentos e dispositivos destinados a eliminar ou minimizar os riscos associados a atividades de pesquisa, produção, ensino, desenvolvimento tecnológico e prestação de serviços, que possam comprometer a saúde humana, animal, o meio ambiente ou a qualidade dos trabalhos realizados. Todos que utilizam o laboratório, incluindo professores, técnicos, estagiários, monitores e alunos, são responsáveis pela manutenção da biossegurança.

Qualquer atividade prática desenvolvida em um laboratório apresenta riscos e está sujeita a acidentes, por isso, é fundamental adotar as Boas Práticas de Laboratório, descritas em manuais, resoluções e normas ou instruções normativas, a fim de evitar a contaminação do pessoal do laboratório, da equipe de limpeza, dos equipamentos e do meio ambiente por aerossóis, além de garantir o descarte adequado de resíduos materiais. Nesse contexto, torna-se crucial conhecer os procedimentos gerais recomendados em casos de acidentes. Assim, este texto sobre boas práticas de Laboratório é direcionado aos acadêmicos e profissionais do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá, *Campus Mazagão* e visa conscientizá-los sobre as normas de biossegurança adotadas.

BOAS PRÁTICAS DE LABORATÓRIO:

Recomendações Gerais:

Lavar sempre as mãos com água e sabão neutro e/ou detergente antes e após as atividades laboratoriais, após manusear material biológico e/ou animais, antes de sair do laboratório ou quando souber ou acreditar que as mãos estejam contaminadas;

Nunca pipete qualquer solução com a boca, nem mesmo água destilada. Utilize sempre dispositivos de pipetagem mecânica.

Não coma, beba, fume, masque chiclete ou utilize cosméticos nas dependências do laboratório;

Evite levar as mãos à boca, nariz, olhos, rosto ou cabelo, após ter manipulado qualquer material químico ou biológico no laboratório ou se estiver usando luvas durante a manipulação das amostras.

Objetos de uso pessoal não devem ser guardados no laboratório.

O uso de jaleco é obrigatório apenas dentro do laboratório. Não utilize essa roupa fora do laboratório.

Não utilizar sandálias ou sapatos abertos no laboratório.

Utilize luvas sempre que for manusear material biológico ou químico.

Não devem ser usados jóias ou outros adornos nas mãos, porque podem impedir uma boa limpeza das mesmas.

Mantenha a porta do laboratório sempre fechada. Restrinja e controle o acesso do mesmo.

Qualquer pessoa com corte recente, com lesão na pele ou com ferida aberta (mesmo uma extração de dente), deve abster-se de trabalhar com microorganismos que podem provocar algum

tipo de patologia em humanos.

Descontamine todas as superfícies de trabalho diariamente antes e após o manuseio das amostras. Observe o processo de desinfecção específico para escolha e utilização do agente desinfetante adequado.

Esterilize em estufa todo o material usado como substrato (areia, vermiculita) de acordo com o protocolo estabelecido para cada tipo de material, durante o tempo adequado.

Descontamine por desinfecção química (solução de água sanitária), todo o material em tecido (coberturas das bandejas, potes e sacos), lave-os e seque-os adequadamente;

Descontamine todo equipamento antes de qualquer serviço de manutenção.

Vidraria quebrada, após descontaminação, devem ser colocadas em caixa com paredes rígidas rotulada “vidro quebrado” e descartada como lixo geral.

Saiba a localização do lava olhos, chuveiro de segurança e extintor de incêndio e aprenda a usá-los.

Zeze pela limpeza e manutenção de seu laboratório, cumprindo o programa de limpeza e manutenção estabelecido para cada área, equipamento e superfície.

Todo novo funcionário ou estagiário deve ter treinamento e orientação específica sobre **BOAS PRÁTICAS LABORATORIAIS** e **PRINCÍPIOS DE BIOSSEGURANÇA** aplicados ao trabalho que irá desenvolver.

Qualquer acidente deve ser imediatamente comunicado à chefia do laboratório, registrado em formulário específico e encaminhado para acompanhamento junto a Comissão de Biossegurança da Instituição.

Fique atento à qualquer alteração no seu quadro de saúde e dos funcionários sob sua responsabilidade, tais como: gripes, alergias, diarreias, dores de cabeça, enxaquecas, tonturas, mal estar em geral, etc... e notifique imediatamente à chefia do laboratório.

Prender os cabelos;

Limitar o tráfego através das áreas do laboratório; não permitindo a entrada de visitas casuais e crianças antes das devidas instruções. É necessário que elas sejam acompanhadas sempre pelo responsável pelo laboratório;

Periodicamente, limpar refrigeradores sempre utilizando luvas durante a limpeza e desinfecção;

Uso obrigatório de EPI e EPC (Barreiras Primárias):

Luva: O uso de luvas não substitui a necessidade da lavagem das mãos. Usar luvas de látex sempre que houver contato com as amostras, ao lavar os instrumentos e superfícies de trabalho;

Não usar luvas fora da área de trabalho, não abrir portas, não atender telefone. Não reutilizar as luvas.

Jaleco (avental): São de uso constante nos laboratórios e constituem uma proteção para o profissional. Devem sempre ser de mangas longas, confeccionados em algodão ou fibra sintética (não inflamável).

Uso de jaleco é permitido somente na área técnica e nunca fora dela. Jalecos não devem ser colocados no armário onde são guardados objetos pessoais.

Outros EPI's: Óculos de Proteção e Protetor Facial (protege contra salpicos, borrifos, gotas, impacto).

Máscara: Devem ser usadas sempre que for manipular as amostras. As máscaras podem e devem ser usadas também no sentido de não contaminarmos o ambiente. Utilizar máscaras adequadas ao procedimento a ser realizado (descartável).

Avental impermeável: Devem ser usados sempre que for lavar material contaminado;

Gorro: Uso indispensável durante a manipulação das amostras de frutos em decomposição;

Chuveiro de Emergência: Chuveiro de aproximadamente 30 cm de diâmetro, acionado por alavancas de mão, cotovelos ou joelhos. Deve estar localizado em local de fácil acesso.

Lava olhos: Dispositivo formado por dois pequenos chuveiros de média pressão, acoplados a uma bacia metálica, cujo ângulo permite direcionamento correto do jato de água. Pode fazer parte do chuveiro de emergência ou ser do tipo frasco de lavagem ocular.

Extintor de Incêndio a Base de Água: Utiliza o CO₂ como propulsor. É usado em papel, tecido e madeira. Não usar em eletricidade, líquidos inflamáveis, metais em ignição.

Extintor de Incêndio de CO₂ em Pó: Utiliza o CO₂ em pó como base. A força de seu jato é capaz de disseminar materiais incendiados. É usado em líquidos e gases inflamáveis, fogo de origem elétrica. Não usar em metais alcalinos e papel.

Extintor de Incêndio de Pó Seco: Usado em líquidos e gases inflamáveis, metais do grupo dos álcalis, fogo de origem elétrica.

Extintor de Incêndio de Espuma: Usado para líquidos inflamáveis. Não usar para fogo causado por eletricidade.

Extintor de Incêndio de BC: Utiliza o bromoclorodifluorometano. É usado em líquidos inflamáveis, incêndio de origem elétrica. O ambiente precisa ser cuidadosamente ventilado após seu uso.

Mangueira de Incêndio: Modelo padrão, comprimento e localização são fornecidos pelo Corpo de Bombeiros.

Eliminação de Resíduos, Amostras e Material Usado: As vidrarias devem lavadas e enxugadas antes de serem reutilizadas; Resíduos de amostras e outros materiais a serem descartados, deverão previamente esterilizados e acondicionados em sacos plásticos e desprezados em lixo comum;

Desinfecção com álcool a 70% nas bancadas, e em outras superfícies de trabalho no início e após qualquer atividade;

Cuidados máximos com materiais perfurocortantes (agulhas, lâminas, lamínulas), descartando os mesmos dentro de recipiente de parede rígida (caixa de papelão) à prova de vazamento e de perfuração, devidamente identificado.

Outras recomendações práticas: Deve-se ler atentamente os rótulos dos frascos com soluções, antes de utilizá-los, para não correr o risco de usá-los e maneira inadequada;

Procurar manter as técnicas e procedimentos utilizados em seu trabalho sempre atualizados; Procurar se atualizar quanto às normas e práticas de biossegurança.

Evite trabalhar sozinho no laboratório, a presença de outras pessoas será sempre uma valiosa ajuda em caso de acidentes.

Conserve sempre limpos os equipamentos, vidrarias e sua bancada de trabalho. Evite derramar líquidos, mas, se o fizer, limpe o local imediatamente.

Gavetas e portas dos armários devem ser mantidas sempre fechadas quando não estiverem sendo utilizadas.

Leia com atenção os rótulos dos frascos de reagentes químicos, para evitar pegar o frasco errado. Certifique-se de que o reagente, contido no frasco, seja exatamente o citado no roteiro experimental.

Nunca torne a colocar, no frasco, o reagente não utilizado. Não coloque objeto algum nos frascos de reagentes, exceto o conta-gotas de que alguns são providos.

Nunca deixe frascos contendo reagentes químicos inflamáveis próximos à chama.

Não deixe nenhuma substância sendo aquecida por longo tempo sem supervisão.

Não jogue nenhum material sólido dentro das pias ou ralos.

Não deixe recipientes quentes em lugares em que possam ser pegos inadvertidamente.

Lembre-se de que o vidro quente tem a mesma aparência do vidro frio.

O bico de Bunsen deve permanecer aceso somente quando estiver em uso.

Não trabalhe com material imperfeito.

Em caso de acidentes, comunique o professor imediatamente. Ele deverá decidir sobre a gravidade do acidente e tomar as atitudes necessárias.

Em caso de alguma alergia, gravidez ou, em qualquer outra situação que possa ser afetado quando exposto a determinados reagentes químicos comunique ao professor logo no primeiro dia

de aula.

Comunique o professor, monitor ou técnico sempre que notar algo anormal no laboratório.

Faça apenas as experiências indicadas pelo professor. Caso deseje tentar qualquer tipo de modificação do roteiro experimental, discuta com o professor antes de fazê-lo.

As brincadeiras/distrações ou conversas paralelas podem causar sérios acidentes, quando em hora inoportuna.

Não se devem acumular materiais sobre bancadas e pias. Todo material que não estiver em uso deve ser guardado limpo, em lugar apropriado.

OBS.: O não cumprimento das normas implica em risco para todos os funcionários e acadêmicos do Curso.

APÊNDICE 10 - NORMATIVAS DE FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DE AGROECOLOGIA DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA



NORMATIVA PARA FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO DO NÚCLEO DE ESTUDO EM AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ, CAMPUS MAZAGÃO (NEA UNIFAP/MZG)

CAPÍTULO I DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º A presente normativa visa regulamentar o uso do Laboratório do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade Federal do Amapá, *Campus Mazagão* (NEA UNIFAP/MZG).

Art. 2º O Laboratório do Núcleo de Estudo em Agroecologia e Produção Orgânica da Universidade Federal do Amapá, *Campus Mazagão* (NEA UNIFAP/MZG) é um laboratório interdisciplinar, formado por professores da área da educação, ciências agrárias e ciências biológicas. Criado em 2016 por meio do edital 21/2016, do CNPq, que serve ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, na UNIFAP, *Campus Mazagão*.

Art. 3º O Laboratório do NEA UNIFAP/MZG tem por objetivo realizar e sistematizar as ações de pesquisa e de extensão no território Sul do Amapá, junto ao público de agricultores familiares, populações extrativistas e quilombolas; por meio de suas organizações sociais, das escolas do campo, de suas manifestações culturais e modos de vida, tendo como orientação e objeto de estudo as práticas que envolvam a ciência da agroecologia e sistemas de produção orgânicos.

Art. 4º Todos os usuários do laboratório devem tomar ciência deste regulamento, sendo disponibilizado nas dependências do laboratório e também na página: <https://www2.unifap.br/educacaodocampo/nea-unifapmzg/>.

Art. 5º Esta normativa se aplica a todos os usuários dos laboratórios (docentes, técnicos administrativos, discentes, bolsistas de iniciação científica, orientandos de Trabalhos de Conclusão de Curso, e demais colaboradores) vinculados ou não ao NEA UNIFAP/MZG, que tenham acesso ou permanência consentida.

CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES

Art. 6º Os responsáveis pelo zelo e funcionamento do NEA UNIFAP/MZG são os docentes e discentes envolvidos em projetos de pesquisa e ações de extensão vinculados a este laboratório. Juntamente com o técnico administrativo, a ser contratado, tem a atribuição de supervisionar e zelar pelo bom funcionamento e segurança dos usuários, pela preservação do patrimônio e pelo atendimento das necessidades requeridas para o desenvolvimento das atividades que vierem a ocorrer no laboratório.

Art. 7º São responsabilidades dos usuários do laboratório:

- § 1º Supervisionar o laboratório durante a realização de sua atividade de pesquisa e/ou estudo;
- § 2º Aos docentes compete autorizar o uso do laboratório para discentes vinculados a projetos, ou não, e demais servidores e colaboradores;
- § 3º Autorizar, mediante preenchimento prévio de formulário (ANEXO I), a utilização das instalações

do laboratório fora do horário de expediente, inclusive nos finais de semana e feriados;

§ 4º Aos discentes compete registrar e comunicar ao seu orientador imediato a ocorrência de algum dano ou avaria que ocorrer na estrutura ou em algum equipamento do laboratório;

§ 5º Nas atividades que envolvam o manuseio e requeiram o conhecimento técnico para operar alguns equipamentos, o orientador imediato deve passar ao discente ou colaborador as devidas instruções relacionadas às práticas de segurança;

§ 6º Disponibilizar aos usuários, os devidos Equipamentos de Proteção Individual - EPI (luvas, máscara, óculos de proteção, etc), conforme necessidade;

§ 7º Nas atividades externas ao laboratório, como as atividades de coleta de amostras para pesquisa, bem como as ações de extensão, a depender do ambiente. Deve-se garantir a devida segurança aos docentes e discentes, como uso de coletes em viagens fluviais, segurança do transporte utilizado na ação, e seguro de vida para todos os membros do laboratório;

§ 8º Competirá ao técnico responsável, auxiliar na organização de aulas práticas dos docentes, como elaboração de soluções, separação de vidrarias e nas devidas instruções técnicas aos alunos;

§ 9º O laboratório do NEA UNIFAP/MZG integra a estrutura do *Campus* Mazagão da UNIFAP, de modo que, as demandas relacionadas com a segurança e serviços gerais incluem-se nas mesmas disponibilizadas ao *Campus*. Porém, a o zelo, limpeza e organização do ambiente externo e interno, cabe aos seus usuários, docentes e discentes.

§ 10º Todas as tomadas de eletricidade, bem como os equipamentos do laboratório devem estar identificados quanto a voltagem elétrica de acordo com as normativas de segurança para esse segmento (cores e tamanho da fonte).

Parágrafo único: As orientações quanto ao cumprimento das normas acima são de competência da coordenação geral e dos coordenadores de projeto

CAPÍTULO III

DAS FINALIDADES, ACESSO E USO DO LABORATÓRIO DO NEA UNIFAP/MZG

Art. 8º As atividades do Laboratório do NEA UNIFAP/MZG caracterizam por:

§ 1º Internas: aquelas relacionadas com a sistematização dos resultados de pesquisa (análise e experimentação) e planejamento de ações; reuniões com parceiros e colaboradores (pesquisadores, técnicos, agentes de governo, profissionais do terceiro setor, representantes das organizações sociais de agricultores, professores, dentre outros);

§ 2º Externas: as coletas de campo, restituições de resultados de estudos, acompanhamento de sistemas de produção agroecológicos *in loco*, ações nas escolas do campo.

Art. 9º O acesso ao Laboratório do NEA UNIFAP/MZG é permitido aos docentes orientadores e coordenadores das ações (ensino, pesquisa e extensão), e pelos orientandos e colaboradores, quando autorizados e/ou demandados pelos respectivos orientadores e coordenadores de projetos de pesquisa e de extensão.

Art. 10 O uso do laboratório do NEA UNIFAP/MZG destina-se às atividades coordenadas (ensino, pesquisa e extensão) que envolvam docentes, discentes e colaboradores nos respectivos projetos de pesquisa e de extensão, relacionadas com a promoção da agroecologia e da produção orgânica no âmbito da UNIFAP, no *Campus* Mazagão, resultado do conhecimento produzido e sistematizado junto a agricultores, pesquisadores e técnicos, no Sul do Amapá.

Art. 11 Quando o laboratório não estiver em uso, o mesmo deve permanecer fechado (iluminação geral e central de ar desligado), sendo aberto pelo técnico de laboratório ou professor quando solicitado, e comunicado ao serviço de vigilância de plantão:

Parágrafo único: nestas circunstâncias, não poderão ser desligados lâmpadas aquecedoras e equipamentos de refrigeração que estejam em utilização de atividades de pesquisa.

Art. 12 Cada professor/coordenador de projetos terá uma cópia de chave do Laboratório. Sendo de sua responsabilidade o empréstimo e/ou repasse aos seus orientandos.

Art. 13 É proibido comer ou beber nas dependências dos laboratórios. Sendo permitida somente

a ingestão de alimentos no desenvolvimento de atividades didáticas e de pesquisa relacionadas com a qualidade dos alimentos e com fins organolépticos.

Art. 14 Recomenda-se a manutenção do silêncio, considerando que o Laboratório é também um espaço de estudo e de sistematização de resultados das pesquisas (iniciação científica, trabalhos de conclusão de curso e monografias).

Art. 15 Toda atividade a ser realizada no laboratório, independente da natureza, deverá ser previamente agendada com a coordenação do laboratório, ou com o técnico administrativo (quando houver) para que não haja conflito, e desta forma, prejuízo quanto aos resultados das/s atividade/s prevista/s.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 Esta normativa será revisada periodicamente, conforme necessidade, por convocação da coordenação geral do laboratório; visando sua atualização e adequação conforme a ampliação física do *Campus Mazagão*, demandas de coordenadores de projetos, contratação de técnico/s (de laboratório e de campo) e outras demandas que possam ocorrer:

Art. 17 O não cumprimento deste regulamento:

§ 1º pelos docentes, implicará na formalização de comunicado pela coordenação geral, quantos aos possíveis prejuízos decorrentes do não cumprimento. A reincidência poderá ser objeto de desligamento do docente, com a ciência e parecer dos demais membros do laboratório;

§ 2º pelos discentes, orientandos e colaboradores; implicará na comunicação ao docente diretamente responsável, que tomará as medidas cabíveis, como ressarcimento do dano, suspensão do usuário do laboratório, dentre outras.

Art. 18 Casos omissos e particularidades não contemplados nesta normativa devem ser encaminhados à coordenação geral e docentes responsáveis para análise e verificação.

ANEXO I - Autorização para utilização das instalações do Laboratório fora do horário de expediente (inclusive nos finais de semana e feriados)

Nome: _____

Matrícula: _____ Telefone: _____

Email: _____

Curso: _____

Orientador/responsável: _____ E-mail

do orientador: _____ Finalidade do

uso (TCC, IC, PIBIC, PIBID, Monografia, Dissertação, outro):

Início das atividades: __ / __ / __ - hora: _____

Término previsto: __ / __ / __ - hora: _____

Eu _____ (discente), informo que fui devidamente esclarecido sobre as normas de utilização do laboratório do NEA UNIFAP/MZG, e me comprometo a cumprir o estabelecido.

Eu, _____ (orientador), assumo total responsabilidade sobre a conduta do/s discente/s sob minha orientação e, junto com este, me responsabilizo por possíveis acidentes e danos aos equipamentos e outros materiais da instituição.

Universidade Federal do Amapá - *Campus* Mazagão

Mazagão – AP, __ / __ / __

_____ Assinatura aluno

_____ Assinatura orientador

**APÊNDICE 11 - NORMATIVAS DE FUNCIONAMENTO DO LABORATÓRIO
FLOREM DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO -
CIÊNCIAS AGRÁRIAS E BIOLOGIA**



**NORMATIVA PARA FUNCIONAMENTO DO
LABORATÓRIO DE BIOLOGIA E ECOLOGIA VEGETAL DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO AMAPÁ/CAMPUS MAZAGÃO - FLOREM**

**CAPÍTULO I
DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A presente normativa visa regulamentar o uso do Laboratório de Biologia e Ecologia Vegetal da Universidade Federal do Amapá/*Campus* Mazagão (FLOREM).

Art. 2º O Laboratório de Biologia e Ecologia Vegetal da Universidade Federal do Amapá/*Campus* Mazagão é um laboratório interdisciplinar, com foco nas ações relacionadas à Botânica.

Art. 3º O FLOREM tem por objetivo realizar, sistematizar e concentrar ações de ensino, de pesquisa e de extensão, junto a acadêmicos da UNIFAP e a populações campestres, público-alvo do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, tendo como orientação e objeto de estudo taxonomia, ecologia, anatomia/morfologia e fisiologia de plantas.

Parágrafo único: As áreas de concentração citadas não são restritivas quanto às aceitas para desenvolvimento nas dependências do FLOREM.

Art. 4º Todos os usuários do laboratório devem tomar ciência deste regulamento, sendo disponibilizado nas dependências do laboratório e também na página: <https://www2.unifap.br/florem/>.

Art. 5º Esta normativa se aplica a todos os usuários do laboratório (docentes, técnicos administrativos, discentes, bolsistas, orientandos de Trabalhos de Conclusão de Curso, e demais colaboradores). vinculados ou não ao FLOREM, que tenham acesso ou permanência consentida.

**CAPÍTULO II
DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 6º Os responsáveis pelo zelo e funcionamento do FLOREM são docentes e discentes envolvidos em projetos de pesquisa e ações de extensão vinculados a este laboratório. Juntamente com o técnico administrativo, têm a atribuição de supervisionar e zelar pelo bom funcionamento e segurança dos usuários, pela preservação do patrimônio e pelo atendimento das necessidades requeridas para o desenvolvimento das atividades que vierem a ocorrer no laboratório.

Art. 7º São responsabilidades dos usuários do laboratório:

§ 1º Supervisionar o laboratório durante a realização de sua atividade de pesquisa e/ou estudo;

§ 2º Aos docentes compete autorizar o uso do laboratório para discentes vinculados a projetos, ou não, e demais servidores e colaboradores;

§ 3º Autorizar, mediante preenchimento prévio de formulário (ANEXO I), a utilização das instalações do laboratório fora do horário de expediente, inclusive nos finais de semana e feriados;

§ 4º Aos discentes compete registrar e comunicar ao seu orientador imediato a ocorrência de algum dano ou avaria que ocorrer na estrutura ou em algum equipamento do laboratório;

§ 5º Nas atividades que envolvam o manuseio e requeiram o conhecimento técnico para operar

alguns equipamentos, o orientador imediato deve passar ao discente ou colaborador as devidas instruções relacionadas às práticas de segurança;

§ 6º Utilizar, no laboratório, os devidos Equipamentos de Proteção Individual - EPI (jaleco, luvas, máscara, óculos de proteção etc.) e vestimentas que garantam segurança (calça comprida, sapato fechado etc.), conforme necessidade;

§ 7º Nas atividades externas ao laboratório, como atividades de coleta de amostras para pesquisa e em ações de extensão, a depender do ambiente, deve-se garantir a devida segurança, como uso de coletes em viagens fluviais, segurança do transporte utilizado na ação e seguro de vida para todos os membros do laboratório;

§ 8º Competirá ao técnico responsável auxiliar na organização de aulas práticas dos docentes, como elaboração de soluções, separação de vidrarias e equipamentos e nas devidas instruções técnicas aos alunos;

§ 9º O Laboratório de Biologia e Ecologia Vegetal integra a estrutura do *Campus* Mazagão da UNIFAP, de modo que, as demandas relacionadas com a segurança e serviços gerais incluem-se nas mesmas disponibilizadas ao *Campus*. Porém, zelo, limpeza e organização do ambiente interno cabem aos seus usuários, docentes e discentes.

§ 10º Todas as tomadas de eletricidade, bem como os equipamentos do laboratório devem estar identificados quanto a voltagem elétrica de acordo com as normativas de segurança para esse segmento (cores e tamanho da fonte).

Parágrafo único: As orientações quanto ao cumprimento das normas acima são de competência da coordenação geral e dos coordenadores de projeto.

CAPÍTULO III DAS FINALIDADES, ACESSO E USO

Art. 8º As atividades do Laboratório de Biologia e Ecologia Vegetal da Universidade Federal do Amapá/*Campus* Mazagão se caracterizam por:

§ 1º Internas: aquelas relacionadas com a sistematização dos resultados de pesquisa (análise e experimentação) e planejamento de ações; reuniões com parceiros e colaboradores (pesquisadores, técnicos, agentes de governo, profissionais do terceiro setor, representantes das organizações sociais, dentre outros);

§ 2º Externas: as coletas e observações de campo, acompanhamento de experimentos, restituições de resultados de estudos, ações de extensão *in loco*.

Art. 9º O acesso ao FLOREM é permitido aos docentes orientadores e coordenadores das ações (ensino, pesquisa e extensão), e pelos orientandos e colaboradores, quando autorizados e/ou demandados pelos respectivos orientadores e coordenadores de projetos de pesquisa e de extensão.

Art. 10 O uso do FLOREM por docentes de disciplinas relacionadas à área da Botânica, dos cursos de graduação e pós-graduação existentes na UNIFAP/*Campus* Mazagão, para aulas práticas, será permitida mediante agendamento prévio, com antecedência mínima de 48 horas, junto ao técnico ou coordenador do laboratório.

Art. 11 Quando o laboratório não estiver em uso, o mesmo deve permanecer fechado, com iluminação geral, central de ar e demais equipamentos desligados, exceto os necessários para manutenção de condições ambientais específicas (como desumidificadores) e para experimentos em desenvolvimento (como equipamentos de refrigeração), sendo aberto pelo técnico de laboratório ou docente, quando solicitado, e comunicado ao serviço de vigilância de plantão.

Art. 12 Cada professor/coordenador de projeto terá uma cópia da chave do laboratório, sendo de sua responsabilidade o empréstimo e/ou repasse aos seus orientandos.

Art. 13 É proibido ingerir alimentos nas dependências do laboratório.

Art. 14 Recomenda-se a manutenção do silêncio, considerando que o laboratório é também um espaço de estudo e de sistematização de resultados de pesquisas.

Art. 15 Toda atividade a ser realizada no laboratório, independente da natureza, deverá ser previamente agendada com a coordenação do laboratório, ou seu técnico, para que não haja conflito e, desta forma, prejuízo quanto aos resultados das/s atividade/s prevista/s.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 Esta normativa será revisada periodicamente, conforme necessidade, por convocação da coordenação geral do laboratório, visando sua atualização e adequação conforme a ampliação física do *Campus Mazagão*, demandas de coordenadores de projetos, contratação de técnico/s (de laboratório e de campo) e outras demandas que possam ocorrer.

Art. 17 O não cumprimento desta normativa:

§ 1º Pelos docentes, implicará na formalização de comunicado pela coordenação geral, quantos aos possíveis prejuízos decorrentes do não cumprimento. A reincidência poderá ser objeto de desligamento do docente, com a ciência e parecer dos demais membros do laboratório;

§ 2º Pelos discentes, orientandos e colaboradores, implicará na comunicação ao docente diretamente responsável, que tomará as medidas cabíveis, como ressarcimento do(s) dano(s), suspensão do usuário do laboratório, dentre outras.

Art. 18 Casos omissos e particularidades não contemplados nesta normativa devem ser encaminhados à coordenação do laboratório, que poderá convocar seus usuários para análise e verificação conjunta.

ANEXO I

Autorização para utilização das instalações do Laboratório de Biologia e Ecologia Vegetal da Universidade Federal do Amapá/*Campus* Mazagão (FLOREM) fora do horário de expediente, finais de semana e feriados

Nome: _____
 Matrícula: _____ Telefone: _____
 E-mail: _____
 Curso: _____
 Orientador/responsável: _____ E-mail do orientador: _____
 Finalidade do uso (TCC, IC, PIBIC, PIBID, PIBEX, Monografia, Dissertação, outro): _____
 Início das atividades: __ / __ / __ - hora: _____
 Término previsto: __ / __ / __ - hora: _____

Eu _____ (discente), informo que fui devidamente esclarecido(a) sobre as normas de utilização do Laboratório FLOREM, e me comprometo a cumprir o estabelecido.

Eu, _____ (orientador(a)), assumo total responsabilidade sobre a conduta do/s discente/s sob minha orientação e, com este/s, me responsabilizo por possíveis acidentes e danos aos equipamentos e outros materiais do laboratório e da instituição.

Universidade Federal do Amapá/*Campus* Mazagão

Mazagão-AP, __ / __ / __

_____ Assinatura aluno(a)

_____ Assinatura orientador(a)

**APÊNDICE 12 - REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS
AGRÁRIAS E BIOLOGIA**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CAMPUS MAZAGÃO
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E
BIOLOGIA
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE**

**REGIMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO - CIÊNCIAS AGRÁRIAS E
BIOLOGIA**

**MAZAGÃO
2023**

CAPÍTULO I DAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente Regimento regulamenta e disciplina a atuação e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante (NDE) do Curso de Graduação de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias e Biologia, da Universidade Federal do Amapá, *Campus* Mazagão (LEdoC UNIFAP/MZG); e está em acordo com a Resolução CONSU/UNIFAP N. 20/2018, de 15, de Maio de 2018, que regulamenta o NDE, no âmbito da UNIFAP.

Art. 2º O NDE é uma instância consultiva da coordenação do Curso, corresponsável pelo processo de concepção, implementação, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso, além da assessoria em outras matérias de natureza acadêmico-pedagógica.

Parágrafo único: É vedado ao NDE do Curso deliberar sobre assuntos que não se relacionem exclusivamente com os interesses da LEdoC UNIFAP/MZG.

CAPÍTULO II DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 3º São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I** Elaborar, acompanhar a execução e propor revisões no Projeto Pedagógico do Curso (PPC);
- II** Avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do Curso e contribuir para sua consolidação;
- III** Propor mecanismos consultivos, visando o acompanhamento do trabalho docente, conteúdo das disciplinas curriculares, os procedimentos metodológicos e cumprimento da CH.
- IV** Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;
- V** Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão oriundas de necessidades do Curso, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas, relativas à área de conhecimento dos docentes;
- VI** Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de LEdoC UNIFAP/MZG;
- VII** Propor, no PPC, procedimentos e critérios para a auto avaliação do Curso;
- VIII** Propor os ajustes no Curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa;
- IX** Convidar consultores *ad hoc* para auxiliar nas discussões do PPC;
- XI** Incentivar a capacitação docente, visando a sua formação continuada.

CAPÍTULO III DA CONSTITUIÇÃO

Art. 4º O Núcleo Docente Estruturante terá a seguinte constituição:

- I** O coordenador do Curso, como seu presidente;
- II** O vice-presidente será escolhido por eleição, dentre os membros do NDE, que exercerá a presidência na ausência ou impedimento eventual do coordenador do Curso;
- III** Será constituído 100% (cem por cento) de professores efetivos do Curso;
- IV** No mínimo, de 5 (cinco) docentes, preferencialmente garantindo-se a representatividade das áreas do Curso.

§ 1º Pelo menos 60% dos membros do NDE devem ter titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*.

§ 2º Todos os membros do NDE devem ter regime de trabalho de Tempo Integral, ou no caso de Tempo Parcial, será obrigatório que, no mínimo, 20% tenham registro de Tempo Integral.

Art. 5º A indicação dos membros do NDE será feita por meio de procedimentos estabelecidos

pelo Colegiado de Curso, tomando como base os critérios definidos no Art. 4º.

Art. 6º O mandato dos membros do NDE será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 1º O prazo do mandato poderá ser abreviado a qualquer tempo, desde que o(s) membro(s) manifeste(m) desejo de interrupção, por decisão pessoal ou desligamento.

§ 2º O coordenador do Curso poderá pedir o desligamento de membro do NDE, a qualquer tempo, levando em consideração a atuação do docente, baseado nos critérios estabelecidos no Art. 10.

§ 3º O Colegiado do Curso deverá assegurar a estratégia de renovação parcial dos membros do NDE, de modo a garantir a continuidade no processo de acompanhamento do Curso.

Parágrafo único: A entrada de novos membros, bem como o desligamento de membro do NDE, deve ser aprovado pelo Colegiado do Curso.

CAPÍTULO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE

Art. 7º Compete ao presidente do NDE:

I Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive ao de qualidade (voto de desempate);

II Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;

III Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE;

IV Designar um membro do NDE, a cada reunião, para secretariar e lavrar as atas;

V Coordenar a integração do NDE com os demais colegiados e setores da instituição;

VI Encaminhar as deliberações do NDE.

CAPÍTULO V DAS REUNIÕES

Art. 8º O NDE reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, 1 (uma) vez a cada mês, dentro do semestre letivo, por convocação do presidente, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo presidente ou por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros.

§ 1º A convocação dos seus membros ocorrerá com antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas para o início da sessão e, sempre que possível, com a pauta da reunião.

§ 2º Somente em casos de extrema urgência poderá ser reduzido o prazo de que trata o *caput* deste artigo, desde que todos os membros do NDE do Curso tenham conhecimento da convocação e ciência das causas determinantes de urgência dos assuntos a serem tratados.

§ 3º O Núcleo Docente Estruturante (NDE) poderá requisitar junto à Coordenação, o pessoal técnico necessário para auxiliar nas suas atividades.

Art. 9º As reuniões funcionarão com 2/3 (dois terços) dos seus membros. Constatada a falta de quórum, o início da sessão fica transferido para 15 (quinze) minutos e, após este prazo, funcionarão com maioria simples.

Parágrafo único: Esgotados os 15 (quinze) minutos e não sendo atingido o número mínimo, a reunião será cancelada e os professores que não atenderam à convocação se sujeitarão as penalidades previstas no Art. 10.

Art. 10 O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento.

§ 1º Toda justificativa deverá ser apreciada pelo NDE na reunião subsequente, cujas justificativas amparadas pela legislação vigente do servidor público, a Lei 8.112/1990.

§ 2º Se a justificativa não for aceita, será atribuída falta ao membro, no dia correspondente.

§ 3º O membro que faltar, sem justificativa aceita, a duas reuniões seguidas ou a quatro alternadas no período de 12 (doze) meses, será destituído de sua função.

Art. 11 A pauta das reuniões ordinárias, indicadas na convocação constará de três partes, na seguinte ordem:

I Expediente;

II Ordem do dia; e

III Comunicação dos membros.

Art. 12 As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Parágrafo único: Todo membro do NDE terá direito a voz e voto, cabendo ao presidente o voto de qualidade.

Art. 13 Nas votações, serão observados os seguintes procedimentos:

I A votação será em aberto;

II A quem desejar, poderá fazer constar seu voto em ata;

III Nenhum membro poderá votar ou deliberar em assunto que tenha interesse pessoal;

IV Não serão aceitos votos por procuração.

Art. 14 Após cada reunião lavrar-se-á a ata, que será lida na reunião seguinte.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 15 Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo NDE ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 16 O presente Regimento entra em vigor após aprovação pelo Colegiado do Curso.